

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

CAMILA ALVAREZ DJUROVIC

Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do
IPÊS (1961-1964)

Versão Corrigida

São Paulo

2021

CAMILA ALVAREZ DJUROVIC

**Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação
editorial do IPÊS (1961-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

Versão corrigida

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D623i Djurovic, Camila Alvarez
Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964) / Camila Alvarez Djurovic; orientador Lincoln F. Secco - São Paulo, 2021. 226 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. História Cultural. 2. História do Livro. 3. Golpe empresarial-militar de 1964. 4. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). 5. Anticomunismo. I. Secco, Lincoln F., orient. II. Título.



**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Camila Alvarez Djurovic

Data da defesa: 26/03/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Lincoln Ferreira Secco

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/05/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: DJUROVIC, Camila Alvarez

Título: Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A meu avô Milan Djurovic e a Glória Lopes dos Santos, com
eterno amor e agradecimento.

Agradecimentos

Quero agradecer inicialmente ao meu orientador Lincoln Secco, que desde os tempos da graduação me ensina, me incentiva e me guia de maneira muito generosa na vida acadêmica. Agradeço com igual admiração e carinho à professora Marisa Midori, por todos os ensinamentos e contribuições para essa pesquisa.

Agradeço ainda ao professor Marcos Silva, pelos comentários realizados na banca de qualificação, e ao professor Reinaldo Cardenuto, que gentilmente se dispôs a compartilhar comigo algumas publicações do IPÊS.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP e aos trabalhadores e trabalhadoras que tornaram possível a pesquisa nos arquivos e bibliotecas, em especial aos do Arquivo Nacional, FGV/CPDOC, Biblioteca Mario Henrique Simonsen e Bibliotecas da USP.

Também deixo registrado meu agradecimento a todos os colegas do GMarx pelos anos de formação política e acadêmica e pelo companheirismo de sempre. Seria difícil citar cada um que faz parte dessa trajetória sem cometer alguma injustiça. Mas preciso fazer um agradecimento especial à Vivian Ayres, amiga sempre disposta a ajudar e que foi responsável pela revisão deste trabalho.

Obrigada também aos amigos que acompanharam mais de perto esse processo: Isabel Wolfenson, Paloma Mecozzi, André Sztutman – minha saudosa casine – e Rafael Frydman, que tomaram conta de mim nos momentos de maior aperto; Ana Luiza Saad, que traduziu o resumo do trabalho; Miguel Crochik, pela troca de ideias e experiências; Rafaela Prestes e Carolina Pinton, amigas que me acolheram no Rio de Janeiro durante as visitas ao Arquivo Nacional.

Conciliar as tarefas do mestrado com o meu emprego no Memorial da Resistência foi provavelmente o maior desafio de todos. Por isso não posso deixar de agradecer aos colegas do Memorial e da Pinacoteca que deixaram mais leves e divertidos esses anos de muito trabalho. Particularmente à Marília Bonas, querida amiga e ex-chefe, que além de me ensinar muito como profissional teve a sensibilidade de me proporcionar o espaço necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Me faltam palavras para expressar o meu amor e agradecimento à Luiza Ramos, que esteve tão perto nesses anos dividindo as angústias e alegrias da vida em todos os âmbitos possíveis e imagináveis.

Sou também imensamente grata por ter tido o Raphael Escobar ao meu lado nessa trajetória. Além de ser o companheiro mais carinhoso e generoso que poderia sonhar, ele sempre me faz acreditar que sou capaz. Devo grande parte desse trabalho ao incentivo, ao cuidado e à paciência dele.

Por fim, mas não menos importante, agradeço infinitamente à minha mãe, Silvia Alvarez, e ao meu pai, Milan Djurovic, por todo o amor, esforço e dedicação para que realizações como essa pudessem acontecer. Agradeço também às minhas irmãs Julia e Clara, simplesmente por existirem na minha vida. Amo vocês!

Pois bem, senhor, um romance é um espelho que se carrega ao longo da estrada. Tanto pode refletir para os seus olhos o azul do céu como a imundície do lamaçal da estrada. Por acaso o homem que carrega o espelho em sua sacola pode ser acusado de imoral? Seu espelho mostra a sujeira e o senhor acusa o espelho? O senhor deveria acusar o longo caminho onde se forma o lamaçal e, sobretudo, o inspetor das estradas que deixa a água apodrecer e o lodo se acumular.

Stendhal, *O vermelho e o negro*.

Resumo

DJUROVIC, Camila Alvarez. **Impressões da direita:** luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964). 2020. 221 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O trabalho busca investigar as formas de produção e o alcance das ideias da elite empresarial e militar reunida no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) por meio de seus empreendimentos editoriais. Diante do conturbado contexto político e social do início da década de 1960, o financiamento e a edição de publicações tiveram um papel fundamental para os grupos de direita organizados, cumprindo a função de propaganda e mobilização política. A análise dos livros, folhetos e periódicos publicados do IPÊS mostra que o anticomunismo foi o cerne da campanha ideológica levada a cabo pelas frações civis e militares envolvidas no golpe de 1964. Além disso, revela a existência de um projeto político coerente e coeso para a tomada do poder. Levando em conta a interação entre as esferas da produção intelectual e cultural, da política e do mercado procura-se, portanto, compreender os processos que condicionaram a complexa rede de produção e circulação editorial do IPÊS.

Palavras-chave: História Cultural; História do Livro; Golpe empresarial-militar de 1964; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS); Anticomunismo.

Abstract

DJUROVIC, Camila Alvarez. **Impressions of the right:** ideological fight and business class mobilization through IPÊS editorial action (1961-1964). 2020. 221 f. Dissertation (Master's in Economic History) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The work seeks to investigate the production and dissemination of ideas by the military and business elite through the editorial efforts gathered by IPÊS (Institute of Research and Social Studies). In the troubled political and social context of the early 1960s, the financing of publications was fundamental for organized right wing groups, serving as propaganda and political rallying. The analysis of books, pamphlets and periodicals published by IPÊS shows that anticommunism was the core of the ideological campaign carried out by civil and military groups involved in the coup of 1964; it also reveals the existence of a cohesive political project for a power takeover. The intent of this research is to understand the processes that influenced the complex web of editorial production and distribution of IPÊS by examining the relation between cultural and intellectual production, politics and marketplace.

Keywords: Cultural History; Book History; 1964 Civil-Military Coup; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS); Anticommunism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESG - Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
Agir - Artes Gráficas Reunidas S.A
ALPRO - Aliança para o Progresso
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia
CB - Centro de Bibliotecnia
CBL – Câmara Brasileira do Livro
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CIA - Central Intelligence Agency
CLC - Congresso pela Liberdade da Cultura
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CPC - Centro Popular de Cultura
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
EPEA - Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
ESG - Escola Superior de Guerra
EUA - Estados Unidos da América
FBP - Franklin Book Program
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GAP - Grupo de Assessoria Parlamentar
GED - Grupo de Estudo e Doutrina
GLC - Grupo de Levantamento de Conjuntura
GOP - Grupo de Opinião Pública
GPE - Grupo de Publicações/Editorial
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios
IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPÊS/SP - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais de São Paulo
IPÊS/GB - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais da Guanabara
IPESUL - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais do Rio Grande do Sul
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MBL - Movimento Brasil Livre

Oban - Operação Bandeirantes
PCB - Partido Comunista do Brasil
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SNI - Serviço Nacional de Inteligência
SNEL - Sindicato Nacional do Editores Livreiros
UCF - União Cívica Feminina
UDN - União Democrática Nacional
UNE - União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID - United States Agency for International Development
USIA - United States Information Agency

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E IMAGENS

Quadros

Quadro 1 – Relação de livros por habitante/ano em alguns anos da década de 1960	55
Quadro 2 – O comércio de livros após o golpe de 1964.....	56
Quadro 3 – Relação das publicações editadas e/ou distribuídas pelo GPE (1961-1964).....	67
Quadro 4 – População-analfabetismo (1960).....	74
Quadro 5 – Relação dos gastos do IPÊS com publicações nos anos de 1962,1963 e 1965	75
Quadro 6 – Levantamento dos títulos em estoque das editoras às vésperas do golpe de 1964.....	84
Quadro 7 – Livros listados pela USIA e distribuídos pelo IPÊS	89
Quadro 8 – Relação de destinatários das publicações distribuídas pelo IPÊS/GB (s/d).....	93

Gráficos

Gráfico 1 – Tipos de publicações distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-1964	72
Gráfico 2 – Origem das publicações distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-1964	72
Gráfico 3 – Percentual de livros por editora	82
Gráfico 4 – Temas das publicações editadas/distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-abr. 1964.....	99
Gráfico 5 – Subtemas das publicações anticomunistas editadas/distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1962-1964.....	117
Gráfico 6 – Tipos de publicações distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-1966.....	138

Imagens

Imagem 1 – Esquema de ação das sedes e seções regionais do IPÊS	38
Imagem 2 – Logotipo do IPÊS em publicações	73
Imagem 3 – Capas da coleção de livros anticomunistas da GRD Edições	101
Imagem 4 – Capas dos livros da <i>Coleção Política Contemporânea</i> , da GRD Edições	102
Imagem 5 – Capa da primeira edição britânica de <i>Animal farm</i> , de 1945, e capa da segunda edição de <i>A revolução dos bichos</i> , publicada pela editora Globo em 1971.....	115
Imagem 6 – Capas de publicações editadas/distribuídas pelo GPE-IPÊS sobre a infiltração comunista no Brasil (1962-1964)	120
Imagem 7 – Capas de publicações abertamente editadas pelo IPÊS	130
Imagem 8 – Capa de <i>A China comunista em perspectiva</i>	157
Imagem 9 – Capa de <i>Começa o julgamento</i>	158
Imagem 10 – Capa de <i>A agricultura sob o comunismo</i>	159
Imagem 11 – Capa de <i>A sétima questão</i>	160
Imagem 12 – Capa de <i>A rebelião da juventude na URSS</i>	161

Imagem 13 – Capa de <i>Cuba, nação independente ou satélite?</i>	162
Imagem 14 – Capa de <i>Cartilha de comunismo, teoria e prática</i>	163
Imagem 15 – Capa de <i>UNE: instrumento de subversão</i>	164
Imagem 16 – Capa de <i>A revolução de Fidel Castro</i>	165
Imagem 17 – Capa de <i>Anatomia do comunismo</i>	166
Imagem 18 – Capa de <i>A prova da coexistência</i>	167
Imagem 19 – Capa de <i>O sindicato no mundo moderno</i>	168
Imagem 20 – Capa de <i>As condições de trabalho em Cuba</i>	169
Imagem 21 – Capa de <i>Teorias do colonialismo</i>	170
Imagem 22 – Capa de <i>Ideologia e poder na política soviética</i>	171
Imagem 23 – Capa de <i>Armas, democracia e algemas</i>	172
Imagem 24 – Capa de <i>Às vésperas da quinta república</i>	173
Imagem 25 – Capa de <i>Reforma Agrária</i>	174
Imagem 26 – Capa de <i>O retrato</i>	175
Imagem 27 – Capa de <i>A revolução dos bichos</i> (2ª ed., 1971)	176
Imagem 28 – Capa de <i>O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil</i>	177
Imagem 29 – Capa de <i>Nossos males e seus remédios</i>	178
Imagem 30 – Capa de <i>A realidade era outra</i>	179
Imagem 31 – Capa de <i>O que devemos saber sobre o comunismo</i>	180
Imagem 32 – Capa de <i>O nome secreto</i>	181
Imagem 33 – Capa de <i>O grande despertar</i>	182
Imagem 34 – Capa de <i>Kruschev e a Cultura</i>	183
Imagem 35 – Capa de <i>Programa de ação econômica do governo</i>	184
Imagem 36 – Capa de <i>Um engenheiro brasileiro na Rússia</i>	185
Imagem 37 – Capa de <i>A Aliança para o Progresso</i>	186
Imagem 38 – Capa de <i>Você e a democracia</i>	187
Imagem 39 – Capa de <i>Reformas de Base: posição do IPÊS</i>	188
Imagem 40 – Capa de <i>A reforma agrária: problemas, bases, solução</i>	189
Imagem 41 – Capa de <i>A experiência inflacionária no Brasil</i>	190
Imagem 42 – Capa de <i>O presidencialismo que nos convém</i>	191
Imagem 43 – Capa de <i>Reforma constitucional</i>	192
Imagem 44 – Capa de <i>A Iugoslávia de Tito</i>	193
Imagem 45 – Capa de <i>O assalto ao parlamento</i>	194
Imagem 46 – Capa de <i>O discurso secreto de Khrushchev</i>	195
Imagem 47 – Capa de <i>A guerra política</i>	196

Imagem 48 – Capa de <i>A Rússia de Stalin</i>	197
Imagem 49 – Capa de <i>Democratização do capital</i>	198
Imagem 50 – Capa de <i>Você pode confiar nos comunistas</i>	199
Imagem 51 – Capa de <i>Democracia e comunismo</i>	200
Imagem 52 – Capa de <i>Mater et Magistra</i>	201
Imagem 53 – Capa de <i>Lei de Parkinson</i>	202
Imagem 54 – Capa de <i>1984</i>	203
Imagem 55 – Capa de <i>Cartilha para o Progresso</i>	204
Imagem 56 – Capa de <i>Você e a democracia</i>	205
Imagem 57 – Capa de <i>Democratização do capital</i>	206
Imagem 58 – Capa de <i>Se você fosse um trabalhador soviético</i> (n. 2).....	208
Imagem 59 – Capa de <i>A crise da previdência social</i>	209
Imagem 60 – Capa de <i>Reforma tributária</i>	210
Imagem 61 – Capa de <i>A inflação, suas causas e consequências</i>	211
Imagem 62 – Capa de <i>Continuismo e comunismo</i>	212
Imagem 63 – Capa de <i>Notas em função do “referendum”</i>	213
Imagem 64 – Capa de <i>The country that saved it self</i>	214
Imagem 65 – Capa de <i>A ameaça vermelha</i>	215
Imagem 66 – Capa de <i>Infiltração comunista no Brasil</i>	216
Imagem 67 – Capa de <i>Como lidar com os comunistas</i>	217
Imagem 68 – Capa de <i>O árduo caminho da reforma agrária</i>	218
Imagem 69 – Capa de <i>Estatutos Sociais IPÊS</i>	219
Imagem 70 – Capa de <i>Estatutos Sociais IPÊS/GB</i>	220
Imagem 71 – Capas de <i>O que é o IPÊS</i>	221
Imagem 72 – Folheto <i>Sua adesão ao IPÊS é indispensável</i>	222

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – Quando os homens de empresa se tornaram “revolucionários”	25
1.1. As lutas sociais no governo João Goulart	25
1.2. Conjuntura internacional: Guerra Fria e Aliança para o Progresso	29
1.3. Fundação e organização do IPÊS	32
1.4. A campanha política e ideológica do complexo IPÊS/IBAD	38
1.5. Perspectivas teórico-metodológicas	45
CAPÍTULO 2 – O circuito editorial do IPÊS	51
2.1. A luta ideológica na formação do mercado editorial brasileiro	51
2.1.1. Paisagem editorial da década de 1960	55
2.2. A contraofensiva: criação e organização do Grupo de Publicações/Editorial do IPÊS	60
2.3. O repertório bibliográfico do GPE: uma visão de conjunto	66
2.4. Financiamento	75
2.5. Editoras e editores	79
2.6. A Guerra Fria através dos livros: United States Information Agency e as políticas culturais estadunidenses no Brasil	85
2.7. Circulação	91
2.8. Leituras da direita: as bibliotecas do IPÊS	94
CAPÍTULO 3 – A direita em edição	98
3.1. Repertório temático do GPE no pré-golpe	98
3.2. Anatomia do comunismo: construindo o inimigo público	100
3.2.1. Autores exilados, dissidentes e convertidos	104
3.2.2. Outras palavras: os paratextos editoriais	108
3.2.3. Imperialismo soviético e a ameaça vermelha no Brasil	116
3.2.4. Democracia e comunismo	121
3.3. A campanha de classe: mobilização empresarial e as propostas reformistas do IPÊS	125
3.3.1. Análises de conjuntura: crise política do governo João Goulart e o plebiscito de 1963	131
3.4. Apontamentos sobre as edições do IPÊS no pós-golpe	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
APÊNDICE – Catálogo das publicações editadas e/ou distribuídas pelo IPÊS (1961-1964)	156
ANEXO I - Listas de publicações distribuídas pelo IPÊS	223
ANEXO II - Lista de obras da biblioteca do IPÊS no Rio de Janeiro	226

INTRODUÇÃO

O ano de 1964 é um marco indispensável para qualquer análise do passado recente brasileiro – inclusive do presente. Decorridos mais de cinquenta anos dos eventos que levaram à derrubada do governo constitucional de João Goulart, são muitas as interpretações sobre as condições do golpe e sobre as características do regime que se perpetuou até 1985. Uma das vertentes interpretativas mais frutíferas é a que considera a atuação da chamada sociedade civil¹ nos acontecimentos do período. Desde a publicação de obras como *1964: a conquista do Estado*², de René Armand Dreifuss, a bibliografia sobre o tema vem se ampliando e se consolidando como peça fundamental para a compreensão daquele momento histórico.

O livro do historiador e cientista político uruguaio, lançado em 1981, foi o primeiro a analisar de forma sistemática e aprofundada a participação de setores da sociedade civil na articulação do golpe de Estado, tendo como recorte a campanha política, ideológica e militar desenvolvida em torno de dois “aparelhos privados de hegemonia”: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Partindo dos pressupostos de Gramsci sobre as formas de organização do poder de classe, a investigação de Dreifuss sobre a atuação das entidades representantes dos interesses econômicos “multinacionais e associados” reforçou a abordagem do golpe de 1964 como resultado de um movimento conjugado entre setores civis e Forças Armadas³.

Considerando as demonstrações sobre a insuficiência explicativa das análises que superestimam o elemento militar na correlação de forças do período, a expressão *golpe militar*, hegemônica na literatura sobre o tema, começou a ser substituída, por alguns autores, pelas designações de golpe *político-militar*, *empresarial-militar* ou *civil-militar* – binômios também utilizados para adjetivar a própria ditadura, uma vez que membros da elite política e

¹ A sociedade civil, na acepção aqui empregada, não é um espaço neutro de trocas e debates livres e nem está separada do Estado (sociedade política), salvo para fins metodológicos. Como afirma Gramsci, “sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos”. GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Riuniti, 1977, p. 1589.

² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³ Vale ressaltar que essa abordagem sobre o golpe, sobretudo no que diz respeito à interferência estadunidense, já vinha sendo defendida em estudos anteriores, como *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, publicado em 1973, e *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*, de 1978, ambos de autoria de Moniz Bandeira. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; Idem. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

empresarial ocuparam postos estratégicos nos governos ditatoriais, sobretudo em ministérios e companhias estatais. Daí a noção de “conquista do Estado” que permeia a obra de Dreifuss.

As questões sobre o complexo IPÊS/IBAD se desdobraram em pesquisas acadêmicas nas mais diversas áreas. Ainda nos anos 1980, Heloísa Starling deu continuidade às investigações de Dreifuss em sua dissertação sobre a atuação do IPÊS em Minas Gerais⁴. Nos anos 2000, a “descoberta” de 14 filmes produzidos pelo IPÊS guardados no Arquivo Nacional resultou no livro da jornalista Denise Assis⁵, que abriu caminho para uma série de pesquisas sobre a campanha ideológica do instituto, desenvolvidas sobretudo na área de Comunicação. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁶ incluiu em seu relatório final um capítulo dedicado exclusivamente à responsabilidade civil na ditadura, baseando-se nos diversos estudos realizados até então sobre o tema⁷. Com todas as suas limitações práticas, o feito da CNV representou o reconhecimento simbólico do Estado brasileiro sobre a atuação antidemocrática do complexo IPÊS/IBAD no período.

Entretanto, a interpretação crítica sobre a história da ditadura, consolidada como “história oficial” pela CNV, não obteve consenso no conjunto da sociedade brasileira. Paralelamente à dissolução da Comissão, começaram a se romper os pactos sociais, políticos e econômicos que sustentaram a redemocratização. O processo que culminou no golpe parlamentar de 2016 veio acompanhado por uma intensa negação e manipulação dos fatos ligados ao tema, contrariando a crença de que o campo progressista e democrático havia conseguido impor uma derrota definitiva (ao menos no âmbito das ideias) aos “vencedores” de abril de 1964⁸. A ofensiva ideológica da chamada “nova direita” teve como aliados os

⁴ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵ ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001.

⁶ A Comissão Nacional da Verdade foi um órgão temporário criado pela Lei 12528/2011 e instituído em 16 de maio de 2012 pelo governo de Dilma Rousseff. Teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de um relatório final.

⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. Volume II – Texto 8 – Civis que colaboraram com a ditadura. Brasília: CNV, 2014. O capítulo foi resultado das pesquisas desenvolvidas pelo 13º Grupo de Trabalho (GT13), coordenado por Rosa Cardoso. Vale apontar que o relatório também reconhece a face civil do aparato repressivo da ditadura, cujo caso mais emblemático é o da Operação Bandeirante (Oban) – órgão criado em 1969, responsável pelo sequestro, tortura e assassinato de dezenas de pessoas e financiado diretamente por companhias multinacionais e empresários, muitos deles também ligados ao IPÊS.

⁸ O revisionismo sobre a ditadura brasileira é um fenômeno que já vinha sendo gestado desde a primeira década de 2000. Um dos casos mais emblemáticos foi a discussão sobre a “ditabranda”, termo cunhado em 2009 pelo editorial do jornal *Folha de S.Paulo*. O texto defendia o caráter “brando” da ditadura brasileira em comparação com os demais regimes autoritários sul-americanos em função do número mais baixo de opositores assassinados.

grandes veículos de comunicação e o mercado editorial, que viu no segmento histórico revisionista uma oportunidade de crescimento⁹.

Nesse cenário, os grupos empresariais, organizados em movimentos sociais como o MBL, entidades de classe como a FIESP e *think thanks* como o Instituto Millenium e o Instituto Von Mises, voltaram a assumir o protagonismo no cenário político e a reivindicar antigas pautas liberais travestidas de novas soluções para a gestão dos problemas do país. No período pré-eleitoral de 2018, quando já consolidada a aliança entre os setores liberais e a extrema direita, o cenário de polarização política atingiu seu auge e a campanha ideológica conservadora se potencializou com a disseminação massiva das *fake news*. Trinta anos após a queda do muro de Berlim, o debate sobre “ideologias” voltou à pauta do dia e se manifestou, no campo da direita, por meio dos discursos sobre a “ameaça comunista”, o “marxismo cultural”, o “gramscismo”, a “ideologia de gênero” etc.

Assim, foram inúmeros os paralelos que surgiram entre os acontecimentos do passado e do presente durante a realização da pesquisa aqui apresentada. Sem dúvida, este se configurou como um momento “privilegiado” para a investigação da campanha ideológica do IPÊS, tanto por possibilitar novos olhares sobre o tema, como por lhe conferir atualidade e relevância. Em tempos de contestação da ciência, se faz importante lembrar, portanto, que “a contemporaneidade do historiador e de seus leitores sempre está presente em qualquer perfil de periodização ou interpretação de História que se construa”¹⁰. Mas sob o risco de incorrer em comparações simplistas ou anacrônicas, nos limitamos por ora a interpretar a sensação da “história que se repete”, tão presente ao longo da pesquisa, como resultante de um novo ciclo, em que se atualizam as estratégias de dominação ideológica da burguesia brasileira.

Para além das considerações sobre a escolha do tema, cabe a nós comentar brevemente os objetivos principais da pesquisa, sua metodologia, fontes e a organização de sua

⁹ Nesse sentido é possível apontar a atuação de editoras como a Record e a Leya, que diversificaram seus catálogos para atingir o crescente público de direita introduzindo autores como Olavo de Carvalho, Marco Antonio Villa, Leandro Narloch, Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino e Luiz Felipe Pondé. Esse fenômeno editorial, iniciado nos primeiros anos do governo Dilma Rousseff, interrompeu um longo período de predomínio no mercado das obras de orientação crítica e progressista sobre a ditadura – tendência esta iniciada ainda durante período autoritário. Uma análise mais detalhada sobre o revisionismo histórico e o mercado editorial pode ser encontrada em: SILVA, Leandro Nóbrega da. O mercado editorial e a nova direita brasileira. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, dez. 2018.

¹⁰ SILVA, Marcos. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). *Antíteses*, v. 2, n. 3, jan.-jun. 2009, p. 24-25.

apresentação. O intuito geral deste trabalho foi o de investigar a luta ideológica e a mobilização empresarial para o golpe de 1964 por meio da ação editorial da direita – mais especificamente do grupo organizado em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPÊS.

Os estudos mais aprofundados sobre a atividade editorial do IPÊS são relativamente recentes. Até o momento, a historiografia dedicada a essa temática desenvolveu, em geral, abordagens de segmentos específicos do circuito editorial, voltadas para a campanha ideológica do pré-1964 e com enfoque no tema do anticomunismo. Embora trabalhe com um escopo mais abrangente sobre o IPÊS, Hernán Ramírez propõe uma pertinente periodização da atividade editorial do instituto e suas formas de financiamento em sua tese de doutorado¹¹. A dissertação de Martina Spohr Gonçalves¹² foi pioneira em apresentar como objeto de estudo os livros distribuídos pelo instituto no pré-1964, examinando a partir deles os discursos sobre democracia e anticomunismo. Mais recentemente, a excelente pesquisa de Laura de Oliveira¹³ aprofundou o enfoque sobre o segmento editorial, tratando especificamente da relação da editora GRD com o IPÊS e apresentando uma investigação inédita sobre o financiamento estadunidense para a edição de livros no Brasil. Assim, nos parece imprescindível o diálogo com essas produções na tentativa de contribuir para o debate sobre o tema.

Para os objetivos aos quais nos propusemos, se fez necessária uma análise das formas de produção e circulação das ideias da elite empresarial e militar reunida pelo IPÊS. Partimos do pressuposto de que a organização ideológica das classes sociais é, de algum modo, material¹⁴. Nesse sentido, o que chamamos no título da dissertação de *impressões da direita* tem um duplo caráter. Por um lado, “impressão” significa o ato ou efeito de imprimir, isto é, o processo concreto de produzir publicações; por outro, a palavra também carrega o sentido de opinião, interpretação, influência etc. Ou seja, do mesmo modo que o livro possui uma materialidade e se configura enquanto mercadoria, ele é também um meio de transmissão e difusão de ideias, um “fermento do pensamento”, nas palavras de Henri-Jean Martin¹⁵. Sendo assim, o presente trabalho buscou levar em conta a interação entre as esferas da produção

¹¹ RAMÍREZ, Hernán R. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre, 2005. 709 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹² GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. Niterói, 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

¹³ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015.

¹⁴ SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017, p. 26.

¹⁵ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017. Cap. 8.

intelectual e cultural, da política e do mercado a fim de compreender os processos que condicionaram a complexa rede de produção e circulação editorial do IPÊS.

Metodologicamente, trabalhamos com a formulação de um *circuito editorial ipesiano*. Para tal, nos baseamos no conceito de “circuito das comunicações”, desenvolvido por Robert Darnton, que propõe “um modelo geral para analisar como os livros surgem e se difundem entre a sociedade”¹⁶. Via de regra, esse ciclo de vida começa com o autor do texto e passa pelo editor, pelo impressor, pelo distribuidor e pelo livreiro até, finalmente, chegar ao leitor. Este último, por seu turno, completa o circuito por influenciar o autor tanto antes quanto depois do ato da escrita, uma vez que autores são também leitores. O modelo proposto por Darnton, portanto, engloba a fase da *produção* (criação do autor, intervenção dos editores, fornecimento de matérias-primas, trabalho envolvido no processo gráfico), da *circulação* (distribuição por meio de intermediários, propaganda, venda) e do *consumo* (compra, empréstimos em clubes e bibliotecas, recepção pela comunidade de leitores). Desse modo, a economia do livro¹⁷ pode ser entendida de forma mais totalizante, enquanto uma intersecção entre processos históricos de ordem econômica, social, política e cultural¹⁸.

A fim de alcançarmos uma visão mais geral da atividade editorial do IPÊS, optamos por incluir em nossa análise bibliográfica não apenas os livros, mas também os folhetos produzidos e distribuídos pelo instituto. A escolha trouxe algumas dificuldades, pois, diferentemente do livro, cuja forma visa normalmente a duração no tempo, os folhetos têm por natureza um caráter mais circunstancial ou até efêmero, o que muitas vezes nos levou a trabalhar com informações fragmentadas. Tendo como resultado um repertório bibliográfico mais extenso, essa definição também limitou a realização de análises mais detidas sobre os textos dos autores e a recepção dos leitores¹⁹. Por outro lado, a inclusão desse tipo de

¹⁶ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 112.

¹⁷ Tal como definida em *O Aparecimento do Livro*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin. À luz da renovação metodológica iniciada pela chamada “Escola dos Annales”, os autores foram pioneiros em abordar o livro em sua dupla determinação: como signo cultural e como objeto inseparável das relações sociais de produção. FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017.

¹⁸ Para o Darnton, o principal objetivo metodológico do circuito das comunicações é justamente evitar as análises segmentadas, restritas e especializadas através da proposta de uma “visão holística do livro como meio de comunicação”. DARNTON, Robert, op. cit., p. 112. Apesar de sua pesquisa estar centrada no mercado editorial francês do século XVIII, o autor afirma que o modelo de análise ali proposto se aplicaria, mediante pequenas adaptações, a todos os períodos da história do livro impresso, uma vez que, “os livros fazem parte de circuitos de comunicação que funcionam segundo modelos homogêneos, por mais complexos que sejam”. DARNTON, Robert, op. cit., p. 131.

¹⁹ Entendemos que nossa tentativa de traçar as linhas de um circuito editorial do IPÊS se limitou a um “primeiro degrau da análise”, como afirmava Edgard Carone ao estudar a difusão dos livros marxistas. Deixamos de lado, assim, o “resultado intelectual ou ideológico desta leitura”. CARONE, Edgard apud SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017, p. 25.

impresso no escopo da pesquisa proporcionou um contato com outros conteúdos produzidos pelo IPÊS, que até então permaneciam em segundo plano nas temáticas tratadas pela produção historiográfica.

A periodização sobre a qual trabalhamos foi definida com base no próprio intervalo de atuação do Grupo de Publicações/Editorial do IPÊS, que iniciou suas atividades informalmente em 1961 e interrompeu gradualmente sua produção a partir do golpe. Nesse sentido, operamos com a hipótese de que houve uma reorientação das políticas editoriais do instituto após os eventos de 1964, cujo marco principal se deu com a criação de uma nova entidade voltada exclusivamente para a divulgação do livro: o Centro de Bibliotecnia. Compreender a relação entre o IPÊS e as agências que atuaram em favor dos propósitos da política externa dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, notadamente a United States Information Agency (USIA) e o Franklin Book Program, se fez fundamental para traçar uma periodização das atividades editoriais do instituto brasileiro e assimilar o caráter das publicações produzidas nos momentos anterior e imediatamente posterior ao golpe.

Nossa pesquisa documental foi realizada, em grande medida, no Fundo IPÊS do Arquivo Nacional, onde se encontra depositado o acervo doado em 1974 pelo militar e antigo membro do instituto João José Batista Tubino²⁰. A busca por fontes referentes às atividades editoriais do IPÊS também aconteceu em acervos pessoais dos empresários associados ao instituto, como o Fundo Paulo de Assis Ribeiro, do Arquivo Nacional, e o Fundo Paulo Ayres Filho, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Faculdade Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). As fontes levantadas foram de diversas naturezas, incluindo, por exemplo, relatórios de atividades, recibos de pagamentos, atas de reuniões da diretoria, listas de empresas contribuintes e correspondências. Entretanto, podemos considerar como base do nosso levantamento as listas produzidas pela entidade para o controle interno sobre a distribuição de impressos. Outra vertente da pesquisa documental aconteceu em livrarias, sebos e bibliotecas²¹, com o propósito de localizar as fontes bibliográficas e recolher informações adicionais. A partir desse conjunto foi possível identificar grande parte das publicações que compõem o catálogo que apresentamos como resultado final da pesquisa (Apêndice). Apesar de algumas lacunas, acreditamos que os documentos reunidos foram

²⁰ O acervo está localizado na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, mas boa parte já se encontra digitalizado e disponível para consulta *online*.

²¹ Consultamos presencialmente as seguintes bibliotecas: Biblioteca Nacional, Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional), Biblioteca Mario Henrique Simonsen (FGV/RJ) e bibliotecas da Universidade de São Paulo (FFLCH, FEA, FAU, Instituto Oceanográfico, Faculdade de Direito e Faculdade de Educação).

suficientes para os nossos objetivos, tendo propiciado uma visão ampla da produção editorial do IPÊS do período e de sua organização.

Ao examinar as determinações mais específicas do circuito editorial ipesiano, procuramos simultaneamente inseri-lo no contexto do mercado editorial brasileiro da década de 1960, marcado pela forte atuação de editoras ligadas à esquerda, como a Civilização Brasileira e a Brasiliense. Esse movimento buscou, por um lado, compreender o alcance da circulação dos impressos do IPÊS e, por outro, pontuar a luta ideológica do período. Utilizamos como principal fonte historiográfica para delinear a discussão sobre o mercado editorial da época o clássico *O livro no Brasil: Sua História*²², de Laurence Hallewell. As consultas à produção de Caio Navarro de Toledo foram imprescindíveis para fundamentar nossa visão sobre o contexto histórico do governo João Goulart e do golpe de 1964 sob o prisma da luta ideológica.

Passemos, por fim, à estrutura do trabalho. No primeiro capítulo, abordamos em linhas breves a crise orgânica do “populismo” e a crise política mais imediata do governo Goulart, buscando analisar essa conjuntura a partir das lutas sociais em cena. Articulado a isso, está o contexto internacional da Guerra Fria e seus reflexos na política externa dos EUA para a América Latina, sobretudo a partir da criação da Aliança para o Progresso, que se tornou um dos pilares ideológicos do IPÊS. Partimos então para a história da fundação deste instituto e a apresentação de sua organização interna, seus membros e financiadores. Criado em 1961 com supostos fins educacionais, o IPÊS desenvolveu nos bastidores uma ampla campanha política, ideológica e militar para desestabilizar o governo João Goulart. Para tal, agiu por meio de grupos de trabalho que desenvolviam tanto atividades públicas quanto clandestinas. Dentre as ações encobertas estavam o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, a infiltração em movimentos populares, a mobilização no meio militar e a disseminação de propagandas anticomunistas através de publicações, filmes, programas de TV e rádio etc.

No segundo capítulo, procuramos reconstituir o processo de formação do mercado editorial brasileiro no século XX e identificar, paralelamente, de que formas o livro serviu como veículo de propaganda ideológica e de formação política para os movimentos da esquerda e da direita. Uma breve pincelada da paisagem editorial dos anos 1960 tem como objetivo discutir de que maneiras a ação editorial do IPÊS se relacionou com a proeminente produção intelectual e cultural da esquerda no período. Em seguida, nos voltamos à formação

²² HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012.

do Grupo de Publicações/Editorial, setor responsável pela produção e disseminação dos impressos alinhados aos princípios ideológicos do instituto. A partir das fontes referentes à atuação deste grupo de trabalho, levantamos o repertório bibliográfico formado entre os anos de 1961 e 1964 e discutimos o circuito editorial do IPÊS, observando como se organizaram as tarefas relacionadas às esferas da edição, circulação e recepção. Para tal, abordamos as estratégias adotadas para o financiamento das edições, as relações estabelecidas junto aos editores, a associação com o Programa de Fomento ao Livro da USIA, o modo pelo qual os impressos circulavam e as leituras realizadas pelos intelectuais orgânicos da direita. Em resumo, partimos da materialidade da produção editorial do IPÊS para responder à questão: qual foi o alcance da circulação das ideias da direita na sociedade brasileira da época?

Entrando nas questões de ordem mais particular, o terceiro capítulo apresenta uma análise temática das publicações, mostrando que o anticomunismo foi o cerne da campanha ideológica desenvolvida pelos grupos civis e militares brasileiros envolvidos no golpe de 1964. Procuramos desse modo identificar de que maneiras as escolhas editoriais contribuíram para a conformação dos sentidos das obras selecionadas para publicação pelo IPÊS. Por meio dos paratextos, os editores brasileiros alinhados ao instituto puderam usar o livro em benefício da causa anticomunista e adaptar as obras estrangeiras para a realidade nacional.

Paralelamente aos livros anticomunistas voltados a um público amplo e variado, o IPÊS editou seus próprios intelectuais, de modo a fomentar a consciência de classe entre o empresariado e reunir seus agentes para a ação política. Voltamos nossa atenção, por fim, para o conjunto bibliográfico composto por estudos sobre as reformas de base e análises da conjuntura política, que conformam o lado propositivo e programático da atuação dos ipesianos para a tomada do Estado.

CAPÍTULO 1 – Quando homens de empresa se tornaram “revolucionários”¹

1.1. As lutas sociais no governo João Goulart

Combinando nacionalismo, trabalhismo e industrialização, o Estado inaugurado por Getúlio Vargas se construiu ideologicamente com base nos ideais de paz social e conciliação de classes, dando origem ao que muitos definiram como “populismo”². Apoiada pela criação do setor estatal da indústria de base e pela ampliação do mercado interno, a burguesia industrial brasileira pôde consolidar a partir de então seu crescimento. Já nos anos 1950, o avanço da produção industrial foi alavancado pela abertura a investimentos estrangeiros maciços, que deram início à associação entre a burguesia nacional e o capital multinacional. Essa nova fase de expansão, movida por um processo de internacionalização e monopolização do mercado nacional, foi geradora de conflitos sociais e de uma crescente disputa dentro da sociedade civil pelo papel do Estado.

Paralelamente, o contingente massivo de trabalhadores gerado no processo de industrialização aumentava seu grau de consciência de classe e de organização, tanto no campo quanto nas cidades, o que se expressou no avanço do movimento sindical e de organizações como as Ligas Camponesas. Em meados da década de 1960, o consenso entre a classe operária e a burguesia nacional se encontrava abertamente em crise:

[...] o desenvolvimento alcançou o ponto em que aos trabalhadores interessava ultrapassar o populismo, enquanto à burguesia interessava

¹ Tradução do título do artigo “When executives turned revolutionaries”, publicado em setembro de 1964 na tradicional revista estadunidense *Fortune*. A longa reportagem, assinada por Philip Siekman, narra a parceria entre o então embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, e os empresários paulistas do IPÊS que articularam a conspiração para a derrubada do governo João Goulart. Apesar do evidente tom apologético, o texto ligando diretamente os empresários do IPÊS ao golpe tornou-se motivo de preocupação e foi pauta de reuniões da Diretoria e de correspondências trocadas entre Paulo Ayres Filho, líder do instituto em São Paulo, e o embaixador dos EUA Lincoln Gordon. FILHO, P. A.; GORDON, L. *Correspondências da Embaixada e do Consulado Americanos para Paulo Ayres Filho*. Arquivo Paulo Ayres Filho, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

² Foge ao escopo do presente trabalho uma análise do conceito de populismo, bem como da teoria do populismo. No entanto, acreditamos ser importante pontuar a interpretação do conceito pelos autores que utilizamos como referência para este item. De acordo com a definição de Gorender, “o conceito de populismo não se reduz a demagogia e manipulação, aspectos secundários no contexto [...]. O populismo foi a forma de hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa”. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 16. René Dreifuss entende o populismo como “[...] o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista.” DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 43, nota 55.

desfazer-se dele. Do ponto de vista da burguesia, o sedativo populista havia perdido eficácia para o mal específico da luta de classes³.

Em 1961, a inesperada renúncia de Jânio Quadros agravou a situação política do país. Após a obstrução das Forças Armadas à posse do vice-presidente, João Goulart assumiu o cargo sob a amarração política do parlamentarismo, situação que só viria a ser revertida mediante o referendo popular de janeiro de 1963. Durante seu conturbado mandato, as chamadas reformas de base ocuparam o centro do debate nacional. Entre seus principais defensores estavam os setores ligados aos partidos comunista e trabalhista, notadamente o PCB e o PTB, os sindicalistas reunidos no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o grupo católico progressista que fundou a Ação Popular (AP), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras organizações que pressionavam o governo a aprofundar seu compromisso popular. O projeto nacional-reformista apresentado por Goulart pode ser descrito resumidamente da seguinte maneira:

[...] a) medidas de emergência; b) medidas relevantes. As de emergência compreendiam: 1) eliminar a desorganização no abastecimento; combater a inflação; erradicar o analfabetismo; ampliar o mercado de trabalho; 2) criar condições para o controle permanente do processo inflacionário e o aumento da eficiência da administração pública; 3) iniciar o processo da reforma agrária. As medidas relevantes compreendiam: 1) medidas para o combate à inflação; 2) reforma tributária; 3) reforma administrativa; 4) reforma agrária; 5) reforma cambial; 6) reforma bancária; 7) código de telecomunicações; 8) controle da remessa de lucros para o exterior; 9) eliminação dos abusos do poder econômico; 10) reformulação da política de comércio exterior; 11) nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos controladas pelos capitais estrangeiros; 12) institucionalizar o planejamento econômico e social⁴.

Não obstante o consenso sobre a necessidade de realização das reformas em diversos âmbitos da sociedade brasileira, sobretudo no que se referia à reforma agrária, eram conflitantes “as concepções acerca do seu sentido social e político, da sua extensão e das pré-condições legais à sua realização”⁵. As classes dominantes trabalharam incansavelmente para minar as propostas governistas sobre o tema no Congresso. O bloco multinacional e associado, que àquela altura já representava a força socioeconômica dominante no país, reunindo setores conservadores do empresariado, das Forças Armadas, da Igreja e de partidos

³ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 16.

⁴ VIANA, Cibelis da Rocha apud LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo, 2010. 386 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 94.

⁵ TOLEDO, C. Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 30.

como a UDN e o PSD, logo passou a denunciar a “subversão” e a “comunização do governo”. Longe de refletirem a realidade, as acusações buscavam influenciar a opinião pública com objetivo de barrar o processo de redução das desigualdades sociais resultante do projeto. Como observou Moniz Bandeira, para a direita “a democracia não poderia ser tão democrática assim. Seria comunismo”⁶. Ainda segundo o autor,

[...] estas reformas, evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia. A reforma agrária, que a burguesia nacional, retardatária, raquítica e umbilicalmente vinculada ao latifúndio, não tivera condições de executar, constituía, sobretudo, um instrumento para a ampliação do mercado interno, necessária ao desenvolvimento do parque industrial do próprio País.”⁷

Diante do impasse, os movimentos de massa aumentaram sua mobilização. Havia manifestações nas cidades, cresciam as greves e a organização de trabalhadores rurais. Entre 1961 e 1963, foram deflagradas 435 paralisações, número expressivamente superior ao registrado no governo anterior⁸. Em 1962, as Ligas Camponesas realizaram cerca de 80 comícios a céu aberto em apenas três meses⁹. Em janeiro de 1964, foi reconhecida legalmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), primeira entidade sindical do campo de caráter nacional.

A contramobilização da direita diante do avanço das forças populares se deu com a criação de movimentos amplamente financiados pela embaixada estadunidense e empresas multinacionais, que reuniram setores das classes dominantes e classes médias para denunciar a “infiltração comunista” no governo, defender a propriedade privada e os valores cristãos. Dentre essas organizações, em parte financiadas e lideradas direta ou indiretamente pelo complexo IPÊS/IBAD, estavam o Movimento de Arregimentação Cívica (MAC), a Frente da Juventude Democrática (FJD), o Movimento Sindical Democrático (MSD), a Aliança Eleitoral pela Família (Alef) e os movimentos femininos católicos responsáveis pela organização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a União Cívica Feminina (UCF).

⁶ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 120.

⁷ *Ibidem*, p. 164.

⁸ De 1958 a 1960, no governo Kubitschek, ocorreram no país cerca de 177 greves. TOLEDO, C. Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 72-73.

⁹ LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo, 2010. 386 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 104.

A polarização política e ideológica também se manifestou no âmbito político-institucional. Organizações suprapartidárias como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP) foram criadas para agrupar, respectivamente, parlamentares “progressistas” e “conservadores”. Nas Forças Armadas, o embate se expressou, sobretudo, na divisão entre os militares nacionalistas, em grande maioria de baixa patente, e a alta oficialidade orientada pela Escola Superior de Guerra (ESG). O elemento militar foi decisivo para o desfecho drástico da crise, desencadeado pelo episódio que ficou conhecido como a “revolta dos marinheiros”¹⁰. Assim, como afirmou Caio Navarro de Toledo, “o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado”¹¹.

Neste quadro geral da luta social no pré-1964, já se encontra devidamente consolidada na historiografia a percepção que localiza o IPÊS e seus colaboradores à direita do espectro político. É necessário portanto sublinhar que entendemos a direita do período como o conjunto de ideias, políticas e ações contrárias ao “populismo” de João Goulart, cujas propostas de reformas de base eram vistas como tendentes à maior igualdade social e, na leitura de extremistas de direita, à subversão da ordem, ao socialismo e ao comunismo.

Os termos *direita* e *esquerda* também se encontram convenientemente historicizados e, em linhas gerais, aceitamos que “[...] de um lado estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro os que consideram que são mais desiguais que iguais”¹². Conscientes da limitação dessa diferenciação, ainda assim assumimos que ela nos auxilia a definir a esquerda e a direita, respectivamente. Mas vale sempre lembrar que no interior de ambos os espectros se agrupam projetos heterogêneos, que, no caso da direita, vão

¹⁰ A rebelião está inserida no contexto dos movimentos de subalternos militares alinhados às mobilizações populares ocorridas no governo Goulart. No dia 25 de março, cerca de dois mil marinheiros se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para celebrar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade que reivindicava melhorias para a classe e alinhava-se à defesa das reformas de base. Dias antes, diversos de seus membros haviam sido presos, punidos ou expulsos da Marinha. A solenidade transformou-se então em uma grande assembleia, na qual os marinheiros decidiram permanecer no local em protesto até que o Ministério da Marinha autorizasse a libertação dos companheiros presos e a anulação das punições. Considerando o ato como uma subversão da hierarquia militar, o ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota, deslocou para o local um contingente de fuzileiros navais com ordens de invadir a assembleia e prender os insubordinados. Entretanto, parte das tropas acabou por aderir à rebelião e outra saiu em retirada do local sob as ordens do almirante nacionalista Cândido Aragão. Como resultado, Sílvio Mota pediu demissão e um novo ministro foi nomeado por João Goulart com anuência da CGT. Assim, no dia 27, os marinheiros abandonaram a sede do sindicato, foram presos e, horas depois, anistiados por Goulart. Mas os oficiais da Marinha lançaram notas de protesto e não permitiram que os revoltosos retornassem aos seus postos. O que parecia uma solução transformou-se então no estopim da crise política. Segundo Gorender, “o incidente detonador do golpe veio a ser a assembleia dos marinheiros, como podia ser algum outro, na atmosfera explosiva daqueles dias”. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 63.

¹¹ TOLEDO, C. Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 7.

¹² BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 121.

desde as variantes mais radicalizadas, como o nazismo e o fascismo, até as posições mais humanistas do liberalismo clássico, passando por reacionários e conservadores de diversos matizes. De qualquer maneira, como pontuamos anteriormente, todas essas correntes se unificam pela aceitação/defesa da desigualdade como cerne da vida social.

A direita brasileira à qual nos referimos, portanto, se unificava por seu caráter autoritário e antipopular, isto é, pelo rechaço ao estabelecimento de uma democracia com ampla e ativa participação popular – o que se manifestava ideologicamente através de um radical anticomunismo. Também se caracterizava por suas convicções antinacionais, isto é, pela aceitação da supremacia econômica, militar e cultural dos EUA e pela recusa de qualquer proposta que visasse, por exemplo, disciplinar a entrada do capital estrangeiro ou controlar a abusiva remessa de lucros para o exterior. São copiosas as fontes que comprovam que desde os anos 1950 as forças conservadoras atuaram sistematicamente contra o alargamento da democracia brasileira, tendo sempre a solução golpista como horizonte.

A partir dessas considerações, se faz importante registrar nossa posição historiográfica contrária a algumas análises revisionistas que defendem (com boa dose de desonestidade intelectual¹³) que o desfecho de 1964 foi uma “legítima defesa”, isto é, uma reação a um suposto golpismo ou “continuismo” de João Goulart tramado em aliança com setores da esquerda, aos quais se atribui um “desprezo pelos valores democráticos”. Além de tais alegações não estarem ancoradas em comprovações empíricas ou factuais (é notório, por exemplo, que o PCB já havia abandonado a ideia de revolução pelas armas e adotado uma linha predominantemente reformista desde a Declaração de Março de 1958), elas buscam promover uma falsa simetria entre forças políticas antagônicas e transferir a responsabilidade pelo golpe de 1964 para outros que não os seus verdadeiros agentes. Defendemos, portanto, que a solução autoritária não visou prevenir nenhum tipo de revolução armada das esquerdas, mas tão somente reagir a reformas que ensejariam, a curto prazo, o aprofundamento da própria democracia liberal burguesa¹⁴.

1.2. Conjuntura internacional: Guerra Fria e Aliança para o Progresso

O anticomunismo que imbuíu muitas das posições da direita antes e depois do golpe de 1964, torna-se mais compreensível a partir da visão do contexto internacional da Guerra

¹³ A título de exemplo, ver: VILLA, Marco Antonio. Golpe à brasileira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 2014.

¹⁴ Uma análise mais detalhada desses argumentos revisionistas pode ser encontrada em: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 19, 2004, p. 27-48.

Fria. Nesse período, a América Latina experimentava novos projetos políticos buscando ajustá-los à sua realidade histórica. Na esteira do processo de descolonização, a questão do “terceiro-mundismo” emergia com grande força, o que significava, grosso modo, a busca por uma “terceira via” de desenvolvimento, fora da órbita dos Estados Unidos e da União Soviética. Entretanto, a vitória da Revolução Cubana em 1959 foi um ponto de inflexão nesse instável equilíbrio de forças.

O alerta sobre o avanço soviético através da ilha caribenha provocou uma mudança efetiva na política externa dos EUA para a América Latina, região até então considerada secundária pelas superpotências em luta. A implantação do primeiro governo comunista no continente teve como reflexo concretizar o temor das classes dominantes capitalistas de que uma revolução de caráter socialista pudesse exercer uma maior atração sobre os povos da América Latina, onde imperava historicamente a condição externa do subdesenvolvimento e a profunda desigualdade social interna.

A fim de evitar o risco de expansão do exemplo cubano pelo continente, o governo estadunidense combinou “medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica)”¹⁵. Nesse sentido, o governo John Kennedy liderou a criação da Aliança para o Progresso (ALPRO), um programa de assistência ao desenvolvimento econômico e social latino-americano ratificado em 1961 pela Carta de Punta del Este. Segundo os planos de Washington, o programa deveria responder às crescentes demandas populares por mudanças socioeconômicas na região que, se ignoradas, poderiam levar à multiplicação da experiência cubana e abrir espaço para o avanço soviético. O programa de cooperação previa um investimento de 20 bilhões de dólares em um prazo de dez anos para acelerar programas de desenvolvimento e reforma social em 22 países latino-americanos, incluindo o Brasil. Além disso acordava ajuda militar e policial para combater o comunismo no continente¹⁶.

No plano discursivo, a ALPRO buscou incorporar o vocabulário da justiça social, do bem-estar e da igualdade de oportunidades, de modo a se apresentar como uma alternativa liberal-democrática para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento latino-americano. Mas na prática, a remessa das verbas estadunidenses ao Brasil desafiou a continuidade da

¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 287.

¹⁶ CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 128.

política externa independente iniciada por Jânio Quadros. Um dos impasses se deu com a recusa do governo Goulart em apoiar a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e uma eventual invasão militar à ilha. Entre os setores nacionalistas da sociedade brasileira, o programa de Kennedy era denunciado como um instrumento do imperialismo norte-americano.

A Aliança para o Progresso foi um dos pilares ideológicos do IPÊS, que divulgou intensamente seus princípios pelo país. Em seus primeiros anos de atividade, o instituto disseminou ao menos dez mil exemplares de um livro de ensaios sobre o tema, editado pela Fundo de Cultura em 1962 e intitulado *A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas*. A publicação, que contém textos assinados pelos emissários Milton S. Eisenhower, Raúl Prebisch, José Figueres, Teodoro Moscoso e Dean Rusk, serviu à tarefa de demonstrar a preocupação com a questão da desigualdade social no continente, um tema historicamente pautado pelas esquerdas. O livro defendia que

[...] a *Aliança para o Progresso* foi criada para promover o desenvolvimento econômico, social e político das nações da América Latina. Além destes objetivos fundamentais, têm também, por fim, minorar os males que assediam estas nações: a pobreza, a fome, a ignorância, o excesso de população, o subdesenvolvimento e a corrupção nas altas camadas sociais¹⁷.

O IPÊS também imprimiu e distribuiu gratuitamente por meio de jornais de grande circulação dois milhões de cópias de um encarte sobre o programa¹⁸ com o título *Cartilha para o progresso: como fazer uma revolução sem sangue*. A fotografia de uma criança pobre de expressão triste estampada na capa do folheto correspondia à mensagem do programa estadunidense: admitia-se a necessidade premente da modernização e do desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que se denunciava o “banho de sangue” provocado pela revolução comunista em Cuba (Apêndice – figura 55).

As publicações do IPÊS que promoviam a ALPRO proporcionavam à opinião pública, portanto, uma mensagem suficientemente ampla de “modernização”, mas restrita o bastante para indispor o público contra o socialismo, o comunismo e o nacional-reformismo¹⁹. Apesar de sua atuação subterrânea antipopular e antidemocrática, ao adotar o substrato ideológico do

¹⁷ FUNDO DE CULTURA. [Sem título]. In: DREIER, John C. (Org.). *Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. Orelha.

¹⁸ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Questionário submetido ao Conselho Nacional de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1962, p. 3. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. O folheto foi inserido como suplemento em periódicos como o *Correio da Manhã* e a revista *Fatos e Fotos*, amplamente consumida pelas classes médias. Essa operação foi feita a um custo de 8 milhões de cruzeiros. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 264.

¹⁹ DREIFUSS, René Armand, op. cit., p. 236.

programa estadunidense, o instituto obteve uma ferramenta para defender (retoricamente) os valores republicanos, a distribuição de renda e a elevação dos padrões de vida do povo brasileiro.

1.3. Fundação e organização do IPÊS

A fundação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais começou a ser articulada por grupos de empresários e militares organizados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Em seus Estatutos Sociais, registrados em dezembro daquele mesmo ano no *Diário Oficial de São Paulo*, o instituto se definia enquanto uma sociedade civil “sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e intuitos educacionais, sociológicos e cívicos”. Dentre seus propósitos estavam:

- I - Promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos.
- II - Desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social.
- III - Obter, por meio de pesquisa objetiva e livre discussão, conclusões e recomendações que contribuam para o progresso econômico, o bem estar social e o regime democrático do Brasil²⁰.

Para atingir os objetivos educativos e culturais declarados, a entidade se propunha a realizar uma série de ações, tais como cursos, conferências, seminários, campanhas educativas, difusão e propaganda, manutenção de escolas, institutos e bolsas de estudos. Em caráter pró-forma, o Estatuto Social também registrava que todas as atividades do IPÊS deveriam estar desvinculadas de “quaisquer atividades político-partidárias” e serem desenvolvidas “dentro da mais restrita sujeição à Constituição e às leis do país, aos princípios democráticos, à ordem social, às normas da civilização cristã e ao acatamento devido às autoridades legalmente constituídas”²¹.

A formação do IPÊS veio a público em fevereiro de 1962, quando foram realizadas solenidades de inauguração nas sedes do Rio de Janeiro e de São Paulo²². O acontecimento repercutiu no conjunto da mídia brasileira e foi recebido positivamente pelas associações da classe empresarial, autoridades religiosas, intelectuais e políticos de setores liberais e

²⁰ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Estatutos Sociais*. Rio de Janeiro, 1963, p. 1. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

²¹ *Ibidem*, p. 2.

²² Em São Paulo, a sede do instituto foi instalada no 16º andar de um edifício localizado à Avenida Brigadeiro Luís Antônio, n. 54. Havia ainda um escritório no bairro de Higienópolis, na rua Bahia, n. 131. A sede do Rio de Janeiro ocupava 13 salas alugadas no 27º andar do moderno Edifício Avenida Central, localizado na Avenida Rio Branco, n. 156. Segundo Elio Gaspari, coabitavam naquele edifício “o IPÊS e a agência de notícias cubana Prensa Latina, bem como duas bases de operações clandestinas, uma do núcleo dirigente do PCB e outra de terroristas de direita.” GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 142.

conservadores. No dia 04 de fevereiro daquele ano, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial intitulado “Antes tarde do que nunca”, no qual saudava a iniciativa, mesmo que tardia, das empresas privadas em se engajarem nas atividades de pesquisa científica:

Foi preciso que a situação nacional se agravasse desmedidamente e que o País entrasse numa crise gravíssima, para que um grupo mais lúcido de diretores de empresas se capacitasse do papel que cabe desempenhar a iniciativa particular no estudo dos problemas sociais e na busca das soluções mais convenientes²³.

O texto defendia a importância da resolução dos empresários e profissionais liberais em face à predominância do poder público no campo da investigação científica e sua ineficiência em produzir diagnósticos corretos e apontar soluções eficientes para os problemas brasileiros. A crítica do jornal era dirigida, provavelmente, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), centro governamental de ensino e pesquisa que protagonizava, à época, o debate político no campo reformista e democrático²⁴.

De fato, os criadores do IPÊS entendiam que, até aquele momento, o estudo conjunto dos grandes problemas do país havia se concentrado em dois órgãos de âmbito governamental: o ISEB e a Escola Superior de Guerra, entidade responsável pela divulgação das doutrinas de segurança nacional e das teses de “guerra revolucionária” que congregava as forças de centro e de direita²⁵. Mas na visão do ipesianos, enquanto a ESG prestava

²³ ANTES tarde do que nunca. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 fev. 1962, p. 3.

²⁴ O ISEB foi criado em 1955 no governo de Café Filho como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Distanciando-se do hermetismo das instituições acadêmicas, atuou deliberadamente como um centro de formação engajado nas lutas políticas de sua época. Durante uma década de trajetória, publicou livros, realizou seminários e debates públicos e ofereceu cursos regulares voltados a diferentes setores da sociedade, como sindicalistas, militares, professores e empresários. Após uma fase caracterizada pelas teses nacional-desenvolvimentistas, na qual integraram o instituto intelectuais de diferentes matrizes teóricas e políticas (dentre estes o economista Roberto Campos, que viria a ser uma das figuras centrais do IPÊS), o “último ISEB”, tal como denomina Caio Navarro de Toledo, foi marcado pelo clima de radicalização política e defesa das reformas sociais e econômicas propostas pelo governo de João Goulart. O órgão foi extinto em abril 1964, poucos dias após o golpe. Por seu engajamento aberto nas lutas sociais da época, o instituto foi duramente reprimido junto com outras entidades progressistas, como a UNE, as Ligas Camponesas, o PCB e a CGT. Uma periodização da história do ISEB pode ser encontrada em: TOLEDO, C. Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

²⁵ Baseada no modelo dos *war colleges* norte-americanos, a ESG foi oficialmente inaugurada em 1949 como um órgão do Estado-Maior das Forças Armadas. Entre os seus propósitos estava o estudo das questões de segurança e desenvolvimento do país e a formação, por meio de cursos regulares, de uma classe de dirigentes civis e militares. Até a década de 1960, a entidade contou com apoio e assistência estadunidenses, incorporando em solo brasileiro as ideias dominantes no cenário da Guerra Fria. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 79. Embasada pela doutrina de segurança nacional importada dos EUA, a ESG encorajou, dentro das Forças Armadas, teorias de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, valores empresariais e a necessidade de combate ao comunismo. Em relação este último ponto, foi fundamental a adesão ao pensamento militar francês sobre a “guerra revolucionária”, no qual subjazia um projeto autoritário de intervenção militar na sociedade para a contenção do inimigo. MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros

“extraordinários serviços aos Países”, estudando “os problemas nacionais predominantemente sob o ponto de vista da segurança nacional”, o ISEB se caracterizava como um “órgão de ação subversiva”, tendo sido concebido “como uma réplica” da ESG “com a finalidade de neutralizar os seus ensinamentos”²⁶.

Atuando, portanto, como uma espécie de anti-ISEB²⁷ no âmbito da sociedade civil, o IPÊS se apresentava como uma alternativa para a elaboração de “soluções democráticas para os problemas do país”²⁸. Nesse sentido, um de seus objetivos manifestos foi o estudo das reformas de base sob uma suposta perspectiva técnico-científica, fundamentada na “pesquisa objetiva” e na “livre discussão”²⁹. Professando a ausência de interferências político-partidárias e ideológicas em seu interior, o instituto se mostrava para seus simpatizantes como uma organização de “‘respeitáveis homens de negócio’ e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam ‘participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes’”³⁰.

No folheto *O que é o IPÊS*, a entidade reivindicava para si o compromisso com valores democráticos e a justiça social, se colocando como uma alternativa “ao centro” diante da polarização política da época:

Os empresários brasileiros estão confiantes em que podem contribuir de maneira eficiente para que o Brasil atinja, com sua colaboração no domínio das ideias e no plano das ações, resultados concretos na luta contra o subdesenvolvimento. Desejam sinceramente oferecer ao povo participação maior nos frutos do progresso e nas oportunidades que devem ser abertas a todos – no campo da educação, saúde pública, da propriedade, da segurança social e na elevação do nível de vida.

O IPÊS se afirma como força que renova sua confiança no regime democrático que considera o único legítimo capaz de oferecer soluções

nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, jun. 2008, p. 41. Depois de 1964, os mais altos postos do governo brasileiro foram ocupados por ex-alunos da ESG.

²⁶ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório de atividades do IPÊS/GB*. Rio de Janeiro, 1964, p. 12. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

²⁷ Nas palavras de Dreifuss: “O planejamento dos cursos [do IPÊS] visava constituir um esforço *anti-ISEB*, uma tentativa de se colocar uma alternativa para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o centro nacional-reformista de pesquisas e de formulação de opções políticas, que atraía acadêmicos, militares, jornalistas e estudantes” [grifo nosso]. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 258. Para o autor, a amplitude da atuação do ISEB e de outras instituições governamentais ligadas desde o governo Vargas ao projeto de desenvolvimento de um capitalismo nacional (como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-CEBRAP, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-Sudene e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE) explica a criação do IPÊS nos primeiros anos da década de 1960 como fruto da necessidade de formação de uma alternativa para defesa dos interesses da burguesia *multinacional e associada*.

²⁸ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *O que é o IPÊS*, s./d., p. 2. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

²⁹ *Ibidem*, p. 4.

³⁰ DREIFUSS, René Armand, op. cit., p. 163.

correspondentes para os problemas brasileiros, *livre das distorções propostas pela esquerda e pela direita*³¹.

Em sua *Declaração de princípios*, publicada em 1963, o IPÊS expunha seu alinhamento a três documentos: a Constituição Federal de 1946, a Encíclica Mater et Magistra, redigida pelo Papa João XXIII, e a ata da Aliança para o Progresso:

O regime por nós preconizado se inspira nos documentos básicos: a Encíclica Mater et Magistra e a Constituição Federal. A Ata da Aliança para o Progresso é considerada como projeção concreta, em plano internacional dos princípios doutrinários consubstanciados na Encíclica [...]. Aceitamos a Encíclica porque reafirma, com todo o vigor, o princípio da propriedade privada dos meios de produção, acentuando, inclusive, *que nos regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada sobre os bens produtivos, são oprimidas ou sufocadas as expressões fundamentais de liberdade*, exatamente de acordo com os princípios aqui postulados³².

Além de afirmar a orientação cristã católica do instituto, a evocação da Encíclica Mater et Magistra e da Aliança para o Progresso (entendida como a “projeção concreta” da Doutrina Social da Igreja) apontava como princípio fundamental do IPÊS a defesa do direito à propriedade privada³³. As noções de democracia e liberdade apregoadas pelo instituto eram, por consequência, indissociáveis da garantia à propriedade. Ainda de acordo com a *Declaração de Princípios*, apenas a livre iniciativa seria capaz de realizar o progresso social e econômico, cabendo ao Estado um papel coadjuvante³⁴. Sendo assim, os fundamentos do IPÊS se faziam inteiramente compatíveis com uma associação de defesa dos interesses da classe empresarial, o que se refletiu na composição de seus membros e suas instituições parceiras.

³¹ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *O que é o IPÊS*, s./d., p. 4. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. [grifo nosso].

³² INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS, apud OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 74-75. [grifo nosso].

³³ Lançada em 1961 pelo Papa João XXIII, a *Mater et Magistra* retomou a doutrina social da Igreja expressa nas encíclicas anteriores, como a *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), de forte conteúdo anticomunista. MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Niterói, 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 154, nota 472. O IPÊS distribuiu a tradução completa da *Mater et Magistra* editada pela José Olympio em 1963, com prefácio escrito pelo Cardeal D. Carlos Carmello Motta e apresentação de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). Segundo Dreifuss, publicações como essa permitiam ao complexo IPÊS/IBAD “engajar uma série de intelectuais católicos (leigos e clérigos) na discussão e até nas atividades catalisadas pela elite orgânica e subtraí-los ao campo nacional-reformista”. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 236.

³⁴ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 75.

De acordo com seu Estatuto Social, o IPÊS podia admitir uma quantidade ilimitada de membros, na forma de pessoas físicas ou jurídicas, que se mantinham associados mediante o pagamento periódico de uma contribuição mínima obrigatória, passível de ser complementada por doações espontâneas. A estrutura administrativa era formada por sócios eleitos proporcionalmente nas diferentes seções regionais, distribuídos entre três órgãos diretivos: o Comitê Executivo, o Conselho Orientador e a Comissão Diretora. O documento também definia que a arrecadação poderia ser acrescida da receita proveniente de seus “serviços e publicações”, revelando a posição estratégica desempenhada pela área editorial desde a formação da entidade.

Por meio de uma bem-sucedida campanha de conscientização de classe e unificação dos líderes empresariais do país, o IPÊS saltou de 80 membros, em 1962, para cerca de 500 associados no ano de 1963³⁵. Havia entre estes uma parte considerável de oficiais militares ligados à ESG, como os generais Golbery do Couto e Silva, Liberato da Cunha Friedrich, Sylvio Walter Xavier e Heitor de Almeida Herrera³⁶. Também compunham os quadros do instituto intelectuais de várias áreas (acadêmicos, jornalistas, escritores etc.), membros da hierarquia da Igreja Católica (muitos deles ligados à Opus Dei) e políticos filiados a partidos conservadores, como a UDN e o PSD. Mas, a maior parcela de seus líderes e associados era composta por proprietários, acionistas, diretores e administradores de empresas privadas ou corporações multinacionais e técnicos executivos de empresas estatais que faziam parte da tecnoburocracia³⁷.

Dentre os empresários que atuaram como lideranças do IPÊS estavam nomes como: Paulo Ayres Filho, proprietário do Instituto Farmacêutico Pinheiros; Antônio Gallotti, presidente da Light; Gilbert Huber Jr., proprietário das Listas Telefônicas Brasileiras; João Baptista Leopoldo Figueiredo, empresário multinacional e ex-presidente do Banco do Brasil no governo Jânio Quadros; Augusto Trajano Azevedo Antunes, proprietário da Indústria e

³⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 169.

³⁶ Vale notar que a aliança entre setores militares e empresariais não advinha apenas do compartilhamento de valores ideológicos, mas também, de interesses de classe. Como observou Dreifuss, já na década de 1960 “a participação militar na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em agências tecno-burocráticas estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964”. DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 78.

³⁷ Na definição de Dreifuss, “a rede tecno-burocrática de influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado. Esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública”. DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 73.

Comércio de Minérios (ICOMI); Jorge Oscar de Mello Flores, diretor do Grupo Sul América Seguros e presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara; Harold Cecil Polland, sócio do Banco Português do Brasil e dono da empreiteira Metropolitana; e os tecnoempresários Glycon de Paiva e José Garrido Torres, que ocuparam cargos na administração pública no governo JK – o primeiro como presidente do BNDE e diretor da Companhia Vale do Rio Doce e o segundo como presidente da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

O IPÊS contou ainda com uma ampla rede de colaboradores que, embora não vinculados formalmente à instituição, contribuíam para a realização de suas atividades na qualidade de autores de publicações, conferencistas, pesquisadores etc. Nessa categoria, tiveram participação relevante intelectuais orgânicos da classe empresarial como os economistas Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões e Delfim Netto.

Com a mobilização de uma extensa rede de contatos entre o grupo ligado ao projeto de desenvolvimento capitalista associado e dependente do capital estrangeiro, o IPÊS logrou angariar vultosas contribuições financeiras para suas atividades. Os industriais, empresários e banqueiros que eram líderes e ativistas do IPÊS eram também seus contribuintes, representando uma considerável fonte de apoio econômico. Dentre as centenas de empresas e corporações multinacionais patrocinadoras do instituto³⁸, cinco foram responsáveis por cerca de 70% de sua arrecadação, sendo elas a Refinaria e Exploração de Petróleo União, a Listas Telefônicas Brasileiras, a Light Serviços de Eletricidade S/A, a Cia. Seguros Cruzeiro do Sul e a ICOMI³⁹. Algumas companhias optaram por contribuir para a realização das atividades do instituto colocando à disposição seus produtos e serviços⁴⁰.

Ao longo dos anos, o IPÊS expandiu sua atuação pelo território nacional. As chamadas “seções regionais” surgiram em cidades como Curitiba, Manaus, Belém do Pará, Santos, Belo

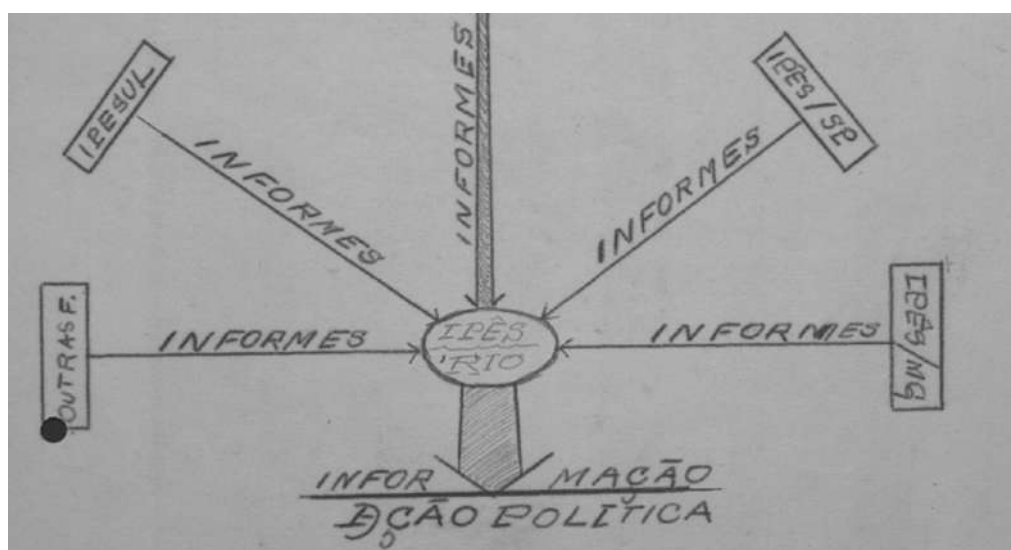
³⁸ Elencamos a título de exemplo o Banco Itaú, o Grupo Sul América, a Esso Brasileira de Petróleo, a Cia. Química Merck do Brasil, a Cia. Ultragás S/A, as Lojas Americanas, a Cia. Mesbla S/A, a Cia. Suzano de Papel e Celulose, a Cia. Cervejaria Brahma, a Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda., a Kibon S/A e a Cia. de Cigarros Souza Cruz.

³⁹ ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001, p. 23.

⁴⁰ O proprietário de *A Tribuna de Imprensa*, por exemplo, colocou o jornal à disposição do IPÊS para qualquer artigo que viesse a sair não assinado ou sob forma de editorial e o presidente dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A. determinou que os pedidos de transporte por parte do instituto fossem prontamente atendidos sem qualquer tipo de cobrança. INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Reunião do Comitê Executivo*, Rio de Janeiro, 23 set. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Horizonte e Porto Alegre, sendo estas duas últimas de atividade mais destacada⁴¹. Em maio de 1964, teve origem o IPÊS Guanabara (IPÊS/GB), que representou o estabelecimento de uma autonomia administrativa entre as sedes-fundadoras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entretanto, ambas continuaram atuando em conjunto como os principais centros deliberativos, coordenando as ações dos demais estados por meio de um Comitê Nacional, até o fechamento definitivo do instituto, em 1972⁴².

Imagem 1 – Esquema de ação das sedes e seções regionais do IPÊS



Fonte: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDO SOCIAIS. *Reunião do Comitê Executivo*, 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Reprodução da autora.

1.4. A campanha política e ideológica do complexo IPÊS/IBAD

“Se você não abandona os seus negócios por uma hora hoje, amanhã não terá negócio algum para se preocupar”. A frase ameaçadora, cunhada por Glycon de Paiva e utilizada como slogan pelo IPÊS para a mobilização dos empresários⁴³, demonstra que o discurso liberal e democrático propagado pelo instituto esbarrava no irreduzível antagonismo às esquerdas e, especialmente, aos comunistas. Para efeitos práticos, o instituto denunciava a existência de uma “infiltração comunista” no governo, personificada na figura do próprio

⁴¹ Sobre as sedes do IPÊS em Minas Gerais e do Rio Grande do Sul consultar, respectivamente, os trabalhos de Heloisa Starling e Thiago Aguiar de Moraes. STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981; MORAES, Thiago Aguiar de. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Porto Alegre, 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

⁴² A sede de São Paulo foi desativada em 1970 e o IPÊS Guanabara encerrou suas atividades em 1972.

⁴³ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 252.

presidente Goulart e de seus correligionários. Mas a orientação ideológica do IPÊS se opunha, na realidade, ao avanço crescente da participação popular no processo político brasileiro.

Assim, se no plano econômico o conjunto de agentes organizados em torno do IPÊS tinha em comum a defesa de um projeto de desenvolvimento capitalista dependente e associado ao capital estrangeiro, no plano ideológico o anticomunismo se configurou como o principal elemento de unidade. Já no campo político, havia a ambição comum por parte dos líderes do IPÊS de readequar e reformular o Estado brasileiro por meio da ascensão de seus quadros à direção política nacional. Era preciso, portanto, formular um programa de governo para o país. Nas palavras de Caio Navarro de Toledo:

Para a *elite orgânica* do bloco econômico multinacional e associado, se impunha, pois, a tarefa de convencer o empresariado industrial e comercial de que, na defesa de seus próprios interesses, deveriam transcender os limites corporativos de classe e atender também as reivindicações dos grupos subordinados. O complexo IPÊS/IBAD se candidatava assim a se constituir no *partido da burguesia associada*⁴⁴.

A campanha ideológica, política e militar desenvolvida pelo IPÊS desde sua fundação ao golpe de 1964 foi possível graças à sua dupla vida: a pública e a clandestina. Para realizar suas atividades encobertas, o IPÊS se uniu a outros grupos anticomunistas ligados à classe empresarial, sobretudo ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização fundada em 1959 por Ivan Hasslocher e financiada por meio de contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros. Essa colaboração informal entre as entidades durante o início da década de 1960 foi caracterizada por Dreifuss como *complexo IPÊS/IBAD*, organismo que teria encabeçado a defesa dos interesses políticos do bloco multinacional e associado.

As ações públicas e clandestinas realizadas pelo IPÊS foram organizadas internamente a partir de cinco grupos de trabalho, cujas funções e colaboradores variaram ao longo do tempo: o Grupo de Levantamento de Conjuntura (GLC), o Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), o Grupo de Estudo e Doutrina (GED), o Grupo de Opinião Pública (GOP) e o Grupo de Publicações/Editorial (GPE).

O Grupo de Levantamento de Conjuntura era responsável pelo monitoramento dos movimentos camponeses, operários e estudantes de esquerda e pela elaboração de estratégias para a contenção de suas atividades políticas. Foi liderado nacionalmente pelo general Golbery do Couto e Silva que, através de sua inserção no meio militar, realizou a troca de

⁴⁴ TOLEDO C. Navarro de. A luta ideológica na conjuntura de golpe de 1964. In: MORAES, João Quartim; SILVA, Ligia Osorio (Org.). Dossiê René Dreifuss: 1964 e outros combates. *Idéias*, Campinas, 12(2)/13(1):41-52, 2005-2006, p. 47.

informações estratégicas entre a diretoria do IPÊS e as Forças Armadas sobre as “atividades subversivas” e as movimentações populares⁴⁵. Com essa finalidade, o grupo de Golbery grampeou cerca de três mil telefones no Rio de Janeiro⁴⁶ e produziu um “organograma da infiltração comunista” no governo Goulart que apontava 63 pessoas e 11 entidades⁴⁷.

Por outro lado, o IPÊS se preocupou em cooptar ativistas e financiar diversos grupos oposicionistas, tais como as Federações dos Círculos Operários, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), a CAMDE e a UCF.

Com o objetivo de propagar seus ideais no âmbito universitário, o IPÊS patrocinou a criação de um Curso de Ciências Sociais e Políticas na Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Também realizou um convênio com a PUC de São Paulo para a instalação de um Centro de Pesquisas e Documentação Social e Política, que consistia em uma “moderna biblioteca especializada em problemas sociais, políticos e econômicos”⁴⁸. Além disso, foram assistidas entidades culturais voltadas à doutrinação e divulgação dos “princípios democráticos cristãos”, tais como o Instituto de Formação Social, o Centro de Orientação Social, a Campanha de Educação Cívica a Associação de Cultura Brasileira (Convívio) e o Instituto Universitário do Livro.

⁴⁵ Além das atividades de vigilância, Golbery do Couto e Silva foi responsável, no IPÊS, pela articulação política entre os grupos militares e civis. Após o golpe, os dados sobre 400.000 brasileiros coletados pelo GLC foram levados por Golbery à Brasília e serviram como base para o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), idealizado e comandado pelo general entre os anos de 1964 e 1967. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 422.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 188.

⁴⁷ O documento circulou na diretoria do IPÊS e no meio militar. Encabeçava a lista o líder do PCB, Luiz Carlos Prestes, seguido por Ivan Ribeiro, Roberto Morena, Agostinho de Oliveira, Carlos Marighella, Astrojildo Pereira, Osvaldo Pacheco da Silva, Jacob Gorender, João Amazonas, Lincoln Oest, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Benedito Cerqueira, Armando Ziller, Newton E. de Oliveira, Hércules Correia dos Reis, José Lacerda, Francisco Julião, Mário Alves, Fragmon C. Borges, Orlando Bonfim Jr., Nilson Azevedo, Rui Facó, Antônio Pereira Filho, Maria A. Tibiriçá Miranda, Henrique Miranda, Luiz Bayardo da Silva, Oscar Gonçalves Bastos, Lindolfo Silva, Nestor Vera, Aldo Arantes, Elias Chaves Neto, Huberto Menezes Pinheiro, Paulo Motta Lima, Ana Montenegro, Abel Chermont, Elson Costa, Heros Trench, Raimundo Castelo de Souza, Felicíssimo Cardoso, Leandro Konder, Raphael Martinelli, Felipe Ramos Rodrigues, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Millet, Othon Canedo Lopes, Valério Konder, Eneida, Zuleika D’Alambert, Paulo de Santana Machado, Wilson Reis, Osny Duarte Pereira, Nelson Alves, Geraldo Silvino de Oliveira, Jarbas Santana, João Santana, Elza Soares Ribeiro, Lúcia Mulholland, Heloísa Lins, José de Almeida Barreto, Luiz Viegas da Mota Lima, Dante Pellacani e Demistóclides Batista. Na listagem das entidades constavam a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), O Metropolitano, a Associação de Diplomados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a União Nacional dos Servidores Públicos, a Liga Feminina do Estado da Guanabara, o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, a Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Paraguai e a Comissão Feminina de Intercâmbio e Amizade. INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Organograma da infiltração comunista*. Rio de Janeiro, s/d. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁴⁸ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório de atividades*, 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

O IPÊS exerceu ainda uma impactante articulação política no Congresso Nacional. O Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), conhecido como o “Escritório de Brasília”, era responsável por financiar campanhas eleitorais e influenciar a rede parlamentar oposicionista com objetivo de barrar os projetos de lei apresentados pelo governo, sobretudo os relacionados às reformas de base, principal bandeira política de Goulart. Segundo Hernán Ramírez, “por volta de março de 1963, o IPÊS havia submetido à análise do Congresso vinte e quatro projetos de lei [sobre as reformas de base] impulsionados por seu GAP e os deputados da ADP [Associação Democrática Parlamentar], que o Instituto patrocinava e até certo ponto controlava”⁴⁹. O IPÊS se debruçou intensamente sobre o tema das reformas, produzindo estudos, conferências e artigos a fim de mobilizar a opinião pública e apresentar suas contrapropostas.

Os anteprojetos de lei apresentados pelo GAP eram elaborados pelo Grupo de Estudos e Doutrina (GED) que constituía a “estufa ideológica” do IPÊS. O GED era responsável pela produção de pesquisas e estudos utilizados como matéria-prima para os demais grupos encarregados de veicular as teses do IPÊS, estabelecendo suas diretrizes de ação. Nessa frente atuavam muitos dos técnicos e intelectuais ligados ao instituto. O GED do Rio de Janeiro, por exemplo, contou inicialmente com a atuação de 20 economistas profissionais e, aos poucos, foi expandindo sua rede de colaboradores junto a figuras como Mário Simonsen, Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Apesar de não estarem vinculados formalmente à organização, muitos deles forneciam quantidade significativa de material para as publicações do instituto, além de participarem de aulas, conferências, estudos e assessorias.

A campanha ideológica desenvolvida pelo IPÊS foi baseada nos pilares da religiosidade cristã, do anticomunismo e da defesa da livre iniciativa empresarial. Utilizando como estratégias a propaganda e a disseminação de notícias falsas, tinha como objetivo infiltrar a mensagem do instituto nos meios de comunicação e persuadir a opinião pública e as classes médias contra o governo Goulart. Por outro lado, a campanha buscava, mediante ações de doutrinação, fortalecer pontos de vista tradicionais da direita junto aos pares do instituto, criando um posicionamento ideológico comum dentro das classes dominantes. As ações nesse sentido foram coordenadas pelo Grupo de Opinião Pública (GOP) e pelo Grupo de Publicações/Editorial (GPE). O GPE era responsável pela atividade editorial do instituto: escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, antitrabalhista e antipopular,

⁴⁹ RAMÍREZ, Hernán R. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre, 2005. 709 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 228.

bem como publicava, traduzia e reimprimia livros, artigos e folhetos selecionados. Sua atuação consiste no objeto central de nossa investigação e será analisada mais detalhadamente nos próximos capítulos.

Fazia parte das funções do GOP disseminar uma variedade de materiais nos meios de comunicação a fim de

[...] desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das Forças Armadas, assim como a formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias.⁵⁰

Para tal, o grupo contava com a colaboração direta de jornalistas, editores e proprietários de meios de comunicação, que disponibilizavam uma extensa rede de contatos e influenciadores. Assim, diversos jornais do país, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Tribuna de Imprensa*, *Notícias Populares*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* puseram seus serviços à disposição do IPÊS e ofereceram espaço gratuito para publicação de artigos assinados ou não assinados de seus membros. Espalharam-se dessa forma inúmeras notícias não assinadas ou sem atribuição de fonte reproduzindo informações falsas.

No cinema, o GOP financiou uma série de curtas-metragens e documentários comerciais dirigidos por Jean Manzon, que foram projetados nos cinemas de bairros pobres das capitais e nas praças públicas das cidades do interior do país. Às vésperas das eleições parlamentares de 1962, o GOP produziu quinze programas de televisão para três canais diferentes⁵¹. No mesmo período, o IBAD financiou mais de trezentos programas diários nas estações de rádio do país formando sua própria “Cadeia de Democracia”, em contraofensiva à Cadeia da Legalidade dos trabalhistas encabeçados por Leonel Brizola⁵².

Apesar do volumoso investimento do IPÊS/IBAD e outras diversas corporações estrangeiras para favorecer os candidatos agremiados em torno da UDN, do PSB e outros partidos conservadores, foi a esquerda nacional-reformista que saiu fortalecida das eleições de 1962. Embora o quadro de forças político-partidárias não tenha sido alterado significativamente, a esquerda obteve vitórias importantes, como a de Miguel Arraes, em

⁵⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 193.

⁵¹ *Ibidem*, p. 245.

⁵² *Ibidem*, p. 249.

Pernambuco, e de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, que registrou a maior votação recebida por um candidato ao Congresso até então. Além disso, o PTB aumentou expressivamente sua bancada na Câmara dos Deputados, passando de 66 representantes para 104⁵³.

A interferência do complexo IPÊS/IBAD nas eleições parlamentares de 1962, no entanto, não passou despercebida. Em abril de 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi aberta na Câmara dos Deputados para apurar denúncias sobre a participação das duas entidades em esquemas de financiamento estrangeiro a campanhas de candidatos da oposição, por meio da compra de rádios, televisões e jornais. Um dos temas investigados foi o arrendamento, durante o período da campanha eleitoral, do jornal carioca *A Noite* por uma agência de propaganda ligada ao IBAD. O vespertino carioca, que até então tinha uma linha editorial favorável ao governo Goulart, passou a promover abertamente os candidatos da oposição e a intensificar a propaganda anticomunista.

A Comissão denunciou que cerca de 5 bilhões de cruzeiros foram levantados pelas organizações empresariais através do IPÊS, IBAD e suas subsidiárias para influir nas eleições, sendo parte dos recursos provenientes do estrangeiro⁵⁴. Os depoimentos confirmaram que a quantia fora utilizada pelo líder do IBAD, Ivan Hasslocher, para apoiar 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual e oito a governador nas eleições de 1962⁵⁵. O auxílio era dado em troca de alienação da condição pessoal e partidária do candidato mediante alguns “compromissos ideológicos”⁵⁶ exigidos pelo IBAD. Isso é, se eleito, o candidato se obrigava a seguir as orientações da entidade. Também era com dinheiro estrangeiro que o IBAD financiava a revista *Ação Democrática*. O periódico mensal anticomunista era composto em material caro, tinha tiragens muito altas e distribuição gratuita. Algumas das edições alcançaram tiragem superior a 200 mil exemplares⁵⁷.

O IPÊS, por sua vez, negou realizar qualquer tipo de atuação político-partidária. Defendendo-se das acusações, alegou em relatório enviado à CPI que procurava atingir suas finalidades

⁵³ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 283.

⁵⁴ BRASIL, Câmara dos Deputados. *Relatório da CPI do IBAD e do IPÊS*. v. 1. Brasília, 1963. Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara.

⁵⁵ BRASIL, Câmara dos Deputados. *Relatório da CPI do IBAD e do IPÊS*. v. 1. Depoimento de Hércio José Domingues França. Brasília, 1963. Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara.

⁵⁶ DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 61.

⁵⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 299.

[...] através de levantamentos, pesquisas, inquéritos, campanhas educativas, cursos, conferências, seminários, difusão e propaganda, manutenção de escolas, institutos ou bolsas de estudos, convênios com outras organizações de educação e pesquisa que se batem pelos mesmos princípios.

O relatório descrevia suas atividades de “divulgação educativa” da seguinte maneira:

Com o objetivo de demonstrar a responsabilidade da Empresa no aperfeiçoamento e consolidação da sociedade democrática, o IPÊS:

- a) publica um boletim mensal;
- b) efetua programas semanais na TV de São Paulo (Programa Peço a Palavra);
- c) promove entrevistas dos seus dirigentes;
- d) promove publicação na imprensa de seus estudos;
- e) realiza filmes documentários sobre problemas brasileiros;
- f) edita livros e publicações⁵⁸.

Os trabalhos da CPI foram suspensos em 31 de agosto 1963, quando um decreto presidencial determinou fechamento do IBAD por três meses. Por determinação judicial, a organização foi dissolvida definitivamente em 20 de dezembro de 1963. Apesar dos inúmeros indícios, o IPÊS ficou isento de acusação formal nesse processo por falta de provas e pôde continuar exercendo suas atividades conspirativas sem outras interferências do governo. Esse fato demonstrou a eficácia da estratégia do instituto em apagar os rastros de suas ligações políticas e de suas operações financeiras, mantendo uma imagem pública menos comprometida que as demais organizações anticomunistas⁵⁹. Como comparou Dreifuss, “o IBAD agia como uma unidade tática e o IPÊS operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais que o IPÊS”⁶⁰.

Ainda em 1963, sob o impacto das revelações sobre o IBAD, o deputado João Doria⁶¹, do Partido Democrata Cristão (PDC), propôs a constituição de outra CPI, dessa vez para apurar o controle da imprensa brasileira por organizações financeiras internacionais,

⁵⁸ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito*, 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁵⁹ Uma das razões para a falta de provas era que parte das contribuições financeiras recebidas pelo IPÊS era repassada através das associações de classe, o que garantia tanto o anonimato das pessoas físicas e empresas doadoras quanto do destino de grandes quantias de dinheiro, que não eram registradas nas folhas de balanço do instituto nem das empresas. Algumas das associações de classe utilizadas para esse fim foram o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Conselho Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP), o Sindicato dos Bancos, o Sindicato das Companhias de Seguros e as Associações Comerciais. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 627.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 164.

⁶¹ Pai de João Doria Junior, prefeito (2017-2018) e governador de São Paulo (2019-).

sobretudo estadunidenses, para fins de propaganda política⁶². Os deputados nacionalistas denunciaram então a dependência financeira da grande imprensa brasileira em relação aos anunciantes representados por agências de publicidade com sede no exterior. Apontaram ainda para o crescente número de publicações estrangeiras editadas no Brasil, que muitas vezes não apresentavam tiragem ou circulação que justificassem suas receitas. Fartamente subsidiadas, tais publicações ofereciam o que então havia de melhor em termos materiais e gráficos e eram distribuídas gratuitamente ou vendidas a preços muito baixos, o que tornava a concorrência praticamente inviável. Esse era o caso das célebres revistas *Visão*, *Seleções do Reader's Digest* e *Revista Esso*, verdadeiros instrumentos de propaganda do *american way of life*. Como veremos, essa operação de controle da opinião pública também envolveu editoras de livros. As CPIs do IPÊS/IBAD e da imprensa estrangeira foram abafadas pelo golpe de 1964, com a cassação dos mandatos dos deputados envolvidos (dentre eles Rubens Paiva, que acabou sendo assassinado pela repressão) e a perseguição a órgãos e profissionais da imprensa nacionalista.

1.5. Perspectivas teórico-metodológicas

Apesar de ter atuado nas sombras, o engajamento do IPÊS no processo que conduziu ao golpe de Estado foi largamente recompensado. Quadros proeminentes do instituto foram imediatamente incorporados ao governo Castelo Branco e ocuparam posições estratégicas em ministérios, empresas estatais e diversos órgãos públicos ao longo de todo o regime. Durante esse período, o IPÊS se transformou em um importante mediador entre o Estado – onde tinha seus colaboradores em cargos-chave – e os grandes interesses privados, dos quais seus membros eram representantes. Além disso, agiu como instância para o *lobbying* de associações e representantes de classe de diversos setores industriais. O instituto também continuou a atuar como um centro de debate e elaboração de diretrizes governamentais e teve implantados grande parte de seus programas de reformas administrativas, constitucionais e socioeconômicas.

As atividades anticomunistas tampouco cessaram após a vitória de 1964. O IPÊS continuou a elaborar relatórios sobre a “ameaça vermelha” para círculos empresariais, militares e administrativos, de forma a justificar, por um lado, a “linha dura” da repressão e, por outro, a necessidade contínua de contribuições financeiras à entidade⁶³. Em novembro de

⁶² SODRÉ, N. Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁶³ Alguns membros do IPÊS, como Henning A. Boilesen, se envolveram no lado mais sórdido da repressão, financiando centros de tortura como a Oban.

1966, foi declarado um órgão de utilidade pública por um decreto presidencial. Dentre outras facilidades, seus contribuintes puderam, a partir de então, usufruir do abatimento do valor equivalente às respectivas doações nas declarações do Imposto de Renda.

Portanto, como demonstrou René Dreifuss, 1964 significou para o bloco representante dos *interesses multinacionais e associados*⁶⁴ o momento de tomada da administração do Executivo, isso é, do aparelho de formulação de políticas públicas. A “conquista do Estado”, como defende o autor, foi resultado de uma ação coordenada entre civis e militares e orquestrada a partir do complexo IPÊS/IBAD. Em suas palavras:

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica *centrada no complexo IPES/IBAD*. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa⁶⁵.

Alguns autores, como Jacob Gorender⁶⁶, criticam a obra de Dreifuss por conferir uma ênfase exagerada à campanha de desestabilização patrocinada contra Goulart e não distingui-la da conspiração efetiva por sua derrubada. Sem entrar no mérito dessa polêmica, nos interessa extrair dela algumas perguntas: seria possível medir o impacto da campanha levada a cabo pelo complexo IPÊS/IBAD? O recurso a uma ruptura drástica do regime democrático estava no horizonte dos ipesianos desde o princípio? Se não, quando e de que forma a entidade evoluiu da fase de conter as políticas nacional-reformistas de João Goulart para o estágio de articular um golpe de Estado?

Embora esses aspectos sejam difíceis de mensurar, não havendo uma resposta precisa para tais perguntas, acreditamos que não vem ao caso atribuir à campanha ideológica do IPÊS (e mais especificamente à sua ação editorial, nosso objeto de estudo) uma relação direta de causalidade com a ruptura do regime democrático. Mas, tampouco convém subestimar seu papel, sobretudo quando compreendemos esse conjunto de ações enquanto uma *reação* a um intenso movimento de ideias e debates em torno do campo progressista. O que nos interessa

⁶⁴ Para Dreifuss, os *interesses multinacionais e associados* foram resultado do processo de internacionalização e monopolização do mercado nacional e representaram a força socioeconômica dominante no país nos anos 1960. Esse cenário se estabeleceu nos anos 1950, sobretudo a partir do governo JK, quando o avanço da produção industrial foi alavancado pela abertura a investimentos estrangeiros maciços, dando início à associação entre a burguesia nacional e o capital multinacional. Essa nova forma de expansão capitalista, movida em boa medida pela inflação e pelo endividamento externo, foi geradora de conflitos sociais e de uma crescente disputa dentro da sociedade civil pelo papel do Estado.

⁶⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 230. [grifo nosso].

⁶⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

avaliar é que a solução coercitiva para a “crise do populismo” por meio do golpe empresarial-militar não se deu separadamente de uma busca por consenso no campo das ideias⁶⁷. Em termos gramscianos, a opção pelo uso da força demonstrou, entre outras coisas, que a ação coordenada pelo complexo IPÊS/IBAD foi incapaz de obter consenso “espontâneo” no conjunto da sociedade brasileira, embora tenha conseguido esvaziar parte do apoio existente ao Executivo e reunir as classes médias.

Entretanto, como bem apontou Gorender, o golpe não se tratou de uma conquista de hegemonia do bloco multinacional e associado, uma vez que, na encruzilhada de 1964, “a burguesia brasileira já era a classe dominante”, dispondo de “grandes recursos econômicos, do aparelho de Estado, de equipes de intelectuais orgânicos e de uma rede de instituições para o trabalho ideológico”⁶⁸. Em uma apreciação sobre a obra de Dreifuss, o autor ressalta que:

[...] a articulação golpista não visou à conquista de *hegemonia* da fração multinacional-associada da burguesia, conforme pretende Dreifuss no seu *1964: a conquista do Estado*, incidindo em aplicação equivocada da teoria de Gramsci. A articulação golpista teve em vista o oposto – a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado. Em termos gramscianos, *tratava-se de realçar o elemento da força em detrimento do elemento do consenso*. Na execução dessa reviravolta, a fração modernizadora da burguesia agiu de maneira que lhe coubesse a chefia de toda a classe burguesa.⁶⁹

Para Antonio Gramsci, a “luta pela hegemonia” se desenvolve no terreno da sociedade civil e tem como um de seus momentos o embate político-ideológico. Mas o autor considera que a ideologia não tem apenas o valor negativo (consciência invertida e falsa do real), como sustenta a interpretação mais difundida do termo baseada em *A ideologia alemã*⁷⁰. Pelo contrário, as ideologias, segundo ele, adquirem uma positividade expressa em várias dimensões (ontológico-social, cognitiva, histórica, normativa etc.) e devem ser vistas como forças que “‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.”⁷¹.

⁶⁷ Para Gramsci “a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”. GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Riuniti, 1977, p. 2010.

⁶⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 62.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 52. [grifos do autor].

⁷⁰ MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846)*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁷¹ GRAMSCI, A. apud LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

Assim como a hegemonia, que nunca é uma conquista definitiva e necessita ser permanentemente defendida e renovada, a ideologia é também inseparável da noção de luta/disputa. Ambos os conceitos, portanto, possuem uma dimensão fundamentalmente relacional. Se as classes que dominam os meios de produção material dominam também, e *por isso*, os meios de produção intelectual, conforme afirma a teoria marx-engelsiana⁷², isso não exclui o fato de que as classes dominadas da sociedade também busquem produzir e distribuir as suas ideias. Tampouco elimina a possibilidade de que dentro da própria classe dominante haja uma disputa por hegemonia nesse campo, como foi o caso da luta travada pelo bloco econômico multinacional emergente para convencer ou obrigar a burguesia tradicional brasileira a “realçar a força em detrimento do consenso”, retomando aqui as palavras de Gorender. Se é verdade que já havia hegemonia burguesa, aquele bloco precisava assumir a liderança no interior da burguesia para levá-la em conjunto a uma ditadura aberta, ainda que para isso também buscasse o apoio ideológico de outras classes sociais para um golpe (particularmente os segmentos médios e os militares). Realçar a força não significa, então, abdicar de qualquer consenso.

Nos parece, portanto, uma opção mais ajustada à análise histórica que propomos com o presente trabalho a tentativa de compreender a produção editorial do IPÊS à luz do conceito de *luta ideológica*. De acordo com Caio Navarro de Toledo, as ideologias, entendidas como expressões das condições de existência vividas por uma classe, não apenas se antagonizam e disputam entre si como também se associam e se relacionam. Em suas palavras,

[...] o campo da luta ideológica é um complexo e variado cenário onde se manifesta uma intensa disputa, como também um permanente tráfego simbólico: *significados se opõem mas também são apropriados, trocados, transformados, recuperados e reinflitados*.

Neste sentido a luta ideológica deixa de ser pensada como a imposição unilateral de interesses, representações e valores de uma classe ou de um grupo social sobre o outro; *a luta ideológica passa a ser concebida como um cenário onde os discursos e as práticas se relacionam incessantemente*.

Compreender o discurso e a prática de um agente político relevante implica conhecer a complexidade de suas relações com os outros atores – que com ele disputam, se opõem ou se associam no interior da vida social. De outro lado, *a possibilidade da hegemonia de um discurso ideológico no interior da formação social dependerá da capacidade política e dos recursos materiais e simbólicos que os atores envolvidos manifestarem na luta social*.⁷³

⁷² MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845- 1846). São Paulo: Boitempo, 2011.

⁷³ TOLEDO, C. Navarro de. A luta ideológica na conjuntura de golpe de 1964. In: MORAES, João Quartim; SILVA, Ligia Osorio (Org.). Dossiê René Dreifuss: 1964 e outros combates. *Idéias*, Campinas, 12(2)/13(1):41-52, 2005-2006, p. 44. [grifos nossos].

Entendendo, portanto, a luta ideológica como um aspecto da hegemonia, adotamos este termo como baliza, a fim de não perder de vista (e ressaltar) a dimensão relacional da discussão que nos propomos a realizar.

Para uma análise do fenômeno da ideologia aplicada ao nosso objeto de estudo também se faz fundamental compreender a função dos intelectuais ligados ao IPÊS e responsáveis por formular e difundir as ideias em consonância com os interesses do bloco multinacional e associado. A função desses agentes sociais pode ser compreendida à luz da contribuição de Antonio Gramsci acerca da categoria do intelectual e seu papel na disputa por hegemonia. O autor opera uma distinção fundamental entre o que chama de intelectuais “tradicionais” e intelectuais “orgânicos”, observando que todo grupo social,

[...] nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política [...].⁷⁴

Assim, tanto a burguesia, e suas respectivas frações de classe, quanto o proletariado produzem seus próprios intelectuais ligados organicamente às suas práticas específicas de classe. Unindo teoria e prática, a categoria de intelectual orgânico abarca não apenas filósofos e ideólogos, como a concepção mais idealista e tradicional de *intelligentsia*, mas também ativistas políticos, técnicos, juristas, economistas etc. Entretanto, esse grupo de intelectuais orgânicos que emerge a partir da estrutura econômica, conferindo sentido e unidade à ação, coexiste com “categorias intelectuais preexistentes” que se apresentam como “representantes de uma continuidade histórica que não fôra interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”⁷⁵. As várias categorias de intelectuais tradicionais determinam para si mesmas a “aparência” de um grupo social independente e autônomo em relação ao grupo social dominante. Há, portanto, para Gramsci, um necessário condicionamento social dos intelectuais, mas que não se dá de forma mecânica e sem mediações. Na disputa pela hegemonia política e cultural, cada classe tem a tarefa não apenas

⁷⁴ GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 3.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 5.

de criar seus próprios intelectuais orgânicos, mas também de lutar “pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais”⁷⁶.

Uma vez que as disputas de ideias no campo político encontram nos livros uma forma mais perene de inscrição⁷⁷, acreditamos que as publicações do IPÊS constituem um terreno fértil para uma análise dos discursos ideológicos formulados pelos intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado. Guiados pelas concepções teóricas e metodológicas que acabamos de apresentar, a análise que realizaremos no próximo capítulo terá como um de seus objetivos identificar de que maneiras a ação editorial do IPÊS se relacionou com a proeminente produção intelectual e cultural da esquerda no período. Além disso, buscará encontrar na materialidade dessa produção sua proporção em relação ao conjunto do mercado editorial da época e o alcance da circulação das ideias da direita na sociedade brasileira da época.

⁷⁶ GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 9.

⁷⁷ DARNTON, R. apud SILVA, Leandro Nóbrega da. O mercado editorial e a nova direita brasileira. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, dez. 2018, p. 74.

CAPÍTULO 2 - O circuito editorial do IPÊS

2.1. A luta ideológica na formação do mercado editorial brasileiro

Embora a atividade editorial no Brasil remonte ao início do século XIX, foi somente a partir da década de 1930 que a produção nacional de livros floresceu, impulsionada pelo processo de substituição de importações que se desencadeou com a crise de 1929. A formação do setor gráfico-editorial acompanhou o próprio desenvolvimento industrial brasileiro, bem como os processos de urbanização e diminuição das taxas de analfabetismo. Ante um passado marcado pela importação de obras estrangeiras ou pela impressão de livros no exterior¹, a expansão foi surpreendente: entre 1930 e 1936, a taxa de crescimento da produção em São Paulo alcançou 600%².

Centradas nas figuras de seus editores-proprietários (as funções normalmente se confundiam), as companhias editoriais surgidas nessa primeira metade do século XX se caracterizaram pelo empenho em publicar temas e autores nacionais. Entre os chamados “editores pioneiros” desse período destacaram-se: Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, nos anos 1920; José Olympio, nos anos 1930; José de Barros Martins, Caio Prado Júnior e Artur Neves, nos anos 1940, e Ênio Silveira, nos anos 1950. De acordo com Andréa Galucio:

O pioneirismo deles, em diferentes momentos históricos, pode ser entendido não só pela criação de editoras “nacionais” preocupadas com a divulgação de autores nacionais e temas sobre a realidade brasileira [...] mas também, a nosso ver, pelo empenho para a organização empresarial do setor, iniciado nos anos 40 e que resultou em conquistas, a médio e longo prazo, para o desenvolvimento do mercado e da indústria de livros³.

Acompanhando o cenário artístico-intelectual consolidado pela Revolução de 1930⁴,

¹ Até o novo quadro econômico provocado pela crise do comércio internacional em 1929, a maioria das editoras instaladas no Brasil vendia obras estrangeiras ou imprimia livros de autores brasileiros na Europa, dadas as dificuldades para a importação de papel e maquinaria. O papel produzido no país era de péssima qualidade e, por muitas décadas, o imposto para a importação de livros foi mais baixo do que o fixado para a importação de papel. Além disso, a escassez de livrarias representava um grande empecilho para a distribuição.

² HALLEWELL, Laurence apud PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das “Coleções Brasileiras”, nas Décadas de 1930, 40 e 50. BIB – *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 2º sem. 1988, p. 59.

³ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Niterói, 2009. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, p. 45.

⁴ Heloisa Pontes descreve esse cenário cultural da seguinte maneira: “A urbanização e a industrialização, signos da modernização pela qual passavam os centros urbanos brasileiros, notadamente o Rio e São Paulo, aliados à efervescência política e cultural sem precedentes dos anos 20, criaram as condições necessárias para que certos segmentos restritos das camadas médias pudessem produzir todo um conjunto de inovações e de experimentos culturais modernos, inéditos na história brasileira. No entanto, foi somente nos anos 30, após a eclosão e

os catálogos constituídos pela nova geração de editores contrabalançavam obras literárias e políticas dedicadas a refletir sobre os mais variados aspectos da realidade brasileira. A missão de afirmar e promover a “cultura nacional” se traduziu inicialmente em coleções como a *Brasiliiana* (1931), a *Documentos Brasileiros* (1936) e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940), publicadas respectivamente pela Companhia Editora Nacional, José Olympio Editora e Livraria Martins Editora. Parte dessas coleções tinha como objetivo explícito apresentar o debate político da época, marcado pelo acirramento ideológico e pela disputa entre os projetos inspirados pelo comunismo e pelo fascismo. Do campo intelectual conservador, do qual emergiam nomes como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Gilberto Freyre e Plínio Salgado, se sobressaíram projetos como a *Coleção Azul* (1932)⁵, da Schmidt Editora, e *Problemas Políticos Contemporâneos* (1934)⁶, da José Olympio Editora, ambos de cunho nitidamente integralista⁷.

Assim como para os “camisas verdes”, o livro teve importância central para o movimento comunista na década de 1930. As publicações comunistas tiveram um momento inicial de crescimento no Brasil a partir do segundo decênio do século XX, no contexto da Revolução Russa de 1917, do *agitprop* da III Internacional e da organização do PCB⁸. Nessa primeira fase, a produção editorial foi centralizada pelo partido, que direcionou seus esforços em grande medida para a elaboração de folhetos e periódicos como a revista *Movimento*

consolidação da Revolução, que essas experiências culturais, geradas no decênio anterior, deixaram de ser uma marca de transgressão, sofrendo, a partir de então, um ‘processo de rotinização e de normalização’”. PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das “Coleções Brasileiras”, nas Décadas de 1930, 40 e 50. BIB – *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 2º sem. 1988, p. 58.

⁵ A coleção idealizada pelo editor Augusto Frederico Schmidt buscava analisar, no calor dos acontecimentos, a Revolução de 1930 e o movimento tenentista sob a ótica da pequena burguesia – dividida entre a corrente liberal-reformista e o integralismo. Os cinco livros que compunham a coleção eram de autoria de Martins de Almeida, Afonso Arinos de Melo Franco, Virgínio de Santa Rosa, Alcindo Sodrê e Plínio Salgado. Ao longo de sua trajetória, iniciada em 1930 e encerrada em 1939, a editora também publicou autores como Jorge Amado (*O país do carnaval*), Rachel de Queiroz (*João Miguel*), Graciliano Ramos (*Caetés*), Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*) e Alceu Amoroso Lima (*Problema da burguesia*). CARONE, Edgard. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 185-227.

⁶ A obra que inaugurou a série foi *Estado moderno*, de Miguel Reale. Até 1937 a coleção contou com pelo menos outros dezoito títulos, dentre os quais *Estado corporativo*, de Tasso da Silveira, e *O sofrimento universal*, de Plínio Salgado.

⁷ A esse respeito, vale ressaltar a importância do relacionamento pessoal de Plínio Salgado, o mais importante líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), com os editores José Olympio e Augusto Frederico Schmidt para a publicação dos intelectuais ligados ao movimento dos “camisas verdes”. Conforme levantamento de Alexandre Ramos, mais da metade dos livros integralistas publicados entre 1933 e 1937 vieram a lume por meio daqueles dois editores. RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Intelectuais, livros e política: Schmidt Editor e José Olympio Editora na divulgação do Integralismo*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul.-dez. 2015, p. 663.

⁸ SECCO, Lincoln apud SILVA, Leandro Nóbrega da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Rio de Janeiro, 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 78.

Comunista (1922), o semanário *A Classe Operária* (1925) e o vespertino *A Nação* (1927)⁹. Mas o que se verificou depois de 1930, paralelamente à expansão do mercado editorial brasileiro como um todo, foi a “multiplicação espantosa de livros marxistas e de editoras voltadas exclusivamente a esta linha de pensamento”¹⁰, dentre as quais Edgard Carone destaca a Pax, a Cultura Brasileira, a Editorial Calvino, a Unitas e a Caramuru. Contudo, poucos desses projetos tiveram êxito no longo prazo. As iniciativas editoriais comunistas, que desde sempre sofreram com a escassez de recursos e a perseguição policial, se abalaram definitivamente com a chegada do Estado Novo e só foram retomadas de forma substancial com a abertura democrática e o breve período de legalidade do PCB¹¹.

Na medida em que crescia o movimento comunista, as classes dominantes organizavam sua reação. Diferentemente dos países nos quais se desenvolveram correntes liberais ou socialistas, o comunismo no Brasil teve como principal antagonista o anticomunismo apresentado sob o invólucro do conservadorismo católico¹². Adotamos aqui a seguinte definição do fenômeno elaborada por Lincoln Secco:

O anticomunismo é a operação de propaganda que consiste em exacerbar, inventar ou mesmo distorcer conceitos marxistas e leninistas com o escopo de criar uma caricatura do comunismo [...]. Não se trata de operação intelectual ou tradução política de uma teoria. O anticomunismo não é uma teoria e sim um conjunto de preconceitos¹³.

Enquanto técnica de mobilização que visa construir um inimigo público, o anticomunismo não se opõe ao comunismo real, mas sim à sua própria invenção do que é o comunismo. No Brasil, esse fenômeno tem um caráter estruturalmente preventivo¹⁴ e se instalou entre as elites antes mesmo do enraizamento de um pensamento propriamente marxista no país. Desde a metade do século XIX, os jornais paulistas já divulgavam textos críticos ao comunismo, ao socialismo e à figura de Karl Marx¹⁵. No contexto das lutas pela abolição, mesmo a defesa da alforria de idosos ou de filhos de pais escravizados (Lei dos Sexagenários e Lei do Ventre Livre) era taxada de comunista, bem como quaisquer outras

⁹ DJUROVIC, Camila Alvarez. Relatório de Iniciação Científica do Projeto “A Revista Movimento Comunista e a Formação do Partido Comunista Brasileiro”. 2013. Mimeografado.

¹⁰ CARONE, Edgard. *Leituras marxistas e outros estudos*. Lincoln Secco; Marisa Midori Deaecto (Org.). São Paulo: Xamã, 2004, p. 63.

¹¹ *Ibidem*, 2004.

¹² SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017, p. 87.

¹³ *Ibidem*, p. 88.

¹⁴ SECCO, Lincoln F. O anticomunismo preventivo. *Boletim do Gmarx – Maria Antônia*. Ano 01, nº 55, 2020.

¹⁵ AYRES, Vivian N. Marx e o comunismo nos periódicos paulistas do século XIX. *Mouro – Revista Marxista*. Núcleo de Estudos d'O Capital, Ano 10, n. 13, jan. 2019.

manifestações contrárias aos interesses dos senhores de escravos¹⁶. De acordo com Vivian Ayres,

Se não havia por parte dos socialistas ou dos progressistas uma compreensão sistemática e profunda acerca do marxismo e do comunismo, a elite proprietária compreendeu muito rápido a essência dessas ideias, pois elas atacavam diretamente seus privilégios. Assim, elas se debatiam em defesa da propriedade acusando os socialistas e comunistas de desejarem uma sociedade impossível e de realizarem as mais diversas formas de violação.¹⁷

Embora esses ataques apareçam de longa data nos jornais e compêndios jurídicos brasileiros, foi a partir da década de 1930 que o livro passou a ser amplamente utilizado como veículo da propaganda ideológica anticomunista. A Livraria Globo, de Porto Alegre, foi uma das que mais investiu nesse segmento. Em 1932, seu catálogo contava com traduções de obras críticas à Rússia soviética, como *No país dos Soviets*, de Jorge Le Fevre, *As forças secretas da Revolução*, de Léon de Poncins, *O que vi em Moscovo*, de Henri Béraud, e *Moscovo sem mascara*, de Joseph Douillet¹⁸. Do conjunto de obras anticomunistas produzidas por autores brasileiros nesse período, Rodrigo Patto Sá Motta lista as seguintes: *O comunismo russo e a civilização cristã*, do Bispo Dom João Becker; *A sedução do comunismo*, de Everardo Backheuser; *A questão social e a República dos Soviets*, de Alberto de Britto; *A bandeira do sangue (combatendo o comunismo)*, de Alcibiades Delamare; *A Rússia dos Sovietes*, de Vicente Martins; *Tempestades. O bolchevismo por dentro*, de Pedro Sinzig; e *As falsas bases do comunismo Russo*, de Alfredo Pereira¹⁹.

Pode-se dizer que a tradição anticomunista se consolidou efetivamente no país entre a derrota do levante de 1935 e a implantação da ditadura varguista, em 1937. Após a insurreição dirigida pelo PCB, a luta contra o comunismo assumiu uma tônica dominante no discurso integralista e contribuiu para o crescimento de sua mobilização popular²⁰. Naquele momento, multiplicaram-se os livros dedicados a denunciar a “ameaça comunista”, tanto aqueles

¹⁶ SECCO, Lincoln F. O anticomunismo preventivo. *Boletim do Gmarx – Maria Antônia*. Ano 01, nº 55, 2020.

¹⁷ AYRES, Vivian N. Marx e o comunismo nos periódicos paulistas do século XIX. *Mouro – Revista Marxista*. Núcleo de Estudos d'O Capital, Ano 10, n. 13, jan. 2019, p. 187.

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 27.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*, p. 30.

escritos por autores brasileiros quanto traduções²¹. Até mesmo obras de Goebbels e Hitler passaram a circular em português tendo como alvo o movimento comunista²².

2.1.1. Paisagem editorial da década de 1960

O mercado brasileiro do livro se consolidou atravessando fases de extraordinário crescimento, como o período da Segunda Guerra Mundial, mas também momentos de graves crises econômicas, como a enfrentada no pós-1945. Os avanços nas formas de divulgação, o surgimento de distribuidoras profissionais, a criação de periódicos especializados e a organização de órgãos de classe – como o Sindicato Nacional do Editores Livreiros (SNEL), fundado em 1941, e a Câmara Brasileira do Livro (CBL), criada em 1947 – foram passos importantes para promover a estabilidade das atividades relacionadas ao comércio livreiro no país. Um impulso fundamental foi dado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujas políticas de subsídios e isenções fiscais implementadas em resposta às reivindicações do setor permitiram que a produção nacional de livros e folhetos praticamente triplicasse entre 1955 e 1962, com destaque para a impressionante taxa de crescimento de 115% neste último ano. Contudo, no turbulento período que antecedeu o golpe de 1964, a disparada da inflação, a queda do poder aquisitivo das classes médias (principal consumidora de livros) e o aumento dos custos de impressão se tornaram obstáculos para a atividade editorial.

Quadro 1 – Produção nacional de livros e folhetos (1955-1964)

Ano	Exemplares			Taxa anual de crescimento das edições (% aprox.)
	Livros	Folhetos	Total	
1955	21.393.861	9.704.468	31.098.329	–
1956	27.623.000	13.894.000	41.517.000	33%
1957	33.952.000	13.331.800	47.283.800	14%
1958	39.340.000	16.940.000	56.280.000	19%
1959	41.294.961	14.940.040	56.235.001	0%
1960	36.322.827	14.886.182	51.209.009	-9%
1961	29.169.952	10.955.652	40.125.604	-22%
1962	66.559.000	19.601.700	86.160.700	115%
1963	54.222.606	26.158.347	80.380.953	-7%

²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 27.

²² SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017, p. 89.

1964	51.914.564	17.174.542	69.089.106	-14%
------	------------	------------	------------	------

* Dados extraídos de HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 885.

Nos anos imediatamente seguintes ao golpe, a recessão econômica continuou a atingir duramente o comércio livreiro. Entre novembro de 1965 e junho de 1966 foi registrado, por exemplo, um aumento de 50% dos custos gráficos²³. Os escassos números disponíveis sobre essa primeira fase do regime militar indicam que os níveis de produção do setor se mantiveram relativamente estáveis ao longo de todo o decênio. Esse patamar só foi definitivamente ultrapassado no início dos anos 1970, quando começaram a surtir efeito as novas políticas públicas para o setor livreiro que levaram a uma reorientação para o consumo de massas²⁴.

Quadro 2 – O comércio de livros após o golpe de 1964

Ano	Exemplares		
	Livros	Folhetos	Total
1955	-	-	-
1966	47.169.500	-	-
1967	187.854.400	37.446.300	225.300.700
1968	-	-	-
1969	68.068.200	17.515.200	85.583.400

* Dados referentes apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo. Extraídos de HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 897.

** Não há dados completos disponíveis sobre os anos de 1965, 1966, 1968 e 1970. É possível que os números referentes a 1967 abranjam a produção de 1965 e 1966. Mesmo a produção de 1969 pode estar superestimada.

Apesar de ser relativamente baixa a produção editorial da década de 1960, Sandra Reimão aponta para uma “explosão qualitativa”²⁵ da experiência de leitura. Segundo a autora, havia por um lado um público exigente, que buscava nos livros a mesma qualidade e relevância política das manifestações que agitavam a cena artístico-cultural da época, tais como o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, o movimento concreto nas artes plásticas e na poesia, entre outros. Em contrapartida, havia o grupo de produtores editoriais que, para acompanhar esse público e vender seus livros, era forçado a aprimorar cada vez mais seu trabalho. Esse “reforço mútuo” teria resultado em diversas inovações introduzidas, por exemplo, no planejamento gráfico e na

²³ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 608.

²⁴ Na década de 1970, o mercado se desenvolveu com predomínio das editoras de livros técnicos e didáticos, favorecidas pelas políticas governamentais que ampliaram a rede pública de educação e, conseqüentemente, o fornecimento de material didático ao Ministério da Educação. A expansão foi impulsionada pelos acordos firmados entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID).

²⁵ REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018, p. 25.

apresentação física dos livros. Mas vale sublinhar que essa elevação do padrão material já é perceptível desde o decênio anterior, apenas tendo se consolidado no período em questão. Reimão também destaca como características do mercado dos anos 1960 o predomínio do autor estrangeiro sobre o nacional e a preferência do público leitor por temas ligados à política e à economia, o que resultou em uma produção voltada predominantemente aos textos não ficcionais²⁶.

A despeito da instabilidade do mercado livreiro durante os governos Jânio Quadros e Goulart, algumas coleções que atualizaram o modelo das brasileiras dos anos 1930 e 1940 obtiveram enorme sucesso junto ao público. Difundindo o pensamento nacionalista da esquerda – particularmente as teses dos intelectuais ligados ao ISEB –, esses empreendimentos editoriais ocuparam um lugar central no debate político da primeira metade da década de 1960. Entre as coleções mais emblemáticas estavam “Retratos do Brasil” e “Cadernos do povo brasileiro”, ambas idealizadas por Ênio Silveira e lançadas pela Civilização Brasileira. Iniciada em 1960, “Retratos do Brasil” tratou dos principais temas sociopolíticos do momento em edições de obras como *Revolução e contra-revolução no Brasil* (1962), de Franklin de Oliveira, *Política externa independente* (1962), de San Tiago Dantas, *Introdução à revolução brasileira* (1963), de Nelson Werneck Sodr e e *Industrialização e desenvolvimento social* (1963), de Oct avio Ianni.

Correspondendo à fase de maior radicalização política, “Cadernos do povo brasileiro”, lançada em 1962, voltou-se para as pautas progressistas mais candentes do momento: a defesa da reforma agrária, da cultura popular, do anti-imperialismo e da luta democrática-popular de caráter socialista²⁷. Publicada em formato de bolso, com linguagem popular e títulos provocativos, a coleção lançou em seu primeiro ano livros como *Que são as ligas camponesas?*, de Francisco Julião, *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodr e, *Quem dará o golpe no Brasil?*, de Wanderley Guilherme, e *Por que os ricos não fazem greve?*, de  lvaro Vieira Pinto, que atingiu a surpreendente marca de 100.00 exemplares vendidos²⁸.

Para se ter uma ideia da aceitação popular desses empreendimentos editoriais, estima-se que os 28 volumes dos “Cadernos do povo brasileiro”, publicados entre 1962 e 1964,

²⁶ REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018, p. 24.

²⁷ SILVA, Leandro Nóbrega da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Rio de Janeiro, 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 106.

²⁸ LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo, 2010. 386 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 26.

tenham ultrapassado a marca de um milhão de exemplares, atingindo um público amplo e variado graças à distribuição realizada pelos CPCs da UNE junto aos movimentos sociais. Esse número, segundo Angélica Lovatto, classifica a coleção entre os maiores fenômenos editoriais do país no século XX²⁹. Por esse alcance até então sem precedentes, os intelectuais e editores envolvidos nos projetos entraram na mira da repressão política. Durante a ditadura, Ênio Silveira “sofreu contínuos prejuízos financeiros e dilapidação do patrimônio, repetidas prisões e pelo menos uma tentativa de assassinato”³⁰.

Outro caso representativo do clima político daquela sociedade às vésperas do golpe foi o da coleção *História nova do Brasil*, publicada no início de 1964 pela Brasiliense. A série de livros didáticos voltados ao ensino de História foi produzida em conjunto pelo Ministério da Educação e Cultura e o ISEB, então sob direção de Nelson Werneck Sodré, trazendo textos dos intelectuais ligados ao instituto. Com o 1º de abril, o projeto foi imediatamente suspenso sob alegação de ser uma tentativa de doutrinação marxista das escolas brasileiras. Houve apreensão dos livros e prisão dos autores envolvidos, incluindo o editor da Brasiliense Caio Prado Jr., que ficou detido por dez dias no Dops³¹.

A Civilização Brasileira e a Brasiliense estavam acompanhadas em sua orientação política por um conjunto significativo de “editoras progressistas”³². Esse quadro foi resultante da progressiva disseminação do pensamento político de esquerda entre os movimentos populares, artísticos e intelectuais do país durante o intervalo democrático entre 1945 e 1964³³. Muitas dessas iniciativas estavam ligadas de alguma forma ao PCB, que em seu breve período de legalidade logrou criar e apoiar diversos empreendimentos editoriais que conseguiram se manter a longo prazo, sendo o mais bem sucedido deles a Editorial Vitória, fundada em 1944 e extinta vinte anos depois com o golpe de 1964. Além das já mencionadas, fizeram parte desse grupo de editoras progressistas a Zahar Editores, a Tempo Brasileiro, a Germinal, a Fulgor, a José Álvaro, a Tempo Brasileiro, entre outras. A oferta de livros de esquerda visava atender, sobretudo, a uma procura estabelecida pela formação política nos partidos, sindicatos, jornais, movimentos sociais, movimento estudantil etc.

A qualidade e o alcance extraordinários da produção editorial da esquerda despertaram um alerta nos grupos liberais-conservadores. A ascensão de Goulart trouxe novamente à tona

²⁹ LOVATTO, A. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 23, p. 93-103, 2º sem. 2009, p. 93.

³⁰ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 588.

³¹ *Ibidem*, p. 606.

³² *Ibidem*, p. 592.

³³ SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed., 2009.

o sentimento anticomunista enraizado nas elites brasileiras e insuflado pelo cenário externo da Guerra Fria. O novo surto anticomunista, que acabou por culminar no golpe de 1º de abril, foi marcado por uma intensa e ininterrupta campanha de propaganda ideológica da direita nos mais diversos meios de comunicação. No campo editorial não foi diferente: a quantidade desse tipo de material em circulação aumentou consideravelmente, na forma de folhetos, livros, panfletos, periódicos, cartazes etc. Entre as editoras, os catálogos passaram a registrar um número cada vez maior de livros de autores estrangeiros dedicados a denunciar as mazelas do sistema soviético ou ensinar métodos para se identificar e combater os comunistas³⁴.

No âmbito dessa produção editorial renovada da direita, o IPÊS se afigurou como o principal projeto representante dos interesses da classe dominante, ao qual se ligaram, por razões diversas, importantes editoras brasileiras atuantes na primeira metade do século XX. Dentro do projeto ipesiano, os livros eram objeto de interesse enquanto veículos de propaganda capazes de, por um lado, conquistar a simpatia de uma comunidade de leitores aos fundamentos liberais e às propostas de atuação do instituto na realidade do país e, por outro, infundir o medo do comunismo, preparando o terreno para a derrubada do governo de João Goulart.

Como parte dos esforços para justificar suas atribuições enquanto um “instituto de pesquisa” e se inserir no debate público da época, o IPÊS chegou a desenvolver uma série de folhetos sobre “temas políticos contemporâneos” que foi provavelmente inspirada na experiência exitosa dos *Cadernos do povo brasileiro*. Assim como a coleção da Civilização Brasileira, os “Cadernos nacionalistas” eram apresentados em formato de bolso e escritos em linguagem acessível ao grande público, embora com um estilo e uma aparência que acentuavam seu pseudo-academicismo³⁵. O IPÊS lançou seis títulos dessa série entre 1964 e 1965, sendo eles: *O árduo caminho da reforma agrária*, de José Setzer, *Reforma universitária*, de A. C. Pacheco e Silva, *Como lidar com os comunistas*, de Wilhelm Roepke, *Estratégia e tática comunista para a América Latina*, de Eudócio Ravines, *Os verdadeiros reacionários*, de Oscar Schvarzberg e a coletânea *Infiltração comunista no Brasil*. Embora representasse uma tentativa de apropriação das formas de difusão do pensamento da esquerda, certamente faltavam à coleção, tanto em seus aspectos formais quanto contedúísticos, o brilho de intelectuais como aqueles do ISEB e de editores como Ênio Silveira.

³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 307.

³⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 236.

O volumoso conjunto de publicações encorajado pelo IPÊS não foi fruto de uma demanda do público leitor brasileiro que, como vimos, mostrava uma clara preferência pela produção disseminada pelas editoras progressistas. Fadados ao fracasso comercial, os livros da direita só se viabilizaram por meio de incentivos de entidades ou pessoas politicamente interessadas em sua divulgação – daí seu caráter eminentemente propagandístico³⁶. Pode-se até afirmar que a relevância artística ou intelectual daquele conjunto bibliográfico foi praticamente nula diante do esforço de interpretação teórica e de formação política da esquerda no período e, conseqüentemente, de sua “relativa hegemonia cultural”³⁷. Como apontou Caio Navarro de Toledo,

[...] logo após o golpe, foram os livros e revistas da editora Civilização Brasileira – graças ao arrojo e à coragem intelectuais de Ênio Silveira – que alcançavam reedições e sucesso de venda, não os panfletos e livros largamente financiados por empresários e pela Embaixada norte-americana³⁸.

Mas apesar das diversas limitações no plano cultural, os impressos promovidos pelo IPÊS desempenharam naquele contexto uma função social cujo valor histórico não pode ser imediatamente descartado por nós. Para além do conteúdo em si, um olhar para a materialidade das condições de produção e circulação dessas publicações pode ensejar uma leitura mais abrangente sobre a disputa por hegemonia dos discursos ideológicos antagônicos no contexto da década de 1960. É isso que buscaremos demonstrar adiante.

2.2. A contraofensiva: criação e organização do Grupo de Publicações/Editorial do IPÊS

Em meados de 1962, o empresário e economista José Garrido Torres, então responsável pelo Grupo de Estudos e Doutrina do IPÊS, reportou em carta ao Comitê Diretor da entidade a necessidade de formação de um programa para a “divulgação de literatura democrática”. A urgência na realização da tarefa se justificava, em suas palavras,

[...] pela abundância de literatura marxista em nossas livrarias sem que se note empenho de contrabalançar seus efeitos com a correspondente divulgação de livros, folhetos e artigos que “promovam” o regimen

³⁶ Embora possam existir pontualmente importantes intelectuais de direita, o texto de direita, por desejar no plano da estratégia a conservação do *status quo*, não necessita de aprofundamento teórico – o que também explica seu caráter panfletário. Já na esquerda, ao lado da agitação e propaganda, também há o esforço da interpretação teórica e da formação política.

³⁷ SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed., 2009, p. 8.

³⁸ TOLEDO, C. Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 19, 2004, p. 31.

democrático e alertem os leitores de todas as camadas contra os males e os mitos da doutrina socializante³⁹.

O diagnóstico apresentado por Torres condizia com a realidade. Como vimos anteriormente, o mercado editorial da década de 1960 foi marcado por uma forte atuação das chamadas editoras progressistas e pela proliferação de publicações identificadas com o campo artístico e intelectual da esquerda. Assim, a detecção desse poderoso inimigo – a disseminação cada vez maior da “doutrina socializante” – tornava imperativa uma contraofensiva à altura.

O programa apresentado no documento estava organizado em torno de três práticas editoriais. A primeira delas se tratava de aproveitar a extensa rede de contatos do Grupo de Opinião Pública (GPO) junto aos veículos de comunicação nacionais para “plantar” nos jornais e revistas do país artigos que tratassem de temas de atualidade em linguagem acessível ao grande público⁴⁰. Os editoriais, comentários e artigos em consonância com a mensagem do IPÊS poderiam ser produzidos sob encomenda por agências especializadas ou traduzidos de publicações estrangeiras como *Harper's*, *Atlantic Monthly*, *Foreign Affairs* e *New York Times Magazine*. Essa tática, segundo o autor da carta, “mais fácil e menos dispendiosa”, teria como objetivo influenciar a opinião pública e inserir o IPÊS no debate político da época.

A segunda prática consistia na divulgação de folhetos com textos enxutos e voltados prioritariamente à propaganda anticomunista. Sua distribuição deveria ser direcionada a grupos sociais considerados alvos do instituto, como estudantes, militares, operários e empregados de escritório em geral. Assim como os artigos disseminados na imprensa, os folhetos anticomunistas também poderiam ser gerados a partir de traduções de publicações estrangeiras. Nesses casos havia necessidade, segundo Torres, de “evitar as delongas de obtenção do direito de divulgar esses trabalhos, de preferência sem ônus para os jornais e revistas”. Para tanto, o IPÊS deveria recorrer aos “bons officios das embaixadas, que poderiam assegurar a boa vontade das firmas editoras que fossem de antemão selecionadas⁴¹”.

Por fim, a carta tratava da necessidade de atingir leitores mais engajados por meio da publicação de “bons livros dentro de uma linha democrática moderna, que conceba a democracia também sob os aspectos econômico e social⁴²”. Cumpriria, inicialmente, escolher um certo número de títulos de autores nacionais e estrangeiros, cuja publicação deveria ser

³⁹ TORRES, José Garrido. *Carta ao Comitê Diretor do IPÊS*. 29 mai. 1962, p. 4. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*.

encorajada pelo IPÊS a alguns editores. No caso de as editoras terem dúvidas quanto ao êxito comercial das edições indicadas, o IPÊS assumiria o compromisso de adquirir um número mínimo de exemplares. Torres exemplificava como seria possível incentivar as companhias a editar ou reeditar obras de interesse do instituto da seguinte maneira:

No que toca a livros estrangeiros há muito o que aproveitar [...]. Um exemplo concreto, além daqueles em poder do Setor de Levantamentos, é a sátira *Animal Farm*, de George Orwell, até hoje não publicado no Brasil. Estou informado que já dispomos da respectiva tradução, a qual, se correspondesse, poderia ser desde logo objeto de entendimento com alguma casa editora. Outras obras há que já foram publicadas em português, algumas das quais estão esgotadas e outras até infelizmente encalharam e são vendidas a preços populares, talvez pela falta de necessária publicidade quando de seu lançamento. Os livros esgotados, que ainda tivessem atualidade, poderiam ser objeto de nova edição, revendo-se naturalmente os textos para obter-lhes boa aceitação, além de atentar-se para os preços a que seriam vendidas, os quais deverão ser acessíveis ao grande público. Tal programa é viável – e mais do que isso indispensável – urgindo que se lhe dê começo [...].⁴³

Em linhas gerais, de acordo com o documento a expansão do incipiente setor editorial do IPÊS deveria ser orientada por: a) diversificação dos veículos de divulgação; b) linguagem acessível; c) preço de mercado acessível; d) ampla divulgação. A diversificação de tipos de publicação (folhetos, periódicos, livros etc.) buscava enquadrar conteúdos voltados a segmentos específicos de leitores, ao passo que a preocupação com a linguagem acessível respondia ao propósito de difundir amplamente as ideias apoiadas pelo instituto. Para além do “grande público”, havia o desejo de atingir um segmento de leitores mais “intelectualizados”. Entretanto, os preços de venda acessíveis estavam condicionados a uma redução dos custos de produção. Nesse ponto, Torres indicava que por meio de relações políticas diplomáticas o instituto poderia ser beneficiado com a cessão de direitos, o que viabilizaria a produção de publicações a custos mais baixos. O sucesso do plano, segundo ele, dependia ainda de uma boa estratégia publicitária para a divulgação dos lançamentos.

Além disso, a carta apontava para uma possível falta de interesse, tanto do público leitor quanto das editoras, pelas publicações alinhadas com a mensagem ideológica do IPÊS. A consciência da limitação comercial dos títulos escolhidos impunha, portanto, a necessidade de garantir junto às companhias editoras a aquisição de um número mínimo de exemplares. Esse fato demonstra que, ao menos em um primeiro momento, a produção editorial do IPÊS era entendida menos como uma atividade comercial e mais como uma tarefa política. Isso não

⁴³ TORRES, José Garrido. *Carta ao Comitê Diretor do IPÊS*, 29 mai. 1962, p. 4-5. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

impediu que tal tarefa fosse realizada de modo profissional e organizado, com grande percepção sobre o caráter da bibliografia selecionada, táticas propagandísticas, necessidade de segmentação do público, dentre outros aspectos. Traçando uma estratégia de longo prazo, a carta de José Garrido Torres atestava “o grau de consciência política que a liderança do IPÊS tinha em relação ao trabalho setorial realizado”⁴⁴. O plano elaborado por Torres embasou, assim, a criação de um departamento dentro da entidade voltado exclusivamente para a atividade editorial.

Embora já existisse há quase um ano ao lado de outros grupos de trabalho do IPÊS, o Grupo de Publicações/Editorial (GPE) foi formalizado em 31 de agosto de 1962, tendo recebido uma verba inicial de quinhentos mil cruzeiros mensais⁴⁵. Suas atribuições foram definidas da seguinte maneira:

O setor editorial

a) edita livros;

b) financia a edição de livros por parte de outras organizações e;

c) adquire ou distribui livros e publicações que não editou ou financiou, mas que considera importante para o esclarecimento de determinado tema de interesse nacional.

Edita também um Boletim Mensal que é distribuído aos seus associados.⁴⁶

Isto é, além de editar livros, folhetos e outros impressos, o instituto também atuou como financiador e distribuidor de publicações editadas por terceiros, estabelecendo um complexo circuito editorial que, como procuraremos demonstrar adiante, obteve considerável alcance em meio à sociedade brasileira da década de 1960.

Advindos de diferentes trajetórias políticas e profissionais, os colaboradores do GPE se unificaram em torno do objetivo de promover a publicação e a circulação de materiais impressos alinhados à orientação política do IPÊS. Para tal, o grupo manteve contato com editores, autores e livreiros e promoveu diversas atividades de incentivo ao livro. Entre seus participantes estavam profissionais da mídia, do mundo literário e de agências de publicidade,

⁴⁴ GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. Niterói, 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 39.

⁴⁵ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Reunião do Comitê Executivo*, 31 ago. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁴⁶ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Atividades do IPÊS*, 6 jun. 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

além de empresários e oficiais militares. O líder do IPÊS e romancista José Rubem Fonseca supervisionava as atividades do GPE e se encarregava da Unidade Editorial. O general Liberato da Cunha Friedrich era responsável pelas publicações e atuava em conjunto com uma comissão de escolha e publicação dos livros composta por José Garrido Torres, general Heitor A. Herrera, general Golbery do Couto e Silva e capitão Heitor Aquino Ferreira. O coronel Octavio Alves Velho, ativista do IPÊS e diretor da Mesbla S.A., ficou encarregado do programa de traduções. Também compunham o referido grupo nomes como o de José Francisco Coelho (ex-jornalista do *Jornal do Commercio*), Wilson Figueiredo (editor do *Jornal do Brasil*), e os poetas e romancistas Augusto Frederico Schmidt, Odylo Costa Filho e Rachel de Queiroz⁴⁷.

É importante apontar que, apesar de não constar nos estatutos sociais como membro do instituto, Golbery do Couto e Silva, considerado o principal organizador ideológico e tático do golpe de 1964, participava ativamente de suas atividades e processos decisórios, como comprovam diversas atas de reuniões em que estão registradas as iniciais “GCS”. Por sua vez, José Rubem Fonseca, o coordenador das atividades do GPE, ocupou formalmente cargos de comando e direção no IPÊS, tendo participado do Conselho Orientador, da Comissão Diretora e do Comitê Executivo da entidade. Avesso a entrevistas, o escritor manteve silêncio sobre seu passado e, principalmente, sobre sua atuação no instituto. Sabe-se que, no início da década de 1950, Fonseca atuou como delegado de polícia no Rio de Janeiro – experiência que lhe rendeu inspiração para muitas de suas histórias e personagens. Posteriormente, trabalhou na companhia Light como assessor do presidente Antônio Gallotti⁴⁸. Foi por meio desse influente empresário que Fonseca se envolveu com a criação do IPÊS, tornando-se uma de suas maiores lideranças. Em 1963, iniciou sua carreira literária com o lançamento do romance *Os Prisioneiros*. O livro foi publicado por iniciativa de Gumercindo Rocha Dorea, um dos associados do IPÊS e proprietário da Edições GRD, editora parceira do Grupo de Publicações comandado por Fonseca dentro do instituto. Entretanto, o autor estreante logo passou a ser requisitado por editoras de maior prestígio e acabou por deixar a pequena GRD. Em 1976, o livro de contos *Feliz Ano Novo*, lançado no ano anterior pelo selo da Artenova, foi censurado e permaneceu nessa condição por treze anos sob intensos protestos do escritor, que moveu

⁴⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 194-195.

⁴⁸ ASSIS, Denise. Morreu o escritor José Rubem Fonseca. Junto vai o ativista político. *Brasil 247*, 15 abr. 2020 [online].

para sua liberação “uma verdadeira cruzada junto aos tribunais brasileiros”⁴⁹. Ao final da ditadura, seu nome figurava na lista dos autores brasileiros mais vendidos⁵⁰ e a ativa militância no IPÊS praticamente não constava como passagem de sua biografia. Por sua obra marcada pela crítica social e sua luta pessoal contra a censura, Rubem Fonseca tornou-se um “símbolo das liberdades democráticas”⁵¹, tendo sua produção identificada ao campo cultural progressista. Assim como Fonseca, a romancista Nélide Piñon, que também integrou o GPE, se notabilizou durante a ditadura pela luta contra a censura. Segundo Dreifuss, ela teria prestado serviços como secretária do IPÊS do Rio de Janeiro⁵².

Por outro lado, o GPE reuniu escritores conhecidos pela posição política abertamente conservadora, como Rachel de Queiroz e Augusto Frederico Schmidt. Proprietário da Schmidt Editora, o poeta modernista foi um dos principais editores dos intelectuais integralistas da década de 1930. Segundo Dreifuss, sua influência sobre o público católico e de classe média e seus ataques mordazes aos posicionamentos de centro-esquerda dentro da Igreja Católica lhe renderam uma posição estratégica no esforço de propaganda do complexo IPÊS/IBAD⁵³. Conspiradora ativa do golpe de 1964, Rachel de Queiroz se encarregou de transpor para a “linguagem dona-de-casa” os trabalhos produzidos pelo IPÊS para consumo empresarial e político⁵⁴. Mas, diferentemente de Schmidt, a autora de *O Quinze* havia exercido uma militância de esquerda na juventude: em fins dos anos 1920, foi membro do PCB por um breve período e, depois, fez parte do grupo trotskista que deu origem à Liga Comunista Internacionalista⁵⁵. Na ocasião de sua prisão durante o Estado Novo, seu terceiro romance, *Caminho de Pedras*, lançado em 1937 pela José Olympio, foi proibido de circular e exemplares foram queimados em praça pública, ao lado de outros livros de autores considerados subversivos⁵⁶. Foi a partir da década seguinte que o veemente repúdio ao getulismo passou a aproximar cada vez mais a romancista de figuras e grupos políticos conservadores.

⁴⁹ PEREIRA, Aline Andrade. Os não-lugares de Rubem Fonseca: um caso único de onipresença invisível na literatura brasileira. *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 25-35, ago.-dez. 2009, p. 25.

⁵⁰ REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018, p. 44.

⁵¹ PEREIRA, Aline Andrade, op. cit., p. 25.

⁵² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 234.

⁵³ *Ibidem*, p. 263.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 234.

⁵⁵ Uma história desse movimento pode ser encontrada em: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (Org.). *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁵⁶ GUERELLUS, Natália de Santanna. Rachel de Queiroz política: uma escrita entre esquerdas e direitas no Brasil (1910-1964). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia-MG, v. 29, n. 1, jan.-jun. 2016, p. 222.

Os escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais que atuavam no GPE também emprestavam o seu prestígio ao instituto escrevendo e assinando artigos produzidos nas “estufas políticas e ideológicas” do complexo IPÊS/IBAD⁵⁷. Nos anos que precederam o golpe, Schmidt utilizou sua influente série “Coluna por Um”, publicada pelo jornal *O Globo*, para denunciar a esquerdização de membros da hierarquia católica. No mesmo período, Rachel de Queiroz transformou suas célebres colunas na revista *O Cruzeiro* em verdadeiras peças de propaganda ideológica à serviço dos grupos golpistas⁵⁸. Atividades como essas eram estimuladas e coordenadas por uma seção especial dentro do GPE denominada Unidade Editorial, que se incumbia de inserir comentários, debates e opiniões na imprensa, elaborar editoriais e divulgar notícias e artigos produzidos de antemão por agências especializadas. Assim, os membros do GPE encontravam-se relacionados operacionalmente ao Grupo de Opinião Pública, responsável pela disseminação dos objetivos e atividades do IPÊS por meio da imprensa.

2.3. O repertório bibliográfico do GPE: uma visão de conjunto

Segundo nosso levantamento, de 1961, ano da formação do GPE-IPÊS, até 1964, quando ocorreu uma reorientação de suas atividades editoriais, o instituto foi responsável por editar ou apenas distribuir nacionalmente pelo menos 91 publicações, que se encontram elencadas abaixo no Quadro 3. Mas antes de prosseguirmos com a análise desse conjunto, consideramos necessário expor alguns apontamentos sobre a documentação que nos conduziu a esse resultado.

Utilizamos como fonte principal para a identificação dessa produção algumas listas elaboradas pelo próprio GPE como forma de controle interno da distribuição de impressos (Anexo 1). As relações, localizadas no Fundo do IPÊS do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, trazem em geral como elementos básicos os títulos e os autores das publicações editadas e/ou distribuídas. De maneira irregular, algumas listas apresentam informações adicionais, tais como editora, data de publicação, formato, preço de venda, número de exemplares distribuídos e número de exemplares remanescentes no estoque. Os dados,

⁵⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 232-233.

⁵⁸ Segundo Natália Guerellus, “essa propaganda se dava na própria narrativa na primeira pessoa do plural, o que até então era improvável na crônica racheliana”. GUERELLUS, Natália de Santanna. Rachel de Queiroz política: uma escrita entre esquerdas e direitas no Brasil (1910-1964). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia-MG, v. 29, n. 1, jan.-jun. 2016, p. 231.

portanto, não possuem um padrão de apresentação, o que nos indica que o controle do IPÊS sobre a distribuição das publicações não foi realizado de forma sistemática e contínua.

Além disso, grande parte das listas não possui data ou local de produção, o que impossibilita a identificação exata do período e da unidade do IPÊS em que tais registros foram elaborados. No entanto, os elementos presentes nos levam a trabalhar com a hipótese de que esse conjunto de documentos foi produzido pelas sedes do instituto da Guanabara e de São Paulo entre os anos de 1961 e 1966, período no qual os títulos identificados foram publicados. Escolhemos, porém, trabalhar apenas com as publicações editadas até o ano de 1964, que representam a parte substancial dessa produção editorial. Outra característica da documentação é a reincidência de títulos em diferentes listas. Pressupondo que esses documentos foram produzidos em anos variados, a repetição pode tanto indicar que a distribuição de um determinado lote de exemplares foi realizada a longo prazo quanto que houve o recebimento de novas remessas de livros das editoras ou até mesmo reedições das obras. Assim, as informações encontradas em determinada lista sobre o número de publicações distribuídas ou sobre a quantidade de exemplares em estoque apenas revelam o retrato de um momento, não podendo ser avaliados como dados definitivos.

A fim de recolher o máximo de informações possíveis a respeito das publicações distribuídas e editadas pelo GPE, fez-se necessária uma pesquisa em outros grupos de documentos produzidos pelo IPÊS, tais como atas de reuniões, boletins, livros contábeis, depósitos bancários, relatórios anuais etc. Em um segundo momento, foram também fundamentais as consultas realizadas a livrarias, sebos e bibliotecas, a partir das quais localizamos boa parte dos títulos identificados originalmente nas listas de publicações. Desse modo, foi possível preencher parte das lacunas iniciais e recolher informações adicionais sobre as edições, tais como local de impressão, local de publicação, ilustradores, reedições e, no caso dos livros de autores estrangeiros, tradutores, título, editora, local e ano de publicação dos originais. O resultado completo dessa investigação encontra-se apresentado no *Catálogo das publicações editadas e/ou distribuídas pelo IPÊS* (Apêndice), que embasa as análises e levantamentos que apresentaremos daqui em diante.

Quadro 3 – Relação das publicações editadas e/ou distribuídas pelo GPE (1961-1964)

Livros				
Autor	Título	Ano	Editora	Exemplares distribuídos
A. Doak Barnett	A China comunista em perspectiva	1963	GRD	500

Abram Tertz	Começa o julgamento	1963	GRD	-
Afrânio de Carvalho	Reforma agrária	1963	O Cruzeiro	500
André Gama	Nossos males e seus remédios	1963	Voices	1.000.000
BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica	Programa de ação econômica do governo (1964 -1966)	1964	Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA)	-
C. J. de Assis Ribeiro	Reforma constitucional	1963	IPÊS	2.000
C. Northcote Parkinson	A Lei de Parkinson	-	Pioneira	-
Dorothy Gordon	Você e a democracia	1963	Record	-
Douglas Hyde	A realidade era outra	1962	Voices	120
Drago Ivanovic	A Iugoslávia de Tito	1963	Saraiva	-
Frank Tannenbaum	O sindicato no mundo moderno	1963	GRD	-
Fred Schwarz	Você pode confiar nos comunistas (...eles são comunistas mesmo)	1963	Dominus	-
Gabriel Lacerda; Carlos Henrique Fróes	O presidencialismo que nos convém	1963	IPÊS	10.000
George Benson	A agricultura sob o comunismo	1963	GRD	-
George Orwell	1984	-	Cia. Editora Nacional	1.000
George Orwell	A revolução dos bichos	1964	Globo	1.000
Harry e Bonaro Overstreet	O que devemos saber sobre o comunismo	1963	Itatiaia	2.000
IPÊS	Reformas de Base: posição do IPÊS	1963	IPÊS	5.000
IPÊS	A reforma agrária: problemas, bases, solução	1964	IPÊS	3.000
Jan Kozak	O assalto ao parlamento	1962	IBAD	3.000
John R. Cotrim	Um engenheiro brasileiro na Rússia	1962	Letras e Artes	5.500
John Strachey	O grande despertar	1962	Cadernos Brasileiros	-
José R. Alvarez Díaz	As condições de trabalho em Cuba	1964	GRD	-
Lin Yutang	O nome secreto	1961	Itatiaia	200
Mário Henrique Simonsen	A experiência inflacionária no Brasil	1964	IPÊS/GB	3.000
Michel Aubry	Cuba, nação independente ou satélite?	1963	GRD	5.000
Moshe Decter	Cartilha de comunismo, teoria e prática	1964	GRD	-
Nikita S. Krushchev	O discurso secreto de Khrushchev	1956	Ipanema	2.000
Nikita S. Krushchev	Krushchev e a Cultura	1963	Cadernos Brasileiros	-
Osvaldo Peralva	O retrato	1962	Globo	1.500
Papa João XXIII	Mater et Magistra	1963	José Olympio	500
Pedro Brasil	O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil	1964	Globo	-
Robert E. A. Lee	A sétima questão	1963	GRD	-
Sônia Seganfredo	UNE: instrumento de subversão	1963	GRD	15.000
Suzanne Labin	A guerra política: arma do comunismo internacional	-	Presença	13.000

Suzanne Labin	A Rússia de Stalin	1948	Agir	44
Theodore Draper	A revolução de Fidel Castro: mitos e realidades	1962	GRD	-
Theophilo de Andrade	Armas, democracia e algemas	1963	O Cruzeiro	-
Thomas Leonardos	Às vésperas da quinta república	1962	O Cruzeiro	-
Vários autores	Democracia e comunismo	1961	Estado Maior do Exército	8.000
Vários autores	A rebelião da juventude na URSS	1963	GRD	1.000
Vários autores	A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas	1962	Fundo de Cultura	9.000
Vários autores	Democratização do capital	1964	Fundação Lowndes	-
Vários autores	Anatomia do comunismo	1963	GRD	5.000
Vários autores	Teorias do colonialismo	1964	GRD	-
Willy Brandt	A prova da coexistência	1964	GRD	-
Zbigniew K. Brzezinski	Ideologia e poder na política soviética	1963	GRD	-
Folhetos				
Autor	Título	Ano	Editora	Exemplares distribuídos
-	Cartas a meu filho	1964	IPÊS	-
-	Infiltração comunista no Brasil	1964	IPÊS	-
-	Você e a democracia	1962	Editora Abril	-
-	A Europa e os países novos em desenvolvimento	1964	IPÊS	-
Alberto Benegas Lynch	A propriedade: fator imprescindível do progresso	1964	IPÊS	-
Antônio. G. da Costa	A crise da previdência social	1963	IPÊS	5.000
Bradford B. Smith	Monopólio e concorrência	1964	IPÊS	-
Clarence W. Hall	The country that saved it self	1964	The Reader's Digest	-
Enrique Sanches	As forças econômicas e sociais que influem no clima de administração	1964	IPÊS	-
Danilo Nunes	A ameaça vermelha	1961	-	500
F. A. Hayek	Pleno emprego, intervencionismo e inflação	1964	IPÊS	-
Glauco M. Carneiro	A inflação, suas causas e consequências	1963	IPÊS	2.000
Glycon de Paiva	Continuismo e comunismo	1964	IPÊS	-
IPÊS	Cartilha para o progresso: como fazer uma revolução sem sangue	1962	IPÊS	2.000.000
IPÊS	Centro de Bibliotecnia	-	IPÊS/GB	-
IPÊS	Declaração de princípios	1963	IPÊS	1.000
IPÊS	Estatutos sociais	1963	IPÊS	-
IPÊS	Estatutos sociais	1964	IPÊS/GB	-
IPÊS	Métodos de trabalho do IPÊS	-	IPÊS	-
IPÊS	O que é o IPÊS	-	IPÊS	1.000.000
IPÊS	Sua adesão ao IPES é indispensável	-	IPÊS	-
IPÊS	Se você fosse um trabalhador soviético... seria obrigado a trabalhar mesmo que não quisesse	1964	IPÊS	-

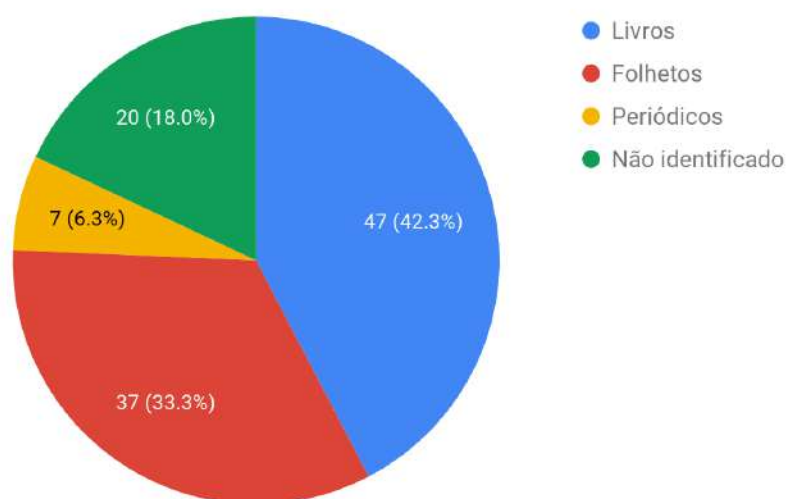
IPÊS	Se você fosse um trabalhador soviético... a principal tarefa de seu sindicato seria fazer você trabalhar ainda mais	1964	IPÊS	885
Jacques Rueff	Carta aos homens de empresa	1964	IPÊS	-
José Joaquim Salcedo	Educação popular, fator primordial do desenvolvimento e da paz social	1964	IPÊS	-
José Luiz de Anhaia Mello	Notas em função do “referendum”: parlamentarismo e presidencialismo	1963	IPÊS	1.000
José Setzer	O árduo caminho da reforma agrária	1964	IPÊS	-
Konrad Aleksander Kowalewski	Democratização do capital	1963	IPÊS	2.000
Ludwig von Mises	A verdade sobre a revolução industrial	1964	IPÊS	-
Luis Montes da Oca	Política monetária	1964	IPÊS	-
Mário Henrique Simonsen	Reforma tributária: considerações sobre	1963	IPÊS	2.000
Olavo Baptista Filho	O problema da demografia nos países subdesenvolvidos	1964	IPÊS	-
Oscar Schvarzberg	Os verdadeiros reacionários	1964	IPÊS	-
Ralph Husted	Livre empresa e desenvolvimento econômico	1964	IPÊS	-
States M. Mead	Teoria e prática de gerência nas nações em desenvolvimento	1964	IPÊS	-
W.P. Krause	Por que os salários compram cada vez menos?	1964	IPÊS	-
Wilhelm Roepke	Como lidar com os comunistas	1964	IPÊS	-
Periódicos				
Autor	Título	Ano	Editora	Exemplares distribuídos
-	Revista Esso	-	Esso Standard do Brasil	-
-	Revista Síntese	1962-1968	Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC-RJ	1.400
-	Cadernos Brasileiros	1959-1970	Cadernos Brasileiros	1.000
-	Boletim Mensal	1962-1966	IPÊS/GB	36.000
-	Boletim IPESUL	-	IPESUL	-
-	Notícias do IPÊS	1964-1965	IPÊS/SP	-
-	Boletim do Clube Naval	-	Instituto Técnico Naval	-
Não identificados				
Autor	Título	Ano	Editora	Exemplares distribuídos
-	Discurso do Ministro Roberto Campos	-	-	-
-	A mão de obra no estado de São Paulo	-	-	-
-	Assistência social e a alegria de viver	-	-	-
-	Conceito soviético de não intervenção	-	-	-
-	Desporte sem liberdade não é desporte	-	-	-

-	Duas vidas	-	Publicações Liguori	-
-	Governo, empreendedores e desenvolvimento	-	-	-
-	Guia do eleitor	-	-	5.000
-	O evangelho social e a igreja cristã	-	-	-
-	Proletários ou conspiradores	-	-	-
-	Relatório Anual Esso	-	Esso Standard do Brasil	-
-	Relatório sobre o comunismo	-	-	5.000
-	Setor público e setor privado	-	-	-
-	Unión Deportiva Cuba Libre	-	-	-
-	Anatomia do peleguismo	-	-	-
Eugene H. Metherin	Como os vermelhos preparam uma arruaça	-	-	-
Gustavo Corção	As defesas da democracia	-	-	-
Juan Manuel Salvat	Os Festivais da Juventude, VIII Congresso da União Internacional de Estudantes	-	-	-
Manoel Azevedo Leão	Os mais graves focos da inflação	-	-	-
Roberto Pinto de Souza e José de Barros Pinto	A burguesia	-	-	-

Antes de entrarmos propriamente na análise bibliográfica das publicações elencadas acima, que será desenvolvida no próximo capítulo, nos interessa investigar alguns aspectos quantitativos relativos a esse conjunto. Como um primeiro elemento para essa apreciação, observamos que as publicações se dividem entre 47 livros, 37 folhetos, 7 periódicos e 20 outros impressos cujo suporte não foi possível identificar (Gráfico 1). Vale ressaltar que utilizamos como parâmetro para a distinção entre livros e folhetos a normatização da Unesco, que define o primeiro enquanto publicações impressas não periódicas a partir de 49 páginas, e o segundo enquanto publicações impressas não periódicas em que constam de 5 a 48 páginas⁵⁹.

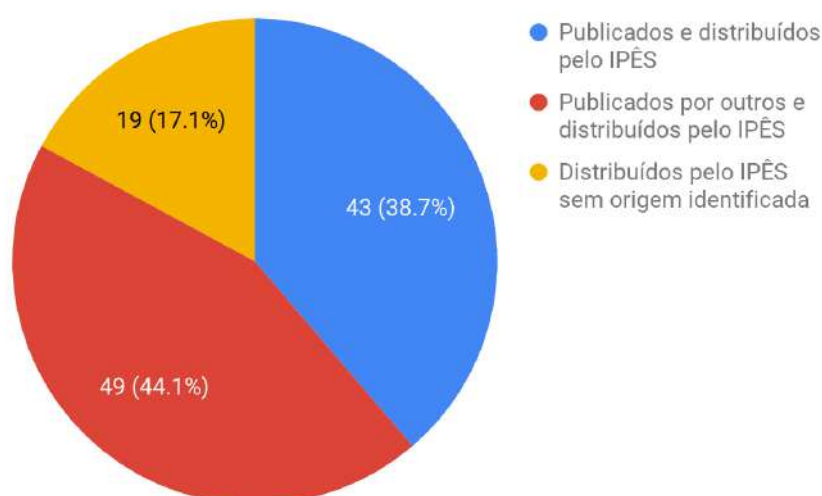
⁵⁹ UNESCO. Recommandation concernant la normalisation internationale des statistiques de l'édition de livres et de périodiques. In: *Actes de la Conférence générale, treizième session, Paris, 1964: Résolutions*. Paris: UNESCO, 1965.

Gráfico 1 – Tipos de publicações distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-1964 (quantidade; percentual)



Durante o período de atuação do GPE, o IPÊS lidou basicamente com três tipos de publicações: 1) as editadas e distribuídas pelo próprio instituto; 2) as editadas por terceiros e distribuídas por ele; e 3) as editadas e distribuídas por outras instituições e adquiridas ou doadas ao IPÊS. Nesse último caso, os impressos eram normalmente incorporados às bibliotecas mantidas pelo instituto nas unidades da Guanabara e de São Paulo. No universo das publicações elencadas em nosso levantamento, 43 correspondem ao primeiro tipo e 49 ao segundo, sendo que outras 19 não tiveram a origem identificada (Gráfico 2). Com exceção de *Você e a democracia* (1962), publicado pela Editora Abril, todos os folhetos correspondem a edições realizadas pelo próprio IPÊS.

Gráfico 2 – Origem das publicações distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-1964 (quantidade; percentual)



Os impressos considerados menos comprometedores, isto é, aqueles que podiam ser justificados de acordo com os propósitos educativos propalados pela entidade, costumavam levar os créditos e o logotipo do IPÊS, que, assim como sua sigla, remetia ao ipê, árvore nativa do país⁶⁰. Já as edições realizadas por terceiros e distribuídas pelo IPÊS eram quase sempre livros sintonizados com seus interesses políticos. Mas, nesses casos, o GPE não atuava meramente como um difusor: grande parte desse conjunto era de títulos encomendados e subsidiados pelo instituto, com o cuidado de que seu nome não fosse divulgado. É provável que essa precaução em resguardar a identidade fosse maior em relação aos livros porque estes, pela sua forma e suporte, costumam visar uma maior duração. Já outros tipos de impressos, como folhetos, panfletos e boletins, atendem normalmente a uma função imediata e possuem por natureza um caráter mais efêmero.

Imagem 2 – Logotipo do IPÊS em publicações⁶¹



Fonte: Reprodução da autora.

Alguns números nos oferecem a dimensão do circuito editorial encabeçado pelo IPÊS. Entre 1962 e 1963, o GPE disseminou cerca de dois milhões e meio de impressos⁶². Apenas a sede do Rio de Janeiro editou e distribuiu nacionalmente ao longo do ano de 1963 mais de 280.000 exemplares de livros e 36.000 exemplares do Boletim Mensal⁶³. Algumas das publicações alcançaram tiragens excepcionais para a época. Conforme mostrado no Quadro 3, o livro *Nossos males e seus remédios*, editado pela Vozes em 1963, chegou a um milhão de

⁶⁰ Segundo Denise Assis, a escolha da árvore como símbolo do instituto se deu por três motivos: “[...] primeiro, porque, sem acento, **Ipês** resultava em um fonema sem imponência ou sonoridade. Segundo, por ser a árvore símbolo do País, o que caía como uma luva no exacerbado espírito nacionalista do grupo fundador da instituição [...]. Outra razão, essa carregada de simbologismo, por ser o ipê uma árvore resistente e que para florir perde as folhas. Na teoria era o que pretendiam: derrubar o poder para fazer florir uma ‘nova’ sociedade à imagem e semelhança dos seus idealizadores”. ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001, p. 13 [grifo da autora].

⁶¹ Fontes das imagens: da esquerda para a direita, detalhes das capas de: ROEPKE, Wilhelm. *Como lidar com os comunistas*. [S.l.]: IPÊS, 1964; INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *A Reforma Agrária: problemas, bases, solução*. [S.l.]:IPÊS, 1964; KOWALEWSKI, Konrad Aleksander. *Democratização do Capital*. [S.l.]:IPÊS, 1963.

⁶² INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Atividades do IPÊS*, 6 jun. 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁶³ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Boletim Mensal*, n. 18, ano III, jan. 1964, p. 2. Fundo IPES - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

exemplares em circulação⁶⁴, dos quais 200 mil foram comprados e distribuídos gratuitamente pelo IPÊS⁶⁵. A *Cartilha para o progresso: como fazer uma revolução sem sangue*, encarte editado pelo instituto sobre a Aliança para o Progresso, atingiu o montante de dois milhões de exemplares, e o folheto institucional *O que é IPÊS* teve um milhão de cópias impressas. Mesmo tiragens de treze ou quinze mil exemplares, como foi o caso, respectivamente, dos livros *A guerra política: arma do comunismo internacional* e *UNE: instrumento de subversão*, já podem ser consideradas muito relevantes para o período em questão.

Para uma compreensão mais completa do significado desses números, é preciso lembrar qual era a parcela alfabetizada da população brasileira na época. Segundo dados do censo, a taxa de analfabetismo em 1960 era de aproximadamente 40%. Aplicando este dado sobre o total de 40 milhões de habitantes do país com 15 anos ou mais, temos como resultado que a população brasileira adulta alfabetizada girava em torno de 24 milhões de pessoas. Isso significa que uma publicação do IPÊS que teve dois milhões de cópias distribuídas, atingiu, em tese, pelo menos 8,3% da população leitora do país – isto sem levar em consideração a circulação de um exemplar por mais de um leitor. Esse índice revela um alcance expressivo o suficiente para afirmarmos que a atividade editorial do IPÊS impactou de alguma forma a sociedade brasileira da época.

Quadro 4 - População – analfabetismo (1960)

ANO	População total	População de 15 anos e mais	População analfabeta	Taxa de analfabetismo
1960	70.191.370	40.233.000	15.964.000	39,7%

* Dados da população de acordo com o IBGE (baseado no censo de 1960) e demais dados de acordo com INEP e IBGE. De acordo com a metodologia utilizada, é considerada analfabeta a parte da população que tem “15 anos e mais” e não sabe ler nem escrever. Fonte: LOVATTO, Angélica, 2010, p. 53.

Mas aqui é preciso lembrar de qual sociedade estamos falando. Embora não seja possível determinar ao certo, podemos pressupor que as publicações disseminadas pelo IPÊS tenham atingido sobretudo a elite e as classes médias, uma vez que as taxas de analfabetismo se concentravam normalmente entre a população mais pobre. Esta era alvo das ações de agitação e propaganda na televisão, cinema, e, principalmente, no rádio. Apesar disso, havia a

⁶⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 236.

⁶⁵ A publicação assinada por André Gama (pseudônimo de um empresário americano residente em Petrópolis) foi direcionada a gerentes e empresários para ser distribuída entre seus empregados. Embora editado oficialmente pela Vozes, a execução imediata desse livreto ficou sob a responsabilidade do IPÊS. A edição ficou a cargo de Golbery do Couto e Silva e Wilson Figueiredo cuidou do orçamento. DREIFUSS, René Armand, op. cit., p. 236, nota 47.

preocupação por parte do instituto de promover publicações com uma linguagem acessível para o que chamava de “grande público”, ao qual eram direcionados os materiais de caráter propriamente propagandístico, nos quais as informações eram apresentadas de modo ainda mais distorcido e tendencioso. Paralelamente, havia também o esforço de buscar um público relativamente intelectualizado por meio de publicações que continham uma linguagem pseudo-técnica, ou pseudo-acadêmica, que lhes conferiam uma pretensa legitimidade e neutralidade política. Assim, eram variados os graus de sofisticação dos impressos disseminados pelo IPÊS, que “se estendiam desde as publicações sensacionalistas e vulgares até a prosa acadêmica ‘séria’”⁶⁶.

2.4. Financiamento

Desde o início, a publicação de impressos ocupou um lugar de destaque entre as atividades desenvolvidas pelo IPÊS. Um balanço realizado por Martina Spohr Gonçalves a partir dos registros das movimentações financeiras mostra que, em 1962, no primeiro ano de atuação do GPE, os gastos com publicações representaram aproximadamente 26% das despesas totais do instituto, o que demonstra a importância assumida por essa atividade no âmbito da campanha ideológica em curso. No ano seguinte, essa proporção caiu para menos da metade, cerca de 10%. Ainda assim, o setor representava parte considerável dos gastos totais. Apesar de não haver dados relativos a 1964, pressupõe-se a continuidade do movimento de queda neste ano, uma vez que em 1965 as despesas do GPE representavam apenas 1% do orçamento total.

Quadro 5 – Relação dos gastos do IPÊS com publicações nos anos de 1962, 1963 e 1965

Categorias	Ano					
	1962		1963		1965	
	Valor bruto*	Porcentagem	Valor bruto*	Porcentagem	Valor bruto*	Porcentagem
Livros de divulgação	4.108,00	0,87%	5.600,00	1,16%		
Folhetos	38.379,00	8,12%				
Publicações	5.564,00	1,17%	36.334,00	7,58%		
Publicações contratadas	78.000,00	16,50%				
Livros de estudo e consulta			2.308,00	0,48%	231,00	0,04%

⁶⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 236.

Jornais e revistas			1.585,00	0,33%	5.887,00	1,10%
Livros e folhetos					105,00	0,01%
Total gasto com publicações e outros	126.051,00	22,66%	45.827,00	9,55%	6.223,00	1,15%
Crédito total do IPES	472.592,00	100%	479.031,00	100%	533.122,00	100%

*Valores em dólar. As categorias não eram padronizadas, os campos em branco significam a ausência da categoria no ano analisado. Não foram encontradas informações sobre os anos de 1961 e 1964. Fonte: GONÇALVES, Martina Spohr, 2010, p. 43.

A diminuição das atividades do grupo é justificada no relatório referente ao ano de 1964 por conta dos “eventos de 31 de março”⁶⁷. Esse apontamento indica que o GPE (e o IPÊS como um todo) passou por uma reorientação depois de atingido seu objetivo político inicial, isto é, a desestabilização do governo João Goulart. Entretanto, a diminuição dos recursos e atribuições do GPE após o golpe não significou a extinção da produção editorial do IPÊS. Como examinaremos nos próximos capítulos, esta não apenas foi mantida como foi ampliada através da criação de um novo departamento voltado exclusivamente para a produção e divulgação de livros.

Mas voltemos aos primeiros anos de atuação do IPÊS. Nesse período, a criação de um grupo de trabalho destinado exclusivamente para a atividade editorial foi incentivada e facilitada por alguns associados que eram proprietários, diretores ou intimamente ligados a companhias editoras e outras empresas do ramo. Em função disso, disponibilizavam ao instituto sua infraestrutura comercial e técnica, equipamento, pessoal e perícia⁶⁸. Sócio fundador e membro da diretoria do IPÊS, o jovem executivo Gilbert Huber Jr. era dono de um dos maiores grupos editorial-gráficos do país, que compreendia a Cia. Nacional de Papel, a Artes Gráficas Gomes de Souza S.A. e a Listas Telefônicas Brasileiras (LTB), responsável pela edição das *Páginas Amarelas*. O IPÊS paulista tinha entre seus diretores Mário Toledo de Moraes, presidente da Cia. Melhoramentos de São Paulo Indústrias de Papel. Também ligado ao setor de papel e celulose, o executivo Israel Klabin compunha os quadros da diretoria do instituto no Rio de Janeiro⁶⁹.

⁶⁷ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relatório de atividades do IPÊS/GB*. Rio de Janeiro, 1964. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁶⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 195.

⁶⁹ A Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. monopolizava a produção de papel nacional. A companhia estabeleceu essa posição sendo largamente favorecida por recursos públicos durante o governo JK: “O subsídio à fabricação de papel nacional consumiu, de agosto de 1957 a setembro de 1958, nada menos do que um bilhão de cruzeiros; mais de 2,5 bilhões, até dezembro de 1959, cabendo quase 80% à firma Klabin”. SODRÉ, N. Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 474.

Além disso, dois fundadores e líderes do IPÊS carioca eram também proprietários de importantes casas editoras: Cândido Guinle de Paula Machado, da Artes Gráficas Reunidas S.A (Agir), e Décio Guimarães de Abreu Filho, da Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A. Médico de formação, Cândido Guinle fundou a livraria e editora Agir em 1944, tendo como sócio o intelectual católico Alceu Amoroso Lima. No mesmo ano a editora lançou seu primeiro título, *A descoberta do outro*, uma “autobiografia espiritual” de Gustavo Corção, expoente do pensamento conservador brasileiro. Além de promover obras de escritores católicos⁷⁰, a Agir também se voltou para as áreas de artes, literatura brasileira, pedagogia e livros didáticos. Ao longo de sua trajetória, o catálogo da editora chegou a somar 3.500 títulos, dentre eles centenas de clássicos, como *O pequeno príncipe*, de Saint-Exupéry, que foi o maior *best-seller* da casa. Enquanto membro do Conselho Diretor do IPÊS, o editor Cândido Guinle de Paula Machado ofereceu apoio editorial e financeiro de sua companhia, que assegurou ajuda técnica para a gráfica que o instituto operava⁷¹ e colocou à disposição do GPE livros para distribuição afinados com seus princípios, dentre eles *A Rússia de Stálin*, da jornalista francesa Suzanne Labin, autora de numerosas peças de propaganda anticomunista.

A Distribuidora Record foi fundada em 1942, como um empreendimento de Alfredo Machado e Décio de Abreu. Por duas décadas, a companhia atuou exclusivamente como agência distribuidora de histórias em quadrinhos e outros serviços de imprensa até que, em 1962, editou seu primeiro livro, *O poder das ideias*, do então governador da Guanabara Carlos Lacerda. Daí em diante, o crescimento foi vertiginoso: entre 1964 e 1981, o catálogo passou de 79 para 502 títulos, o que representou um salto de 535%⁷². De acordo com Galucio, os dados indicam que a companhia foi largamente favorecida pela política econômica do regime militar, tornando-se nesse período a maior editora do país no setor de livros não didáticos⁷³.

O catálogo constituído pela Record na primeira metade da década de 1960 mostra uma editora comprometida com a publicação de obras anticomunistas direcionadas sobretudo para

⁷⁰ A Agir integrou uma rede editorial transnacional de orientação católica, da qual também faziam parte a Editorial del Pacífico, do Chile, a filial Argentina da Desclée de Brouwer e a Editorial Difusión ou Clube de Lectores. RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928-1946*. Assis, 2006. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, p. 100.

⁷¹ GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. Niterói, 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 36.

⁷² GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Niterói, 2009. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, p. 52-53.

⁷³ *Ibidem*, p. 53.

o público jovem, sendo a coleção “Livros para a Juventude” a maior expressão dessa aposta editorial. *Você e a democracia*, um dos livros da coleção publicado em 1963, chegou a ser integrado à rede de distribuição do IPÊS⁷⁴. A publicação da coleção coincide com o período no qual o editor e proprietário Décio de Abreu atuou como sócio-fundador e membro efetivo do Conselho Fiscal do IPÊS/GB. Por sua iniciativa, a Record foi uma das empresas que mais contribuíram financeiramente com o instituto⁷⁵.

Destacamos ainda um terceiro editor que fez parte dos quadros sociais do IPÊS: Gumercindo Rocha Dorea. Ao longo da década de 1950, Dorea foi editor do jornal integralista *A Marcha*, diretor da Livraria Clássica Brasileira e presidente da Confederação Nacional dos Centros Culturais da Juventude, uma organização que representava diversos grupos de orientação integralista. Em 1956, fundou sua própria editora, a Edições GRD, voltada sobretudo para obras de ficção científica e ciências políticas – mais especificamente aquelas relacionadas ao integralismo e ao anticomunismo. O período entre 1962 e 1964, no qual Gumercindo Rocha Dorea foi membro do IPÊS, correspondeu à fase de maior êxito comercial da GRD, que se estabeleceu como a principal parceira na edição de livros subsidiados pelo GPE. No total, o IPÊS encorajou e disseminou 15 títulos selados pela editora.

Embora não participassem formalmente dos quadros sociais do IPÊS, outros proprietários de editoras contribuíram com o projeto do GPE oferecendo serviços gratuitos ou subsidiados de suas companhias. Esse foi o caso de Octalles Marcondes Ferreira, da Cia. Editora Nacional, e Assis Chateaubriand, da editora O Cruzeiro⁷⁶, ambos conhecidos pelo posicionamento político conservador. Victor Civita, outro influente apoiador do golpe de 1964, disponibilizou a gráfica de sua editora, a Editora Abril, para imprimir livros e materiais editoriais do instituto a preço reduzido⁷⁷. A Editora Saraiva, por intermédio de Adib Casseb, ofereceu-se para publicar panfletos e traduções selecionadas pelo Grupo de Publicações do IPÊS/SP e, também, se dispôs a obter, por intermédio de seus contatos, espaço gratuito na

⁷⁴ Também compunham a coleção os seguintes títulos: *De Tordesilhas à OPA* (1963), de Sérgio Diogo Teixeira de Macedo; *Terra de homens livres* (1963), de Enid La Monte Meadowcroft; *As Forças Armadas do Brasil* (1964), de Francisco Ruas Santos; *A guerra revolucionária comunista* (1964), de Francisco Ruas Santos; *A luta pela paz* (1964), de Eleanor Roosevelt; *O comunismo visto por um democrata* (1965), de Gerald W. Johnson, entre outros.

⁷⁵ GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. Niterói, 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 68.

⁷⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 195-196.

⁷⁷ MONTELEONE, Joana et al. *À espera da verdade: empresários, juristas e elite transnacional. Histórias de civis que fizeram a Ditadura Militar*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 62.

televisão⁷⁸. Segundo Dreifuss, o Coronel Victor d'Arinos Silva assegurou apoio técnico para uma gráfica operada pelo próprio IPÊS com o auxílio de Renato Americano, do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷⁹.

Observamos, portanto, que um número considerável de empresários alinhados aos propósitos políticos do IPÊS possuía um elevado grau de concentração de capital em setores diversos da cadeia produtiva do livro, abarcando desde indústrias papelarias e parques gráficos até editoras, distribuidoras, livrarias etc. Assim, os elementos que condicionaram a organização da campanha ideológica promovida pelo instituto mostram que a difusão maciça de seus impressos (bem como das propagandas de rádio, TV, cinema etc.) aconteceu graças a uma avançada infraestrutura intelectual⁸⁰ à sua disposição.

O compartilhamento em rede desse “arsenal” bastou para que organizações de direita como o IPÊS pudessem fazer circular suas ideias independentemente da demanda efetiva do público, uma vez que as condições materiais permitiam que os produtos culturais fossem distribuídos gratuitamente ou vendidos abaixo do custo de produção, de forma a conquistar espaço no mercado. Em nosso entendimento, esse elemento foi um fator decisivo para que o instituto, por meio do projeto editorial em questão, lograsse ampliar o raio de alcance das ideias cultivadas entre as elites políticas, empresariais e militares e expandi-las para o conjunto das camadas médias conservadoras, de modo a preparar o ambiente político para o golpe e, posteriormente, amparar o processo de consolidação do regime autoritário.

2.5. Editoras e editores

A política de colaboração do IPÊS para a edição de livros encomendados estava associada, em geral, à diminuição dos custos de produção de títulos menos vendáveis, isto é, aqueles que não gerariam retorno financeiro razoável para as editoras. Nesses casos, o instituto podia realizar a encomenda de obras compatíveis com seus interesses políticos arcando com parte dos seus custos de produção ou garantindo a compra de determinado lote de exemplares. Além oferecer auxílio logístico na etapa de distribuição, o IPÊS concedia às editoras a ele conveniadas um efetivo incentivo financeiro: podia tanto arcar com os custos de editoração e impressão, quanto viabilizar o pagamento de direitos autorais e, no caso dos títulos estrangeiros, da tradução. Segundo Laura de Oliveira:

⁷⁸ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Reunião do Comitê Executivo do IPÊS/SP*. São Paulo, 11 dez. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁷⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 195.

⁸⁰ SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

Era, portanto, quádruplo o ganho das editoras conveniadas com o IPÊS: aumento dos títulos disponíveis no seu catálogo, obtenção de capital para as publicações por ele listadas (e, por vezes, para outros títulos de interesse do editor), ampliação do raio de distribuição dos livros e isenção do pagamento aos autores⁸¹.

Uma carta enviada ao conselho do IPÊS por Sônia Seganfredo, autora do livro *UNE: instrumento de subversão*, evidencia alguns meandros do processo que envolvia a publicação de livros indicados pelo instituto. Na correspondência, assinada em 20 de novembro de 1966, a autora solicitava o pagamento ao qual tinha direito por sua obra, publicada três anos antes pela Edições GRD. Conforme comprovava a fotocópia de uma carta anexada à sua reclamação, o texto havia sido encomendado pelo general Golbery do Couto e Silva e por seu secretário, capitão Heitor Aquino Ferreira, ambos representantes do Grupo de Publicações/Editorial do IPÊS. De acordo com Seganfredo, o interesse havia surgido após a publicação de uma série de reportagens de sua autoria em *O Jornal* sob o título “UNE, menina dos olhos do PC”, na qual a então aluna da Faculdade Nacional de Filosofia denunciava a infiltração de agentes comunistas internacionais através da UNE e do ISEB⁸². Entretanto, a relação entre a ativista anticomunista e o IPÊS havia permanecido oculta, uma vez que, segundo ela, “antes da revolução, um IPÊS receoso, recebendo dinheiro de várias fontes a título de ‘preservar a Democracia’, recorria para tal encargo ao trabalho de idealistas que deveriam comprometer-se a *jamais pronunciar o nome do órgão em suas campanhas*”⁸³. O objetivo da reclamante era, portanto, reivindicar o reconhecimento de sua atuação junto ao instituto em prol da “revolução”.

O manuscrito encomendado pelo IPÊS foi editado e teve ampla circulação por todo o país. De acordo com Seganfredo, o subsídio foi repassado ao editor Gumercindo Rocha Dorea que, assim, pôde vender o livro a um preço bem inferior ao seu custo real. No contrato assinado pelas partes, caberia à autora o recebimento de 10% da venda de cada um dos quinze mil exemplares a serem editados. Além disso, lhe teria sido prometido por Golbery um pagamento suplementar por parte do IPÊS – o qual nunca fora efetivado. Diante disso, Seganfredo questionava o número exato de exemplares que o IPÊS alegava ter distribuído:

⁸¹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 78.

⁸² SEGANFREDO, Sonia. *Carta ao IPÊS*. Rio de Janeiro, 20 nov. 1966. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁸³ *Ibidem*. [grifo nosso].

Pelo que sei, todo o Brasil o recebeu em quantidades de 500 para cima. Escola Militar, Vila Militar, bases militares, entidades civis receberam-no em grandes quantidades. Pelo que sei, no Paraná, por exemplo, 2.000 (dois mil) exemplares foram colocados; em São Paulo, mais de 9.000 (nove mil). E nos outros lugares? [...]. Causa-me estranheza a atitude do IPÊS em relação à minha pessoa, pois sei que outras publicações foram regiadamente pagas⁸⁴.

Sem entrar no mérito dos fundamentos da denúncia apresentada por Seganfredo, importa deprender da carta o modo com que se dava a relação travada entre o IPÊS, os autores e as editoras. Via de regra, o instituto primeiramente tratava de cooptar autores alinhados às suas premissas políticas e ideológicas, sobretudo o anticomunismo, que pudessem lhe oferecer textos encomendados ou já acabados. Os originais eram então direcionados aos editores parceiros, aos quais era oferecido um subsídio para realizar a editoração e a impressão. Por fim, os livros entravam na ampla rede nacional de distribuição organizada pelo instituto, sendo especialmente direcionados aos grupos sociais alvos de sua campanha ideológica. Nesse processo, havia o cuidado de ocultar a participação do IPÊS, cujo nome não era mencionado em nenhuma das publicações.

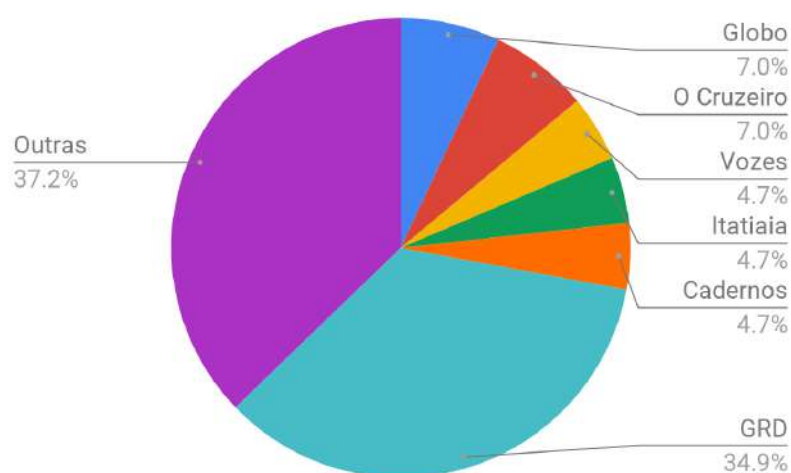
De acordo com nosso levantamento, entre 1961 e 1964 o IPÊS encorajou clandestinamente a publicação de impressos junto a 22 editoras, sendo elas: Cadernos Brasileiros, Editora Abril, Distribuidora Record, Dominus, Agir, Fundo de Cultura, Ipanema, Letras e Artes, Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), Fundação Lowndes, Vozes, Edições GRD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Itatiaia, José Olympio, Estado Maior do Exército, Saraiva, Presença, Pioneira, Cia. Editora Nacional, O Cruzeiro e Globo.

Entre todas as editoras conveniadas, a Edições GRD foi a que teve mais títulos distribuídos pelo Grupo de Publicações/Editorial. Do conjunto identificado de 42 livros editados por terceiros e disseminados pelo instituto, 35% levavam o selo da casa de Gumercindo Rocha Dorea. Foram, ao todo, 15 títulos: *A revolução de Fidel Castro: mitos e realidades* (1962), de Theodore Draper; *A China comunista em perspectiva* (1963), de A. Doak Barnett; *Começa o julgamento* (1963), de Abram Tertz; *O sindicato no mundo moderno* (1963), de Frank Tannenbaum; *A agricultura sob o comunismo* (1963), de George Benson; *Cuba, nação independente ou satélite?* (1963), Michel Aubry; *A sétima questão* (1963), de Robert E. A. Lee; *UNE: instrumento de subversão* (1963), de Sônia Seganfredo; *A rebelião da juventude na URSS* (1963), coletânea de vários autores; *Anatomia do comunismo* (1963),

⁸⁴ SEGANFREDO, Sonia. *Carta ao IPÊS*. Rio de Janeiro, 20 nov. 1966. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

coletânea de vários autores; *Ideologia e poder na política soviética* (1963), de Zbigniew K. Brzezinski; *As condições de trabalho em Cuba* (1964), de José R. Alvarez Díaz; *Cartilha de comunismo, Teoria e Prática* (1964), de Moshe Decter; *Teorias do colonialismo* (1964), coletânea de vários autores; e *A prova da coexistência* (1964), de Willy Brandt. Em seguida se destacaram O Cruzeiro e Globo, com três títulos cada, e as editoras Itatiaia, Vozes e Cadernos Brasileiros, com dois títulos cada. As demais 16 editoras tiveram cada qual apenas um título distribuído, correspondendo juntas a cerca de 37% do total.

Gráfico 3 – Percentual de livros por editora



Reunindo os percursos traçados até aqui, é possível identificar três formas de participação das editoras no projeto do IPÊS. No primeiro grupo estão as companhias formalmente associadas ao instituto, isto é, aquelas cujos proprietários/editores se afiguravam como membros efetivos de seus quadros sociais. Nesse caso, as editoras constavam nas listas de contribuintes financeiros regulares da entidade. O segundo grupo reúne as companhias que colaboraram informalmente com o IPÊS, lhe colocando à disposição equipamento, pessoal, serviços, contatos etc. O último agrupamento se refere às editoras que estabeleceram convênio junto ao instituto, isto é, aquelas cujas publicações foram financiadas e/ou distribuídas pelo GPE. Algumas companhias se encontram em mais de uma das categorias, que estão divididas da seguinte maneira:

1. Editoras formalmente associadas ao IPÊS: Edições GRD (Gumerindo Rocha Dórea); Distribuidora Record (Décio de Abreu); Editora Agir (Cândido Guinle de Paula Machado).

2. Editoras colaboradoras do IPÊS: O Cruzeiro (Assis Chateaubriand); Cia. Editora Nacional (Octalles Marcondes Ferreira); Editora Saraiva; Editora Abril (Victor Civita).

3. Editoras conveniadas ao IPÊS: Editora Abril; Editora Itatiaia; Editora Vozes; Editora Globo; Edições O Cruzeiro; Edições GRD; Cadernos Brasileiros; Distribuidora Record; Editora Dominus; Editora Agir; Editora Fundo de Cultura; Editora Ipanema; Editora Letras e Artes; EPEA; Fundação Lowndes; Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); Editora José Olympio; Publicações Liguori; Estado Maior do Exército; Editora Saraiva; Presença, Pioneira e Cia Editora Nacional.

Entre as editoras pertencentes aos dois primeiros grupos, é possível afirmar que o vínculo com o IPÊS se estabeleceu, para além de interesses comerciais, por uma adesão doutrinária ao projeto político-ideológico propagado pelo instituto. Havia em comum entre esses editores, donos de algumas das mais importantes companhias do ramo nos anos 1960 (Quadro 6), um perfil de direita, caracterizado sobretudo pelo conservadorismo e pelo anticomunismo. Alguns, inclusive, eram proprietários de companhias cujas trajetórias estavam estreitamente vinculadas à Igreja Católica e ao movimento integralista, como era o caso, respectivamente, da Agir e da Edições GRD. Isso não impedia que os menos radicais publicassem livros de esquerda por uma questão meramente comercial⁸⁵. Nesse sentido, um dos exemplos mais emblemáticos é o de Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da Companhia Editora Nacional, que por mais de uma década manteve Ênio Silveira como sócio na Civilização Brasileira, selo que assumia uma linha editorial diametralmente oposta às suas convicções políticas e ideológicas pessoais⁸⁶.

⁸⁵ Afinal, é duplo o caráter do editor, que se intensificou no Brasil naquele período: além de intelectual comprometido com a produção e a organização da cultura, ele é também um empresário, um técnico especializado no mercado, responsável por ordenar as finanças, cultivar um time de autores, coordenar redes de distribuição, idealizar estratégias de marketing etc.

⁸⁶ A Civilização Brasileira havia sido fundada em 1929 no Rio de Janeiro por Ribeiro Couto, Gustavo Barroso e Getúlio M. Costa. Em 1932, parte das ações da editora foi comprada pela Companhia Editora Nacional, sob o comando de Octalles Marcondes Ferreira e do seu irmão, o banqueiro Fenício Marcondes Ferreira. A partir de então, a editora atuou como uma filial da Cia. Nacional, ocupando posição estratégica na distribuição de suas publicações no Rio de Janeiro e na produção de livros de literatura, permitindo que a matriz paulista concentrasse esforços nos livros didáticos e infantis, nicho comercial que permitiu-lhe ocupar o lugar de maior editora do país até a década de 1970. SILVA, Leandro Nóbrega da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Rio de Janeiro, 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 81. Em 1951, Octalles convidou Ênio Silveira para assumir a direção da Civilização Brasileira. Ambos possuíam um estreito laço familiar: Ênio era casado com Cléo Marcondes Ferreira, filha de Octalles. Com sua entrada na Civilização Brasileira – primeiro como diretor e depois como sócio – o selo passou por uma grande reformulação, constituindo um catálogo baseado em temas das ciências sociais, com foco nos autores vinculados ao pensamento nacionalista de esquerda. Na busca por maior autonomia, no decorrer dos anos 1950, Ênio Silveira comprou paulatinamente as ações de Octalles, assumindo definitivamente o controle da editora em

Quadro 6 – Levantamento dos títulos em estoque das editoras às vésperas do golpe de 1964*

Posição	Editora	Nº de títulos	Posição	Editora	Nº de títulos
1	Nacional	406	22	Herder	45
2	Freitas Bastos	314	23	Boa Leitura	45
3	Melhoramentos	310	24	Globo	40
4	Forense	173	25	Minerva	40
5	Biblioteca do Exército	149	26	Zahar	39
6	Civilização Brasileira	137	27	Pongetti	37
7	Ao Livro Técnico	127	28	Revista dos Tribunais	37
8	Cultrix	124	29	Edart	34
9	Vecchi	122	30	Edameris	32
10	José Olympio	115	31	Acadêmica	30
11	Saraiva	110	32	Aguilar	28
12	Pensamento	88	33	Biblos	27
13	Record	79	34	José Álvaro	22
14	O Cruzeiro	72	35	Vozes	22
15	Francisco Alves	68	36	Brasil-América	20
16	Difel	67	37	Mestre Jou	17
17	Martins	64	38	Trabalhistas	14
18	Vitória	61	39	Jackson	11
19	Agir	60	40	Colibris	8
20	Editora do Autor	50	41	Alfa	2

* Não estão presentes, por deficiência de dados: Brasiliense e Editora do Brasil. Fonte: HALLEWELL, 2012, p. 589-590.

Por outro lado, as editoras pertencentes ao terceiro grupo (aquele das que estabeleceram convênios com o IPÊS para a publicação de livros) possuíam trajetórias e características muito variadas. A tradicional editora católica Vozes, por exemplo, já apresentava nos anos 1960 um perfil editorial mais próximo ao do grupo de editoras progressistas. A José Olympio, que havia surgido vinculada a uma tradição nacionalista, estabeleceu relação próxima com intelectuais integralistas e de outras correntes políticas, mas por questões mercadológicas se voltara desde os anos 1940 para a publicação de temas e autores estrangeiros. A Editora Globo, por outro lado, investia nas traduções desde a década de 1930, sendo parte delas, desde o início, dedicadas ao tema do anticomunismo. A respeito da editora de Porto Alegre, vale destacar o vínculo de amizade existente entre o diretor da

1963. Mas segundo Hallewell, o desligamento da Cia. Nacional foi motivado por razões políticas: “Octalles Marcondes Ferreira desaprovava cada vez mais a quantidade de material esquerdista que seu genro publicava, e os Cadernos do Povo Brasileiro parecem ter sido a gota d’água.” HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 597. Vale lembrar que, àquela altura, Octalles já oferecia apoio financeiro ao programa editorial do IPÊS.

companhia e o militar gaúcho Heitor Aquino Ferreira, um dos responsáveis pelo setor editorial do IPÊS e homem de confiança de Golbery do Couto e Silva⁸⁷.

A adesão de editoras tão diversas ao projeto político do IPÊS era resultante, portanto, de uma complexa trama, na qual imbricavam-se a perseguição de interesses comerciais, motivações político-ideológicas, relações de amizade e de poder. Desembaraçar esses nós caso a caso representaria um esforço para o qual não teríamos tempo hábil ou competência para realizar. De qualquer modo, o que nos importa assimilar é que, às vésperas do golpe, 30% do estoque de livros no Brasil pertencia a editoras envolvidas com o IPÊS. O cruzamento do nosso levantamento com os dados apresentados no Quadro 6 também revela que aproximadamente um quarto das mais reconhecidas casas editoriais em funcionamento na primeira metade dos anos 1960 colaborou de alguma forma com o instituto. Como veremos adiante, é possível compreender de maneira mais ampla o que levou tantas companhias e empresários do ramo a se reunirem sob o projeto ipesiano se levarmos em conta a combinação entre o cenário de instabilidade do mercado editorial brasileiro e a conjuntura internacional da Guerra Fria.

2.6. A Guerra Fria através dos livros: United States Information Agency e as políticas culturais estadunidenses no Brasil

A fase de formação e consolidação da indústria brasileira do livro, correspondente à primeira metade do século XX, foi marcada pela suscetibilidade do setor às variações do cenário político e do mercado externo. Desse modo, severas crises econômicas se intercalaram a períodos de crescimento da produção editorial – inconstância que obrigava muitas editoras a desenvolverem estratégias de sobrevivência.

Passado o *boom* editorial decorrente do novo ciclo de substituição de importações durante a Segunda Guerra Mundial, o mercado brasileiro do livro entrou em uma profunda depressão econômica. Já em 1945, o preço do livro produzido no país aumentara 80% em relação aos importados⁸⁸. Além disso, a proliferação de editoras nacionais nos anos anteriores havia acirrado a disputa pelo mercado interno. Foi nesse conturbado cenário do pós-guerra que um programa internacional de subsídios oferecido pelo governo dos Estados Unidos auxiliou muitas editoras brasileiras a manterem suas portas abertas.

O *Book Development Program*, ou Programa de Fomento ao Livro, foi criado em 1953 e desenvolvido pela USIA (United States Information Agency) com a finalidade de estimular

⁸⁷ FERREIRA, H. *Carta a Sônia Seganfredo*. 25 out. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁸⁸ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 571.

a produção editorial e a circulação de publicações nos “países em desenvolvimento”. Em linhas gerais, o programa disponibilizava às editoras locais uma lista de textos originais em língua inglesa, se dispondo a arcar com parte dos custos de produção dos títulos selecionados. Os manuscritos podiam tanto ser títulos já disponíveis no mercado norte-americano quanto textos inéditos, enviados pelos autores ou editoras, ou encomendados a eles de acordo com os temas predefinidos pela diretoria da USIA. Além de arcar parcial ou integralmente com os custos dos direitos autorais e de tradução, a agência estadunidense podia se comprometer a comprar parte dos exemplares e distribuí-los através de suas redes locais. Também era comum que financiasse a publicidade necessária para o lançamento⁸⁹.

De acordo com Hallewell, em seus primeiros quinze anos de atuação, o programa deu suporte, em âmbito mundial, a cerca de nove mil edições, com a tiragem média de dez mil exemplares cada uma⁹⁰. De certo, o vultoso auxílio às editoras dos países subdesenvolvidos não era desinteressado: a bibliografia subsidiada pela USIA, bem como suas políticas culturais em geral, serviu aos propósitos da política externa e da guerra cultural traçadas pelo governo estadunidense no âmbito da Guerra Fria. Segundo Elisabeth Cancelli,

[...] houve um incentivo programado de participação da *intelligentsia* no esforço de uma nova construção cultural e política que pressupunha uma expansão salvaguardada na crença de que, portadores da verdadeira virtude, caberia a eles, os norte-americanos, preservar os caminhos da virtude cívica e dos princípios cristãos de política da humanidade [...]. O intercâmbio de intelectuais não aliados com a causa soviética ou, melhor, críticos a ela, era um dos pontos altos da chamada *Cultural War*⁹¹.

No Brasil, o escritório da USIA (que se apresentava no país como USIS – United States Information Service) foi instalado como um setor da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Há registros da atuação do Programa de Fomento ao Livro no país de 1953 até 1973, período no qual mais de sessenta editoras brasileiras se beneficiaram de seus incentivos, dentre elas: A Casa do Livro, Agir, Aliança, Alvorada, Americana, Ao Livro Técnico, Arte Moderna, Artanova, Atena, Atlas, Bloch, Cadernos Brasileiros, Caravela, Círculo do Livro, Civilização Brasileira, Clássica Brasileira, Clássico-científica, Clube do Livro, Companhia Editora Nacional, Correio da Manhã, Cultrix, Cunha, Dirigentes, Dominus, Edinova, Ediouro, Editora das Américas, Esdeva, Expressão e Cultura, FGV, Flamboyant, Financeiras, Forense, Forum, Freitas Bastos, Fundo de Cultura, Globo, GRD, Ibrasa, Ipanema, Itatiaia, Letras e

⁸⁹ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 574.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ CANCELLI, Elisabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 74. [grifos da autora].

Artes, Lidador, Livros do Século, Martins, Melhoramentos, Nacional de Direito, Nova Aguilar, O Cruzeiro, Oásis, Pan-americana, Pioneira, Pongetti, Presença, Record, Revista Branca, Saraiva, Tribuna da Imprensa, Tupy, Victor, Vozes e Zahar⁹². De acordo com Laura de Oliveira, a editora Record, do líder ipesiano Décio Guimarães de Abreu Filho, se destacou como a principal parceira da USIA no Brasil, tendo mantido convênio com a agência entre 1963 e 1971⁹³.

Durante a década de 1960, o programa da USIA atingiu suas maiores marcas no país, ampliando o número de editoras conveniadas e o volume de livros publicados. Esse crescimento pode ser creditado à intensificação da presença da agência no Brasil diante do cenário de instabilidade política dos governos Jânio Quadros e Goulart. Em contrapartida, é possível que a crise do mercado livreiro decorrente daquela mesma situação política tenha encorajado um número maior editores brasileiros a aderirem ao Programa de Fomento em busca de uma situação financeira mais vantajosa. Entre 1962 e 1968, as principais casas editoriais parceiras da agência foram: Record (136 títulos), Fundo de Cultura (98 títulos), Lidador (79 títulos), Zahar (71 títulos), Martins (56 títulos), GRD Edições (48 títulos) e Cultrix (47 títulos)⁹⁴.

Embora os títulos disponibilizados pela USIA apresentassem temáticas muito variadas (economia, sociologia, matemática, psicologia, crítica literária etc.), houve no período em questão um crescimento substancial da oferta de títulos políticos, notadamente aqueles de viés anticomunista. Segundo Laura de Oliveira, observa-se nesse momento

[...] uma absoluta prevalência de títulos dedicados às relações de força entre os Estados Unidos e a União Soviética no cenário internacional. O escopo político da literatura “usiana” manifestou-se claramente na eleição de livros com (sub)entendidas mensagens contra União Soviética, China e Cuba comunistas, bem como contra suas destilações além-mar⁹⁵.

A esse respeito, vale ressaltar que embora os títulos fossem previamente eleitos e listados pela agência estadunidense (muitas vezes à revelia das preferências do público leitor brasileiro), as editoras conveniadas tinham total liberdade para selecionar os textos que julgassem mais compatíveis com seu perfil. A variedade temática e a autonomia conferida aos

⁹² OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 130.

⁹³ Ibidem, p. 143.

⁹⁴ Ibidem, p. 139-140.

⁹⁵ Ibidem, p. 111.

editores, aliadas aos benefícios econômicos conferidos pela parceria, explicam a adesão de editoras não alinhadas ideologicamente ao programa, como é o caso da Zahar⁹⁶.

A despeito da atuação da USIA ser fato conhecido quando se trata da história do mercado editorial brasileiro, até a pesquisa inédita de Laura de Oliveira, publicada em 2015, a historiografia sobre o IPÊS desconheceu a parceria estabelecida entre o instituto e a agência diplomática estadunidense durante os dois anos anteriores ao golpe de 1964⁹⁷. Desse modo, a bibliografia distribuída pelo IPÊS no período foi apresentada indistintamente enquanto projetos concebidos e financiados exclusivamente pelo instituto. Segundo a autora,

[...] a historiografia brasileira voltada para as políticas culturais do instituto dirigido por Golbery, ignorando a existência do programa norte-americano, convencionou tratar os projetos editoriais como empreendimentos idealizados e financiados pelo IPÊS [...], sem considerar que, na maior parte dos projetos, o IPÊS atuava apenas como distribuidor da bibliografia patrocinada pela USIA que lhe chegava pelas mãos do editor Gumercindo Rocha Dorea⁹⁸.

A estratégia de atuação clandestina adotada tanto pela USIA quanto pelo IPÊS certamente dificultou o trabalho de recuperação histórica dessas publicações. A fim de sustentar uma pretensa neutralidade política, o nome da agência estadunidense foi sempre mantido em sigilo nos livros lançados pelas editoras conveniadas com o seu programa de subsídios. O mesmo ocorria com o instituto brasileiro, cuja maior parte dos livros que patrocinava – com exceção daqueles considerados condizentes com as atividades de uma “instituição de pesquisas” – levavam apenas o selo das editoras, omitindo o real idealizador e financiador.

A figura de Gumercindo Rocha Dorea é central para se compreender a aproximação entre as duas entidades. Na década de 1960, a GRD Edições, de sua propriedade, foi uma das

⁹⁶ De acordo com Laura de Oliveira, a Zahar Editores foi uma das principais conveniadas à USIA e “atuou ininterruptamente junto a essa agência norte-americana de 1958 a 1973”. OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 144. Durante esse período, a editora selecionou para publicação um conjunto bibliográfico heterogêneo, com a prevalência de títulos no âmbito da ciência política, da sociologia, da economia e da história. Com efeito, verifica-se nos anos 1960 um claro predomínio de autores norte-americanos e ingleses no catálogo da editora. SILVA, Leandro Nóbrega da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Rio de Janeiro, 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 120-121. A nosso ver, esse fato deve ser analisado à luz do convênio estabelecido entre a editora e a USIA.

⁹⁷ A lacuna justifica-se pela ausência de registros sobre a parceria na documentação do IPÊS localizada no Arquivo Nacional – principal fonte historiográfica utilizada pelos pesquisadores do tema. A participação da USIA na campanha anticomunista empreendida pelo IPÊS foi desvelada na investigação conduzida por Laura de Oliveira a partir dos documentos originais da agência estadunidense depositados no National Archives and Records Administration (NARA), situado em College Park, Maryland, EUA.

⁹⁸ OLIVEIRA, Laura de, op. cit., p. 18.

principais beneficiárias dos recursos distribuídos pelo Programa de Fomento ao Livro da USIA. O convênio, que vigorou de 1962 a 1968, “rendeu à editora um conjunto bibliográfico de, pelo menos, quarenta e sete obras, que transitavam entre as áreas de ciência política, história e literatura estrangeira”⁹⁹. Entre 1962 e 1964, período no qual atuou como membro do IPÊS, Gumercindo articulou uma parceria para que livros listados pela USIA e publicados por editoras brasileiras fossem incluídos na rede de distribuição do instituto brasileiro.

Durante a vigência do acordo, iniciado em 1962 e interrompido logo após os acontecimentos de abril de 1964, pelo menos 20 títulos listados pela USIA foram distribuídos por meio da rede articulada pelo Grupo de Publicações/Editorial do IPÊS, o que representa 42% do total de livros distribuídos pelo instituto no período¹⁰⁰. Desse conjunto subvencionado com dinheiro estadunidense, 14 eram livros publicados pela Edições GRD, o que reforça que Gumercindo foi de fato a figura responsável por estabelecer o vínculo entre as entidades.

Além dos livros produzidos pela GRD, outros seis títulos patrocinados pela USIA contaram com a distribuição do instituto brasileiro, com edições realizadas pela Record, Globo, Itatiaia, Cadernos Brasileiros, Presença e Fundo de Cultura. Porém, é provável que haja um número ainda maior de títulos envolvidos na parceria, uma vez que outras nove editoras conveniadas ao GPE-IPÊS também participavam do programa de fomento da agência estadunidense, sendo elas: Agir, Cia. Editora Nacional, Dominus, Ipanema, Letras e Artes, O Cruzeiro, Pioneira, Saraiva e Vozes.

Quadro 7 – Livros listados pela USIA e distribuídos pelo IPÊS¹⁰¹

Autor	Título	Editora	Ano de publicação
A. Doak Barnett	A China comunista em perspectiva	GRD	1963
Abram Tertz	Começa o julgamento	GRD	1963
Dorothy Gordon	Você e a democracia	Record	1963
Frank Tannenbaum	O sindicato no mundo moderno	GRD	1963
George Benson	A agricultura sob o comunismo	GRD	1963
George Orwell	A revolução dos bichos	Globo	1962

⁹⁹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 145.

¹⁰⁰ Conforme apresentado no item 2.3., localizamos um total de 47 livros editados e/ou distribuídos pelo GPE entre 1961 e 1964.

¹⁰¹ Baseado em informações retiradas da pesquisa de Laura de Oliveira no National Archives and Records (NARA), College Park, Maryland, Estados Unidos. OLIVEIRA, Laura de, op. cit.

José R. Alvarez Díaz	As condições de trabalho em Cuba	GRD	1964
Lin Yutang	O nome secreto	Itatiaia	1961
Michel Aubry	Cuba – nação independente ou satélite?	GRD	1963
Moshe Decter	Cartilha de comunismo, teoria e prática	GRD	1964
Nikita S. Krushev	Krushev e a Cultura	Cadernos Brasileiros	1963
Robert E. A. Lee	A 7ª questão	GRD	1963
Suzanne Labin	A guerra política – arma do comunismo internacional	Presença	1960
Theodore Draper	A revolução de Fidel Castro, mitos e realidades	GRD	1962
Vários autores	A rebelião da juventude na URSS	GRD	1963
Vários autores	Aliança para o Progresso – problemas e perspectivas	Fundo de Cultura	1962
Vários autores	Anatomia do comunismo	GRD	1963
Vários autores	Teorias do colonialismo	GRD	1964
Willy Brandt	A prova da coexistência	GRD	1964
Zbigniew K. Brzezinski	Ideologia e poder na política soviética	GRD	1963

Em sintonia com os propósitos do IPÊS, as traduções publicadas com subsídio governamental dos EUA concentraram-se no tema do anticomunismo, como demonstram os títulos elencados no quadro anterior. Por meio de exposições teóricas, narrativas autobiográficas ou histórias ficcionais, as obras buscavam de diferentes formas enaltecer os valores democráticos liberais e opô-los ao “totalitarismo” do sistema comunista. As denúncias eram direcionadas sobretudo à URSS, mas também se estendiam a países como Cuba, Alemanha Oriental e China. Mas esses aspectos serão analisados no próximo capítulo com maior profundidade.

Por ora, nos interessa depreender que o acordo envolvendo a Edições GRD, a USIA e o IPÊS, que vigorou entre 1962 e 1964, expressa o modo como a campanha anticomunista constituiu o principal elo entre as instituições mobilizadas pelo Programa de Fomento ao Livro, orientando a produção editorial subsidiada pela agência estadunidense no país. Ainda pouco conhecida na historiografia sobre o tema, a parceria traz um novo significado para o conjunto bibliográfico produzido e distribuído pelo IPÊS em sua primeira fase de atuação. Em uma perspectiva mais geral, o desempenho da agência mostra a relevância das políticas culturais para as estratégias geopolíticas das potências em disputa na Guerra Fria. No âmbito

interno, evidencia sob novo ângulo a centralidade dos Estados Unidos nas articulações que antecederam o golpe brasileiro¹⁰².

2.7. Circulação e recepção

Parte substancial das edições do IPÊS era realizada por iniciativa das sedes-fundadoras de São Paulo e do Rio de Janeiro, que eram também responsáveis por distribuí-las às demais seções regionais. Além de representarem o núcleo diretivo do instituto, ambas estavam localizadas nos estados que concentravam praticamente toda a indústria editorial do país: do total de livros produzidos no Brasil em 1964, São Paulo era responsável por 45,5% e a Guanabara por 43%¹⁰³. Uma exceção a essa regra foi o IPESUL, de Porto Alegre, que promoveu regularmente a publicação de seu próprio Boletim Mensal, além de outros impressos.

A distribuição das publicações pelo IPÊS foi organizada a partir de uma rede nomeada pelo GPE como “cadeia de veículos de divulgação”¹⁰⁴. A circulação dos materiais era realizada nacionalmente através dos associados e colaboradores do instituto localizados em várias cidades-chave, como Belém, Curitiba, Brasília, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Joinville e Campo Grande. Segundo Dreifuss, “essas pessoas se responsabilizavam por levar a literatura às mãos dos responsáveis pelos processos decisórios e pela formação de opinião, locais e regionais”¹⁰⁵. Havia, portanto, uma preocupação em direcionar os esforços de circulação das publicações a figuras selecionadas de acordo com sua influência midiática e/ou sua aproximação com os grupos sociais alvos da campanha ideológica do instituto. Para essa finalidade, o IPÊS paulista chegou a contratar uma agência de publicidade e relações públicas. A CommonWealth executou um programa de divulgação de livros e outros projetos do instituto junto aos principais meios de comunicação e autoridades do país¹⁰⁶.

¹⁰² Contudo, a guerra cultural travada pela USIA no Brasil não se encerrou após os acontecimentos de 1º de abril. A fim de consolidar a vitória iniciada com o golpe e promover a legitimação intelectual do novo governo, a agência estadunidense intensificou o programa de subsídios a publicações, que atingiu suas maiores marcas entre 1964 e 1968. OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 108.

¹⁰³ ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro: desde 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, p. 38.

¹⁰⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 194.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 195.

¹⁰⁶ COMMONWEALTH RELAÇÕES PÚBLICAS. *Relatórios sobre as atividades do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)*. Arquivo Paulo Ayres Filho, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

Uma relação de destinatários localizada nos arquivos do IPÊS nos oferece exemplos de instituições que foram alvo da distribuição organizada pelo GPE, sendo elas principalmente empresariais, universitárias, governamentais e diplomáticas. No estado da Guanabara, que ainda sediava alguns órgãos do poder central, receberam livros subsidiados ou apenas distribuídos pelo GPE as seguintes instituições: Biblioteca do Ministério da Fazenda, Biblioteca da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Biblioteca da Universidade Rural do Brasil, Fundação Delmiro Gouveia, Embaixada Argentina, Departamento de Atividades Culturais da Sociedade Brasileira de Agronomia e Ação Comunitária do Brasil. Em outros estados brasileiros, destacam-se a Parquet Paulista S.A e os escritórios do IPÊS em São Paulo e em Porto Alegre.

O instituto também estabeleceu uma ampla rede de distribuição e intercâmbio de publicações no exterior, focada sobretudo em instituições acadêmicas e diplomáticas. Dentre os destinatários estrangeiros encontram-se: The Library of Congress (Washington D.C, EUA), Commite for Economic Development (Nova York, EUA), Escuela Ciencias Sociales (Cumaná, Venezuela), Agricultural and Mechanical College da Louisiana State University (Baton Rouge, EUA), Europaische Vereinigung (Bonn, Alemanha), Deutch-Brasilianisch Heft (Bonn, Alemanha). Templé University, (Philadelphia/Pennsylvania, EUA), University of Chicago Library (Chicago, EUA), Graduate School of Education da Harvard University (Cambridge, EUA), National Research Council da National Academy of Sciences (Washington D.C, EUA), American Institute for Free Labor Development (Washington D.C, EUA). De acordo com Laura de Oliveira, algumas das instituições citadas nessa lista não apenas foram receptoras das obras disseminadas pelo IPÊS, mas também doaram livros para o instituto a partir de acordos de cooperação que previam, dentre outras coisas, o intercâmbio bibliográfico¹⁰⁷.

Uma das publicações mais utilizadas pelo IPÊS para as trocas com outras instituições era o *Boletim Mensal*, um periódico destinado a divulgar as suas atividades e os artigos elaborados pelos intelectuais vinculados ao Grupo de Estudos¹⁰⁸. Apesar de ter como público-alvo os associados do instituto, a publicação também podia ser adquirida por outros

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 80.

¹⁰⁸ O Grupo de Estudos e Doutrina constituía, segundo Dreifuss, a “estufa ideológica” do IPÊS. Era responsável pela produção de pesquisas e estudos utilizados como matéria-prima para os demais grupos encarregados de veicular as teses do IPÊS, estabelecendo suas diretrizes de ação. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

interessados de forma avulsa ou mediante subscrição¹⁰⁹. Mas as correspondências internas indicam que o boletim foi amplamente distribuído junto a diversas entidades nacionais e internacionais que, em troca, enviavam suas publicações. Entre essas instituições estavam as seguintes: Biblioteca da USAID, Centro de Informações Econômico-Fiscais da Secretaria da Receita Federal (Brasília, DF), Revista Cadernos Brasileiros (Bonn, Alemanha), Louisiana State University Library, (Louisiana, EUA), The Library of Congress (Washington D.C., EUA), INEP-Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (Recife, PE), Centro de Integração Empresa-Escola (São Paulo, SP), Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Guanabara), Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Recife, Pernambuco), Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, Guanabara), Associação Industrial de Moçambique, Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (Corumbá, MT). A prática da permuta bibliográfica era estimulada nas páginas do próprio *Boletim Mensal*, nas quais estampava-se a cada edição o seguinte anúncio: “O Ipês tem vivo interesse em manter intercâmbio com publicações de qualquer natureza, nacionais ou estrangeiras, que apresentem estudo ou contribuição ao conhecimento superior da nossa realidade sócio-econômica”.

As correspondências também registram que o IPÊS recebeu regularmente boletins informativos de organizações anticomunistas internacionais, tais como: *Informaciones*, da Organización “FASE” (Caracas, Venezuela); *Notícias da China Livre*, da Central News Agency of China (Taipé, China Nacionalista); *Informe Semanal Desde Europa*, do Centro de Información sobre Assuntos Soviéticos, (Munich, Alemanha); *Analysis of Current Developments in the Soviet Union*, do Instituto para Estudo da URSS (Munich, Alemanha); e *Realidades Chinas* (Hong Kong).

Quadro 8 – Relação de destinatários das publicações distribuídas pelo IPÊS/GB (s/d)

Destinatário	Instituição	Cidade/Estado	País
Biblioteca do Ministério da Fazenda	Ministério da Fazenda	Guanabara	Brasil
Exchange and gift division	The Library of Congress	Washington D.C.	EUA
Biblioteca da Escola de Serviço Social	Universidade Federal Fluminense	Niterói /RJ	Brasil
Biblioteca da Universidade Rural do Brasil	Universidade Rural do Brasil	Rio de Janeiro/Guanabara	Brasil
Dr. José Luiz de Almeida	Fundação Delmiro Gouveia	Rio de Janeiro/Guanabara	Brasil

¹⁰⁹ Em 1963, o preço de venda do exemplar avulso do Boletim era de Cr\$ 50,00, aumentando para Cr\$ 100,00, em 1964, e Cr\$ 150,00, em 1965. Também era possível realizar uma assinatura anual.

Bello			
Fernando Mateos	-	-	Hong Kong
-	Commite for Economic Development	Nova York	EUA
-	Embaixada Argentina	Rio de Janeiro/Guanabara	Brasil
-	Escuela Ciencias Sociales	Cumaná	Venezuela
-	Europäische Vereinigung - Wirtschaftliche und Soziale Entwicklung - Deutschen Gesellschaft Auswärtige Politik	Bonn	Alemanha
-	Parquet Paulista S.A.	São Paulo/SP	Brasil
Agricultural and Mechanical College	Louisiana State University	Baton Rouge/Louisiana	EUA
Departamento de Atividades Culturais	Sociedade Brasileira de Agronomia	Rio de Janeiro/Guanabara	Brasil
Templé University	-	Philadelphia/Pennsylvania	EUA
IPÊS/SP	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais	São Paulo/SP	Brasil
The University of Chicago Library	University of Chicago	Chicago/Illinois	EUA
Graduate School of Education	Harvard University	Cambridge/Massachusetts	EUA
National Research Council	National Academy of Sciences	Washington D.C.	EUA
Revista Cadernos Brasileiros	Deutsc – Brazilianisch Heft	Bonn	Alemanha
IPESUL	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais	Porto Alegre/RS	Brasil
Ação Comunitária do Brasil	-	Rio de Janeiro/Guanabara	Brasil
American Institute for Free Labor Development	-	Washington D.C.	EUA
Biblioteca da USAID	-	-	-
Centro de Informações Econômico-Fiscais	Secretaria da Receita Federal	Brasília/DF	Brasil
Louisiana State University Library	Louisiana State University	Baton Rouge/Louisiana	EUA
-	INEP - Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife	Recife/PE	Brasil
H.A. Boilesen	Centro de Integração Empresa-Escola	São Paulo/SP	Brasil
-	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	Recife/PE	Brasil
Instituto de Ciências Sociais	Universidade do Brasil	Rio de Janeiro/Guanabara	Brasil
Mário Fernandes Secca	Associação Industrial de Moçambique	-	-
Dr. Salomão Baruki	Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá	Corumbá/MT	Brasil

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relação “E” – pessoas que recebem publicações do IPÊS e outras correspondências diversas localizadas no Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.*

2.8. Leituras da direita: as bibliotecas do IPÊS

A História do Livro em sua versão interdisciplinar e “holística”, tal qual o modelo sugerido por Robert Darnton, compreende a escrita e a leitura como atos que representam, respectivamente, o começo e o fim do ciclo de vida dos impressos. Entretanto, essas duas pontas opostas do processo se conectam, completando o circuito, na medida em que a etapa da recepção influencia indiretamente os autores, sendo estes também leitores¹¹⁰. Embora seja mais difícil apreendê-la, a prática da leitura é parte fundamental do circuito dos impressos, bem como as fases de produção e a circulação. Nesse sentido, as bibliotecas são fontes privilegiadas para os trabalhos que buscam deslocar a análise do emissor para o receptor da mensagem escrita.

Embora não seja esse o nosso foco principal, a existência de listas de obras das bibliotecas do IPÊS disponíveis para consulta no Arquivo Nacional (Anexo 2) enseja algumas considerações sobre as preferências de leitura dos associados do instituto. Um breve olhar para essa coleção de livros se justifica na medida em que pode acrescentar elementos para a investigação do caráter da ideologia ipesiana e da formação política dos intelectuais orgânicos da classe empresarial.

As obras compradas ou recebidas pelo IPÊS de outras instituições eram disponibilizadas aos associados e ao público em geral em duas bibliotecas mantidas nas sedes de São Paulo e do Rio de Janeiro. Além das doações, tais bibliotecas também abrigavam os títulos editados ou distribuídos pelo GPE, além de diversos outros livros adquiridos de acordo com as demandas e interesses do instituto. A biblioteca organizada e mantida pelo IPÊS em São Paulo localizava-se na sede do instituto à rua Bahia, no bairro de Higienópolis. Em 1964, somava 1067 obras focadas principalmente nos temas de economia, sociologia e política, que ficavam disponíveis para consulta pública diariamente, exceto aos sábados¹¹¹. A biblioteca do IPÊS Guanabara, que posteriormente foi incorporada ao Centro de Bibliotecnia¹¹², possuía em seu acervo cerca de 300 obras, que também eram disponibilizadas para consultas e empréstimos a associados e demais interessados.

Uma análise genérica desses catálogos aponta para um evidente predomínio de autores de orientação liberal ou anticomunista – em sua maioria estrangeiros – cujas obras se alinhavam à ideologia ipesiana. Nota-se ainda, mas em menor quantidade, obras de

¹¹⁰ DARTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 112.

¹¹¹ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. Relatório do IPÊS 1964. *Notícias do IPÊS*, ano II, n. 9, São Paulo, fev. 1965, p. 7. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

¹¹² O Centro de Bibliotecnia foi uma instituição fundada oficialmente em 1965 como fruto da parceria estabelecida entre o IPÊS da Guanabara e o Franklin Book Program, uma instituição não governamental dos Estados Unidos que buscava estimular a indústria editorial nos países subdesenvolvidos.

intelectuais brasileiros conservadores como Olbiano de Melo, Afrânio Coutinho, João Camilo de Oliveira Torres, Gustavo Corção, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre e Oliveiros Ferreira. Também é perceptível a presença dos livros editados e disseminados pelo GPE, o que demonstra a preocupação do grupo com a disponibilização desse conteúdo ao público de associados do instituto. Outra característica dos catálogos é a parcela significativa de edições em inglês e espanhol, que provavelmente eram recebidas das instituições estrangeiras com as quais o IPÊS mantinha intercâmbio bibliográfico.

Apesar disso, não deixa de ser surpreendente a quantidade de títulos assinados por autores de esquerda nas prateleiras de ambas as bibliotecas – alguns dos quais figuravam entre os mais consultados pelo público. As bibliotecas do IPÊS colecionavam uma série de obras clássicas de comunistas como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Joseph Stálin, Mao Tsé-Tung e Che Guevara, bem como de intelectuais marxistas como Henri Lefebvre, Paul Sweezy e Maurice Dobb. Dentre os autores brasileiros, estavam militantes do PCB como Astrojildo Pereira, Rui Facó e Luís Carlos Prestes, e intelectuais engajados no debate público dos anos 1960, como Octavio Ianni, Celso Furtado, Herbert José de Sousa e Nelson Werneck Sodré. A biblioteca da Guanabara reunia diversos exemplares das coleções que difundiam o pensamento do ISEB: “Retratos do Brasil” e “Cadernos do povo brasileiro”, da editora Civilização Brasileira, e a “História nova do Brasil”, da editora Brasiliense. Já os consulentes paulistas tinham acesso, por exemplo, à denúncia *O golpe começou em Washington* (1965), do jornalista Edmar Morel.

Segundo um levantamento publicado em 1964 no *Boletim Mensal do IPÊS*, os livros mais consultados pelo público frequentador das bibliotecas naquele ano foram: *Agricultura sob o comunismo*, de George Benson, *A economia brasileira*, de Celso Furtado, *A elite do poder*, de C. Wright Mills, *A escola e o meio estudantil*, de José Rios, *A foreign policy for american business*, de Thomas Aitken Jr., *A Aliança para o Progresso*, de Germano Coelho, *A pré-revolução brasileira*, de Celso Furtado, *A revolução dos bichos*, de George Orwell, *Começa o julgamento*, de Abram Tertz, *Desenvolvimento econômico em perspectiva*, de John Kenneth Galbraith, *Fundamentos do marxismo-leninismo*, de O. V. Kuusinen, *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, e as coletâneas *Anatomia do comunismo* e *A rebelião da juventude na URSS*¹¹³.

A lista de preferências de leituras indica que as obras de esquerda eram consultadas com frequência pelos associados do IPÊS e demais visitantes de suas bibliotecas – os quais

¹¹³ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Boletim Mensal*, n. 26/27, ano III, set.-out. 1964, p. 33. Acervo Biblioteca Mario Henrique Simonsen, FGV-RJ.

podemos enquadrar presumidamente como adeptos dos ideais do instituto. Assumindo que tais leituras não eram realizadas por uma simpatia ou filiação ao pensamento da esquerda, os catálogos das bibliotecas indicam, portanto, que houve uma prática sistematizada de estudos do “campo inimigo”. No esforço de combater o avanço das mensagens “esquerdizantes”, de formular discursos alternativos, bem como de apropriar-se de suas estratégias de luta, os ipesianos consumiram a produção intelectual da esquerda que circulava no período.

CAPÍTULO 3 - A direita em edição

3.1. Repertório temático do GPE no pré-golpe

Da formalização do GPE, em 1962, até pelo menos 1964, nos momentos anteriores à consumação do golpe de 1º de abril, a atividade editorial do IPÊS correspondeu a um propósito marcadamente político, estando imbricada à campanha ideológica nacional promovida por meio dos diversos canais de divulgação disponibilizados pelos aparelhos privados aliados ao instituto. Ao longo deste período inicial de atuação, o GPE produziu ou incentivou a produção de impressos alinhados à orientação política do IPÊS, mas que não necessariamente levavam seu nome.

As publicações assinadas abertamente pelo instituto tinham como propósito legitimar sua imagem pública e disseminar a ideologia política baseada nos princípios da Aliança para o Progresso, da Encíclica Mater et Magistra e da Carta de Punta del Este. Tal linguagem ideológica circulou por meio de folhetos de ordem institucional, como os *Estatutos Sociais*, *Que é o IPÊS?*, *Declaração de Princípios* e *Sua adesão ao IPÊS é indispensável*, que serviram ao objetivo de arrematar as classes dominantes para a ação política organizada.

Grosso modo, é possível enquadrar as publicações que levavam o selo do instituto na modalidade definida por Dreifuss como “doutrinação específica”, isto é, aquele tipo de doutrinação ideológica que tinha por objetivo a formação de uma consciência de classe “para si” entre o setor empresarial, impelindo-o para a militância política¹. Esse foi o caso, por exemplo, dos impressos destinados a apresentar os anteprojetos de reformas de base elaborados pelos intelectuais orgânicos do IPÊS, cujo alvo principal eram as lideranças empresariais das associações das classes dominantes. Também se enquadram nessa categoria alguns folhetos dedicados a difundir análises da conjuntura política do governo Goulart, especialmente aqueles que trataram do plebiscito de 1963 que questionou a manutenção do sistema parlamentarista.

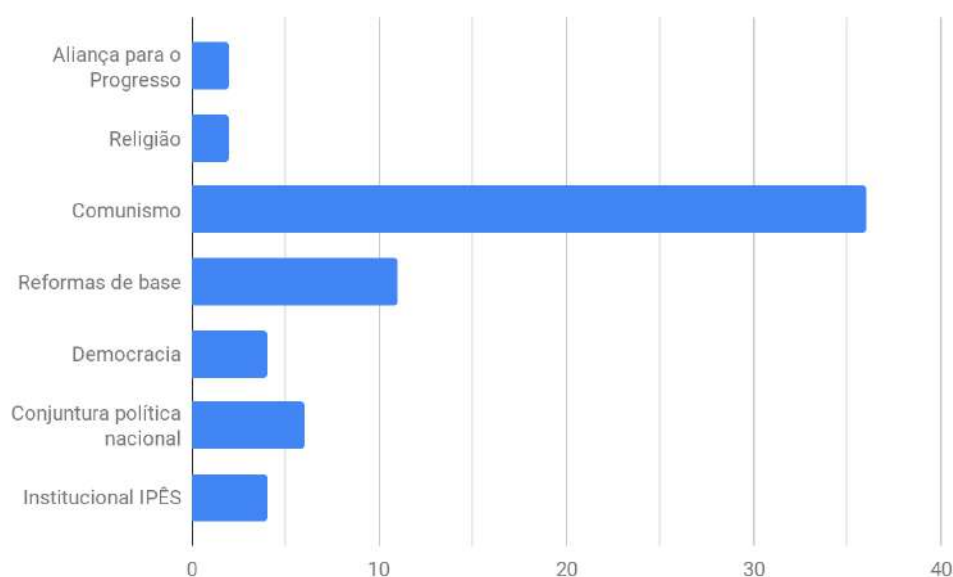
Por outro lado, as publicações que omitiam o nome do instituto eram dedicadas, em sua maioria, à propaganda anticomunista vulgarizada junto a um público mais amplo – movimento classificado por Dreifuss como “doutrinação geral”. Assim, é possível afirmar que as características da ação editorial do IPÊS no pré-1964 remetem ao tipo de propaganda ideológica idealizada pelo movimento comunista internacional e resumida na ideia de *agitprop* (abreviatura de agitação e propaganda). A expressão designava, por um lado, o

¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 252.

movimento de formação de quadros dirigentes (propaganda) e, por outro, a educação política das massas (agitação), finalidades para as quais deveriam ser empregados todos os suportes de comunicação². Conscientemente ou não, nos parece que essa estratégia difundida dentro da cultura política comunista desde os anos 1920 foi, de alguma forma, absorvida e redirecionada pelo aparelho de difusão das publicações do IPÊS, servindo aos propósitos políticos e ideológicos da direita.

A classificação temática dos livros e folhetos que compõem o catálogo do GPE confirma que o anticomunismo foi o cerne da campanha ideológica desenvolvida pelos grupos civis e militares brasileiros envolvidos no levante de 1964. Como demonstra o Gráfico 4, esse tema prevaleceu de modo categórico entre as publicações distribuídas no pré-golpe pelo IPÊS: ao menos 36 impressos foram dedicados ao esforço de denunciar e desqualificar o comunismo. Em contrapartida, apenas quatro impressos trataram de positivar o conceito liberal de democracia ao qual o instituto se identificava publicamente.

Gráfico 4 – Temas das publicações editadas/distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-abr. 1964 (quantidade)³



A absoluta prevalência de títulos anticomunistas entre o conjunto de publicações pertencentes à rede de distribuição do GPE-IPÊS, no período, confirma a importância do

² BOUJU, Marie-Cécile. O Livro na Política: As Editoras do Partido Comunista Francês (1920-1958). In: DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013, p. 268.

³ Essa análise temática levou em conta apenas os livros e folhetos distribuídos pelo GPE antes do golpe de 1º de abril de 1964. Por abordarem temas variados, algumas publicações foram contabilizadas em mais de uma categoria. No Apêndice é possível consultar também os subtemas identificados nas publicações que compõem o catálogo do IPÊS.

vínculo estabelecido entre o instituto brasileiro e o Programa de Fomento ao Livro da USIA, que vigorou entre os anos de 1962 e 1964. Como veremos adiante, as obras de autores estrangeiros traduzidas e publicadas clandestinamente no Brasil com subsídio governamental dos EUA tiveram papel fundamental para a conformação das atividades desenvolvidas pelo GPE.

No presente capítulo, observaremos mais de perto as leituras anticomunistas produzidas e disseminadas pelo IPÊS nesta que identificamos como a primeira fase de sua atuação editorial. A análise bibliográfica dos livros e folhetos buscará levar em conta o texto em seu suporte, explorando de que maneiras os elementos materiais afetam o processo de construção do sentido. Pois como afirma o historiador Roger Chartier:

[...] os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados⁴.

A investigação também terá como objetivo capturar as expectativas e os interesses dos agentes envolvidos na seleção dos autores e leituras para circulação e intervenção no debate público da época. Desse modo, estudando os textos e suas materialidades, é possível interpretar os significados dos livros contidos entre as intenções do autor e as intervenções dos demais agentes envolvidos na cadeia produtiva dos impressos, tais como os tradutores, ilustradores e editores. Paralelamente, pretende-se conjugar à análise os dados acerca das tiragens, preço de venda e número de publicações em estoque, que juntos fornecem pistas sobre circulação e recepção das publicações. Embora não conclusivas, acreditamos que as informações de ordem quantitativa levantadas sobre o repertório de leituras oferecido pelo IPÊS contribuem para dimensionar o alcance das edições da direita em seu contexto histórico mais imediato.

3.2. Anatomia do comunismo: construindo o inimigo público

Enquanto maior beneficiária da parceria entre o IPÊS e a USIA, a Edições GRD, de Gumercindo Rocha Dorea, lançou duas coleções focadas exclusivamente em traduções de ensaios políticos anticomunistas listados pela agência estadunidense. Apesar de não possuir um título em comum, a primeira coleção se caracteriza por reunir livros de bolso (12,0 cm x 18,0 cm) que compartilham o mesmo projeto gráfico na capa: uma imagem pincelada e colorida que remete ao símbolo da foice e do martelo. Entre 1962 e 1964, foram lançados no

⁴ CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 61-62.

âmbito da coleção os seguintes livros: *A revolução de Fidel Castro: mitos e realidades* (1962), de Theodore Draper, *UNE: instrumento de subversão* (1963), de Sônia Seganfredo, *Cuba, nação independente ou satélite?* (1963), de Michel Aubry, *Anatomia do comunismo* (1963), coletânea de vários autores, *Cartilha de comunismo: teoria e prática* (1964), de Moshe Decter, e *A prova da coexistência* (1964), de Willy Brand. Com exceção do texto de Sônia Seganfredo, que foi uma encomenda direta do IPÊS à editora, todos eles eram traduções de originais em inglês disponibilizados pela USIA⁵. No texto de orelha de *Anatomia do Comunismo*, o editor da GRD apresentou os propósitos da coleção e o público ao qual era destinada, declarando sua pretensão em intervir nos acontecimentos políticos do Brasil.

É este um livro, como os anteriormente lançados nesta coleção [...], destinado a todos os que lutam por uma Pátria que querem conservar independente, por um Povo que pretendem manter livre, por uma Nação que desejam continue a traduzir tudo o que foi herdado de nossos antepassados, isto é, um anseio profundo de liberdade e desenvolvimento [...] *é um livro para os que querem ver, ouvir, analisar e agir.*⁶

Imagem 3 – Capas da coleção de livros anticomunistas da GRD Edições.



⁵ *UNE: instrumento de subversão* foi encomendado pessoalmente por Golbery do Couto e Silva à estudante Sônia Seganfredo e publicado em 1963 pela Edições GRD. A denúncia da infiltração comunista no movimento estudantil brasileiro chamou a atenção dos emissários da USIA no país, que decidiram incorporar à sua rede de distribuição o livro idealizado e promovido pelo IPÊS.

⁶ DOREA, Gumercindo Rocha. [Sem título]. In: KOLARZ, W. et.al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha. [grifo nosso].



Fonte: reprodução da autora.

Embora voltada a um público mais especializado, a “Coleção Política Contemporânea” compartilhou de proposta similar. Foi editada entre 1963 e 1965 a partir da seleção de textos de ciência política listados pela USIA. Os livros da coleção se caracterizam pela capa de fundo monocromático, cuja cor varia de acordo com o volume, tendo ao centro uma faixa branca horizontal com o título da obra, acima o nome do(s) autor(es) e abaixo o logotipo da Edições GRD. Quatro livros desse conjunto entraram nas listas de distribuição do IPÊS: *O sindicato no mundo moderno* (1963), de Frank Tannenbaum, *Ideologia e poder na política soviética* (1963), de Zbigniew K. Brzezinski, *As condições de trabalho em Cuba*, de José R. Alvarez Díaz (1964), e a coletânea *Teorias do colonialismo* (1964).

Imagem 4 – Capas dos livros da *Coleção Política Contemporânea*, da GRD Edições



Fonte: reprodução da autora.

Como vimos anteriormente, além dos livros produzidos pela GRD, pelo menos outros seis títulos patrocinados pela USIA entraram para a rede de distribuição do GPE-IPÊS, com edições realizadas pela Record, Globo, Itatiaia, Cadernos Brasileiros, Presença e Fundo de Cultura. É muito provável, no entanto, que a quantidade de livros envolvidos na referida parceria seja ainda maior, uma vez que esses vínculos permaneceram ocultos como premissa da atuação da agência estadunidense junto ao campo editorial brasileiro.

Via de regra, as obras abertamente anticomunistas disponibilizadas para tradução pela USIA tinham como premissa identificar os elementos históricos e destrinchar a “real” natureza dos regimes comunistas, partindo da máxima de que é preciso conhecer o inimigo para então combatê-lo. Livros como *O que devemos saber sobre o comunismo* (Itatiaia, 1963), *Cartilha de comunismo, teoria e prática* (GRD, 1964) e *Anatomia do comunismo* (GRD, 1963) explicitam no próprio título a tarefa de revelar esse “corpo estranho” aos leitores ocidentais.

Seguindo fórmulas prontas dos *best sellers*, algumas edições apostavam em títulos provocativos e premissas “instigantes”, prometendo oferecer ao leitor análises diretas e descomplicadas do comunismo. A editora Dominus traduziu para o português, em 1963, o campeão mundial de vendas *Você pode confiar nos comunistas... (eles são comunistas mesmo!)*, de Fred Schwarz, publicado originalmente pela Prentice Hall, em 1960, sob o título *You can trust the communists (... to do exactly what they say!)*. O livro escrito pelo ativista anticomunista australiano tinha como mote uma ideia aparentemente absurda para o público leitor: a de que se deve confiar nos comunistas. Logo no primeiro capítulo, o autor justifica o seu *insight* com o argumento de que “Quem se comporta de conformidade com princípios claramente definidos é, não só merecedor de confiança, mas previsível em seus atos”⁷. Assim, Schwarz defendia que, ao desfazer a aura de mistério que envolvia o comunismo e compreender suas leis de atuação, seria possível prognosticar seus movimentos e, conseqüentemente, combatê-lo com maior eficácia. O livro, que consta nas listas de distribuição do IPÊS, tornou-se um grande sucesso entre os anticomunistas brasileiros. Na capa de fundo branco destacam-se, à esquerda, o título estampado na vertical em laranja e vermelho e, à direita, a ilustração em cor-de-rosa, de Alceu S. Coutinho, retratando um oficial comunista sob ângulo que destaca o braço erguido e o punho cerrado em postura de combate (Apêndice – imagem 50).

⁷ SCHWARZ, Fred. *Você pode confiar nos comunistas... (eles são comunistas mesmo!)*. São Paulo: Dominus, 1963, p. 2.

Também distribuído pelo IPÊS, o livro *O nome secreto*, de Lin Yutang, partia da mesma premissa de “descomplicar” o comunismo e “revelar a verdade” sobre o regime soviético. Na ocasião do seu lançamento pela editora Itatiaia, em 1961, Lin Yutang já era um escritor conhecido no Brasil. A mesma editora mineira havia publicado anteriormente dois de seus *best-sellers*, intitulados *Uma família do bairro chinês* e *Lady Wu*. Nascido na China em 1895, o escritor e filósofo viveu por muitos anos nos EUA, de onde traduziu e popularizou para o Ocidente diversas obras clássicas da literatura chinesa. A versão brasileira de *O nome secreto* foi publicada pela Itatiaia como parte da “Coleção Espírito do Nosso Tempo”, após ser selecionada entre as obras oferecidas pela USIA para tradução. O original, *The secret name*, fora publicado nos Estados Unidos em 1958. No texto de orelha, os editores brasileiros resumiram o argumento central do livro da seguinte maneira:

A principal tese de *O Nome Secreto* é a de que os russos, muito ao contrário de serem incompreensíveis, são fáceis de entender. São seres humanos. desejam o poder, o êxito, e a segurança. Por exemplo, por que se utilizam êles, como um Estado que se proclama socialista, do trabalho escravo? Resposta: porque é *lucrativo*⁸.

Esse tipo de resposta “simples” seguia a receita de que era necessário desmistificar o temível antagonista para impedir sua vitória. Livros como esse, acessíveis e adaptados para os mais diversos perfis de leitores, se encaixavam perfeitamente nos objetivos do IPÊS, que buscava disseminar seu discurso ideológico pelo país junto a um público amplo e variado.

3.2.1. Autores exilados, dissidentes e convertidos

Os autores estrangeiros cujas obras foram selecionadas para integrarem a campanha editorial anticomunista do IPÊS eram, em geral, desconhecidos do público brasileiro e possuíam parco legado intelectual ou literário. O levantamento das biografias mostra que, em sua maior parte, atuavam como professores universitários, políticos, escritores, jornalistas, militares ou ativistas de direita. Dentre os livros e folhetos desse conjunto de autores estrangeiros, predominam os títulos de ciência política assinados pelos “especialistas”, muitos deles baseados em transcrições de palestras e conferências. Há também, em menor número, narrativas ficcionais e relatos autobiográficos.

Mas, independentemente do gênero editorial, a perspectiva testemunhal se fazia extremamente valiosa para a narrativa anticomunista. Era comum que os autores, ao

⁸ ITATIAIA. [Sem título]. In: YUTANG, Lin. *O nome secreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961. Orelha. [grifos do autor].

apresentarem as estórias ou suas autobiografias, construíssem um enredo que passava pelo encantamento juvenil pela esquerda, seguido de um momento de frustração que se cristalizava posteriormente em um rechaço à experiência comunista, sendo essa transição assinalada como um princípio de maturidade. Partia do testemunho, portanto, a tentativa de conferir um estatuto de verdade revelada às argumentações e garantir um pretenso “desnudamento” do comunismo aos leitores.

Com esses objetivos, a USIA também disponibilizou para tradução, para além dos originais em língua inglesa, obras escritas por emigrados, exilados ou opositores de regimes comunistas que viviam clandestinamente em seus países de origem. As traduções de obras de autores soviéticos dissidentes foram especialmente objetos de interesse do IPÊS.

Andrei Sinyavsky, autor do romance *Começa o julgamento*, foi um escritor russo opositor do regime soviético cujas obras censuradas eram clandestinamente levadas à Europa e publicadas sob o pseudônimo de Abram Tertz. Julgado em 1965 por suas atividades consideradas antirrevolucionárias, Sinyavsky foi condenado a cumprir sete anos de pena em campos de trabalho forçado. Em 1971, foi autorizado a se exilar na França, onde tornou-se professor da Universidade Sorbonne e continuou seu ativismo literário. Na primeira edição brasileira de *Começa o julgamento*, publicada em 1963 pela GRD com apoio da USIA e do IPÊS, o editor Gumercindo Rocha Dorea sublinhou as críticas ao regime comunista subjacentes à obra e ressaltou sua qualidade literária, a qual contrapôs à “estrutura limitada, diminuta e prescrita” do realismo socialista, estética adotada oficialmente pela União Soviética. Na orelha do livro, afirmou que “[...] a grande tradição da literatura russa não ficou interrompida – sobreviveu e sobrevive nos subterrâneos da liberdade – e continua a produzir uma obra intensa em termos novos e modernos”⁹. A edição da GRD utilizou o mesmo projeto gráfico do original em inglês, lançado em 1960 pela Pantheon Books. Na capa, acima de duas ilustrações que remetem à Praça Vermelha de Moscou, uma faixa azul se sobrepõe a uma faixa vermelha, simbolizando os dois projetos políticos rivais (Apêndice – imagem 9).

Também publicada pela GRD com apoio da USIA, a coletânea *A rebelião da juventude na URSS* reuniu textos de autores pertencentes à geração de artistas e intelectuais da União Soviética pós-Stalin. O editor destacou que o governo de Nikita Krushev (1953-1964) permitira, por um breve período, a proliferação de manifestações oposicionistas, das quais aquele livro era resultado:

⁹ DOREA, Gumercindo Rocha apud OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 198.

Nesse intervalo, nesse degelo tático, nessa fresta de liberdade que a derrubada de Stalin propiciou, dezenas, centenas, milhares de vozes se ergueram para demonstrar o magnífico significado que a liberdade possui ao se concretizar em anseios, em perspectivas, em realizações¹⁰.

A capa do livro, trazendo a fotografia em preto e branco de um rapaz soviético, passava a mensagem desse grito de liberdade da juventude (Apêndice – imagem 12). A arte gráfica de Evgeny Evtushenko foi mantida da edição original *Youth in ferment*, organizada pelo Instituto para o Estudo da URSS, com sede em Munich, na Alemanha. Na visão dos organizadores da antologia, a desestalinização do regime havia mostrado que, embora aquela geração de jovens soviéticos “tenha sido totalmente educada sob o Comunismo, o principal objetivo desta educação – a implantação de um ponto de vista de um mundo comunista – não foi alcançado [...]”, fato que se depreendia “[...] da gravidade e da frequência dos conflitos ideológicos entre a juventude e as autoridades do Partido.”¹¹.

No conjunto de livros anticomunistas distribuídos pelo IPÊS nessa primeira fase destacam-se também os autores “convertidos”, isto é, aqueles que por motivos diversos haviam rompido com o movimento comunista internacional e assumido posição crítica ao regime soviético. É o caso, por exemplo, do jornalista Douglas Hyde, autor de *A realidade era outra: autobiografia de um ex-comunista britânico*, publicado no Brasil pela editora Vozes, em 1962. Como indica o subtítulo da obra, trata-se de um relato autobiográfico sobre o rompimento do autor com o Partido Comunista britânico (ao qual fora filiado entre 1928 e 1948, atuando como editor do jornal *Daily Worker*) e sua conversão religiosa ao catolicismo. O original em inglês, lançado pela William Heinemann Ltd., em 1951, com o título *I believed. The autobiography of a former british communist*, tornou-se um *best-seller* mundial do período da Guerra Fria. A versão brasileira optou por trazer uma capa chamativa: um grande desenho da foice e do martelo sobre um fundo de cor vermelho vibrante (Apêndice – imagem 30).

Outro caso emblemático de rompimento com o comunismo é o do também britânico John Strachey, cujo livro *O grande despertar* chegou ao Brasil em 1962 como parte da série “Cadernos Brasileiros”. Nos anos 1930, Strachey ficou conhecido por sua atuação destacada enquanto militante do PC britânico e intelectual divulgador da doutrina marxista. Mas, ao

¹⁰ DOREA, Gumercindo Rocha. [Sem título]. In: BALASHOV et. al. *A Rebelião da Juventude na URSS*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha.

¹¹ INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS. Introdução. In: BALASHOV et. al. *A Rebelião da Juventude na URSS*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 9.

final da Segunda Guerra Mundial, se juntou à ala conservadora do Partido Trabalhista e passou a ser cada vez mais influenciado pela social-democracia. Esse aspecto de sua biografia é ressaltado no texto inaugural da edição brasileira, assinado por Gilberto Freyre: “Confessa John Strachey ter atuado, por algum tempo, na Inglaterra, ao lado dos comunistas. Mas salienta ter passado a ver o mundo, em 1960, de modo diferente do que vira em 1930, quando seu socialismo coincidia com o dos comunistas.”¹².

O grande despertar reuniu a transcrição de cinco conferências proferidas por Strachey que tratavam da questão do imperialismo, nas quais estabelecia uma oposição entre o processo de descolonização dos antigos domínios das potências ocidentais e o que definia como uma relação imperialista da União Soviética para com os chamados “países satélites”. A edição brasileira realizada pela Cadernos Brasileiros teve como mote da capa a tocha da Estátua da Liberdade, maior símbolo da democracia capitalista estadunidense (Apêndice – imagem 33).

A crítica ao comunismo realizada de dentro das fileiras da esquerda era compatível com a linha assumida pela editora Cadernos Brasileiros, que pertencia a uma rede internacional financiada pelo Congresso pela Liberdade da Cultura (CLC). Fundado em 1950 na Europa, o CLC foi um movimento intelectual e artístico internacional criado como reação ao Conselho Mundial da Paz, inspirado pelos soviéticos. Administrado e financiado secretamente pela Central Intelligence Agency (CIA), teve como um de seus objetivos combater o marxismo e o comunismo no campo cultural em defesa da “liberdade de criação” e do *American way of life*¹³. No Brasil, sua maior realização editorial foi a revista cultural *Cadernos Brasileiros*, publicada entre 1959 e 1970, e que também fez parte do conjunto de periódicos distribuídos pelo GPE-IPÊS.

Embora se reivindicasse uma entidade liberal e anticomunista, os Cadernos Brasileiros reuniram ao longo de sua trajetória intelectuais de diversas matrizes ideológicas, que iam desde conservadores como Alceu Amoroso Lima e Gilberto Freyre até esquerdistas como Mário Pedrosa¹⁴. De acordo com a historiadora Elisabeth Cancelli, os estudos sobre a chamada *Cultural War* vêm apontando de fato para essa “ingerência da política da Guerra Fria ao subsidiar não só intelectuais anticomunistas, mas nomes de destaque da inteligência

¹² FREYRE, Gilberto. Introdução. In: STRACHEY, John. *O Grande Despertar*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1962, p. 5-6.

¹³ SOUNDERS, Francis S. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 15.

¹⁴ RIDENTI, Marcelo. The Journal Cadernos Brasileiros and the Congress for Cultural Freedom, 1959-1970. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 351-373, 2018.

internacional com posições de esquerda, mas críticos ao regime soviético”¹⁵. Segundo a autora, essa tendência se firmou em fins dos anos 1950, com a crise desencadeada pelas denúncias dos crimes de Stalin.

O livro *O retrato*, escrito por Osvaldo Peralva, é um dos resultados da referida crise do stalinismo entre os comunistas brasileiros. O jornalista baiano foi membro ativo do PCB por mais de duas décadas, tendo atuado como diretor do órgão diário do partido no Rio de Janeiro e como um dos diretores do jornal oficial do Kominform, sediado em Bucareste. Em 1960, decidiu publicar o livro-denúncia que simbolizou o seu rompimento com o comunismo, primeiro na forma de capítulos em *O Estado de S. Paulo* e depois em livro, pela Editora Itatiaia. Apesar de ter publicado diversas críticas ao regime soviético, Peralva se conservou um “socialista democrático”. Sua oposição à ditadura, inclusive, o levou à prisão e ao exílio após o AI-5.

Grande parte de *O retrato* é dedicada a apresentar memórias minuciosas do período em que o autor esteve na URSS. Mas Peralva também se dedicou a narrar o impacto do relatório de Krushev no Brasil e suas desilusões com o posicionamento do PCB e de suas lideranças, dentre elas Luís Carlos Prestes. A segunda edição do livro foi realizada em 1962 pela Editora Globo e teve ao menos 1.500 exemplares distribuídos pelo IPÊS. A arte da capa apresenta uma desconstrução gráfica da bandeira do Brasil que se sobrepõe ao símbolo da foice e do martelo (Apêndice – imagem 26). A edição da Globo também tratou de acrescentar um subtítulo à obra: “impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil”.

3.2.2. Outras palavras: os paratextos editoriais

Como aponta Roger Chartier, dentro da cadeia produtiva do livro o autor se configura simultaneamente como dependente e reprimido. Dependente pois ele é incapaz de impor o sentido da obra, uma vez que suas intenções estão sujeitas às intervenções de outros agentes envolvidos na transformação do texto em impresso (tradutores, revisores, editores, tipógrafos etc.), bem como às próprias interpretações dos leitores. O autor é também reprimido porque deve se submeter “às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária”¹⁶.

A necessidade de conferir à leitura anticomunista um caráter pedagógico e doutrinário frequentemente pautou a natureza das intervenções editoriais por parte dos responsáveis pela

¹⁵ CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 67.

¹⁶ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 2. ed. 1998, p. 35-36.

divulgação ideológica da direita. Através dos paratextos¹⁷, os editores brasileiros associados ao IPÊS puderam usar o livro em benefício da causa anticomunista e adaptar as obras estrangeiras para a realidade nacional. Buscaremos a seguir investigar, a partir de alguns exemplos, como esses aspectos afetam o processo de construção de sentido das obras selecionadas para publicação pelo IPÊS e em que medida eles se aproximam ou se afastam das pretensas intenções do autor.

Observemos, primeiramente, o caso de duas edições do autor Nikita Krushev disseminadas pelo instituto brasileiro: *Krushev e a cultura*, publicado com apoio da USIA na coleção “Cadernos Brasileiros”, e *O discurso secreto de Khrushchev no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, editado pela Ipanema. O primeiro livro trazia o discurso proferido em 1963 pelo então primeiro-ministro soviético acerca dos novos rumos da arte e da cultura no mundo comunista pós-Stalin, enquanto o segundo apresentava o documento integral da célebre denúncia realizada em 1956 e divulgada pela imprensa ocidental. Em ambos os volumes, os textos traduzidos foram recheados com notas e comentários editoriais alinhados aos propósitos do IPÊS, que buscavam apresentar aos leitores brasileiros uma visão crítica sobre o próprio autor da obra.

De acordo com os organizadores dos “Cadernos Brasileiros”, a edição comentada de *Krushev e a cultura* tinha por objetivo “[...] evitar a deformação em geral consequente ao desconhecimento, por parte do homem ocidental, do que se passa realmente no mundo soviético”¹⁸. Sob a mesma justificativa de alertar o leitor, uma das notas dos editores da Ipanema no livro *O discurso secreto de Khrushchev* trazia seguinte mensagem:

Stalin foi certamente um polvo monstruoso sôbre o povo da URSS, *mas Khrushchev e os demais componentes do “novo” govêrno soviético agiram apenas como seus tentáculos*. Nem houve propriamente “culto ao indivíduo” durante a ditadura de Stalin. Houve, sim, um indivíduo impondo-se a várias nações, a ferro e fogo, com a ajuda dedicada e criminosa dos que, hoje, o repudiam¹⁹.

O caráter preventivo e pedagógico dos comentários de ambos os livros mostra que se julgava necessário um cuidado editorial especial ao colocar em circulação o texto de um líder

¹⁷ Trata-se, segundo Gérard Genette, dos elementos que se apresentam nas “franjas” do texto, tais como “título, subtítulo, intertítulos, prefácios, posfácios, advertências, prólogos, etc.; notas marginais, de rodapé, de fim de texto; epígrafes; ilustrações; *release*, orelha, capa, e tantos outros tipos de sinais acessórios, autógrafos ou alógrafos, que fornecem ao texto um aparato (variável) e por vezes um comentário, oficial ou oficioso [...]”. GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010, p. 15.

¹⁸ CADERNOS BRASILEIROS. Prefácio. In: KRUSCHEV, N. *Krushev e a Cultura*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1963.

¹⁹ IPANEMA. [Sem título]. In: KRUSCHEV, Nikita S. *O Discurso Secreto de Khrushchev*. Rio de Janeiro: Ipanema, s/d, p. 50. Nota de rodapé. [grifo nosso].

soviético, de modo que os leitores não se identificassem ou confiassem inteiramente no discurso do autor, mas sim na interpretação do mesmo oferecida de modo acessível e simplificado pelos editores. Os comentários também se faziam necessários para distorcer ou descontextualizar passagens do texto, de forma que servissem como embasamento para as mais diversas argumentações contrárias ao governo soviético e ao comunismo em geral. É interessante observar nesse ponto que as notas e comentários editoriais foram um recurso larga e tradicionalmente utilizado pelas edições comunistas para fins didáticos e formativos, tendo sido fundamentais, por exemplo, para as ações de vulgarização da teoria marxista desde o início do século XX.

Outro caso emblemático nesse sentido é o livro *O assalto ao parlamento*, do deputado comunista tchecoslovaco Jan Kozak. A obra foi publicada pelo IBAD, em 1962, com uma série de intervenções e distorções, a começar pelo título sugestivo aproveitado da edição espanhola, que modificava substancialmente o original em inglês (*The role of Parliament in a communist revolution*) com o uso da palavra “assalto”. Em linhas gerais, o livro se trata de um estudo de caso sobre a ascensão do Partido Comunista da Tchecoslováquia ao poder em 1948 através da via parlamentar. Kozak defende, por meio dessa exitosa experiência, que o parlamento poderia desempenhar um papel revolucionário na transição para o socialismo, valendo-se da combinação de pressões de “cúpula” (dos parlamentares) e de “base” (das massas populares). A desvantagem numérica dos comunistas no parlamento poderia ser compensada, dessa forma, por meio de um eficiente trabalho de mobilização popular. No Brasil, o texto foi apropriado pelo IBAD como um exemplo alarmante: o perigo comunista residia não apenas na possibilidade de uma “guerra revolucionária”, mas também na tomada “pacífica” do poder, isto é, por dentro do próprio sistema legal e democrático.

A edição brasileira de *O assalto ao parlamento* teve tiragem de 5 mil cópias, das quais 3 mil foram disseminadas pelo IPÊS. O texto também foi distribuído em fascículos pelo jornal *O Globo*, que recebeu pelo serviço 714 mil cruzeiros subsidiados pelo mesmo instituto²⁰. As inúmeras notas de pé de página incluídas no volume teriam como objetivo, segundo os editores, revelar aos leitores brasileiros “o verdadeiro significado do linguajar de Kozak, de resto, de todos os comunistas, capaz de confundir os democratas pouco afeitos às

²⁰ MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Porto Alegre, 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, p. 123.

cínicas expressões habitualmente usadas pelos serviçais de Moscou em todo o mundo”²¹. Além disso, o IBAD aproveitou o livro para traçar uma associação direta entre o caso tchecoslovaco e a crise política do governo Goulart. A segunda edição, inclusive, incluiu um ensaio do líder ipesiano Glycon de Paiva que tratava de aplicar o esquema de Kozak ao caso brasileiro. A argumentação desenvolvida no conjunto paratextual da edição brasileira reforçou, assim, uma ideia muito difundida no pré-1964: a de que havia uma infiltração comunista no governo Goulart orquestrada pelos soviéticos. Os editores justificavam na introdução do livro que a atualidade e a oportunidade da publicação de *O assalto ao parlamento* residiam justamente em

[...] alertar os bons brasileiros, mostrando-lhes, com as próprias palavras de um militante e categorizado, quais as táticas que, com as nuances que o meio brasileiro requer, estão sendo usadas para a lenta mas firme transformação do Brasil em mais um satélite da União Soviética²².

O editor Gumercindo Rocha Dorea se preocupou particularmente em adaptar as obras selecionadas para publicação pela GRD por meio do Programa de Fomento ao Livro da USIA à realidade nacional e ao contexto político do momento. Exemplo disso são os comentários do editor presentes em *A agricultura sob o comunismo*, livro catalogado pela USIA e publicado pela GRD em 1963. Escrita pelo missionário cristão norte-americano George Benson, a obra trata da produção agrícola nos países comunistas com o intuito de mostrar a falência do modelo de coletivização da terra. Na orelha do livro, o editor da GRD ressaltou o momento oportuno de sua publicação no Brasil, em que se acalorava o debate sobre a Reforma Agrária. Em suas palavras,

A Agricultura sob o Comunismo, no presente momento histórico, poderá servir, ainda, de roteiro – e modelo indiscutível – para os trabalhos de um órgão que, somando outros, foi criado para fazer a Reforma Agrária no Brasil. Queremos nos referir à SUPRA, cujos dirigentes, se pretenderem realmente uma atuação democrática, ao lêrem este trabalho, magnífico proveito poderão dêle auferir... Algum dia, implantada no Brasil uma democracia verdadeira, teremos uma renovação de estruturas, *mas fazendo permanecer o espírito de liberdade* [...]. Do contrário, teremos uma agricultura sob o comunismo.²³

²¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA. Introdução. In: KOZAK, Jan. *O assalto ao parlamento*. IBAD, 1962, p. 6.

²² Idem.

²³ DOREA, Gumercindo Rocha. [Sem título]. In: BENSON, George. *A agricultura sob o comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha. [grifos do autor].

No livro *O sindicato no mundo moderno*, publicado pela GRD, em 1963, como parte da “Coleção Política Contemporânea”, o editor aproveitou o mesmo espaço das orelhas do livro para enquadrar a discussão sobre a questão sindical proposta pelo autor austro-americano Frank Tannenbaum dentro da disputa ideológica que marcava o contexto brasileiro da época. Eminentemente líder trabalhista ligado ao sindicato Industrial Workers of the World (IWW) na juventude, Tannenbaum desenvolveu uma renomada carreira na Universidade de Columbia como historiador especializado em temas relacionados à escravidão e ao sistema penal na América Latina. Em seu livro, publicado originalmente em 1951 pela editora Alfred A. Knopf sob o título *A philosophy of labor*, o autor apresenta uma análise histórico-sociológica do movimento sindical nos Estados Unidos, apontando para a importância das organizações sindicais como instrumentos de regulação social. Um de seus argumentos centrais parte da defesa de que o grande adversário dos sindicatos não seriam as empresas, mas sim o Estado. Para ele, uma maior cooperação entre a indústria e os sindicatos seria a chave para uma sociedade mais “civilizada” e livre do “Estado autoritário”.

Na orelha da edição brasileira do livro, o editor da GRD reduziu a teorização de cunho liberal do autor a respeito do papel dos sindicatos a uma simplificada confabulação anticomunista, que buscava vilanizar a União Soviética e exaltar o modelo estadunidense:

a) Na Rússia Soviética, os sindicatos são puro instrumento do Estado. Sem liberdade, os seus integrantes cumprem apenas o que lhes é consentido e ordenado pelo Partido Comunista; b) Nos Estados Unidos, indiscutivelmente livres na defesa de seus interesses, os sindicalizados, enfrentando poderosíssimas organizações patronais, dentro de uma liberdade de atuação que o Estado não cerceia, se afirmam donos de seus próprios narizes.²⁴

A partir dessa premissa simplista e dicotômica, Gumercindo pôde reiterar o argumento corrente nos meios anticomunistas brasileiros de que os sindicatos atuavam como uma porta de entrada para a intervenção soviética no país. Em suas palavras, o sindicato no Brasil seria

[...] única e exclusivamente, ou um instrumento teleguiado do Partido Comunista, ou uma instituição (por outro lado) cujos integrantes não se aperceberam da imensa força que possuem, força esta que poderá transformar o Brasil numa grande nação democrática ou num satélite comunista.²⁵

²⁴ DOREA, Gumercindo Rocha. [Sem título]. In: TANNEBAUM, Frank. *O sindicato no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha.

²⁵ *Ibidem*.

Ao trazer seus comentários para a orelha do livro, Gumercindo tratava, portanto, de polarizar o debate e orientar a leitura da obra sob a perspectiva do contexto político-social brasileiro. Mas esse não foi um atributo exclusivo desse editor. O caráter combativo das edições anticomunistas, de clara de intervenção política para fins propagandísticos, se configurou como uma característica histórica desse segmento editorial no Brasil. No caso das obras estrangeiras, era de praxe haver a preocupação por parte dos editores em relacioná-las diretamente ao contexto do país. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “Mesmo quando os livros falavam de outros países, seja a URSS, a China ou os países da ‘cortina de ferro’, havia sempre a intenção explícita de intervir no debate político brasileiro”²⁶.

Analisemos, por fim, o caso da primeira edição brasileira do clássico *A revolução dos bichos*, de George Orwell, realizada em 1964 pela editora Globo mediante apoio do IPÊS e do programa de traduções da USIA. A trajetória dessa edição inicia-se por meio do laço de amizade existente entre o diretor da editora Globo de Porto Alegre e o militar gaúcho Heitor Aquino Ferreira, um dos responsáveis pelo setor editorial do IPÊS e homem de confiança de Golbery do Couto e Silva. Além de estabelecer o vínculo entre a editora e o IPÊS, atuando como representante dos interesses dessa entidade, o então tenente também foi responsável pela tradução para o português do texto original em inglês disponibilizado pela USIA.

Escrito durante a Segunda Guerra Mundial e publicado em 1945, *Animal farm* causou polêmica por sua crítica mordaz ao regime de Stalin, então um importante aliado das potências ocidentais no combate ao nazifascismo. Caracterizado por Orwell como uma pequena fábula, o livro narra a insurreição dos animais de uma granja contra seus donos em busca de uma sociedade ideal, que logo se desdobra numa tirania ainda mais opressiva que a dos humanos. De acordo com relatos do autor, sua perspectiva crítica para com os rumos da Revolução de 1917 seria fruto de sua experiência como combatente na Guerra Civil Espanhola, quando testemunhou a perseguição dos soviéticos aos republicanos que não se alinhavam à ortodoxia marxista. A partir de então, passou a se definir como um socialista democrático, embora sua trajetória política tenha sido na realidade mais contraditória. Documentos que vieram a público nos anos 1990 revelaram que o escritor colaborou com o

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 27.

Departamento de Pesquisas e Informações do governo britânico, para o qual estabeleceu uma lista de intelectuais simpatizantes do comunismo²⁷.

Na tradução de Heitor Aquino Ferreira patrocinada pelo IPÊS, a sátira orwelliana teve seu caráter anticomunista reforçado e adaptado para a realidade brasileira. O forte componente ideológico é perceptível já na adaptação do título original *Animal farm – a fairy story* (que em uma tradução literal se aproxima de “Fazenda dos animais – um conto de fadas”) para “A revolução dos bichos”, no qual optou-se pelo uso das palavras “bicho” (gíria utilizada por estudantes nos anos 1960), ao invés de “animal”, e “revolução” (sentido ausente no original), de maneira a remeter o leitor diretamente à questão do comunismo²⁸. O título também deslocou a ênfase de Orwell sobre o resultado da história – a fazenda passa a pertencer aos animais – para o próprio processo revoltoso. Dentre as escolhas linguísticas realizadas pelo tradutor, chama a atenção que em diversas passagens do texto a palavra “*rebellion*”, que em português se aproxima do termo “rebelião”, é traduzida como “revolução”, palavra associada ao vocabulário comunista.

Ferreira também optou por não incluir na tradução para o português o subtítulo original da obra (“a fairy story”) que a enquadrava dentro do gênero literário da fábula. Possivelmente tal escolha tenha se devido à vontade de direcionar o livro a um público adulto, principal alvo da propaganda ideológica do instituto. A intenção de utilizar o livro como arma ideológica fica patente em uma correspondência do tradutor, na qual descreve a publicação de *Animal Farm* como fruto do esforço do grupo editorial do IPÊS para imprimir e encaminhar para os “editores amigos” várias obras de “propaganda democrática anticomunista”²⁹.

Embora a atuação do tenente Heitor Aquino Ferreira tenha sido fundamental para a publicação da obra, seu nome completo e sua patente militar foram omitidos do resultado final. Nos créditos do livro, constou apenas uma menção genérica a “Heitor Ferreira”, em uma tentativa de ocultar as intenções políticas e ideológicas por trás dessa edição. Como era de praxe, os nomes do IPÊS e da USIA também não foram citados.

Por sua dupla atuação no mundo político e editorial, Ferreira acabou por se como enquanto tradutor literário em versões do inglês para o português com foco em obras de cunho político e social, tendo trabalhado na Editora Nova Fronteira, no Conselho Editorial da

²⁷ SOUNDERS, Francis S. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 324.

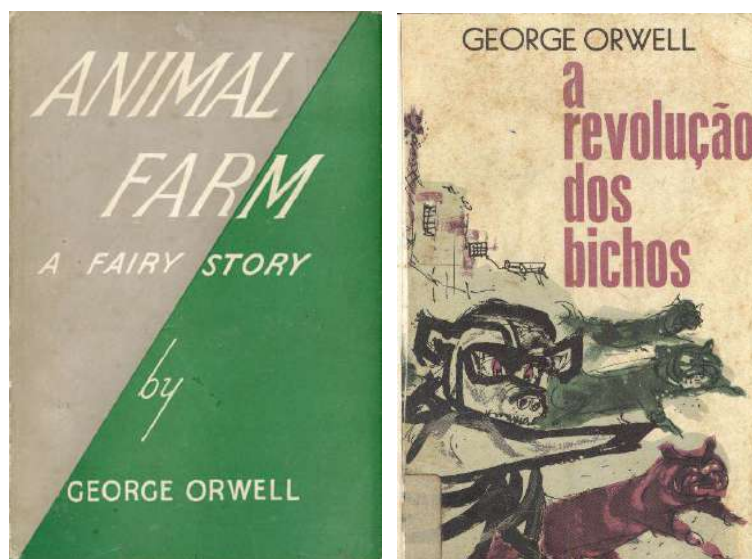
²⁸ CARVALHO, C. H. *A Revolução dos Bichos de George Orwell: tradução e manipulação durante a ditadura militar no Brasil*. Juiz de Fora, 2002. 112 f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 83.

²⁹ FERREIRA, H. *Carta a Sônia Seganfredo*. 25 out. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Editora Universidade de Brasília e no Arroio Grande Serviços Editoriais³⁰. Durante a ditadura, manteve-se nos bastidores do poder como assistente de Golbery no SNI e como assessor do Gabinete da Presidência da República, no governo de Ernesto Geisel³¹.

Além da tradução, os elementos não textuais da edição da Globo apontam que a versão patrocinada e encomendada pelo IPÊS teve como objetivo intensificar a crítica de George Orwell à Revolução Russa e, mais especificamente, ao stalinismo. A ilustração da capa da segunda edição, assinada pelo artista Vitório Gheno, tem como elemento principal um porco desenhado com contornos grossos e irregulares, que aponta adiante como se desse ordens a três cães que aparecem em segundo plano. O desenho corresponde ao enredo da história, em que cães raivosos assumem a função de executar as decisões do autoritário porco Napoleão, o autodeclarado chefe dos animais da granja, que na alegoria de Orwell corresponde à figura de Stalin. Os olhos vermelhos e furiosos do porco em primeiro plano conferem-lhe uma feição demoníaca que remete à imagem do “mal”, à qual o comunismo foi historicamente identificado³².

Imagem 5 – Capa da primeira edição britânica de *Animal farm*, de 1945, e capa da segunda edição de *A revolução dos bichos*, publicada pela editora Globo em 1971.



Fonte: reprodução da autora.

³⁰ Dentre as outras obras que traduziu estão *Um Mundo Restaurado*, de Henry Kissinger (Livraria José Olympio Editora, 1973), *Bismark*, de Alan Palmer (Editora da UNB, 1982), *Roosevelt e Hopkins: uma história da Segunda Guerra Mundial* (Editora da UnB, Nova Fronteira e Faculdade da Cidade, 1998), *A Diplomacia das Grandes Potências*, de Henry Kissinger (Editora Francisco Alves, 1999) e *Churchill*, de Roy Jenkins (Nova Fronteira, 2002). TECCHIO, I.; LIMA, R. Heitor Aquino Ferreira. *Dicionário de Tradutores Literários no Brasil (online)*. NUPLITT – Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2012.

³¹ Ibidem.

³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Por sua crítica ampla ao totalitarismo, o conjunto da obra de Orwell foi alvo de disputa no período da Guerra Fria, sendo capturada pelo imaginário tanto da esquerda quanto da extrema direita. A CIA teve um papel importante na divulgação do escritor após sua morte, ao adquirir os direitos de filmagem de *Animal farm* e *1984*³³. No Brasil, a trajetória da primeira edição de *A revolução dos bichos* esteve inserida em um contexto de intensa polarização política, tornando-se mais um exemplo da estratégia de apropriação e ressignificação das críticas ao governo soviético vindas da esquerda “não alinhada” para fins de propaganda ideológica anticomunista. Destino similar teve a obra *1984*, também financiada pelo IPÊS e publicada pela Companhia Editora Nacional, do “editor amigo” Octalles Marcondes Ferreira.

Por quase 60 anos, a tradução de *Animal farm* realizada pelo militar Heitor Aquino Ferreira foi a única existente no Brasil. Em 2007, a Biblioteca do Exército publicou uma reedição da obra, reforçando o apreço dos militares brasileiros pela literatura orwelliana. Por outro lado, recentemente algumas editoras vêm publicando traduções inéditas e discutindo criticamente os significados adquiridos pelo livro no país desde o seu lançamento³⁴.

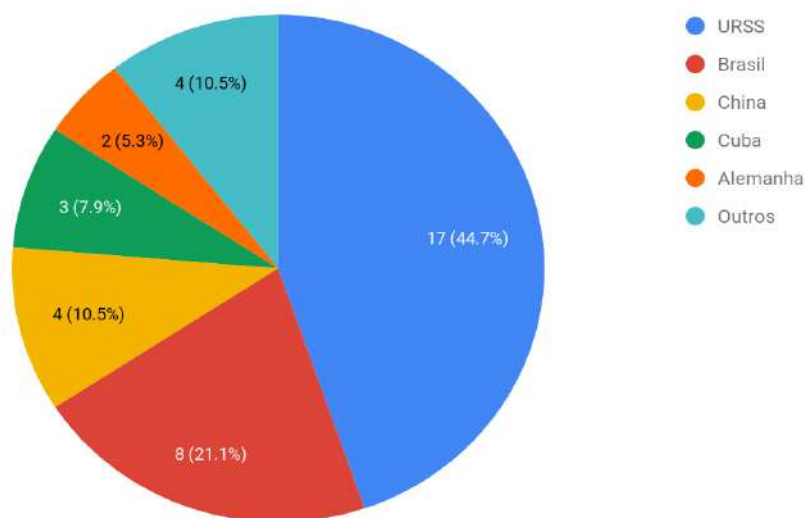
3.2.3. Imperialismo soviético e a ameaça vermelha no Brasil

O levantamento dos subtemas das publicações distribuídas pelo IPÊS no pré-golpe revela que a União Soviética foi objeto de cerca de 45% das obras classificadas como anticomunistas. O comunismo no Brasil foi tema abordado em 21% das publicações desse conjunto, mas nenhuma delas assinada por autor estrangeiro. Em terceiro lugar aparece a China (10,5%), seguida por Cuba (8%) e Alemanha Oriental (5%). Outras quatro publicações, que juntas representam 10,5% do total, tratam da questão do comunismo na Inglaterra, Iugoslávia, Estados Unidos e Tchecoslováquia.

³³ SOUNDERS, Francis S. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 319-323.

³⁴ A editora Companhia das Letras, por exemplo, publicou em 2020 uma nova tradução da obra, que optou por um título mais próximo do original (*A fazenda dos bichos*). A edição especial trouxe ainda uma série de ensaios que cobrem a história e a recepção crítica do livro no Brasil.

Gráfico 5 – Subtemas das publicações anticomunistas editadas/distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1962-1964 (percentual; quantidade)



No cerne dos ataques dirigidos à União Soviética, figurava invariavelmente a questão do imperialismo. Nesse sentido, predominavam as denúncias da influência exercida pelos russos sobre os partidos comunistas de todo o mundo e o controle sobre os “países satélites”. Essa associação tendeu a crescer no período da Guerra Fria, diante do movimento de descolonização afro-asiático iniciado após a Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, alegava-se um descompasso entre o discurso soviético, que defendia o fim do colonialismo das potências europeias na África e na Ásia, e sua prática política de aspirações imperialistas. Assim, a defesa da libertação das colônias não estaria relacionada a uma preservação da soberania daqueles povos, mas sim à tentativa de submetê-los à esfera de influência soviética. Por sua importância para o discurso anticomunista, esse assunto foi tema principal de uma coletânea intitulada *Teorias do Colonialismo*, traduzida e publicada pela GRD, em 1964, como parte da “Coleção Política Contemporânea”.

Algumas das obras difundidas pelo IPÊS dirigiram suas críticas à chamada “coexistência pacífica”, conceito que conduziu a política externa implementada por Khrushchev no âmbito da Guerra Fria³⁵. Em *A prova da coexistência*, traduzida pela GRD em 1964, o político alemão Willy Brandt, então prefeito de Berlim ocidental, denunciava o uso propagandístico do termo pelos soviéticos e reivindicava sua apropriação pelo bloco capitalista:

³⁵ Essa linha de atuação estabelecia que “[...] nas relações entre o socialismo e o capitalismo, a guerra deveria ser substituída pela competição e que o socialismo era capaz de vencer tal disputa em um contexto de coexistência pacífica, mas que ‘o desenvolvimento da civilização levará inevitavelmente a liquidação do sistema capitalista’”. PETROCCHI, R. A Coexistência Pacífica: Estudos para a história de um conceito internacionalista. *R. Esc. Guerra Nav.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 604-636, set.-dez. 2018, p. 609. [grifos do autor].

O conceito de coexistência tornou-se corrente como expressão de propaganda e política comunista [...]. Esquecemos nisso uma porção de coisas. Coexistência não é nem invenção dos soviéticos nem monopólio deles. Pelo contrário, a coexistência é, na realidade, uma das ideias básicas da democracia³⁶.

Anos mais tarde, em 1971, o autor venceria o Prêmio Nobel da Paz por sua atuação, enquanto chanceler da Alemanha Ocidental, na chamada *Ostpolitik*, tentativa de aproximar as Alemanhas divididas e estreitar as relações com a Polônia e a União Soviética.

Como parte da mesma coleção à qual pertencia o livro de Brandt, a GRD traduziu *Anatomia do Comunismo*, uma coletânea de textos listada pela USIA e originalmente publicada pela editora inglesa Index Limited. No artigo intitulado *Stalin e Kruchov*, o jornalista tcheco radicado na Inglaterra Walter Kolarz classificou a política da coexistência pacífica com o Ocidente como uma “tentativa de reconciliar o irreconciliável”³⁷. Segundo o autor, o discurso de Krushev seria incompatível com suas aspirações imperialistas: “De um lado, êle é a favor de uma concorrência pacífica com o Ocidente e com uma prosperidade interna crescente; de outro lado, êle ainda quer que Moscou desempenhe o papel de mentor do movimento comunista mundial [...]”³⁸.

No Brasil, a caracterização do comunismo como sinônimo de imperialismo soviético também ganhou impulso no período da Guerra Fria. Mas foi durante o governo Goulart que a ideia de “ameaça externa”, tal qual tipificada pela Doutrina de Segurança Nacional, saltou definitivamente para fora dos círculos militares da ESG por meio da mobilização dos aparelhos privados de circulação de informações (editoras, jornais, canais de rádio e TV etc.). Ao longo dos anos 1960 tomou força, progressivamente, o discurso de que o Brasil viveria um estágio “pré-revolucionário”, estando na mira dos “imperialistas vermelhos”. As afirmações baseavam-se, via de regra, no argumento de que a aliança política estabelecida entre o presidente João Goulart e o PCB resultara na infiltração de agentes à serviço do regime soviético dentro dos próprios aparatos governamentais, que gradualmente estariam se transformando em “organizações subversivas”. Denunciou-se, assim, a infiltração comunista nos mais diversos órgãos do governo, bem como em organizações da sociedade civil como os sindicatos, a UNE, e até mesmo na Igreja:

³⁶ BRANDT, Willy. *A Prova da Coexistência*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

³⁷ KOLARZ, W. Stalin e Kruchov. In: [Vários autores]. *Anatomia do Comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 94.

³⁸ *Ibidem*.

[...] VOCÊ está a par de como o comunista oculto, ocupando um ponto saliente no govêrno, no jornalismo, nas sociedades trabalhistas, na igreja ou nas escolas, pode inocular em seu espírito o veneno suficiente para tornar VOCÊ elemento de propaganda ou seja, um ‘inocente útil’?³⁹

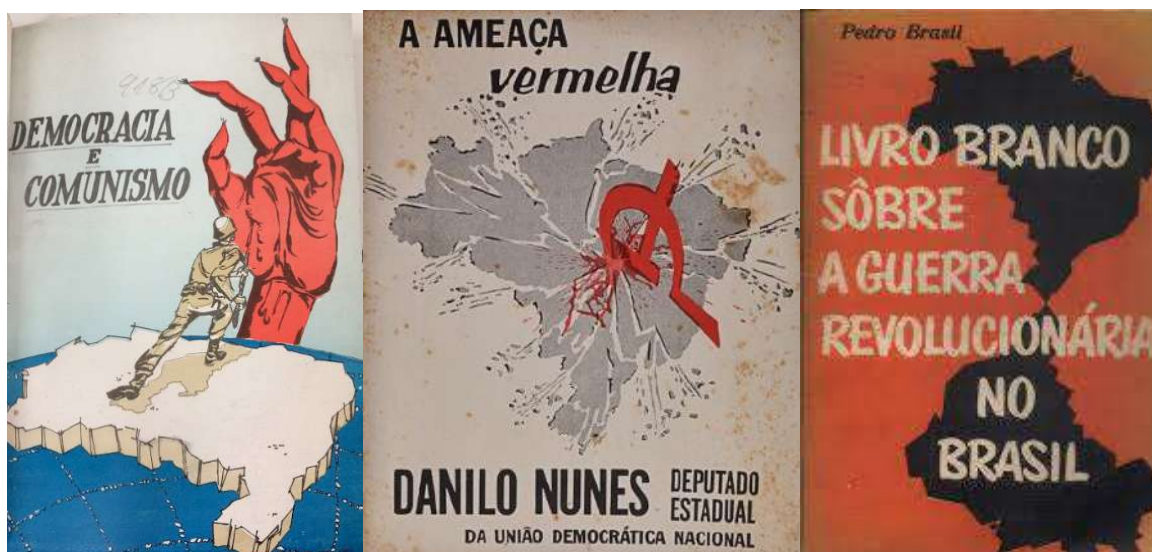
O questionamento acima é um excerto de “Como vencer o comunismo”, artigo do coronel Ayrton Salgueiro de Freitas publicado na revista *A Defesa Nacional* e selecionado para compor a coletânea *Democracia e Comunismo*, ambas editadas pelo Estado-Maior do Exército. O desenho que ilustra a capa da coletânea editada em 1961, que teve ao menos oito mil exemplares distribuídos pelo IPÊS, mostra um soldado posicionado sobre o mapa do Brasil, de onde combate uma temerária mão vermelha que tenta se apossar do território.

A ameaça da invasão comunista rondou o imaginário anticomunista brasileiro e se materializou nas imagens e cenários tétricos que circularam nos impressos da época. O mapa geográfico do Brasil foi um símbolo recorrente para representar a ameaça de desagregação da nação. *A ameaça vermelha*, panfleto de um candidato da UDN apoiado pelo complexo IPÊS/IBAD nas eleições parlamentares de 1962, traz como ilustração da capa o mapa do país despedaçado por um golpe da foice e do martelo. Na capa do *Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*, publicado em 1961 pela Globo e assinado pelo pseudônimo de Pedro Brasil, o mapa do Brasil aparece espelhado e sombreado pela cor vermelha. Imagens como essas mostram que o comunismo, como observou Rodrigo Patto Sá Motta, “[...] representava o fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação”, e o modo como ele era visto enquanto “[...] a personificação do estrangeiro, do alienígena, em uma palavra, do ‘outro’”⁴⁰.

³⁹ FREITAS, Ayrton Salgueiro de. Como vencer o comunismo. In: [Vários autores]. *Democracia e comunismo*. Estado-Maior do Exército, 1961, p. 5. [grifos do autor].

⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 56.

Imagem 6 – Capas de publicações editadas/distribuídas pelo GPE-IPÊS sobre a infiltração comunista no Brasil (1962-1964)



Fonte: reprodução da autora.

A necessidade de reação frente à “ameaça vermelha” foi um tema muito trabalhado pelo IPÊS, que chegou a realizar uma série de palestras a fim de agitar a militância anticomunista. Para tais atividades, o instituto trouxe ao Brasil a ativista e escritora francesa Suzanne Labin, cujos livros faziam parte da rede de distribuição do GPE. Segundo Dreifuss,

[Labin] proferiu conferências sobre as *Táticas de infiltração comunista* e a *Guerra política* para as mais variadas platéias, em tão diversificados lugares do Rio e de São Paulo como a ADESG, a ESG, o Centro de Indústrias do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Armadores, o Colégio Santo Inácio, o Teatro Municipal, o Instituto de Educação do próprio IPÊS, o Automóvel Clube e o Colégio Mackenzie. Houve conferências e reuniões em outras cidades, como Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba⁴¹.

A guerra política: arma do comunismo internacional, um dos livros de sua autoria que foi catalogado pela USIA e publicado no Brasil pela editora Presença, teve 13 mil exemplares distribuídos pelo IPÊS e exerceu considerável influência nos meios anticomunistas brasileiros. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, a penetração das ideias da escritora francesa no país pode ser observada nas mobilizações do período, “[...]”

⁴¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 253.

particularmente sua ênfase na importância de organizar uma rede de ‘Ligas Anticomunistas’ para fazer frente à ‘ameaça’⁴².

3.2.4. Democracia e comunismo

Muito embora as denúncias sobre os crimes contra a humanidade perpetrados pelo regime soviético não tenham desaparecido completamente na onda anticomunista da década de 1960, o contexto de distensão pós-stalinista fez com que as críticas, em geral, se concentrassem menos na questão da violência (*gulags*, torturas, fuzilamentos etc.), que foi o tom dominante no período anterior, e mais na tentativa de mostrar as falhas do modelo comunista no plano econômico e social⁴³.

O livro *As condições de trabalho em Cuba*, do economista José R. Alvarez Díaz, publicado no Brasil pela GRD como parte da “Coleção Política Contemporânea”, é exemplo da estratégia de questionar as condições materiais de vida propiciada pelos regimes comunistas. Ele foca, especificamente, na comparação das relações trabalhistas na ilha antes e depois da revolução de 1959. A partir de dados sobre desemprego, salário, tempo de descanso etc., o autor contrapõe o modelo soviético, pelo qual o sistema comunista cubano seria influenciado, ao modelo da livre iniciativa vigente anteriormente. O livro foi publicado nos Estados Unidos, em 1963, pela editora da Universidade de Miami como fruto do estudo desenvolvido por José Díaz dentro de um núcleo da própria universidade, o Cuban Economic Research Project. Opositor do governo de Fidel Castro e antigo professor da Universidade de Havana, Díaz era um exilado cubano em Miami e publicou diversos outros estudos sobre a economia comunista em Cuba.

Sem o mesmo verniz acadêmico, uma dupla de folhetos editada pelo IPÊS em 1964 denunciava as condições de trabalho no regime soviético, contrapondo-as a uma suposta liberdade das relações de trabalho nos países capitalistas. O primeiro foi intitulado *Se você fosse um trabalhador soviético... seria obrigado a trabalhar mesmo que não quisesse*, e o segundo, *Se você fosse um trabalhador soviético... a principal tarefa de seu sindicato seria fazer você trabalhar ainda mais*. Neste último, o instituto alardeava que os sindicatos da União Soviética e o Conselho Central dos Sindicatos (CCS) – órgão responsável por mediar as relações entre as organizações de trabalhadores e o Estado – eram meros instrumentos a serviço do Partido Comunista que obrigavam o povo a “trabalhar como e onde lhes determina

⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 307.

⁴³ *Ibidem*, p. 301.

o governo”⁴⁴. O texto defendia que, ao invés de atuar na defesa dos trabalhadores, esses órgãos barravam negociações salariais, cerceavam o direito de greve, aumentavam metas de produtividade e impunham os postos de trabalho, impedindo, portanto, o exercício da liberdade individual. Ao final, questionava-se o leitor:

Se você fosse um trabalhador soviético, será que gostaria de pertencer a um “sindicato” obrigado por LEI a fazer com que você trabalhe AINDA MAIS e que só tem direito de expressar a vontade do CCS, do Partido Comunista? Outra pergunta: se – como dizem sempre os comunistas – os trabalhadores são donos de tudo, nos países comunistas, por que os governos comunistas criam LEIS, por que proíbem aos trabalhadores a formação de sindicatos livres, verdadeiramente livres, da forma que melhor desejem?⁴⁵

Sendo assim, as publicações selecionadas pelo IPÊS tinham como objetivo não apenas expor as mazelas do comunismo, mas também enaltecer o sistema capitalista, a livre-iniciativa, a primazia da propriedade privada e os valores ocidentais cristãos. Esse conjunto de preceitos, que tinha como representante máximo os Estados Unidos da América, era apresentado, na maior parte das vezes, como sinônimo de democracia. Por outro lado, o regime comunista era fundamentalmente identificado ao totalitarismo e ao imperialismo. Desse modo, a oposição entre os conceitos democracia e comunismo, tais como formulados acima, está na gênese de boa parte das obras anticomunistas disseminadas no período.

Como expressão mais bem acabada dessa estratégia dentre as publicações disseminadas pelo IPÊS, destacamos um livro voltado ao público infante juvenil que se dedicava a explicar as noções básicas da democracia. *You and democracy*, de Dorothy Gordon, foi selecionado junto ao catálogo da USIA e publicado pela Record em 1963 como parte da coleção “Livros para a Juventude” com o título *Você e a democracia*. Autora de diversos livros infantis, Dorothy Lerner Gordon (1889-1970) havia feito carreira nos EUA como criadora e apresentadora do *Youth Forum*, um famoso programa semanal de rádio e televisão que debatia temas da atualidade. Além disso, era mãe de Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil entre 1961 e 1966.

Com linguagem simples e repleta de metáforas, *Você e a democracia* constrói uma oposição entre a vida nas nações totalitárias e aquela desfrutada nos “países livres”, buscando, a partir disso, explicar os princípios básicos da democracia com base no modelo liberal norte-americano. Como principal recurso metafórico, o livro define a democracia como um tesouro constantemente ameaçado e que deve ser vigiado pela juventude:

⁴⁴ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDO SOCIAIS. *Se você fosse um trabalhador soviético... a principal tarefa de seu sindicato seria fazer você trabalhar ainda mais*. [S.l]: Ipes, 1964, p. 2.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 8. [grifos do autor].

Há sempre gente tentando surrupiar as jóias da Casa-forte do Tesouro que é a nossa democracia. E como agem com habilidade! Aproveitam-se das dificuldades das pessoas, das aperturas em que muitos vivem e procuram enganá-las, dizendo que problemas e dificuldades seriam resolvidas com uma forma de governo diferente⁴⁶.

No texto estampado na contracapa do livro, os editores brasileiros reforçaram as intenções da autora e enfatizaram o propósito educativo da obra diante da suposta ameaça representada pela propaganda comunista:

Não se iludam. Os cidadãos das nações totalitárias são muito loquazes ao descreverem as vantagens de viver sob sua dúbia forma de governo. Nós das nações democráticas, contudo, acomodados em nossa segurança, pouco sabemos ou procuramos saber sobre as razões que tornam nossa vida tão confortável e agradável. Habitamo-nos a ouvir a palavra democracia, mas acaso sabemos o que ela atualmente significa? Neste livrinho, dedicado a todos os meninos e meninas dos países livres do mundo, Dorothy Gordon explica com admirável singeleza os princípios básicos da democracia⁴⁷.

A editora Record também tratou de adaptar para o contexto brasileiro as ilustrações de Lois Fischer e Karl Murr, presentes na edição original de 1951 realizada pela E.P. Dutton & Co., Inc. A arte da capa, atribuída a “Guttemberg”, retrata o Palácio da Alvorada, residência oficial da presidência em Brasília, rodeado por cidadãos comuns, em uma clara alusão à proximidade entre o povo e seus representantes promovida pelas sociedades “livres e democráticas” (Apêndice – imagem 38).

Muito embora a defesa da democracia tenha sido adotada como *slogan* por inúmeros grupos anticomunistas brasileiros, os acontecimentos de 1964 deixaram patente que esse discurso tinha um caráter meramente retórico. Como observa Rodrigo Patto Sá Motta, para grupos como o IPÊS

[...] “democracia” não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo.⁴⁸

⁴⁶ GORDON, Dorothy. *Você e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1963, p. 25.

⁴⁷ RECORD. [Sem título]. In: GORDON, D. *Você e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1963. Quarta capa. [grifo nosso].

⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 306.

Com o pretexto de barrar o avanço do comunismo no país, por volta de 1963 os ipesianos passaram a conceber publicamente a necessidade de instituir um governo autoritário de caráter transitório. Mas como um grupo que se autoproclamava guardião da democracia poderia defender a derrubada de um governo democraticamente eleito e a imposição de um regime que suprimisse as garantias e liberdades individuais que lhe eram supostamente tão caras? Para resolver esse aparente paradoxo, os intelectuais orgânicos ligados ao instituto recorreram a um antigo argumento forjado no âmbito do liberalismo, que consistia em estabelecer uma distinção fundamental entre os conceitos de *totalitarismo* e *autoritarismo*⁴⁹.

Em maio de 1964, o *Boletim Mensal do IPÊS*, principal periódico editado pelo instituto, publicou a transcrição de uma conferência do Curso de Atualidades Brasileiras⁵⁰ proferida no ano anterior pelo teórico conservador João Camilo de Oliveira Torres. Intitulado *A democracia e os regimes totalitários*, o artigo parte de uma análise comparativa entre os regimes democráticos, portadores dos “direitos fundamentais humanos”, e os regimes comunistas e nazistas, caracterizados como totalitários. A certa altura, Torres faz uma distinção fundamental entre os conceitos de ditadura e de totalitarismo. Para ele, enquanto o Estado totalitário seria uma invenção comunista que promoveria a “suprema alienação do homem”⁵¹, a ditadura podia ser definida como “uma supressão, por um prazo teoricamente limitado [...] das formas regulares do direito vigente, em vista de um fim preciso”⁵². Apesar de declarar não defender essa forma de governo, Torres afirmava que, se corretamente aplicada, a ditadura poderia ser um recurso legítimo em momentos de crise nos quais a democracia estivesse ameaçada. O autor utilizava então um episódio histórico para ilustrar

⁴⁹ Para um exemplo da presença desse pensamento no Brasil desde a Era Vargas ver GENTILE, Fabio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. *Revista Política Hoje*, v. 27, p. 27-46, mai. 2018.

⁵⁰ Iniciado em 1963 pelo Grupo de Educação Seletiva do IPÊS, o Curso de Atualidades Brasileiras foi uma das maiores fontes de material para o *Boletim Mensal*, que publicava a transcrição das conferências. O curso teve diversas edições, cada qual com duração de dois meses, e era direcionado a empresários, profissionais liberais, sindicatos operários, estudantes, imprensa, associados, convidados especiais e demais interessados. INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Boletim Mensal*, n. 11, ano II, jun. 1963. Biblioteca Mario Henrique Simonsen, FGV-RJ. Dentre os temas abordados estavam “A realidade brasileira”, “A democracia e os regimes totalitários”, “A democracia e a Igreja”, “O desenvolvimento do país e a política externa”, “O processo econômico e o progresso social”, “A democratização do capital”, “A legislação trabalhista brasileira e a empresa”, “Planos de desenvolvimento”, “O processo de reformas de base no Brasil”, “Reforma Tributária”, “Reforma Bancária”, “Reforma da Empresa” e “Reforma Agrária”. Na primeira edição participaram como conferencistas Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Antonio Delfim Neto, dentre outros. Além de propagar a ideologia do IPÊS entre setores sociais considerados estratégicos, o curso servia como um canal de recrutamento de novos quadros para o instituto.

⁵¹ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Boletim Mensal*, n. 22, ano III, maio 1964, p. 19. Biblioteca Mario Henrique Simonsen, FGV-RJ.

⁵² *Ibidem*, p. 16.

sua argumentação. Segundo ele, “A ditadura romana, quando a república corria perigo, era uma forma clássica, ilustre e, até uma certa época, corretamente empregada”⁵³. O caráter instrumental, transitório e “redentor” do sistema político ditatorial o diferenciaria, portanto, dos regimes totalitários, estes sim associados à supressão dos direitos fundamentais do homem. Recorrendo a esse tipo de malabarismo teórico, o IPÊS pôde adiante justificar sua atuação no planejamento e execução do 1º de abril de 1964 e caracterizar o golpe como um instrumento político necessário e transitório para a contenção do comunismo e para a implantação de uma sociedade liberal no Brasil.

3.3. A campanha de classe: mobilização empresarial e as propostas reformistas do IPÊS

Paralelamente aos livros editados e distribuídos junto à USIA e às editoras conveniadas, o IPÊS editou seus próprios intelectuais, de modo a fomentar a consciência de classe entre o empresariado e reunir seus agentes para a ação política. Ao contrário das edições propriamente anticomunistas, que eram voltadas a um público amplo e variado, a publicação de trabalhos como esses tinha uma circulação mais direcionada aos líderes políticos, empresários e associações das classes dominantes, isto é, aos responsáveis por “tomadas de decisão”, com os quais o IPÊS àquela altura já possuía considerável articulação.

Desde que assumido como bandeira do governo João Goulart, o programa das reformas de base tornou-se o principal objeto da disputa política mais imediata travada pelo IPÊS até o golpe de 1964. Embora se enquadrasse nos marcos do modelo de desenvolvimento capitalista, o projeto intervinha em questões historicamente vitais para as classes dominantes brasileiras, tais como o latifúndio e a dependência do capital estrangeiro. Enquanto entidade representante do novo bloco histórico emergente, competia ao IPÊS disputar o caráter das reformas, conferindo a elas um conteúdo social alinhado aos seus interesses. Para tal, o instituto organizou e financiou o Grupo de Estudos e Doutrina (GED), que se dedicava a analisar as propostas do governo nacional-desenvolvimentista e, a partir delas, formular alternativas em consonância com as teses e diretrizes que guiavam a ação da entidade.

Coordenado por José Garrido Torres, o GED contava com a participação de membros efetivos do instituto e de outros colaboradores que ofereciam assistência nas áreas de economia, sociologia, política, direito etc. O agrupamento também atuava em parceria com escritórios técnicos de consultoria, que forneciam pesquisas encomendadas. Os agentes sociais reunidos pelo grupo compunham, segundo Dreifuss, uma “*intelligentsia* política,

⁵³ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Boletim Mensal*, n. 22, ano III, maio 1964, p. 16. Biblioteca Mario Henrique Simonsen, FGV-RJ.

militar, técnica e empresarial”⁵⁴, isto é, uma elite de intelectuais orgânicos plenamente capacitada para a formulação e execução de políticas públicas alinhadas aos interesses multinacionais e associados.

Apoiada num discurso técnico-empresarial estreitamente ligado a valores como planejamento, racionalização, gerenciamento e competência, a ação desses intelectuais orgânicos ia no sentido de aplicar “a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais”⁵⁵. Assim, o discurso ipesiano se revestia de um eficiente verniz científico e apolítico, que apagava, no plano da aparência, os interesses de classe presentes na formulação de suas diretrizes para o país, conferindo-lhes um marco de legitimidade.

Como vimos no Capítulo 1, os estudos liderados pelo GED resultavam em anteprojetos direcionados ao escrutínio do Congresso Nacional através dos deputados ligados ao complexo IPÊS/IBAD, sobretudo aqueles reunidos na ADP. Mas outro importante produto derivado dessas pesquisas eram as publicações. Os trabalhos produzidos pelos técnicos e intelectuais orgânicos ligados à “estufa ideológica” do instituto serviam como material para o Grupo de Publicações. A importância conferida pelo instituto à questão das reformas se refletiu, desse modo, em sua ação editorial. Ao menos seis livros e quatro folhetos sobre o tema foram editados e/ou distribuídos pelo GPE no período a fim de mobilizar a opinião pública contra as propostas “comunizantes” do governo. Ao mesmo tempo em que confrontavam e fragilizavam as propostas do Executivo nacional-reformista, tais publicações faziam parte da tática de disseminar a doutrina do IPÊS entre setores sociais considerados estratégicos.

Entre os anteprojetos que serviram de material para o GPE estava o da reforma tributária, de autoria de Mário Henrique Simonsen. No estudo publicado em 1963, o economista e banqueiro preconizava que a formulação de uma nova política tributária estaria condicionada ao enfrentamento de duas questões: a redução do “excesso de gastos públicos” e a “discriminação de rendas entre União, Estados e Municípios”. O folheto de 35 páginas intitulado *Reforma tributária: considerações sobre*, foi impresso na Companhia Gráfica Lux e vendido ao preço de 95 cruzeiros, tendo atingido ao menos 2.000 exemplares em circulação. Simonsen também assessorou o IPÊS com um estudo sobre inflação, publicado em 1964 com o título *A experiência inflacionária no Brasil*. A questão inflacionária era

⁵⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 66.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 73.

avaliada como prioridade pelos ipesianos, uma vez que todas as reformas estariam condicionadas à estabilidade da moeda.

O projeto de reforma constitucional ficou a cargo de Carlos José de Assis Ribeiro, jurista ligado à ESG e irmão do sócio-fundador do IPÊS Paulo de Assis Ribeiro. A proposta apresentada defendia a eliminação de pontos considerados “ultrapassados” e “desajustados” do texto constitucional. Entre os temas tratados como passíveis de “modernização” estavam a segurança nacional, as relações trabalhistas no campo, a desapropriação por interesse social e o direito de greve. As recomendações foram editadas pelo GPE em uma brochura de 57 páginas, impressa pela Folha Carioca Editora S.A. e lançada em 1963 com o título *Reforma Constitucional*.

No folheto *A crise da Previdência Social*, também publicado em 1963, o IPÊS apresentou a proposta do economista Antônio G. da Costa para a reforma da legislação da seguridade social. O estudo defendia maior participação do setor empresarial na aplicação dos recursos financeiros previdenciários e apontava para os possíveis benefícios de uma transição para o regime de capitalização, tendo em vista os “sérios riscos de estatização” que o autor julgava como inerentes ao modelo de repartição. A publicação de 44 páginas foi vendida ao preço de 80 cruzeiros e há registros de 1.500 exemplares guardados no estoque do IPÊS da Guanabara⁵⁶.

Uma das estratégias para difundir nacionalmente o posicionamento do instituto sobre as reformas de base foi a criação do Concurso de Monografia, um chamamento público para o envio de estudos sobre o tema. Além de uma quantia em dinheiro, o vencedor receberia como prêmio a publicação do trabalho, que evidentemente era selecionado tendo como critério a plena adequação às teses defendidas pelo próprio IPÊS. Esse foi o caso do economista Glauco M. Carneiro, autor do opúsculo *Inflação e suas causas e conseqüências*, lançado em 1963. Outro vencedor do Concurso foi o jornalista Konrad Aleksander Kowalewski, que naquele mesmo ano teve publicado o trabalho *Democratização do Capital*⁵⁷. Ambas as brochuras atingiram pelo menos 2.000 exemplares em circulação.

⁵⁶ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Relação de livros em estoque*. Rio de Janeiro, 13 set. 1964. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁵⁷ A proposta de “democratização do capital” consistia em inserir ações de companhias locais no mercado e capitalizá-las através de investidores menores, dentre estes seus próprios trabalhadores e empregados. Segundo Dreifuss, essa diretriz “tinha um claro efeito de propaganda”, uma vez que “realçava os positivos ‘efeitos sociais’ do sistema econômico que permitiam aos pequenos acionistas ter um interesse na manutenção desse sistema; os trabalhadores e empregados poderiam ser coproprietários das suas empresas”. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 239.

Espinha dorsal das disputas político-ideológicas da época, a reforma agrária mereceu atenção especial do IPÊS. Os estudos sobre o tema promovidos pela entidade e realizados com a colaboração de renomados técnicos sob a coordenação de Paulo de Assis Ribeiro foram reunidos no livro *A reforma agrária: problemas, base, solução*. Nessa publicação, o instituto apontava suas sugestões de caráter imediato para a implantação do seu anteprojeto de reforma agrária, que compreendia as seguintes medidas: “a) divulgação dos objetivos da Reforma Agrária; b) levantamento dos meios de ação; c) preparação de pessoal técnico e de liderança para a execução progressiva da Reforma; d) levantamento das regiões por onde se iniciaria a implantação da Reforma e extensão do levantamento às demais áreas; e) reestruturação de órgãos administrativos; f) reformulação de programas de crédito rural, de armazéns e silos, de seguro agrário e de preços mínimos; g) execução de planos-pilotos”⁵⁸.

O livro de capa dura impresso nas oficinas da Artes Gráficas Gomes de Souza contém cerca de 100 páginas em formato A3, característica que o diferencia das demais publicações distribuídas pelo GPE, normalmente editadas em formatos menores (Apêndice – imagem 40). É possível que a escolha desse formato tenha se dado a fim de contemplar a grande quantidade de fotografias, mapas e gráficos apresentados de forma detalhada no estudo. Dessa primeira edição, que data de janeiro de 1964, foram tirados 3.000 exemplares. Pela relevância do tema para os interesses ipesianos, o livro mereceu uma estratégia especial de divulgação. Na ocasião do lançamento, a CommonWealth, uma agência de publicidade e relações públicas contratada pelo instituto, se encarregou de distribuir *releases* para a imprensa, realizar um evento na Livraria Atrium e promover entrevistas e mesas-redondas com os autores do livro em importantes programas de televisão e rádio da época. Além disso, organizou reuniões privadas para entrega da publicação ao governador de São Paulo, Adhemar de Barros, ao Secretário de Agricultura do Estado e aos diretores dos quatro principais jornais da capital⁵⁹.

O total de 23 anteprojetos reformistas elaborados pelos grupos de estudo e trabalho do IPÊS foram condensados em uma publicação intitulada *Reformas de base: posição do IPÊS*, cuja edição ficou à cargo da sede do instituto na Guanabara. Segundo o instituto, a publicação tinha como objetivo “manifestar seu pensamento à Nação” e apresentar “ao exame da opinião pública, do Congresso Nacional e do Poder Executivo, o resultado de seus estudos”, de modo

⁵⁸ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *A Reforma Agrária: problemas, bases, solução*. [S.l.]: IPÊS, 1964, p. 16.

⁵⁹ COMMONWEALTH RELAÇÕES PÚBLICAS. *Relatórios sobre as atividades do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)*. Arquivo Paulo Ayres Filho, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

a “prover as bases e a moldura necessárias ao progresso político, social e econômico do Brasil”⁶⁰. Os 23 projetos são apresentados em três blocos:

- 1) Reformas de ordem política: Reforma eleitoral, Reforma do legislativo, Reforma da estrutura política, Reforma administrativa, Reforma judiciária e Reforma da política externa;
- 2) Reformas de ordem social: Reforma agrária, Reforma da legislação trabalhista, Participação nos lucros das empresas, Reforma da legislação de seguridade social, Reforma educacional, Política da habitação popular e Política sanitária;
- 3) Reformas de ordem econômica: Reforma monetária e bancária, Reforma tributária, Reforma orçamentária, Legislação antitruste, Legislação do capital estrangeiro, Institucionalização do mercado de capitais, Reforma da política de comércio exterior, Política relativa aos serviços de utilidade pública, Política de uso dos recursos naturais e Reforma da empresa privada.

O livro foi lançado em 1963 em dois formatos, sendo um deles de bolso, e disponibilizado para vendas em livrarias. Outros cinco mil exemplares foram distribuídos gratuitamente entre os grupos sociais alvos da campanha ideológica do IPÊS, isto é, dentro de empresas, associações, sindicatos, federações, grupos acadêmicos etc.

Ao contrário dos livros anticomunistas realizados em parceria com as editoras conveniadas, as publicações que difundiam o pensamento ipesiano sobre as reformas econômicas, sociais e políticas eram abertamente editadas e assinadas pelo próprio instituto, uma vez que correspondiam à estratégia de manter uma imagem pública supostamente comprometida com o povo brasileiro e com os valores democráticos. As brochuras de produção própria apresentavam um tratamento editorial simples e eram impressas em papel de menor qualidade, a fim de reduzir os custos de produção. Observando o conjunto, nota-se uma certa identidade visual comum. Além do logotipo do IPÊS, as capas apresentam uma arte composta por efeitos gráficos e formas geométricas que se aproxima de uma estética moderna intimamente ligada ao *boom* desenvolvimentista dos anos 1950. Diferentemente das publicações anticomunistas, cujas capas são repletas de elementos figurativos e símbolos políticos como a foice e martelo ou a Estátua da Liberdade, as edições do IPÊS parecem buscar exprimir visualmente uma ideia de modernidade, racionalidade, eficiência e neutralidade.

⁶⁰ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Reformas de Base*: posição do IPÊS. [S.l.]: IPÊS, 1963, p. 5-11.

Imagem 7 – Capas de publicações abertamente editadas pelo IPÊS



Fonte: reprodução da autora.

Embora não seja compatível com nossos propósitos analisar a posição do IPÊS diante de cada uma das reformas mencionadas, nos interessa perceber o sentido geral desses projetos. Emergindo da direita do espectro político e social, as propostas reformistas tinham como pontos em comum a defesa de premissas liberais, como a livre iniciativa, a associação ao capital internacional e a mínima intervenção do Estado na economia. Sendo assim, imprimiam ao modelo de desenvolvimento apregoado pelo IPÊS traços de uma

“modernização conservadora”⁶¹ que, se por um lado buscava requalificar o Estado brasileiro e integrá-lo à ordem capitalista internacional, por outro, garantia que esse processo se desse sem a participação popular e conseqüentes transformações mais profundas das estruturas de poder tradicionalmente estabelecidas.

Vale também notar que essas teses constituíram o lado propositivo e programático da atuação do complexo IPÊS/IBAD. Através delas, fica patente que a elite empresarial-militar desenvolvia não apenas uma campanha estruturada para a tomada do Estado, mas também um projeto coerente e coeso de governo⁶². Isso se confirmou com a chegada desse bloco ao poder, quando boa parte das propostas reformistas elaboradas nas estufas ideológicas do instituto foi adotada pelo novo regime. Um dos exemplos mais emblemáticos nesse sentido foi a aprovação, ainda em novembro de 1964, da Lei da Reforma Agrária (mais conhecida como Estatuto da Terra), cujo texto era amplamente baseado nas recomendações preparadas pelo IPÊS ainda no período Goulart.

3.3.1. Análises de conjuntura: crise política do governo João Goulart e o plebiscito de 1963

Em meio à conturbada conjuntura política do governo Goulart, um evento catalisou as atenções do IPÊS e se destacou entre os assuntos selecionados para as suas edições. Em 6 de janeiro de 1963, um referendo popular definiria a continuidade ou não do parlamentarismo no país, sistema instituído durante a crise de 1961 para esvaziar os poderes do vice de Jânio Quadros após sua renúncia.

Às vésperas do plebiscito, o IPÊS colocou em circulação alguns estudos encomendados a fim de se posicionar no agitado debate sobre qual seria o sistema de governo mais adequado para o país. O folheto *Notas em função do “referendum”: parlamentarismo e presidencialismo*, assinado pelo professor de direito constitucional da Universidade de São Paulo José Luís de Anhaia Mello, buscava apresentar em linguagem acessível “a todos os brasileiros interessados em decidir bem”, uma reflexão apontando “elementos para o

⁶¹ Conceito extraído originalmente da obra de Barrington Moore Jr. e adotado por algumas vertentes interpretativas para definir as políticas implementadas pelo regime militar brasileiro, tais como o arrocho salarial, a abertura ao capital estrangeiro, a estruturação do mercado de capitais, o estímulo ao consumo de bens de consumo duráveis, o investimento em obras de infraestrutura, a capitalização da agricultura latifundiária etc. GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 102-103.

⁶² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 244.

esclarecimento da opinião pública”⁶³. O livreto de 32 páginas, que teve ao menos 1.000 cópias distribuídas pelo GPE, trazia em apêndice a legislação constitucional do país.

Outro estudo foi encomendado pelo IPÊS do Rio de Janeiro aos autores Gabriel Lacerda e Carlos Henrique Fróes, que receberam pelo trabalho a quantia de 200 mil cruzeiros cada⁶⁴. O livro de 109 páginas, de título *O presidencialismo que nos convém*, teve 10.000 cópias impressas e distribuídas pelo GPE. A apresentação dos autores era dividida em duas partes. A primeira delas, intitulada “O presidencialismo no mundo” trazia, com intuito didático, noções básicas sobre os conceitos de presidencialismo e parlamentarismo, bem como as origens históricas de ambos os sistemas de governo e sua implementação em diferentes países do mundo. A segunda parte do livro era dedicada a uma reconstituição da história do presidencialismo no Brasil através das constituições republicanas. Os autores avaliavam que o presidencialismo brasileiro teria sido desde sempre um sistema instável, suscetível às discórdias entre os três poderes. Nesse sentido, exaltavam o papel de “poder moderador” cumprido pelas Forças Armadas ao longo do período republicano que, segundo os autores, fora fundamental para a contenção das sucessivas crises políticas nacionais⁶⁵. O elogio às Forças Armadas contido na publicação abertamente assinada pelo IPÊS já revelava indícios do seu posicionamento favorável a uma solução militar para a crise política instaurada no governo Goulart. Apesar de reconhecerem os defeitos do presidencialismo brasileiro, os autores concluíam no último capítulo do livro que este seria o regime preferível em nosso país por oferecer maior eficiência administrativa. Apresentavam, por fim, um anteprojeto de reforma constitucional como solução para os problemas do presidencialismo pactuado em 1946.

O posicionamento do IPÊS em favor da volta ao regime presidencialista estava condicionado, portanto, à premissa de reformar o sistema político do país. Outro estudo encomendado pelo instituto reforçava essa ideia. Para o advogado Thomas Othon Leonardos, autor do opúsculo *Às vésperas da quinta república: sugestões para o presidencialismo brasileiro*, publicado pela editora O Cruzeiro em 1962, o plebiscito deveria ser visto como uma oportunidade para inovações de ordem constitucional, independentemente do resultado. O autor propunha, assim, alguns esboços para um projeto de reforma da Constituição.

⁶³ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. Introdução. In: MELLO, José Luiz Mello. *Notas em função do “referendum”*: parlamentarismo e presidencialismo. [S.l.]: IPÊS, 1963.

⁶⁴ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Ata da reunião do Comitê Executivo*, 19 nov. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁶⁵ FRÓES, Carlos Henrique; LACERDA, Gabriel. *O presidencialismo que nos convém*. Rio de Janeiro: IPÊS, 1963, p. 93.

As publicações disseminadas pelo instituto às vésperas do referendo mostram que não houve um posicionamento único dos setores conservadores sobre a permanência do sistema parlamentarista. Se as forças reunidas em torno da UDN realizaram uma campanha fervorosa pela manutenção do sistema parlamentar, as elites ligadas ao IPÊS manifestaram, por outro lado, uma posição mais favorável à devolução dos poderes presidenciais a João Goulart, o que as colocou em uma posição aparentemente paradoxal de alinhamento ao Partido Comunista e aos setores populares. No entanto, segundo Demian Bezerra de Melo, a preferência do IPÊS pela volta ao presidencialismo deve ser interpretada como uma questão de oportunismo político, e não de convicção ideológica. O cálculo político ipesiano possivelmente previa que uma polarização acerca dessa questão tão sensível para a identidade política nacional poderia favorecer a mobilização popular em apoio ao governo de Goulart. Ainda de acordo com Melo,

[...] frente ao objetivo estratégico de conquistar o Estado, estes intelectuais orgânicos do capital monopolista entenderam que, com Goulart ungido dos poderes presidenciais, todos os males decorrentes da crise social poderiam agora ser atribuídos diretamente a ele, sem o subterfúgio da indefinição de atribuições do parlamentarismo híbrido.⁶⁶

Desse modo, a restauração do presidencialismo poderia ser capaz a curto prazo de favorecer o discurso ipesiano de que o país se encontrava diante de uma ameaça comunista, fortalecendo consequentemente o ideário golpista entre os simpatizantes do instituto: “[...] tendo em vista um objetivo maior, poderia o partido do novo bloco histórico emergente apoiar a restauração do presidencialismo, para logo em seguida partir para a organização da insurreição das classes dominantes”⁶⁷. Além disso, a solução ia de encontro à avaliação das lideranças do instituto de que era preciso difundir entre as classes dominantes e o conjunto da sociedade a necessidade de um “governo forte”, conforme a concepção tradicionalmente pertencente ao arcabouço ideológico dos oficiais ligados à ESG.

De fato, a tentativa de associação entre o governo João Goulart e o movimento comunista, bem como o discurso autoritário travestido sob a roupagem tecno-empresarial do IPÊS, se intensificaram após a esmagadora vitória do presidencialismo no plebiscito. O livro *Armas, democracia e algemas*, publicado pela editora O Cruzeiro em 1963, momentos após o resultado do referendo, é revelador desse clima político. A brochura de 83 páginas reuniu

⁶⁶ MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Niterói, 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 203.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 197.

artigos publicados nos *Diários Associados* pelo jornalista Theophilo de Andrade, tendo sido distribuída e vendida pelo GPE ao preço de 100 cruzeiros. O autor avaliava que o resultado do plebiscito não havia representado uma solução para a crise política do país. Na introdução da coletânea, Andrade defendia que:

A restauração do presidencialismo atende à conclusão do referendun de 6 de janeiro, mas não resolve os problemas políticos com que se defrontou a nação, depois da renúncia do Sr. Jânio Quadros. A forma de governo vigente, na situação atual, pouco significou, tanto mais que, na realidade, o País continuou no regime presidencialista, pois o parlamentarismo, instituído como uma saída para a crise de 1961, nunca funcionou. Viu-se boicotado por aqueles que tinham o dever de executá-lo.

Neste período sombrio, as portas do Estado foram escancaradas aos comunistas, que se instalaram nos mais altos postos da administração, de onde estão a sabotar a democracia e a preparar um golpe bolchevista, de cima para baixo, a exemplo do que aconteceu na Tchecoslováquia ou em Cuba.

Esta situação, criada no “soit-disant” parlamentarismo, persiste no presidencialismo restaurado.⁶⁸

Tendo como premissa desde sua criação a necessidade de desestabilizar o governo e o regime de 1946, o posicionamento favorável do IPÊS pelo retorno ao presidencialismo serviu aos objetivos estratégicos mais imediatos da elite golpista. O instituto pôde assim, por meio da produção de seus intelectuais orgânicos, semear a ideia de que Goulart era o grande responsável pelas crises políticas e pela situação da economia, bem como pela suposta “infiltração comunista” nos mais altos escalões do governo.

Às vésperas do golpe, pesquisas de opinião apontavam que tanto o presidente quanto as propostas das reformas de base possuíam amplo apoio popular. Entretanto, as mesmas enquetes mostravam a existência de um “virtual consenso anticomunista” e uma grande rejeição às alternativas políticas de esquerda mais radicais⁶⁹. Talvez esse fato explique o aparente paradoxo de que, nas pesquisas realizadas imediatamente após o golpe, houve uma forte virada da opinião pública, tendo a maioria dos entrevistados se declarado favorável à derrubada de Goulart. É possível que, num curto espaço de tempo, a campanha ideológica da

⁶⁸ ANDRADE, Theophilo. *Armas, democracia e algemas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1963, p. 11. [grifo nosso].

⁶⁹ Pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE na cidade de São Paulo às vésperas do golpe indicam que o governo Goulart era visto como ótimo/bom por 42% da população, regular por 30% e mau/péssimo por apenas 19%. O apoio às reformas de base era também elevado. Na mesma pesquisa, a opinião favorável à necessidade de realização das reformas ficou em torno de 80%. No entanto, outras enquetes mostraram grande rejeição às alternativas de esquerda mais radicais, sobretudo o comunismo. Às vésperas do golpe, 68% dos paulistanos consideravam que o comunismo era um perigo, apesar de apenas 16% associarem o governo de João Goulart à ameaça vermelha. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-21.

direita, centrada no complexo IPÊS/IBAD, tenha conseguido “colar” o governo Goulart ao “perigo vermelho”, tornando justificável o golpe na visão de parte da população brasileira⁷⁰.

3.4. Apontamentos sobre as edições do IPÊS no pós-golpe

A consumação do golpe em 1964 provocou grandes mudanças nos propósitos gerais do IPÊS e, conseqüentemente, na sua ação editorial. Como resultado da separação administrativa entre as duas sedes fundadoras do instituto, ocorrida logo após os eventos de 1º de abril, o IPÊS da Guanabara passou a centralizar a publicação de livros, tarefa antes compartilhada com os associados paulistas. A partir de então, o vínculo editorial com a USIA foi interrompido, dando lugar a uma nova parceria junto a outra instituição internacional interessada na divulgação de títulos norte-americanos na América Latina: o Franklin Book Program (FBP)⁷¹. O convênio resultou na criação, ainda naquele mesmo ano, do Centro de Bibliotecnia (CB), entidade responsável pela continuidade e ampliação das atividades editoriais realizadas pelo IPÊS.

A partir de então, houve uma mudança significativa no perfil da bibliografia selecionada e distribuída. Se, como vimos, a USIA tinha como foco a disseminação de material anticomunista, o FBP ia na direção oposta, procurando se distanciar do uso explicitamente político da cultura. A recusa em disseminar textos abertamente anticomunistas foi uma premissa de sua atuação no Brasil. Embora operasse na América Latina desde 1961, a instituição decidiu iniciar suas atividades no país somente após a efetivação do golpe de 1964 e a aparente resolução do cenário de instabilidade política. Apesar disso, o FBP não deixou de se configurar também como um instrumento político dos EUA no âmbito da Guerra Fria. Como observa Laura de Oliveira,

⁷⁰ Em pesquisa do IBOPE realizada em São Paulo entre 12 e 22 de maio de 1964, 54% dos entrevistados afirmaram considerar que a deposição do presidente Goulart constituiu uma medida benéfica para o país e 70% disseram acreditar que a situação do Brasil tendia a melhorar. Na mesma pesquisa, 34% dos entrevistados atribuíram a queda de Goulart ao fato de que o presidente “estava levando o Brasil para um regime comunista”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, v. 20, 2014, p. 13.

⁷¹ O FBP foi uma instituição não governamental e sem fins lucrativos criada em 1951 por editores e bibliotecários associados, respectivamente, ao Book Publisher Council e à American Library Association. Com o objetivo central de estimular a indústria editorial nos países subdesenvolvidos, a entidade desenvolveu diversas atividades onde atuou, encabeçadas por um programa de tradução de livros norte-americanos para os idiomas locais. Ao longo de seus 26 anos de existência, o programa publicou mais de três mil títulos, reproduzidos em dezenas de milhões de exemplares. OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 88. Embora tenha sido criado em 1951, o FBP passou a atuar na América Latina apenas em 1961, mesmo ano da criação da Aliança para o Progresso. Em 1964, foram estabelecidos escritórios regionais do programa na Argentina e no Brasil, que já se encontrava então sob o governo do general Castelo Branco.

Os norte-americanos do Franklin emprestaram ao programa uma dimensão fundamentalmente política: o conhecimento científico expresso nos livros afigurava-se como ferramenta emancipatória, responsável por garantir o desenvolvimento da comunidade mundial, capitaneada pelos Estados Unidos, à luz de preceitos liberais⁷².

A inauguração do CB ainda multiplicou os recursos financeiros do IPÊS destinados à publicação de livros. Além das receitas provenientes do FBP (que em três anos, desde a assinatura do convênio, somaram aproximadamente 50 milhões de cruzeiros⁷³), a entidade recebeu contribuições financeiras de diversas editoras, gráficas e indústrias brasileiras do ramo interessadas em suas atividades de promoção do livro, em sua rede de distribuição e na gratuidade das traduções de obras estrangeiras. Dentre as editoras que tornaram-se contribuintes do CB, a partir de 1965, constam algumas que já colaboravam com o setor editorial do IPÊS na fase anterior, como Globo, José Olympio, Agir, Distribuidora Record e Fundo de Cultura. Esse fato mostra que o instituto foi capaz de estabelecer vínculos sólidos e de longa duração junto a diversas companhias, costurando seus interesses políticos às necessidades mais imediatas do mercado livreiro brasileiro.

Nesse sentido, também se observa no pós-golpe uma articulação mais direta junto às entidades de classe dos editores e livreiros. Exemplo disso é que na diretoria do Centro de Bibliotecnia, que possuía autonomia administrativa e financeira em relação ao IPÊS, havia uma cadeira reservada para um membro do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Já na capital paulista, o FBP estabeleceu uma instituição congênere batizada de Centro de Bibliotecnia para o Desenvolvimento (CBD) em parceria com a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e a recém-criada Fundação Roberto Simonsen.

Sendo assim, compreender a relação entre o IPÊS e as agências que atuaram para os propósitos da política externa dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, especialmente a USIA e o Franklin Book Program, se faz fundamental para traçar uma periodização de suas atividades editoriais. Num primeiro momento, que vai de 1961 a 1964, o Grupo de Publicações/Editorial (GPE) atuou em conjunto com o Programa de Fomento ao Livro da USIA, tendo como foco a produção e distribuição de materiais de cunho anticomunista. Após o golpe, o IPÊS entra em uma nova fase: o acordo com o FBP resulta na criação do Centro de Bibliotecnia, entidade responsável por consolidar e expandir suas atividades editoriais. A partir de então, as publicações de caráter eminentemente político promovidas de maneira

⁷² OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 98.

⁷³ *Ibidem*. p. 95.

semiclandestina no período anterior ao golpe cedem espaço à divulgação aberta de livros infantis, educacionais e técnicos responsáveis por “atestar a suposta novidade das práticas de difusão de livros pelo IPÊS”⁷⁴.

Apesar dessa reorientação, é importante apontar para o fato de que o GPE não encerrou suas atividades imediatamente após a criação do CB. Ainda em 1964, o grupo teve seu programa editorial reformulado para se ajustar a uma “segunda fase” de atividades, comprometida com a consolidação do regime ditatorial e com o desenvolvimento de trabalhos voltados para a “educação econômica”. Naquele ano, os associados de São Paulo planejaram e executaram um plano editorial que consistia em “selecionar matérias de divulgação econômica, publicando-as sob a forma de folhetos de bolso práticos e de leitura acessível ao maior número”⁷⁵. Foram assim iniciadas quatro coleções de folhetos (“Economia para Todos”, “Temas da Hora Presente”, “Administração Humana” e “Cadernos Nacionalistas”⁷⁶), cujos textos selecionados consistiam sobretudo em traduções de autores estrangeiros pertencentes ao campo do pensamento liberal clássico, disseminadores da Escola Austríaca na América Latina e membros de organizações neoliberais internacionais, como o Cato Institute, o Mises Institute e a Mont Pelerin Society.

Na medida em que a publicação de livros passou a ocupar um espaço institucional exclusivo através do Centro de Bibliotecnia, organizado como uma divisão autônoma dentro do IPÊS da Guanabara, o GPE se voltou para a produção de outros suportes de impressos mais baratos e de finalidade interna, tais como estatutos, relatórios, folhetos, fascículos, apostilas e materiais didáticos.

⁷⁴ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015, p. 17.

⁷⁵ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. Relatório do IPÊS 1964. *Notícias do IPÊS*, ano II, n. 9, S. Paulo, fev. 1965, p. 7. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁷⁶ Além dos Cadernos Nacionalistas, que já foram descritos no Capítulo 2, as demais coleções eram compostas pelos seguintes folhetos: **Economia para Todos:** *Livre empresa e desenvolvimento econômico* (Ralph Husted); *A Europa e os países novos em desenvolvimento*; *Pleno emprego, intervencionismo e inflação* (F.A. Hayek); *Monopólio e concorrência* (Bradford B. Smith); *Por que os salários compram cada vez menos* (W.P. Krause). **Temas da Hora Presente:** *Política monetária* (Luis Montes da Oca); *A propriedade: fator imprescindível do progresso* (Alberto Benegas Lynch); *Educação popular, fator primordial do desenvolvimento e da paz social* (José Joaquin Salcedo); *O problema da demografia nos países subdesenvolvidos* (Olavo Baptista Filho). **Administração Humana:** *A verdade sobre a revolução industrial* (Ludwig von Mises); *Carta aos homens de empresa* (Jacques Rueff); *Teoria e prática da gerência nas nações em desenvolvimento* (States M. Mead); *As forças econômicas e sociais que influem no clima de administração* (Enrique Sanchez).

Gráfico 6 – Tipos de publicações distribuídas pelo GPE-IPÊS, 1961-1966 (quantidade)



Com atribuições gradativamente diminuídas após o golpe, o grupo teve sua produção quase extinta em 1965, mas continuou a atuar até provavelmente 1966, data em que encontramos os últimos registros de publicações distribuídas⁷⁷. O Centro de Bibliotecnia, por sua vez, seguiu operando até o fechamento definitivo do IPÊS da Guanabara, em 1972. Pela temporalidade e amplitude de sua atuação, um estudo mais aprofundado sobre o CB fugiu do escopo de nossa investigação, que se delimitou a compreender a produção e distribuição de impressos pelo IPÊS do período de sua organização, em 1961, até o golpe de 1964, evento que representa um ponto de inflexão na ação editorial do instituto.

⁷⁷ Entre as últimas publicações que constam nas listas de distribuição do GPE estão apostilas referentes aos cursos de planejamento de projetos, PERT-Custo e PERT-Tempo, e um conjunto de doze fascículos pertencentes à coleção “Perspectivas do empresariado nacional em 1966”, que trazia as transcrições de um programa de debates entre representantes do Governo Federal e da iniciativa privada promovido pelo Grupo de Integração do IPÊS/GB ao longo do ano de 1966. Muitos desses representantes do novo regime convidados pelo IPÊS a debaterem a política econômica e os problemas sociais do país eram ex-dirigentes e antigos colaboradores do próprio instituto. Entre os fascículos publicados estão: *A revolução tributária, os estímulos fiscais e a sua aplicação*, de Octávio Gouvêa de Bulhões; *Comércio exterior e desenvolvimento industrial*, de Paulo Egídio Martins; *Financiamento à indústria de investimentos*, de José Garrido Torres; *Moeda, crédito, títulos e organização bancária*, de Dênio Chagas Nogueira; *Mecanismo do funcionamento do crédito ao comércio, indústria e agricultura*, de Luiz Moraes e Barros; *Política Habitacional*, de Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva; *Imposto de renda como fator de desenvolvimento econômico e equilíbrio social*, de Orlando Travancas; *Programas de Transporte*, de Juárez Távora; *Problemas agro-pecuários*, de Ney Braga; *Problemas de saúde e seu equacionamento*, de Raymundo de Brito; e *Programa econômico-financeiro do governo – metas e resultados*, de Roberto Campos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciada com o objetivo de se contrapor à crescente quantidade de “livros esquerdizantes” em circulação no início dos anos 1960, a ação editorial do IPÊS teve como tática recorrente a apropriação das formas de luta da esquerda, a distorção de seus discursos e a mimetização de seus instrumentos de expressão cultural e de formação política. Nessa “batalha pelas mentes”, o instituto acumulou um vasto arsenal de livros, folhetos e periódicos, que atingiram diversas partes do território nacional e do exterior graças ao investimento e à colaboração de dezenas de empresários do ramo editorial que aderiram ao projeto político do instituto.

Entretanto, essa complexa e coordenada ação editorial teve como premissa não se revelar enquanto tal. Seu caráter semiclandestino fez com que as publicações aparecessem publicamente enquanto iniciativas particulares e pontuais, dificultando a tarefa de reconstituir a unidade e o sentido desse conjunto. Assim, a tentativa de identificar o *modus operandi* e os impactos da campanha editorial do IPÊS implica necessariamente em trabalhar diante de um imbricado jogo de lacunas documentais e informações. Com auxílio inestimável das pesquisas que percorreram esse caminho anteriormente, acreditamos ter cumprido a tarefa de traçar as principais determinações deste circuito, caracterizando seus discursos e práticas editoriais, e estabelecendo sua relação com o mercado editorial brasileiro da época. Nesse sentido, aproveitamos esse espaço para elaborar nossas breves reflexões finais e destacar alguns resultados que consideramos relevantes.

O primeiro deles diz respeito à dimensão do circuito editorial analisado. De acordo com o levantamento resultante da presente pesquisa, o IPÊS foi responsável por editar e/ou distribuir pelo menos 91 publicações no pré-golpe, estabelecendo parcerias junto a pelo menos 22 editoras brasileiras dos mais diferentes perfis. O cruzamento dessas informações com os dados disponíveis sobre o mercado editorial da época mostrou que, às vésperas do golpe, 30% do estoque de livros no Brasil pertencia a editoras envolvidas com o IPÊS, e que aproximadamente um quarto das mais reconhecidas casas editoriais em funcionamento na primeira metade dos anos 1960 colaborou de alguma forma com o instituto.

Graças à sólida rede de apoio financeiro e operacional colocada à disposição por esses empresários alinhados aos propósitos políticos do instituto, algumas publicações não apenas alcançaram tiragens excepcionais para a época - ultrapassando inclusive a marca de um milhão de exemplares – como também puderam ser amplamente disseminadas a partir da

eficiente cadeia de distribuição estabelecida em todo o território nacional e também no exterior.

Outro elemento fundamental para o sucesso dessa empreitada foi o convênio firmado pelo instituto brasileiro junto ao Programa do Livro da USIA. O cotejamento das informações reveladas por Laura de Oliveira (2015) com a documentação do IPÊS mostrou que, nos dois anos precedentes ao golpe, pelo menos 20 títulos listados e subsidiados pela USIA foram distribuídos por intermédio da rede articulada pelo Grupo de Publicações/Editorial do IPÊS, sendo todos eles de caráter anticomunista. Esse número representa 42% do total de livros disseminados pelo instituto no período, o que evidencia a importância dos investimentos estadunidenses na conformação daquele projeto editorial.

Por fim, a análise das fontes bibliográficas mostrou que os impressos colocados em circulação no período em questão atenderam tanto aos propósitos da propaganda ideológica quanto da organização política da classe empresarial, o que reforça que o instituto foi não apenas um grupo de extrema direita disseminador de propaganda anticomunista, mas também um núcleo golpista com agenda política própria, pautada pelos interesses econômicos do capital internacional e comprometida com o projeto de modernização conservadora.

Por si só, esses resultados revelam um alcance expressivo o suficiente para confirmar que a atividade editorial do IPÊS teve algum impacto na sociedade brasileira da época, ainda que a conjuntura de 1964 tenha representado um momento privilegiado da produção cultural e intelectual da esquerda. Por outro lado, também reafirmam a responsabilidade do empresariado brasileiro com o golpe, evidenciando particularmente o engajamento do setor editorial na campanha ideológica da direita. Em última instância, a materialidade dessa produção oferece subsídios para se analisar o alcance da circulação das ideias da direita na sociedade brasileira da época e em que medida esse esforço de propaganda teve impacto no contexto de crise de hegemonia que culminou no golpe 1964, consensuando determinados grupos sociais em favor da ruptura da institucionalidade democrática.

Não obstante as dinâmicas do GPE tenham sofrido um revés a partir do 1º de abril, as atividades editoriais do instituto não se encerraram naquele momento. Embora a nossa intenção inicial fosse incluir no levantamento as publicações lançadas entre 1961 a 1966, ficou claro ao longo do percurso que tratar da fase posterior ao golpe envolveria compreender, na prática, a estrutura de um novo circuito, determinado por outros agentes, interesses e objetivos. Assim, optamos por recuar nossa periodização para o marco de 1964. De qualquer maneira, as atividades do Centro de Bibliotecnia certamente merecem ser melhor exploradas em investigações futuras, uma vez que as fontes apontam para uma

participação ativa da entidade na construção das políticas para o livro implementadas durante o regime militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Bibliografia

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (Org.). *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro: desde 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

ASSIS, Denise. Morreu o escritor José Rubem Fonseca. Junto vai o ativista político. *Brasil 247*, 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/morreu-o-escritor-jose-rubem-fonseca-junto-vai-o-ativista-politico>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

_____. *Propaganda e cinema a serviço do golpe, 1962-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/Faperj, 2001.

AYRES, Vivian N. Marx e o comunismo nos periódicos paulistas do século XIX. *Mouro – Revista Marxista*. Núcleo de Estudos d'O Capital, Ano 10, n. 13, jan. 2019.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BLACK, J. K. *United States Penetration of Brazil*. Manchester: Manchester University Press, 1977.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 2001.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Rio de Janeiro, 2018. 601 f. Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BOUJU, Marie-Cécile. O Livro na Política: As Editoras do Partido Comunista Francês (1920-1958). In: DEAECTO, Marisa Midori & MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. Volume II – Texto 8 – Civis que colaboraram com a ditadura. Brasília: CNV, 2014.

CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os outros: o poder das ideias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

CANTARINO, Geraldo. *Segredos da propaganda anticomunista*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

CARDENUTO FILHO, R. *Discursos de intervenção: o cinema de propaganda ideológica para o CPC e o Ipês às vésperas do Golpe de 1964*. São Paulo, 2008. 384 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

CARONE, Edgard. *Leituras marxistas e outros estudos*. Org. Marisa Midori Deaecto; Lincoln Secco. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. *Da Esquerda à Direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

CARVALHO, C. H. *A Revolução dos Bichos de George Orwell: tradução e manipulação durante a ditadura militar no Brasil*. Juiz de Fora, 2002. 112 f. Monografia (Bacharelado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB, 2. ed. 1998.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo; Belo Horizonte: Ateliê Editorial; UFMG, 2013.

DEL ROIO, Marcos. Classe e partido em Gramsci. *Revista Encontros com a Filosofia*, ano 8, n. 11, fev.-jun. 2020.

DJUROVIC, Camila Alvarez. Relatório de Iniciação Científica do Projeto “A Revista *Movimento Comunista* e a Formação do Partido Comunista Brasileiro”. 2013. Mimeografado.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Edusp, 2017.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan.-abr. 2017.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Niterói, 2009. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.
- GENTILE, Fabio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. *Revista Política Hoje*, v. 27, p. 27-46, mai. 2018.
- GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. Niterói, 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Riunitti, 1977.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUERELLUS, Natália de Santanna. Rachel de Queiroz política: uma escrita entre esquerdas e direitas no Brasil (1910-1964). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia/MG, v. 29, n. 1, jan.-jun. 2016.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LOVATTO, Angélica. *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*. São Paulo, 2010. 386 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- _____. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 23, p. 93-103, 2º sem. 2009.
- MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008.
- MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio conta; depoimento ao CPDOC-FGV*. Org. Verena Alberti; Ignez Cordeiro de Farias; Dora Rocha. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846)*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Niterói, 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTELEONE, Joana et. al. *À espera da verdade: empresários, juristas e elite transnacional. Histórias de civis que fizeram a Ditadura Militar*. São Paulo: Alameda, 2016.

MORAES, Thiago Aguiar de. *Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e suas carreiras públicas e federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós 1964*. Porto Alegre, 2016. 162 f. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, PUC-RS.

_____. *“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”*: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Porto Alegre, 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-21, 2014.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 372 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015.

PEREIRA, Aline Andrade. Os não-lugares de Rubem Fonseca: um caso único de onipresença invisível na literatura brasileira. *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, n. 21, p. 25-35, ago.-dez. 2009.

PETROCCHI, R. A Coexistência Pacífica: Estudos para a história de um conceito internacionalista. *R. Esc. Guerra Nav.* Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 604-636, set.-dez. 2018.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das “Coleções Brasileiras”, nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 2º sem. 1988.

RAMÍREZ, Hernán R. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Porto Alegre, 2005. 709 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Intelectuais, livros e política: Schmidt Editor e José Olympio Editora na divulgação do Integralismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul.-dez. 2015.

REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018.

RIDENTI, Marcelo. The Journal *Cadernos Brasileiros* and the Congress for Cultural Freedom, 1959-1970. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 351-373, 2018.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928-1946*. Assis, 2006. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra. 3ª ed., 2009.

SECCO, Lincoln F. O anticomunismo preventivo. *Boletim do Gmarx – Maria Antônia*. Ano 1, n. 55, 2020.

_____. *A batalha dos livros: formação da esquerda no Brasil*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

SILVA, Leandro Nóbrega da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Rio de Janeiro, 2019. 288 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. O mercado editorial e a nova direita brasileira. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, dez. 2018.

SILVA, Marcos. Brasil, 1964/2014: Isso não é aniversário nem bodas de ouro! *Mouro – Revista Marxista*. Núcleo de Estudos d'O Capital, Ano 6, n. 9, jan. 2015.

_____. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). *Antíteses*, v. 2, n. 3, jan.-jun. 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG; FAPESP, 2007.

SODRÉ, N. Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUNDERS, Francis S. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

TECCHIO, I., LIMA, R. Heitor Aquino Ferreira. *Dicionário de Tradutores Literários no Brasil*. NUPLITT – Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2012. Disponível em: <<https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/HeitorAquinoFerreira.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

TOLEDO, C. Navarro de. A luta ideológica na conjuntura de golpe de 1964. In: MORAES, João Quartim; SILVA, Lígia Osorio (Org.). *Dossiê René Dreifuss: 1964 e outros combates. Idéias*, Campinas, 12(2)/13(1): 41-52, 2005-2006.

_____. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 19, p. 27-48, 2004.

_____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

UNESCO. Recommandation concernant la normalisation internationale des statistiques de l'édition de livres et de périodiques. In: *Actes de la Conférence générale, treizième session, Paris, 1964: Résolutions*. Paris: UNESCO, 1965. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114581_fre.page=153>. Acesso em: 14 maio 2020.

VIEIRA, Fernando de Oliveira. *Projeto de Poder e Anticomunismo nos Boletins Mensais do Ipês entre 1963 e 1966*. Guarulhos-SP, 2016. 299 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo.

VILLA, Marco Antonio. Golpe à brasileira. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 2014.

WANDERLEY, S.; BAUER, A. P. M. Como se faz uma revolução sem sangue: Aliança para o Progresso, empresariado e ditadura. *VI Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, Recife, 2019.

Fontes bibliográficas

ANDRADE, Theophilo. *Armas, democracia e algemas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1963.

AUBRY, Michel. *Cuba, nação independente ou satélite?*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

BALASHOV et.al. *A rebelião da juventude na URSS*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

BARNETT, A. Doak. *A China comunista em perspectiva*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

BENSON, George. *A agricultura sob o comunismo: lavoura coletiva e cooperativa em dezesseis países comunistas*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

BRANDT, Willy. *A prova da coexistência*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de ação econômica do governo (1964-1966)*. Rio de Janeiro: Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), 1964.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Ideologia e poder na política soviética*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

CADERNOS BRASILEIROS. Prefácio. In: KRUSCHEV, N. *Kruschev e a Cultura*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1963.

CARNEIRO, Glauco M. *A inflação, suas causas e consequências*. [S.l.]: IPÊS, 1963.

CARVALHO, Afrânio de. *Reforma agrária*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1963.

- COTRIM, John R. *Um engenheiro brasileiro na Rússia*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1962.
- COSTA, Antônio G. da. *A crise da previdência social*. Rio de Janeiro: IPÊS, 1963.
- DECTER, Moshe. *Cartilha de comunismo, teoria e prática*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- DEMOCRACIA e Comunismo*. [S.l.]: Estado Maior do Exército, 1961.
- DÍAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- DOREA, Gumercindo Rocha. [Sem título]. In: BALASHOV et.al. *A Rebelião da Juventude na URSS*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha.
- _____. [Sem título]. In: BENSON, George. *A agricultura sob o comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha.
- _____. [Sem título]. In: KOLARZ, W. [Et.al]. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha.
- _____. [Sem título]. In: TANNEBAUM, Frank. *O sindicato no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963. Orelha.
- DREIER, John C. (Org.). *Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- DRAPER, Theodore. *A revolução de Fidel Castro, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1962.
- FEDENKO et.al. *Teorias do colonialismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FREITAS, Ayrton Salgueiro de. Como vencer o comunismo. In: [Vários autores]. *Democracia e comunismo*. [S.l.]: Estado-Maior do Exército, 1961.
- FREYRE, Gilberto. Introdução. In: STRACHEY, John. *O Grande Despertar*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1962.
- FRÓES, Carlos Henrique; LACERDA, Gabriel. *O presidencialismo que nos convém*. Rio de Janeiro: IPÊS, 1963.
- FUNDO DE CULTURA. [Sem título]. In: DREIER, John C. (Org.). *Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. Orelha.
- GAMA, André. *Nossos males e seus remédios*. Petrópolis: Vozes, 1963.
- GORDON, Dorothy. *Você e a democracia*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.
- HALL, Clarence W. *The country that saved it self*. The Reader's Digest, 1964.
- HYDE, Douglas. *A realidade era outra*. Petrópolis: Vozes, 1962.
- INFILTRAÇÃO comunista no Brasil. *Cadernos Nacionalistas*, n. 1, IPÊS, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA. Introdução. In: KOZAK, Jan. *O assalto ao parlamento*. [S.l.]: IBAD, 1962.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *A reforma agrária: problemas, bases, solução*. [S.l.]: IPÊS, 1964.

_____. Introdução. In: MELLO, José Luiz Mello. *Notas em função do “referendum”*: parlamentarismo e presidencialismo. [S.l.]: IPÊS, 1963.

_____. *Reformas de Base: posição do IPÊS*. [S.l.]: IPÊS, 1963.

_____. *Se você fosse um trabalhador soviético... a principal tarefa de seu sindicato seria fazer você trabalhar ainda mais*. [S.l.]: IPÊS, 1964.

INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS. Introdução. In: BALASHOV et.al. *A Rebelião da Juventude na URSS*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

IPANEMA. [Sem título]. In: KRUSCHEV, Nikita S. *O Discurso Secreto de Khrushchev*. Rio de Janeiro: Ipanema, s/d. Nota de rodapé.

ITATIAIA. [Sem título]. In: YUTANG, Lin. *O nome secreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961. Orelha.

IVANOVIC, Drago. *A Iugoslávia de Tito*. São Paulo: Saraiva, 1963.

KOLARZ, Walter et. al. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

KOWALEWSKI, Konrad Aleksander. *Democratização do capital*. [S.l.]: IPÊS, 1963.

KOZAK, Jan. *O assalto ao parlamento*. Rio de Janeiro: IBAD, 1962.

KRUSCHEV, Nikita S. *Kruschev e a cultura*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1963.

_____. *O discurso secreto de Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*. Rio de Janeiro: Ipanema, s/d.

LABIN, Suzanne. *A guerra política: arma do comunismo internacional*. Rio de Janeiro: IPÊS, s/d.

_____. *A Rússia de Stalin*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

LEE, Robert E. A. *A sétima questão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

LEONARDOS, Thomas. *Às vésperas da quinta república: sugestões para o presidencialismo brasileiro*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1962.

MATER et Magistra. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MELLO, José Luiz Mello. *Notas em função do “referendum”*: parlamentarismo e presidencialismo. [S.l.]: IPÊS, 1963.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Porto Alegre: Globo, 1964.

_____. 1984. São Paulo: Cia. Editora Nacional, s/d.

OVERSTREET, Harry; OVERSTREET, Bonaro. *O que devemos saber sobre o comunismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

PAIVA, Glycon de. *Continuismo e comunismo*. [S.l.]: IPÊS, 1964.

PERALVA, Osvaldo. *O retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil*. [S.l.]: Editora Globo, 1962.

RAVINES, Eudócio. *Estratégia e táticas comunistas para a América Latina*. Cadernos Nacionalistas, n. 6, IPÊS, 1965.

RECORD. [Sem título]. In: GORDON, D. *Você e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1963. Quarta capa.

RIBEIRO, C. J. de Assis et. al. *Democratização do capital*. Rio de Janeiro: Fundação Lowndes, 1964.

RIBEIRO, C. J. de Assis. *Reforma constitucional*. Rio de Janeiro: IPÊS, 1963.

ROEPKE, Wilhelm. *Como lidar com os comunistas*. Cadernos Nacionalistas, n. 3, IPÊS, 1964.

SETZER, José. *O árduo caminho da reforma agrária*. Cadernos Nacionalistas, n. 4, IPÊS, 1964.

SCHVARZBERG, Oscar. *Os verdadeiros reacionários*. Cadernos Nacionalistas, n. 2, IPÊS, 1964.

SCHWARZ, Fred. *Você pode confiar nos comunistas (...eles são comunistas mesmo)*. São Paulo: Dominus, 1963.

SEGANFREDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

SILVA, A. C. Pacheco e. *Reforma universitária*. Cadernos Nacionalistas, n. 5, IPÊS, 1965.

SIMONSEN, Mário Henrique. *A experiência inflacionária no Brasil*. Rio de Janeiro: IPÊS, 1964.

_____. *Reforma tributária: considerações sobre*. Rio de Janeiro: IPÊS, 1963.

STRACHEY, John. *O grande despertar*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1962.

TANNEBAUM, Frank. *O sindicato no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

TERTZ, Abram. *Começa o julgamento*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

VOCÊ e a democracia. São Paulo: Editora Abril, 1962.

YUTANG, Lin. *O nome secreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

Fontes documentais

ANTES tarde do que nunca. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 04 fev. 1962.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Relatório da CPI do IBAD e do IPÊS*. v. 1. Brasília, 1963. Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Disponível em: <<http://www.acervocepe.com.br/acervo/arquivos-da-comissao-estadual-da-memoria-e-da-verdade-dom-helder-camara>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

COMMONWEALTH RELAÇÕES PÚBLICAS. *Relatórios sobre as atividades do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)*. Arquivo Paulo Ayres Filho, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

FERREIRA, H. *Carta a Sônia Seganfredo*. 25 out. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

FILHO, P. A.; GORDON, L. *Correspondências da Embaixada e do Consulado Americanos para Paulo Ayres Filho*. Arquivo Paulo Ayres Filho, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. *Ata da reunião do Comitê Executivo*, 19 nov. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Atividades do IPÊS*, 6 jun. 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Boletim Mensal*, nº 11, ano II, jun. 1963. Biblioteca Mario Henrique Simonsen, FGV-RJ.

_____. *Boletim Mensal*, n. 18, ano III, jan. 1964. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Boletim Mensal*, n. 22, ano III, maio 1964. Biblioteca Mario Henrique Simonsen, FGV-RJ.

_____. *Boletim Mensal*, n. 26/27, ano III, set.-out. 1964. Acervo Biblioteca Mario Henrique Simonsen, FGV-RJ.

_____. *Estatutos Sociais*. Rio de Janeiro, 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *O que é o IPÊS*, s/d. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Organograma da infiltração comunista*. Rio de Janeiro, s/d. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Questionário submetido ao Conselho Nacional de Serviço Social*, Rio de Janeiro, 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Relação de livros em estoque*. Rio de Janeiro, 13 set. 1964. Fundo IPES - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Relação “E” – pessoas que recebem publicações do IPÊS*. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Relatório apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito*, 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Relatório de atividades*, 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Relatório de atividades do IPÊS/GB*. Rio de Janeiro, 1964. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Relatório de atividades*, IPÊS/GB, s/d. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Relatório do IPÊS 1964. Notícias do IPÊS*, ano II, n. 9, São Paulo, fev. 1965. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Reunião do Comitê Executivo*, 31 ago. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Reunião do Comitê Executivo*, Rio de Janeiro, 23 set. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Reunião do Comitê Executivo*, 1963. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

_____. *Reunião do Comitê Executivo do IPÊS/SP*. São Paulo, 11 dez. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

SEGANFREDO, Sonia. *Carta ao IPÊS*. Rio de Janeiro, 20 nov. 1966. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

TORRES, José Garrido. *Carta ao Comitê Diretor do IPÊS*, 29 mai. 1962. Fundo IPES – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fontes consultadas para pesquisa biográfica dos autores

AFRÂNIO de Carvalho. Guia dos Arquivos do CPDOC, *Fundação Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AC>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ANHAIA Mello, 5 vezes presidente do TCE, morre em SP aos 72 anos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 jul. 1999, Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff24079919.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ARTHUR Doak Barnett. *The Economist*, London, 25 mar. 1999, Obituary. Disponível em: <<https://www.economist.com/obituary/1999/03/25/arthur-doak-barnett>>. Acesso em 30 ago. 2018.

ASSIS, Denise. A Morreu o escritor José Rubem Fonseca. Junto vai o ativista político. *Brasil 247*, 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/morreu-o-escritor-jose-rubem-fonseca-junto-vai-o-ativista-politico>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo. Autor Osvaldo Peralva demole utopia bolchevista em 'O Retrato'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 maio 2015, Ilustrada. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/05/1635450-autor-osvaldo-peralva-demole-utopia-bolchevista-em-o-retrato.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BULHÕES, Otávio Gouveia de. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/otavio_gouveia_de_bulhoes> Acesso em: 30 ago. 2018.

FOX, Margalit. Robert E. A. Lee, Who Made 'A Time for Burning,' Dies at 87. *The New York Times*, New York, 07 mar. 2009. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/03/08/us/08lee.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

JAN Kozak, Czech Writer Who Lectured in U.S., Dies. *The New York Times*, New York, 12 jan. 1974, Archives. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1974/01/12/archives/jan-kozak-czech-writer-who-lectured-in-us-dies.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

JOHN, Cotrim: testemunho de um empreendedor. In: Ligia Maria Martins Cabral (Coord.). *Centro da Memória da Eletricidade no Brasil*. Rio de Janeiro, 2000.

JOSÉ Yosef Setzer. In: *Geni*. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Jos%C3%A9-Setzer/6000000040659298297>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

KELLER, Vilma; GUIDO, Maria Cristina. SIMONSEN, Mário Henrique. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simonsen-mario-henrique>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

LIN Yutang, 80, Dies; Scholar, Philosopher. *The New York Times*, New York, 1976, Archives. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1976/03/27/archives/lin-yutang-80-dies-scholar-philosopher-lin-yutang.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MARTIN, Douglas. Moshe Decter, 85, Advocate for Soviet Jews, Dies. *The New York Times*, New York, 05 jul. 2007. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/07/05/nyregion/05decter.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PADILHA ataca UNE ao depor na CPI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=82714&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 29 set. 2018.

PAIVA, Glycon de. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/glycon-de-paiva-teixeira>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PRIMERA, Maye. La librería del exilio cubano cierra sus puertas. *El País*, Miami, 26 abr. 2013, Cultura. Disponível em:

<https://elpais.com/cultura/2013/04/26/actualidad/1366937030_783616.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PULS, Maurício. Livro ‘O Retrato’ narra desilusão com o comunismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 maio 2015, Ilustrada. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/05/1635451-livro-o-retrato-narra-desilusao-com-o-comunismo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

RIBEIRO, Carlos José de Assis. *O crédito público no Brasil: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12431>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ROJAS, Rafael. Un editor en el exilio: Juan Manuel Salvat. *Encuentro* – Perfíles.

SAXON, Wolfgang. States M. Mead, 75, A Retired Admiral And Bank Official. *The New York Times*, New York, 1991, Archives. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1991/03/03/obituaries/states-m-mead-75-a-retired-admiral-and-bank-official.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

STANSKY, Peter. John Strachey. *The New York Times*, New York, 1973, Archives. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1973/09/30/archives/john-strachey-by-hugh-thomas-illustrated-319-pp-new-york-harper-row.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

STEVENSON, Richard W. C. Northcote Parkinson, 83, Dies; Writer With a Wry View of Labor. *The New York Times*, New York, 1993, Archives. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1993/03/12/obituaries/c-northcote-parkinson-83-dies-writer-with-a-wry-view-of-labor.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

TANNENBAUM, Frank. *Encyclopedia of the Harlem Renaissance*. Two-Volume, set. 2004. Disponível em: <<http://cw.routledge.com/ref/harlem/tannenbaum.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

THOMAS Othon Leonardos. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Othon_Leonardos>. Acesso em: 30 ago. 2018.

THOMPSON, N. *John Strachey: an intellectual biography*. Palgrave Macmillan, 1993.

TYLER, Patrick E. A. Doak Barnett Dies; China Scholar, 77. *The New York Times*, New York, 1999, Archives. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1999/03/19/world/a-doak-barnett-dies-china-scholar-77.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

UNE é acusada de subversiva. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 set. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=59968&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 29 set. 2018.

VRONSKAYA, Jeanne. Obituary: Andrei Sinyavsky. *The Independent*, London, 27 fev. 1997. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/people/obituary-andrei-sinyavsky-1280852.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

WHITMAN, Alden. Dorothy Gordon, 81, Moderator Of Times Youth Forums, Is Dead. *The New York Times*, New York, 12 mai. 1970, Archives. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/1970/05/12/archives/dorothy-gordon-81-moderator-of-times-youth-forums-is-dead-started.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Bibliotecas e arquivos consultados

Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara – Documentos da CPI do IBAD e do IPÊS (*online*)

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Fundo IPÊS

Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca Florestan Fernandes da FFLCH-USP

Biblioteca da Faculdade de Educação da USP

Biblioteca da Faculdade de Direito da USP

Biblioteca do Instituto Oceanográfico da USP

Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da USP

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração da USP

Biblioteca Mario Henrique Simonsen da FGV-RJ

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV

Sistema de Bibliotecas da Unicamp (*online*)

APÊNDICE - Catálogo das publicações editadas e/ou distribuídas pelo IPÊS (1961-1964)

O levantamento apresentado a seguir está organizado a partir dos livros e folhetos produzidos e distribuídos pelo Grupo de Publicações/Editorial do IPÊS entre os anos de 1961 e 1964. Foram variadas as fontes consultadas para a composição deste catálogo, mas escolhemos como ponto de partida as listas produzidas pela entidade para o controle interno sobre a distribuição de impressos (Anexo 1). Parte das lacunas identificadas nessas fontes iniciais foram preenchidas com o exame de outros tipos de documentos produzidos pelo IPÊS (atas de reuniões, relatórios, correspondências, recibos etc.), bem como pela consulta às próprias fontes bibliográficas localizadas em bibliotecas, arquivos, livrarias e sebos.

A partir desse variado conjunto documental realizamos um levantamento de informações específicas sobre cada publicação, tais como título, autor, editora, local de publicação, gráficas, ilustradores, preço e, no caso dos livros de autores estrangeiros, tradutores, título, editora, local e ano de publicação dos originais. A leitura dos textos e/ou paratextos editoriais (títulos, subtítulos, prefácios, apresentações, orelhas etc.) embasou a análise dos conteúdos e a classificação temática das publicações. Já a pesquisa biográfica dos autores publicados pelo IPÊS foi subsidiada, principalmente, pelos verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, desenvolvido pelo CPDOC-FGV. No caso dos autores estrangeiros foram consultados obituários de periódicos como *The New York Times* e *The Economist*.

Para elaborar o presente levantamento contamos ainda com a contribuição de pesquisas anteriores que se debruçaram sobre esse conjunto bibliográfico, sobretudo as de René Dreifuss¹, Martina Gonçalves² e Laura de Oliveira³. Vale ressaltar que, conforme as características da documentação apontadas ao longo da pesquisa, as informações que reunimos sobre o número total de publicações distribuídas no período ou sobre a quantidade de exemplares em estoque apenas revelam o retrato de um momento, não podendo ser consideradas como dados definitivos. A apresentação do catálogo está dividida entre livros e folhetos, agrupados de acordo com as respectivas editoras.

¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

² GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPÊS (1961-1964)*. Niterói, 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

³ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória das Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá: Eduem, 2015.

LIVROS

Título: A China comunista em perspectiva

Autor: A. Doak Barnett

Editora: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Tradução: Waldemir Nogueira Araújo

Título do original: Communist China in perspective

Editora do original: Frederick A. Praeger, Inc.

Local de publicação do original: Nova York, EUA

Ano de publicação do original: 1962

Sobre o autor: Arthur Doak Barnett (Shanghai, 1921 – Washington, 1999). Professor especialista em China nas universidades de Columbia e Johns Hopkins; conselheiro dos governos Lyndon Johnson e Nixon para o estabelecimento de relações diplomáticas entre EUA e China.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 500

Assuntos: Comunismo; China

Imagem 8 - Capa de *A China comunista em perspectiva*



Fonte: reprodução da autora

Título: Começa o julgamento

Autor: Abram Tertz

Editora: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Ficção

Tradução: -

Título do original: The trial begins (A secret novel from young Russia)

Editora: Havill Press / Pantheon Books, Inc.

Local de publicação do original: Londres, Inglaterra / Nova York, EUA

Ano de publicação do original: 1960

Sobre o autor: Pseudônimo de Andrei Donatovich Sinyavsky (Moscou, 1925 – Paris, 1997). Célebre escritor dissidente da URSS. Julgado pela publicação de obras consideradas antirrevolucionárias, cumpriu sete anos de pena em campos de trabalho forçado. Em 1971, foi autorizado a se exilar na França, onde tornou-se professor da Universidade Sorbonne.

Assuntos: Comunismo; URSS

Observação: A obra também foi editada pela Bloch em 1966

Imagem 9 - Capa de *Começa o julgamento*



Fonte: Estante Virtual [online]

Título: A agricultura sob o comunismo: lavoura coletiva e cooperativa em dezesseis países comunistas

Autor: George Benson

Editora: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: Gráfica da Revista dos Tribunais S.A. (São Paulo, SP)

Gênero: Não ficção

Tradução: Heloisa de Carvalho Tavares

Capa: Sergio Fragoso

Título do original: Agriculture under communism

Local de publicação do original: EUA

Ano de publicação do original: 1961

Sobre o autor: George Stuart Benson (EUA, 1898 – 1991). Missionário cristão na China entre 1925 e 1936. Presidente do Harding College (Arkansas, EUA) onde implantou, na década de 1940, o National Education Program (NEP) para difundir preceitos liberais e anticomunistas.

Assuntos: Comunismo; URSS; China; Reforma agrária

Imagem 10 - Capa de *A agricultura sob o comunismo*



Fonte: reprodução da autora

Título: A sétima questão

Autor: Robert E. A. Lee

Editora: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Ficção

Tradução: Donaldson Garschagen

Título do original: Question 7

Editora do original: W.M.B. Eerdmans Publishing Company

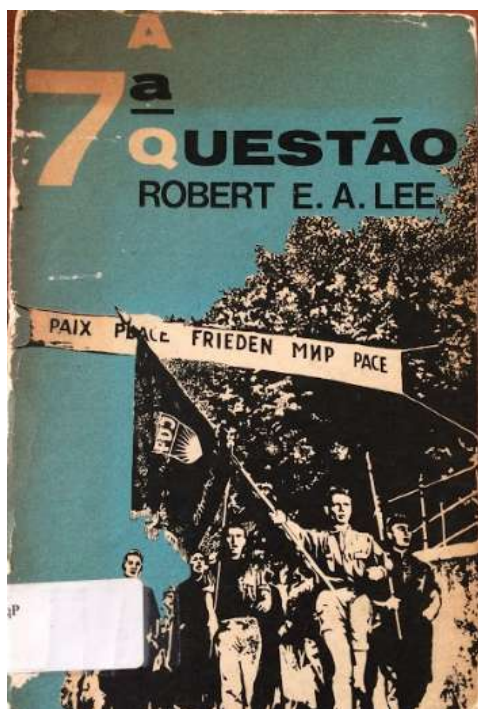
Local de publicação do original: Michigan, EUA

Ano de publicação do original: 1962

Sobre o autor: Robert Edward Alexander Lee (EUA, 1921 – 2009). Secretário executivo da Lutheran Film Associates entre 1954 e 1988. Foi responsável pela produção de filmes sobre temas religiosos, raciais e políticos, dentre eles *Question 7* (1961), drama sobre a vida de um jovem cristão na Alemanha Oriental.

Assuntos: Comunismo; Alemanha; Religião; Cristianismo

Imagem 11 - Capa de *A sétima questão*



Fonte: reprodução da autora

Título: A rebelião da juventude na URSS

Autores: Balashov; Kashin; Gaev; Petrov; Yuriev; Pavlov; Andreev; Galay; Aleksandrov; Verbin; Kruzhin; Urban; Pismenny; Marin.

Editora: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Tradução: Waldemir Nogueira Araújo

Capa: Evgeny Evtushenko

Título do original em inglês: Youth in ferment

Editora do original: Institute for the Study of the USSR

Local de publicação do original: Munique, Alemanha

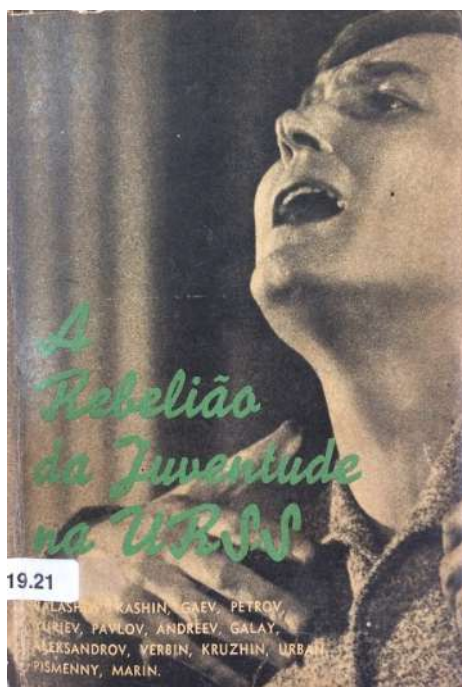
Ano de publicação do original: 1962

Sobre os autores: Autores pertencentes à geração de artistas e intelectuais da URSS pós-Stálin.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 1.000

Assuntos: Comunismo; URSS

Imagem 12 - Capa de *A rebelião da juventude na URSS*



Fonte: reprodução da autora

Título: Cuba, nação independente ou satélite?

Autor: Michel Aubry

Editora: GRD

Coleção: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Tradução: Cuba: birth of a satellite; Cuba: base for subversion

Título do original: -

Editora do original: Information Research Department (IRD) - Ministério das Relações Exteriores britânico

Local de publicação do original: -

Ano de publicação do original: -

Sobre o autor: Provável pseudônimo

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 5.000

Assuntos: Comunismo; URSS; Cuba

Imagem 13 - Capa de *Cuba, nação independente ou satélite?*



Fonte: Estante Virtual [online]

Título: Cartilha de comunismo, teoria e prática

Autor: Moshe Decter

Editora: GRD

Coleção: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1964

Gênero: Não ficção

Tradução: Donaldson M. Garschagen

Título do original: The profile of communism - A fact-by-fact primer

Editora do original: Collier Book Edition

Local de publicação do original: Nova York, EUA

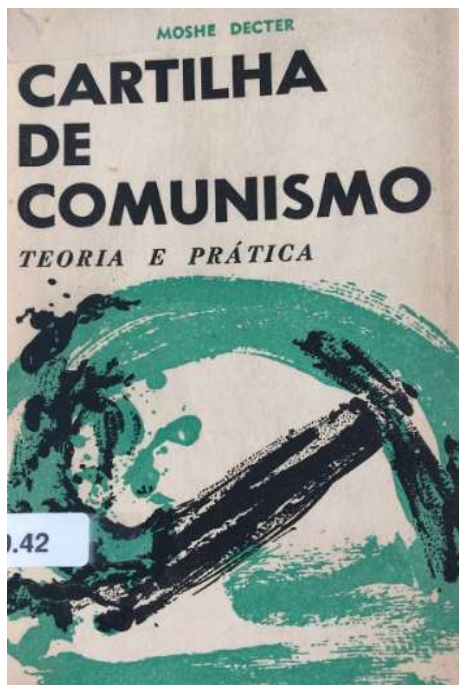
Ano de publicação do original: 1961

Sobre o autor: [EUA, 1921 – 2007] Escritor, membro da Liga Antidifamação de B'nai B'rith e ativista contra a situação dos judeus na União Soviética. Escreveu e editou diversas publicações voltadas a temas judaicos, pró-israelenses e anticomunistas.

Exemplares em estoque do IPÊS: 716

Assuntos: Comunismo; URSS; China

Imagem 14 - Capa de *Cartilha de comunismo, teoria e prática*



Fonte: reprodução da autora

Título: UNE: instrumento de subversão

Autora: Sônia Seganfredo

Editora: GRD

Coleção: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

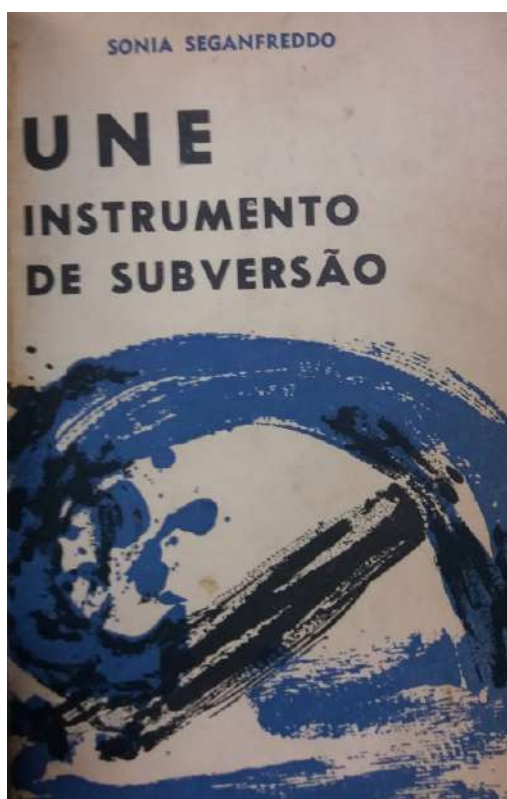
Gênero: Não ficção

Sobre a autora: Sônia Maria Saraiva Seganfredo [Brasil, ?-?]. Bacharel e licenciada em Filosofia pela Universidade do Brasil em 1962. Participou do movimento estudantil e colaborou com jornais universitários, escrevendo artigos anticomunistas. Em 1964, assumiu o cargo de assessora do gabinete do ministro da Educação e Cultura junto à representação no estado da Guanabara. Teve passagens breves pelo Ministério do Planejamento e pela SUNAB.

Exemplares em estoque do IPÊS: 780

Assuntos: Comunismo; Brasil; Movimento estudantil

Imagem 15 - Capa de *UNE: instrumento de subversão*



Fonte: reprodução da autora

Título: A revolução de Fidel Castro: mitos e realidades

Autor: Theodore Draper

Editora: GRD

Coleção: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1962

Impressão: Folha Carioca Editora S/A (Rio de Janeiro, RJ)

Gênero: Não ficção

Tradução: Romeu Crusoé

Título do original: Castro's revolution - Myths and realities

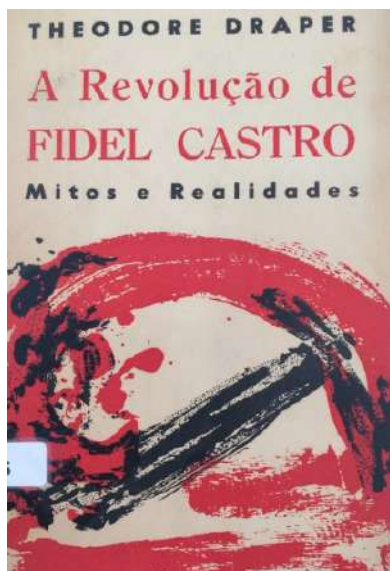
Local de publicação do original: EUA

Ano de publicação do original: 1962

Sobre o autor: [EUA, 1912 – 2006] Jornalista e escritor. Militante comunista na juventude, se tornou um ativo defensor das ideias liberais durante a Guerra Fria. Foi colaborador de periódicos ligados a agências de inteligência, dentre elas a CIA. Financiado pela Fundação Ford, empenhou-se em pesquisar e publicar livros sobre a história do Partido Comunista Americano. Também publicou trabalhos críticos à Revolução Cubana e sobre o caso Irã-Contras.

Assuntos: Comunismo; Cuba

Imagem 16 - Capa de *A revolução de Fidel Castro*



Fonte: reprodução da autora

Título: Anatomia do comunismo

Autores: Walter Kolarz; Margaret Dewar; Alfred Zauberman; Douglas Hyde; Hugh Lunghi; Hugh Seton-Watson; David Floyd; William Pickles.

Editora: GRD

Coleção: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: Folha Carioca Editora S/A (Rio de Janeiro, RJ)

Gênero: Não ficção

Tradução: Rocha Torres

Título do original: The anatomy of communism

Editora do original: Index Limmited

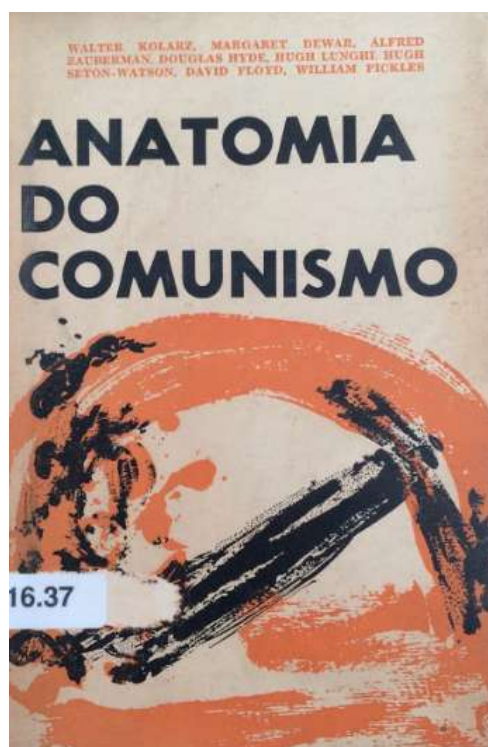
Local de publicação do original: Londres, Inglaterra

Sobre os autores: -

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 5.000

Assuntos: Comunismo

Imagem 17 - Capa de *Anatomia do comunismo*



Fonte: reprodução da autora

Título: A prova da coexistência

Autor: Willy Brandt

Editora: GRD

Coleção: GRD

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1964

Impressão: Gráfica da Revista dos Tribunais S.A. (São Paulo, SP)

Gênero: Não ficção

Tradução: Donaldson M. Garschagen

Título do original: -

Editora do original: -

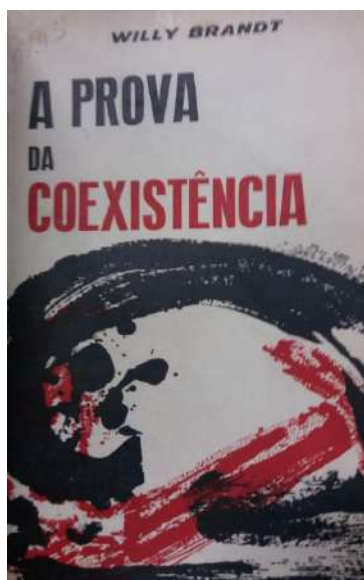
Local de publicação do original: -

Ano de publicação do original: -

Sobre o autor: [Alemanha, 1913 – 1992] Político vinculado ao Partido Social Democrata alemão. Prefeito de Berlim Ocidental (1957-1966) e chanceler da Alemanha Ocidental (1969-1974). Vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1971 por sua atuação na chamada "Ostpolitik" – tentativa de aproximar as Alemanhas divididas e estreitar as relações com a Polônia e a URSS .

Assuntos: Comunismo; Alemanha; URSS

Imagem 18 - Capa de *A prova da coexistência*



Fonte: reprodução da autora

Título: O sindicato no mundo moderno

Autor: Frank Tannenbaum

Editora: GRD

Coleção: Política Contemporânea

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Tradução: Guido Coaracy

Título do original: A philosophy of labor

Editora do original: Alfred A. Knopf

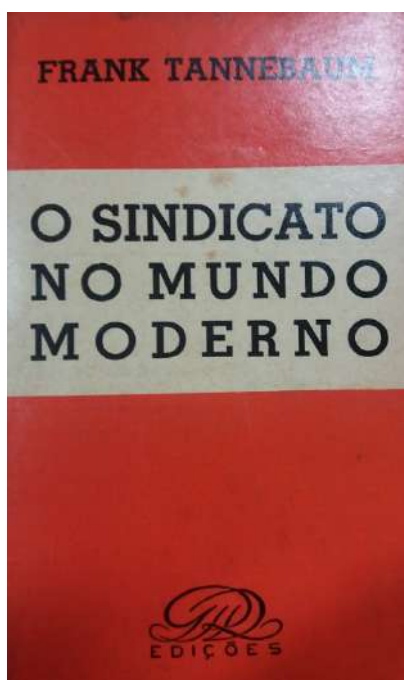
Local de publicação do original: Nova York, EUA

Ano de publicação do original: 1951

Sobre o autor: [Áustria, 1893 – EUA, 1969] Atuou na juventude como líder trabalhista e membro do Industrial Workers of the World (IWW). Tornou-se professor de história latino-americana na Universidade de Columbia, especialista nos temas relacionados a escravidão e sistema penal.

Assuntos: Comunismo; Movimento sindical

Imagem 19 - Capa de *O sindicato no mundo moderno*



Fonte: reprodução da autora

Título: As condições de trabalho em Cuba

Autor: José R. Alvarez Díaz

Editora: GRD

Coleção: Política Contemporânea

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1964

Gênero: Não ficção

Tradução: Heloisa de Carvalho Tavares

Título do original: Labor conditions in communist Cuba

Editora do original: University of Miami

Local de publicação do original: Miami, EUA

Ano de publicação do original: 1963

Sobre o autor: Economista e professor da Universidade de Havana. Opositor do governo de Fidel Castro, se exilou no EUA tornando-se membro do Grupo Cubano de Investigaciones Económicas da Universidade de Miami, através do qual publicou diversos estudos sobre a economia comunista em Cuba.

Assuntos: Comunismo; Cuba

Imagem 20 - Capa de *As condições de trabalho em Cuba*



Fonte: reprodução da autora

Título: Teorias do colonialismo

Autores: Fedenko, Steiger, Mackiewicz, Bilinsky, Kuusk, Adamovich, Hayit, Braeker, Stolte, Ballis, Labin, Glovinsky

Editora: GRD

Coleção: Política Contemporânea

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1964

Gênero: Não ficção

Tradução: Waldemir Nogueira Araújo

Título do original: Studies on the Soviet Union

Editora do original: -

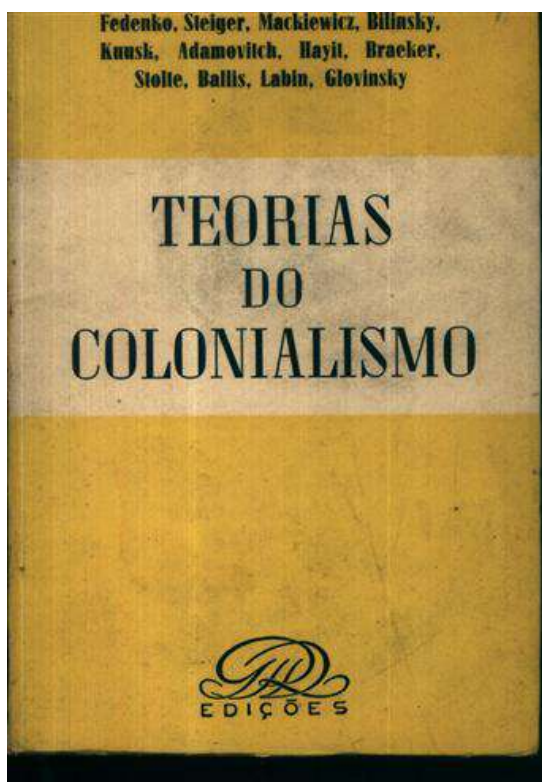
Local de publicação do original: -

Ano de publicação do original: -

Sobre os autores: -

Assuntos: Comunismo; URSS

Imagem 21 - Capa de *Teorias do colonialismo*



Fonte: Estante Virtual [online]

Título: Ideologia e poder na política soviética

Autor: Zbigniew K. Brzezinski

Editora: GRD

Coleção: Política Contemporânea

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Tradução: Gilda Behring Costa

Título do original: Ideology and power in soviet politics

Editora do original: Frederick A. Praeger, Inc.

Local de publicação do original: Nova York, EUA

Ano de publicação do original: 1962

Sobre o autor: Zbigniew Kazimierz Brzezinski (Polônia, 1928 – EUA, 2017). Cientista político e diretor do Instituto de Pesquisas de Assuntos Comunistas da Universidade de Columbia. Foi Conselheiro de Segurança Nacional do presidente Jimmy Carter, período em que ficou conhecido como um estrategista "linha dura".

Assuntos: Comunismo; URSS

Imagem 22 - Capa de *Ideologia e poder na política soviética*



Fonte: reprodução da autora

Título: Armas, democracia e algemas

Autor: Theophilo de Andrade

Editora: O Cruzeiro

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: Gráfica O Cruzeiro S/A (Rio de Janeiro, RJ)

Preço: Cr\$ 100,00

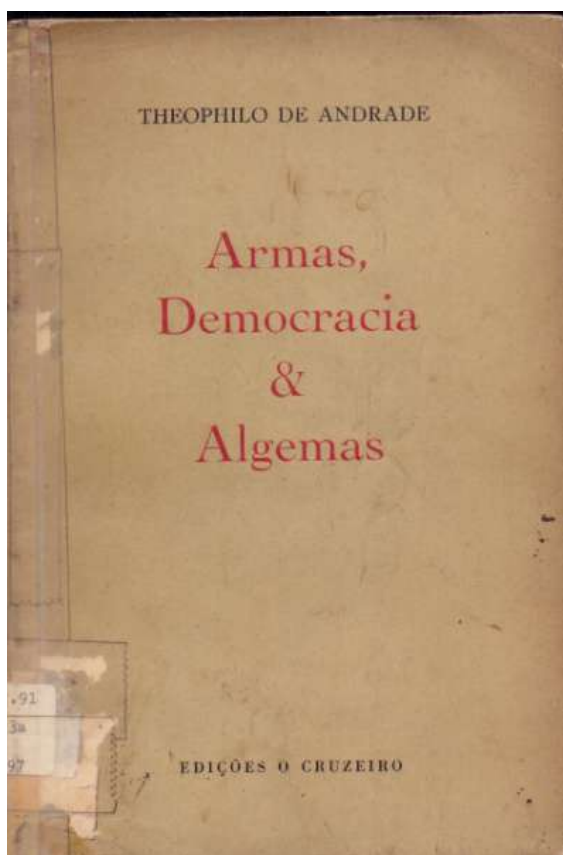
Gênero: Não ficção

Sobre o autor: Jornalista, colunista de política internacional e vice-presidente do jornal O Cruzeiro.

Exemplares em estoque do IPÊS: 43

Assuntos: Comunismo; Brasil; Conjuntura política nacional; Plebiscito parlamentarismo

Imagem 23 - Capa de *Armas, democracia e algemas*



Fonte: reprodução da autora

Título: Às vésperas da quinta república - sugestões para o presidencialismo brasileiro

Autor: Thomas Leonardos

Editora: O Cruzeiro

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1962

Impressão: Gráfica O Cruzeiro S/A (Rio de Janeiro, RJ)

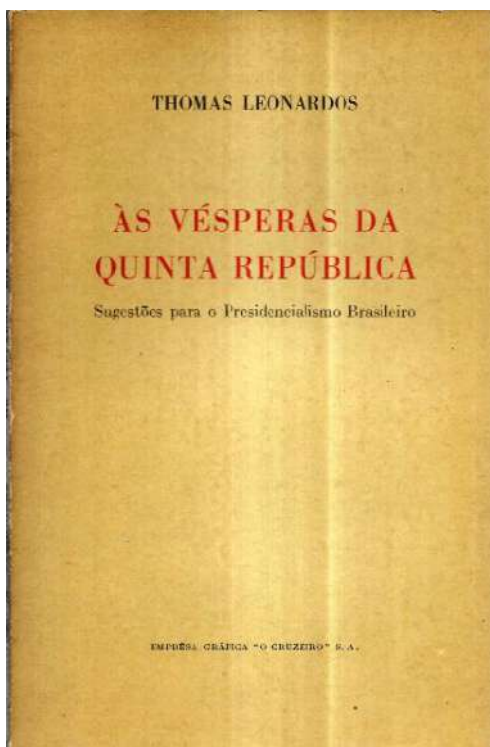
Gênero: Não ficção

Sobre o autor: Thomas Othon Leonardos (Niterói, 1906 – Rio de Janeiro, 1990). Advogado especializado em Propriedade Industrial. Foi professor-assistente de História da América na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e presidente do Instituto dos Advogados do Brasil entre 1969 e 1970. Fundador e Presidente da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI) e da Associação Brasileira para a Proteção da Propriedade Intelectual (ABPI).

Exemplares em estoque do IPÊS: 70

Assuntos: Conjuntura política nacional; Plebiscito parlamentarismo; Reformas de base; Reforma constitucional

Imagem 24 - Capa de *Às vésperas da quinta república*



Fonte: Estante Virtual [online]

Título: Reforma agrária

Autor: Afrânio de Carvalho

Editora: O Cruzeiro

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Sobre o autor: [Rio Pomba/MG, 1899 – Rio de Janeiro/RJ, 1991] Advogado; Chefe de gabinete do Governo do estado de Minas Gerais (1924); Professor da Universidade do Brasil (1946-1966); Chefe de gabinete do Ministério da Agricultura (1946); Diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1953-1961); Consultor jurídico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1939-1948); autor de diversos artigos sobre assuntos jurídicos e econômicos.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 500

Assuntos: Reformas de base; Reforma agrária

Imagem 25 - Capa de *Reforma Agrária*



Fonte: reprodução da autora

Título: O retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil

Autor: Osvaldo Peralva

Editora: Globo

Local de publicação: Porto Alegre, Brasil

Ano de publicação: 1962

Gênero: Não ficção

Sobre o autor: [Saúde/BA, 1918 – Rio de Janeiro/RJ, 1992] Jornalista e escritor. Foi diretor do órgão diário do PCB no RJ e um dos diretores do jornal oficial do Kominform, sediado em Bucareste. Em 1957, rompeu com o partido após uma viagem à URSS. A partir de então escreveu diversos livros críticos ao PCB e denúncias aos regimes comunistas. Foi preso em 1968, após o AI-5.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 1.500

Observação: A primeira edição da obra foi realizada pela Editora Itatiaia em 1960

Assuntos: Comunismo; URSS; Brasil

Imagem 26 - Capa de *O retrato*



Fonte: Alcyone [online]

Título: A revolução dos bichos

Autor: George Orwell

Editora: Globo

Local de publicação: Porto Alegre, Brasil

Ano de publicação: 1964

Gênero: Ficção

Tradução: Heitor Ferreira

Título do original: Animal Farm

Editora do original: Secker & Warburg

Local de publicação do original: Inglaterra

Ano de publicação do original: 1945

Sobre o autor: Pseudônimo de Eric Arthur Blair [Índia, 1903 – Inglaterra, 1950]. Jornalista, crítico e romancista. É considerado um dos mais influentes escritores do século XX. Sua obra é marcada pela crítica social e pelo tema do totalitarismo.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 1.000

Assuntos: Comunismo; Totalitarismo

Observação: O tradutor desta primeira edição brasileira foi o capitão Heitor de Aquino Ferreira, ativista do IPÊS e colaborador do GPE.

Imagem 27 - Capa de *A revolução dos bichos* (2ª ed., 1971)



Fonte: CARVALHO, 2002, p. 106

Título: O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil

Autor: Pedro Brasil

Editora: Globo

Local de publicação: Porto Alegre, Brasil

Ano de publicação: 1964

Gênero: Não ficção

Sobre o autor: Provável pseudônimo

Assuntos: Comunismo; Brasil

Imagem 28 - Capa de *O livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*



Fonte: Traça Livraria e Sebo [online]

Título: Nossos males e seus remédios

Autor: André Gama

Editora: Vozes

Local de publicação: Petrópolis, Brasil

Ano de publicação: 1963

Preço: Cr\$ 80,00

Gênero: Não ficção

Sobre o autor: Provável pseudônimo de empresário norte-americano residente em Petrópolis.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 1.000.000

Assuntos: Comunismo; Brasil; Reformas de base; Reforma agrária; Reforma eleitoral; Conjuntura política nacional; Plebiscito parlamentarismo; Democracia

Imagem 29 - Capa de *Nossos males e seus remédios*



Fonte: reprodução da autora

Título: A realidade era outra

Autor: Douglas Hyde

Editora: Vozes

Local de publicação: Petrópolis, Brasil

Ano de publicação: 1962

Gênero: Não ficção

Título do original: I believed. The autobiography of a former british communist

Editora do original: William Heinemann Ltd.

Local de publicação do original: Londres, Inglaterra

Ano de publicação do original: 1951

Sobre o autor: Douglas Arnold Hyde (Inglaterra, 1911 – 1996). Jornalista e ativista político. Militante do Partido Comunista entre 1928 e 1948 e editor do jornal Daily Worker. Após o rompimento com o PC, se converteu ao catolicismo e escreveu diversos livros críticos ao comunismo. Dentre eles, a sua autobiografia publicada em 1951, que se tornou um best-seller do período da Guerra Fria.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 150

Assuntos: Comunismo; Inglaterra

Imagem 30 - Capa de *A realidade era outra*



Fonte: reprodução da autora

Título: O que devemos saber sobre o comunismo

Autores: Harry e Bonaro Overstreet

Editora: Itatiaia

Local de publicação: Belo Horizonte, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: Gráfica da Revista dos Tribunais S.A. (São Paulo, SP)

Gênero: Não ficção

Tradução: Maria Evangelina de Castilho e Neil R. Da Silva

Capa: Haroldo Mattos

Título do original: What we must know about communism

Editora do original: W. N. Norton & Company, Inc.

Local de publicação do original: Nova York, EUA

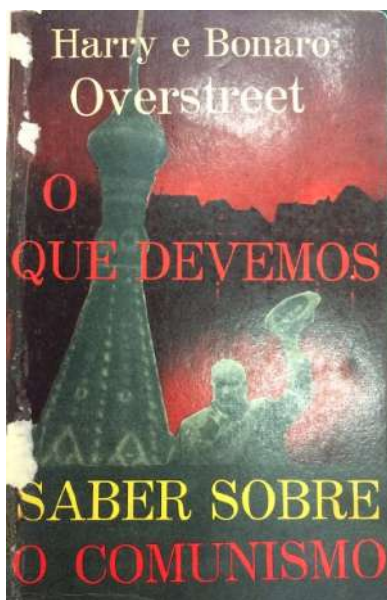
Ano de publicação do original: 1958

Sobre os autores: Harry Allen Overstreet (EUA, 1876 – 1970), escritor e divulgador da psicologia moderna e da sociologia; Bonaro Wilkinson Overstreet (EUA, 1903 –1985), poeta, psicóloga e professora, especialista em educação de adultos, saúde mental, psicologia social e filosofia política.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 2.000

Assuntos: Comunismo; EUA; URSS

Imagem 31 - Capa de *O que devemos saber sobre o comunismo*



Fonte: reprodução da autora

Título: O nome secreto

Autor: Lin Yutang

Editora: Itatiaia

Coleção: Espírito do nosso tempo

Local de publicação: Belo Horizonte, Brasil

Ano de publicação: 1961

Gênero: Não ficção

Tradução: M.T. Lima Torres

Título do original: The secret name

Editora do original: -

Local de publicação do original: EUA

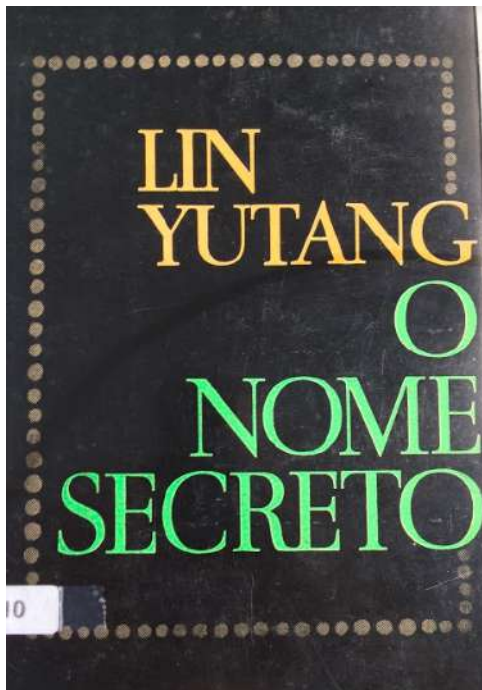
Ano de publicação do original: 1958

Sobre o autor: [China, 1895 – Taiwan, 1976]. Poeta, romancista, historiador e filósofo. Viveu por muitos anos nos EUA, onde traduziu e popularizou no Ocidente diversas obras clássicas da literatura chinesa.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 200

Assuntos: Comunismo

Imagem 32 - Capa de *O nome secreto*



Fonte: reprodução da autora

Título: O grande despertar

Autor: John Strachey

Editora: Cadernos Brasileiros

Coleção: Série Cadernos Brasileiros

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1962

Gênero: Não ficção

Título do original: The areat awakening: or from imperialism to freedom

Editora do original: -

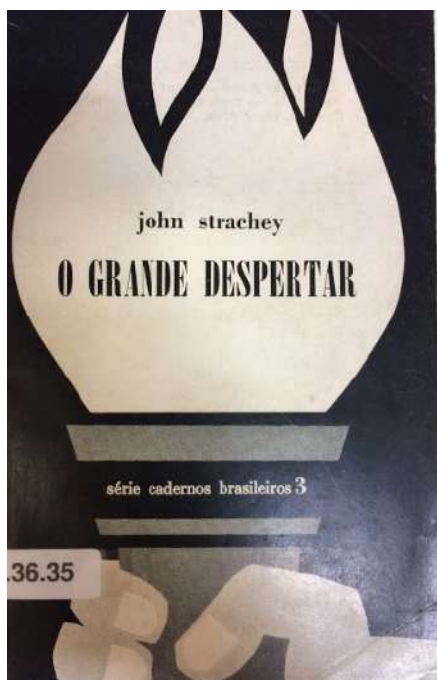
Local de publicação do original: -

Ano de publicação do original: 1961

Sobre o autor: Evelyn John St Loe Strachey (Inglaterra, 1901 – 1963). Intelectual socialista ligado ao Labor Party do Reino Unido. Aderiu ao comunismo na década de 1930, mas, anos depois, retornou à ala conservadora do Labor Party. Seus trabalhos enquanto teórico marxista-leninista o tornaram conhecido como um dos mais importantes intelectuais ingleses da esquerda no século XX.

Assuntos: Comunismo; Socialismo

Imagem 33 - Capa de *O grande despertar*



Fonte: reprodução da autora

Título: Krushev e a cultura

Autor: Nikita S. Krushev

Editora: Cadernos Brasileiros

Coleção: Série Cadernos Brasileiros

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Tradução: José Auto

Sobre o autor: Nikita Serguêievitch Krushev (Rússia, 1894 – 1971). Líder da União Soviética entre 1955 e 1964. Em 1956, foi responsável pela denúncia dos crimes de seu antecessor Joseph Stálin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Exemplares em estoque do IPÊS: 138

Assuntos: Comunismo; URSS

Imagem 34 - Capa de *Krushev e a Cultura*



Fonte: reprodução da autora

Título: Programa de ação econômica do governo (1964 - 1966)

Autor: BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica

Editora: Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA)

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1964

Impressão: Serviço Gráfico do IBGE

Gênero: Não ficção

Sobre o autor: -

Assuntos: Política econômica; Brasil

Imagem 35 - Capa de *Programa de ação econômica do governo*



Fonte: reprodução da autora

Título: Um engenheiro brasileiro na Rússia

Autor: John R. Cotrim

Editora: Letras e Artes

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1962

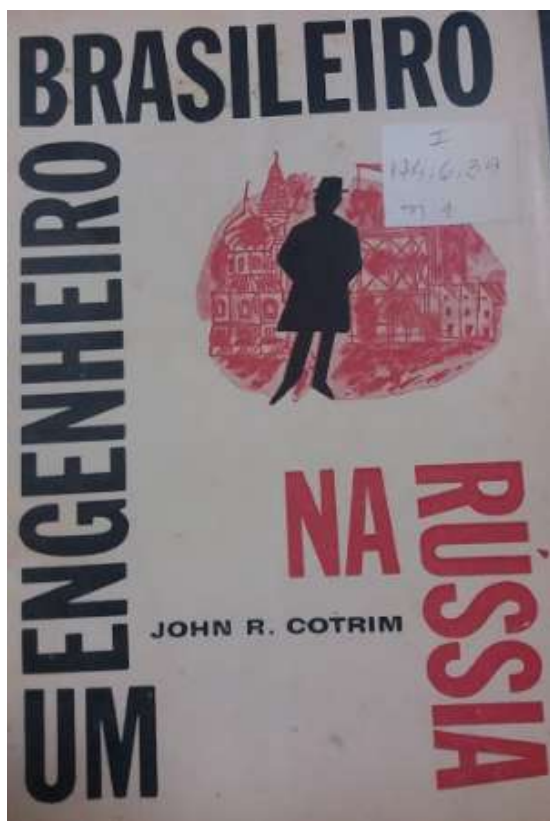
Gênero: Não ficção

Sobre o autor: John Reginald Cotrim (Inglaterra, 1915 – Brasil, 1996). Engenheiro inglês naturalizado brasileiro. Considerado uma das maiores autoridades no setor brasileiro de energia elétrica. Trabalhou na Amforp e na Caeeb, foi vice-presidente da Cemig e presidente de Furnas.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 5.500

Assuntos: Comunismo; URSS; Brasil

Imagem 36 - Capa de *Um engenheiro brasileiro na Rússia*



Fonte: reprodução da autora

Título: A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas

Autores: Milton S. Eisenhower; Raúl Prebisch; José Figueres; Teodoro Moscoso; Dean Rusk

Editora: Fundo de Cultura

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1962

Gênero: Não ficção

Tradução: Ruy Jungmann

Título do original: The Alliance for Progress: problems and perspectives

Editora do original: The Johns Hopkins Press

Local de publicação do original: Baltimore, EUA

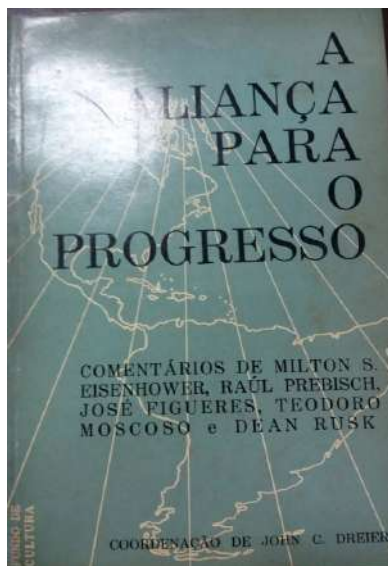
Ano de publicação do original: 1962

Sobre os autores: Milton S. Eisenhower: reitor da Universidade de Hopkins e antigo Embaixador Especial dos EUA na América Latina; Raúl Prebisch: subsecretário das Nações Unidas e Encarregado da Comissão econômica da América Latina; José Figueres: líder da revolução de 1948 na Costa Rica e ex-presidente deste país; Dean Rusk: secretário de Estado dos EUA.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 9.000

Assuntos: Aliança para o Progresso

Imagem 37 - Capa de *A Aliança para o Progresso*



Fonte: reprodução da autora

Título: Você e a democracia

Autora: Dorothy Gordon

Editora: Distribuidora Record

Coleção: Livros para a juventude

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: São Paulo Editora S.A. (São Paulo, SP)

Gênero: Não ficção

Tradução: F. Da Silva Ramos

Ilustração: Lois Fisher e Karl Murr

Título do original: You and democracy

Editora do original: E.P. Dutton & Co., Inc.

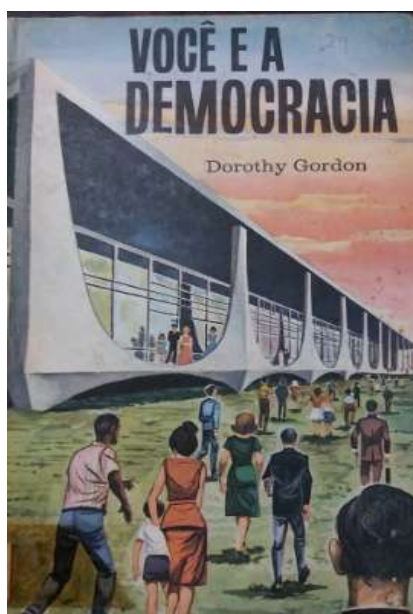
Local de publicação do original: EUA

Ano de publicação do original: 1951

Sobre a autora: Dorothy Lerner Gordon (Rússia, 1889 – EUA, 1970). Autora de diversos livros, fez carreira nos EUA como cantora e produtora de rádio e televisão, com atuação voltada para o público infante-juvenil. Foi criadora e apresentadora do *Youth Forum*, programa semanal de rádio e TV que debatia temas da atualidade. Era mãe de Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil entre 1961 e 1966.

Assuntos: Democracia; Comunismo

Imagem 38 - Capa de *Você e a democracia*



Fonte: reprodução da autora

Título: Reformas de Base: posição do IPÊS

Autor: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)

Editora: IPÊS

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 5.000

Assuntos: Reformas de base

Observação: O IPÊS também editou esta obra em livro de bolso

Imagem 39 - Capa de *Reformas de Base: posição do IPÊS*



Fonte: reprodução da autora

Título: A reforma agrária: problemas, bases, solução
Autor: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)
Editora: IPÊS
Ano de publicação: 1964
Impressão: Artes Gráficas Gomes de Souza (RJ/SP)
Gênero: Não ficção
Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 3.000
Assuntos: Reformas de base; Reforma agrária

Imagem 40 - Capa de *A reforma agrária: problemas, bases, solução*



Fonte: reprodução da autora

Título: A experiência inflacionária no Brasil

Autor: Mário Henrique Simonsen

Editora: IPÊS/GB

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1964

Impressão: Artes Gráficas Gomes de Souza S.A. (RJ/SP)

Gênero: Não Ficção

Sobre o autor: [Rio de Janeiro, 1935 – 1997] Economista, engenheiro civil e banqueiro. Foi diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ministro da Fazenda (1974 – 1979) e ministro do Planejamento (1979), além de colaborador do IPÊS.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 3.000

Assuntos: Política econômica; Inflação; Brasil

Imagem 41 - Capa de *A experiência inflacionária no Brasil*



Fonte: reprodução da autora

Título: O presidencialismo que nos convém

Autores: Gabriel Lacerda e Carlos Henrique Fróes

Editora: IPÊS

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: -

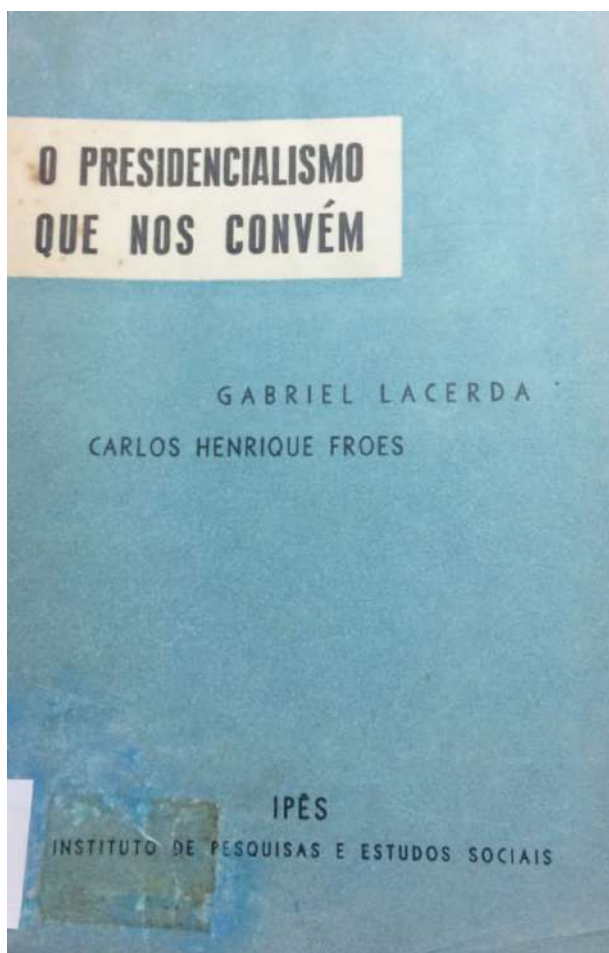
Gênero: Não Ficção

Sobre os autores: -

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 10.000

Assuntos: Conjuntura política nacional; Plebiscito parlamentarismo; Reformas de base; Reforma constitucional

Imagem 42 - Capa de *O presidencialismo que nos convém*



Fonte: reprodução da autora

Título: Reforma constitucional

Autor: C. J. de Assis Ribeiro

Editora: IPÊS

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: Folha Carioca Editora S.A. (Rio de Janeiro, RJ)

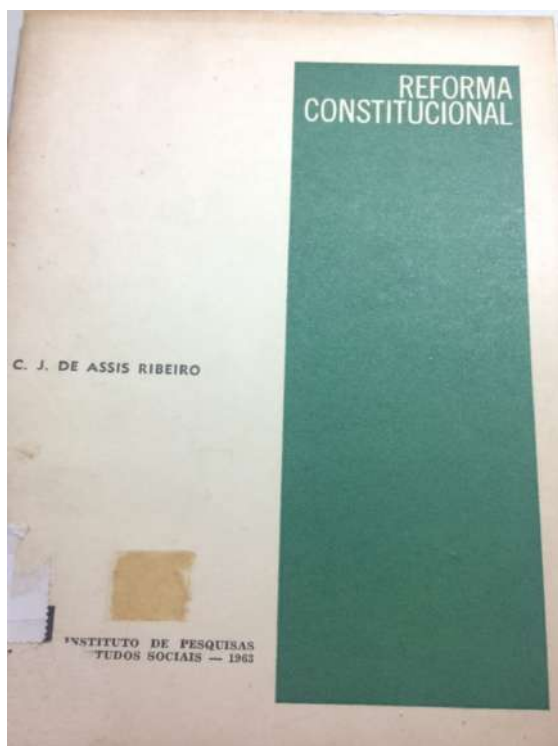
Gênero: Não Ficção

Sobre o autor: Carlos José de Assis Ribeiro [Brasil, ?-?]. Colaborador do IPÊS/GB e irmão do líder ipesiano Paulo de Assis Ribeiro; Professor universitário de Direito, conferencista da Escola Superior de Guerra e integrante de diversas entidades da classe jurídica.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 2.000

Assuntos: Reformas de base; Reforma constitucional

Imagem 43 - Capa de *Reforma constitucional*



Fonte: reprodução da autora

Título: A Iugoslávia de Tito

Autor: Drago Ivanovic

Editora: Saraiva

Local de publicação: São Paulo, Brasil

Ano de publicação: 1963

Impressão: Oficinas Gráficas Saraiva S.A. (São Paulo, SP)

Gênero: Não ficção

Sobre o autor: Autor iugoslavo radicado no Brasil.

Assuntos: Comunismo; Iugoslávia

Imagem 44 - Capa de *A Iugoslávia de Tito*



Fonte: reprodução da autora

Título: O assalto ao parlamento

Autor: Jan Kozak

Editora: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1962

Impressão: Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda.

Gênero: Não ficção

Tradução: Vicente Barreto

Título do original: The role of parliament in a communist revolution

Editora do original: -

Local de publicação do original: Londres, Inglaterra

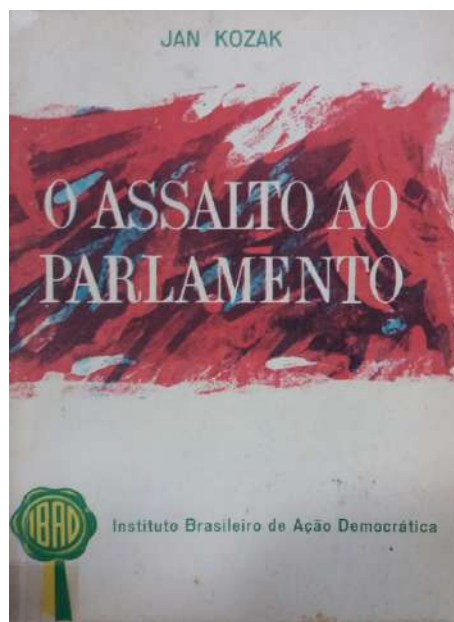
Ano de publicação do original: 1961

Sobre o autor: Jan Blahoslav Kozak (Tchecoslováquia, 1888 – 1974). Comunista e membro da Assembleia Nacional Tchecoslovaca na década de 1930. Filósofo e teólogo, lecionou na faculdade do Oberlin College (Ohio/EUA) durante a Segunda Guerra Mundial.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 3.000

Assuntos: Comunismo; Tchecoslováquia

Imagem 45 - Capa de *O assalto ao parlamento*



Fonte: reprodução da autora

Título: O discurso secreto de Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética

Autor: Nikita S. Krushev

Editora: Ipanema

Local de publicação: Rio de Janeiro

Ano de publicação: s/d

Gênero: Não ficção

Sobre o autor: Nikita Serguêievitch Krushev (Rússia, 1894 – 1971). Líder da União Soviética entre 1955 e 1964. Em 1956, foi responsável pela denúncia dos crimes de seu antecessor Joseph Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 2.000

Assuntos: Comunismo; URSS

Imagem 46 - Capa de *O discurso secreto de Khrushchev*



Fonte: reprodução da autora

Título: A guerra política: arma do comunismo internacional

Autora: Suzanne Labin

Editora: Presença

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: s/d

Gênero: Não ficção

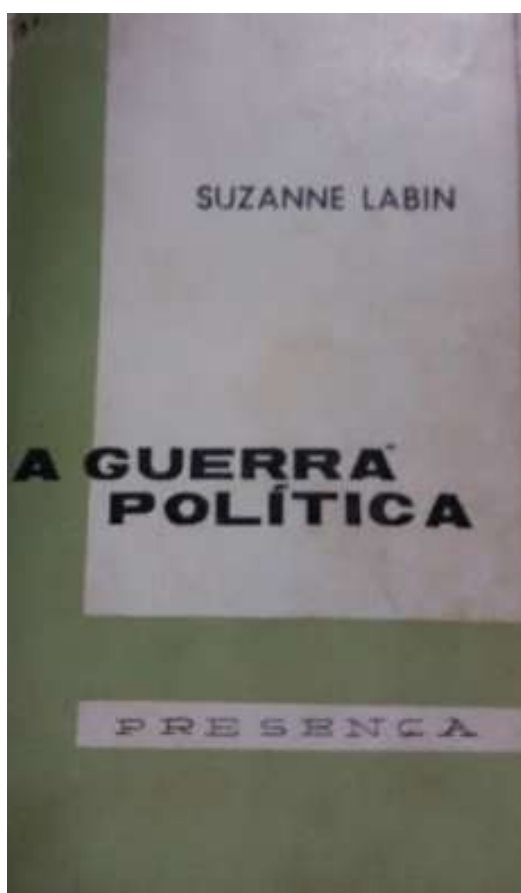
Sobre a autora: [França, 1913-2001] Escritora e jornalista, autora de numerosos livros e artigos anticomunistas.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 13.000

Assuntos: Comunismo; URSS

Observação: Relatório distribuído na Conferência Internacional sobre a Guerra Política dos Soviéticos em 1º de dezembro de 1960.

Imagem 47 - Capa de *A guerra política*



Fonte: reprodução da autora

Título: A Rússia de Stalin

Autora: Suzanne Labin

Editora: Agir

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de publicação: 1948

Gênero: Não ficção

Título do original: Stalin's Russia

Editora do original: Victor Gollancz Ltd.

Local de publicação do original: Londres, Reino Unido

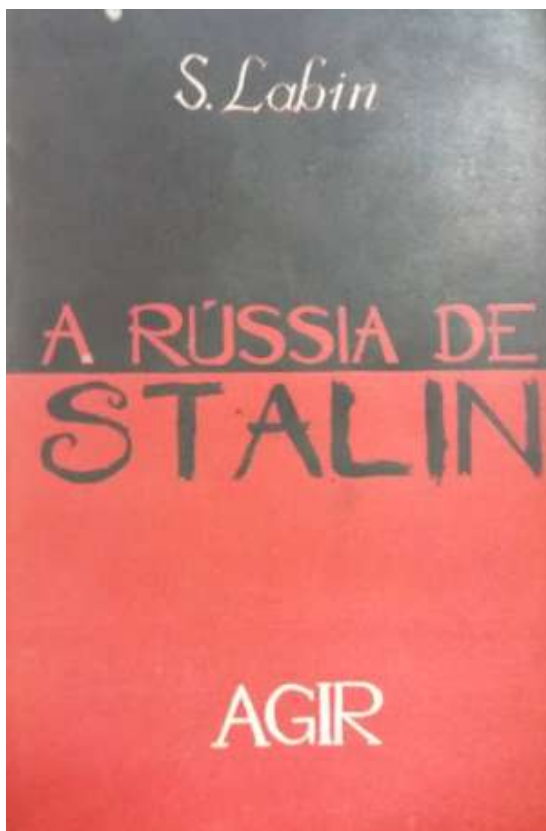
Ano de publicação do original: -

Sobre a autora: [França, 1913 – 2001] Escritora e jornalista, autora de numerosos livros e artigos anticomunistas.

Exemplares em estoque do IPÊS: 44

Assuntos: Comunismo; URSS

Imagem 48 - Capa de *A Rússia de Stalin*



Fonte: reprodução da autora

Título: Democratização do capital

Autores: C.J. de Assis Ribeiro; Dênio Nogueira; Luiz Cabral de Menezes; Otávio Gouveia de Bulhões; Themistocles Brandão Cavalcanti

Editora: Fundação Lowndes

Local de publicação: Rio de Janeiro, Brasil

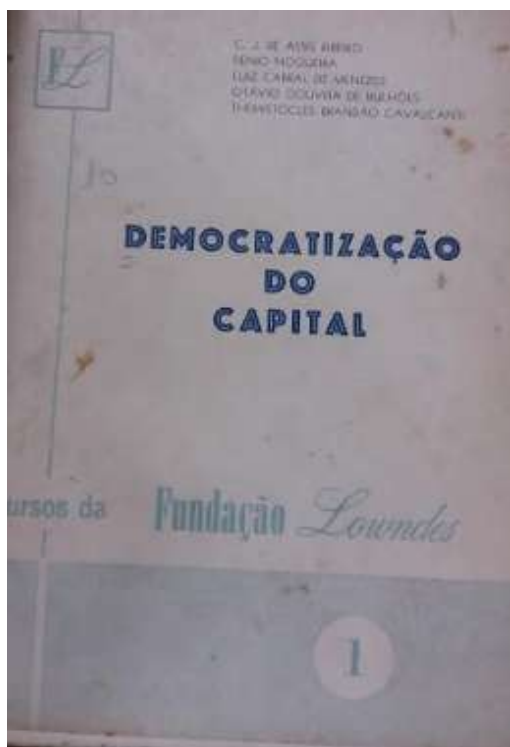
Ano de publicação: 1964

Gênero: Não ficção

Sobre os autores: Carlos José de Assis Ribeiro: jurista e colaborador do IPÊS/GB / Dênio Chagas Nogueira [Rio de Janeiro, 1920 – Petrópolis, 1997]: economista; membro e colaborador do IPÊS; presidente do Banco Central do Brasil (1965–1967) / Otávio Gouveia de Bulhões (Rio de Janeiro, 1906–1990): advogado, empresário e economista membro do IPÊS; superintendente da Sumoc (1954–1955, 1961–1962); ministro da Fazenda (1964–1967) / Themistocles Brandão Cavalcanti (Rio de Janeiro, 1899-1980): jurista, magistrado e político; deputado constituinte GB (1961); deputado estadual GB (1961–1962); ministro do STF (1967–1969).

Assuntos: Reformas de base; Reforma da empresa privada

Imagem 49 - Capa de *Democratização do capital*



Fonte: reprodução da autora

Título: Você pode confiar nos comunistas (...eles são comunistas mesmo)

Autor: Fred Schwarz

Editora: Dominus

Local de publicação: São Paulo, Brasil

Ano de publicação: 1963

Gênero: Não ficção

Tradução: C. Carvalho

Capa: Alceu S. Coutinho

Título do original: You can trust the communists (...to do exactly as they say!)

Editora do original: Prentice Hall

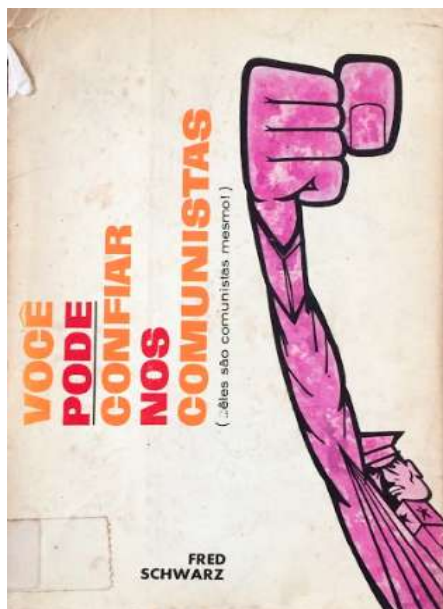
Local de publicação do original: EUA

Ano de publicação do original: 1960

Sobre o autor: Frederick Charles Schwarz (Austrália, 1913 – 2009). Médico psiquiatra e fundador da Cruzada Anticomunista Cristã (CACC) no estado da Califórnia. Nas décadas de 1950/60, realizou uma série de viagens pelos EUA para difundir o anticomunismo através de escolas, comícios, programas de televisão e rádio. Seu livro, publicado em 1960, se tornou um *best seller* mundial.

Assuntos: Comunismo

Imagem 50 - Capa de *Você pode confiar nos comunistas*



Fonte: reprodução da autora

Título: Democracia e comunismo

Autor(es): Vários autores

Editora: Estado Maior do Exército

Ano de publicação: 1961

Gênero: Não ficção

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 8.000

Assuntos: Democracia; Comunismo; URSS; China

Observação: Coletânea de artigos publicados na tradicional revista de assuntos militares *A Defesa Nacional*, editada pelo Estado Maior do Exército.

Imagem 51 - Capa de *Democracia e comunismo*



Fonte: reprodução da autora

Título: Mater et Magistra

Autor: Papa João XXIII

Editora: Livraria José Olympio Editora

Local de publicação: Rio de Janeiro, RJ

Ano de publicação: 1963

Impressão: Oficinas de Artes Gráficas Gomes de Souza S.A. (Rio de Janeiro, RJ)

Gênero: Não ficção

Tradução: Luis José de Mesquita

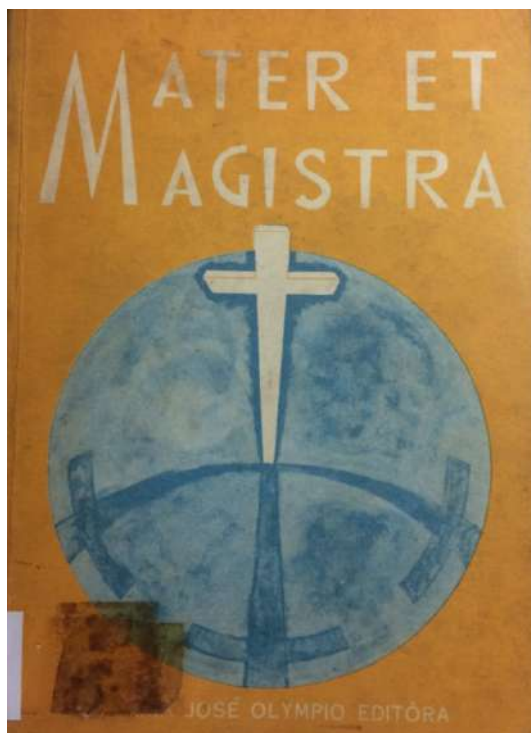
Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 500

Sobre o autor: Angelo Giuseppe Roncalli (Itália, 1881 - 1963). Deu continuidade sob seu papado a uma doutrina social da Igreja de forte conteúdo anticomunista.

Assuntos: Religião; Cristianismo; Doutrina Social da Igreja

Observação: Traduzido do original em latim da Tipografia Poliglota Vaticana. Prefácio escrito pelo Cardeal D. Carlos Carmello Motta e apresentação de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde)

Imagem 52 - Capa de *Mater et Magistra*



Fonte: reprodução da autora

Título: A Lei de Parkinson

Autor: C. Northcote Parkinson

Editora: Pioneira

Ano de publicação: -

Impressão: -

Gênero: Não ficção

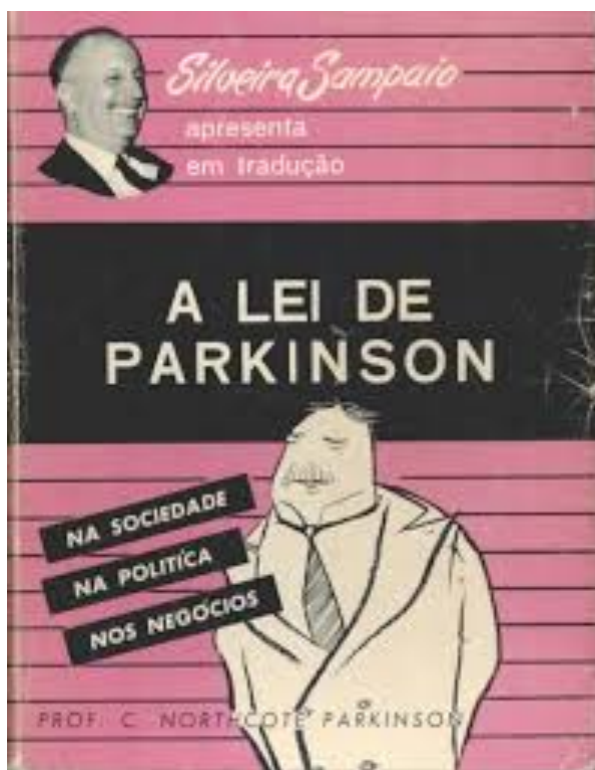
Tradução: Silveira Sampaio

Sobre o autor: Cyril Northcote Parkinson (Inglaterra, 1909 – 1993). Historiador e escritor; especialista em administração pública e crítico das burocracias governamentais.

Exemplares em estoque do IPÊS: 14

Assuntos: Administração

Imagem 53 - Capa de *Lei de Parkinson*



Fonte: Estante Virtual [online]

Título: 1984

Autor: George Orwell

Editora: Cia. Editora Nacional

Coleção: Biblioteca do espírito moderno

Local de publicação: São Paulo, Brasil

Ano de publicação: -

Gênero: Ficção

Tradução: Wilson Velloso

Título do original: Nineteen Eighty-Four

Editora do original: A.M. Heath & Company, Ltd.

Local de publicação do original: Londres, Inglaterra

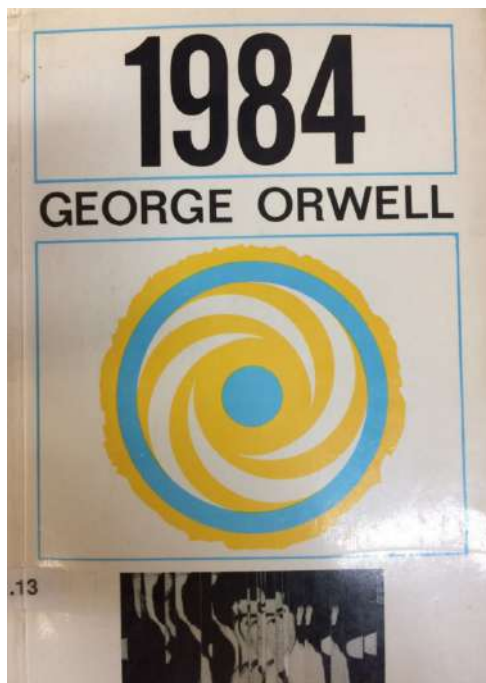
Ano de publicação do original: 1949

Sobre o autor: Pseudônimo de Eric Arthur Blair (Índia, 1903 – Inglaterra, 1950). Jornalista, crítico e romancista. É considerado um dos mais influentes escritores do século XX. Sua obra é marcada pela crítica social e pelo tema do totalitarismo.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 1.000

Assuntos: Comunismo; Totalitarismo

Imagem 54 - Capa de *1984*



Fonte: reprodução da autora

FOLHETOS

Título: Cartilha para o Progresso: como se faz uma revolução sem sangue

Autor: IPÊS

Editora: IPÊS

Local de publicação: -

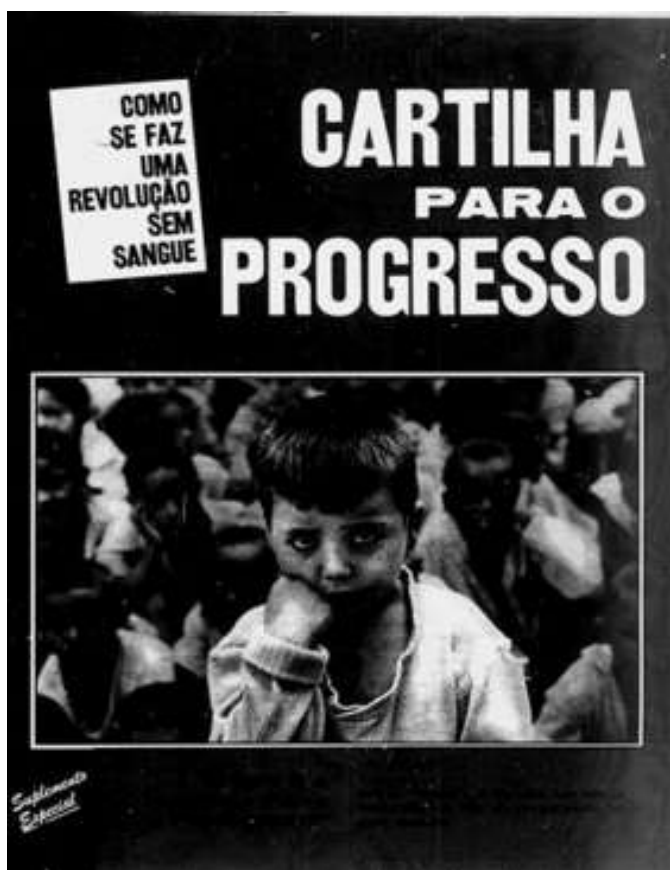
Ano de publicação: 1962

Assuntos: Aliança para o Progresso

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 2.000.000

Observação: Encartes foram distribuídos gratuitamente pelo IPÊS em forma de suplementos especiais em jornais de grande circulação

Imagem 55 - Capa de *Cartilha para o Progresso*



Fonte: WANDERLEY, S.; BAUER, A. P. M., 2019, p. 2

Título: Você e a democracia

Autor(es): -

Editora: Abril

Local de publicação: São Paulo, Brasil

Ano de publicação: 1962

Impressão: S.A.I.B. Sociedade Anônima Impressora Brasileira

Assuntos: Democracia

Imagem 56 - Capa de *Você e a democracia*



Fonte: reprodução da autora

Título: Democratização do capital

Autor: Konrad Aleksander Kowalewski

Editora: IPÊS

Local de publicação: -

Ano de publicação: 1963

Preço: Cr\$ 65,00

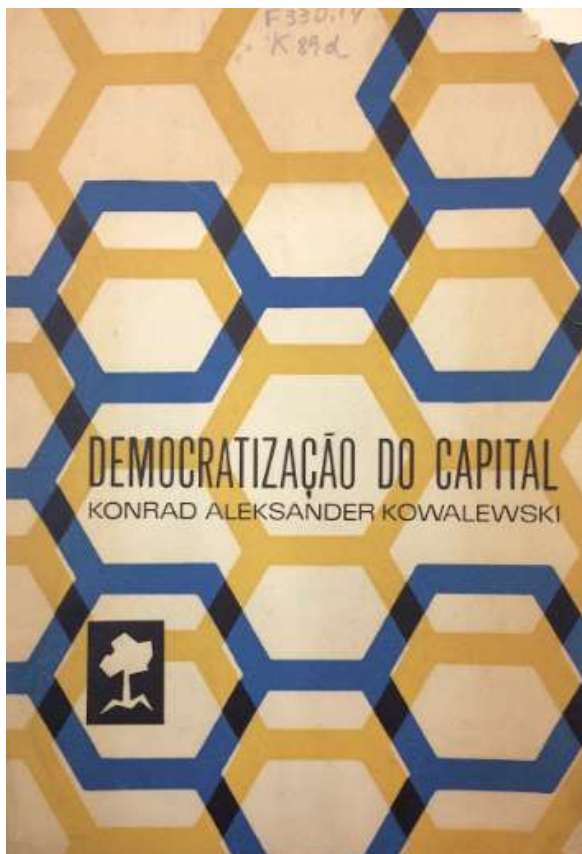
Sobre o autor: Jornalista inscrito no Sindicato dos Jornalistas Liberais do Estado da Guanabara.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 2.000

Assuntos: Reformas de base; Reforma da empresa privada

Observação: O autor foi vencedor do Concurso de Monografias do IPÊS sobre o tema "Democratização do Capital", tendo recebido como prêmio a publicação do trabalho e uma quantia em dinheiro.

Imagem 57 - Capa de *Democratização do capital*



Fonte: reprodução da autora

Título: Se você fosse um trabalhador soviético... seria obrigado a trabalhar mesmo que não quisesse
(n. 1)

Autor: IPÊS

Editora: IPÊS

Ano de publicação: 1964

Exemplares em estoque do IPÊS: 13

Assuntos: Comunismo; URSS; Movimento sindical

Título: Se você fosse um trabalhador soviético...a principal tarefa de seu sindicato, seria fazer você trabalhar ainda mais (n. 2)

Autor: IPÊS

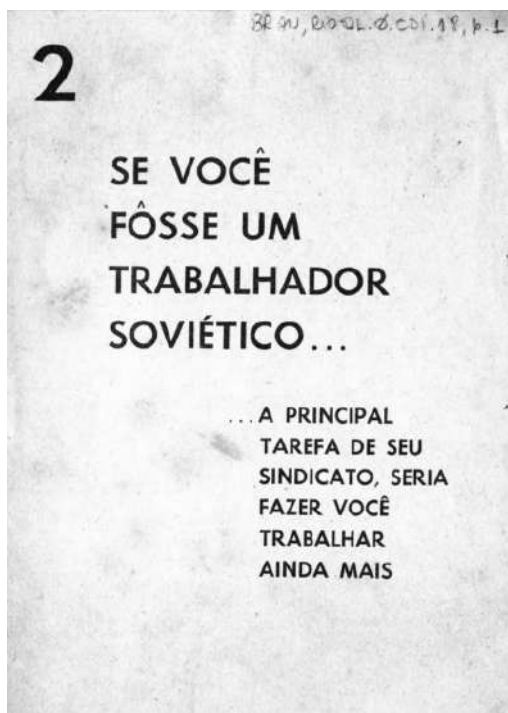
Editora: IPÊS

Ano de publicação: 1964

Exemplares em estoque do IPÊS: 885

Assuntos: Comunismo; URSS; Movimento sindical

Imagem 58 - Capa de *Se você fosse um trabalhador soviético...* (n. 2)



Fonte: Fundo IPÊS – Arquivo Nacional

Título: A crise da previdência social

Autor: Antônio. G. da Costa

Editora: IPÊS

Local de publicação: Rio de Janeiro

Ano de publicação: 1963

Impressão: Companhia Gráfica Lux (Rio de Janeiro/RJ)

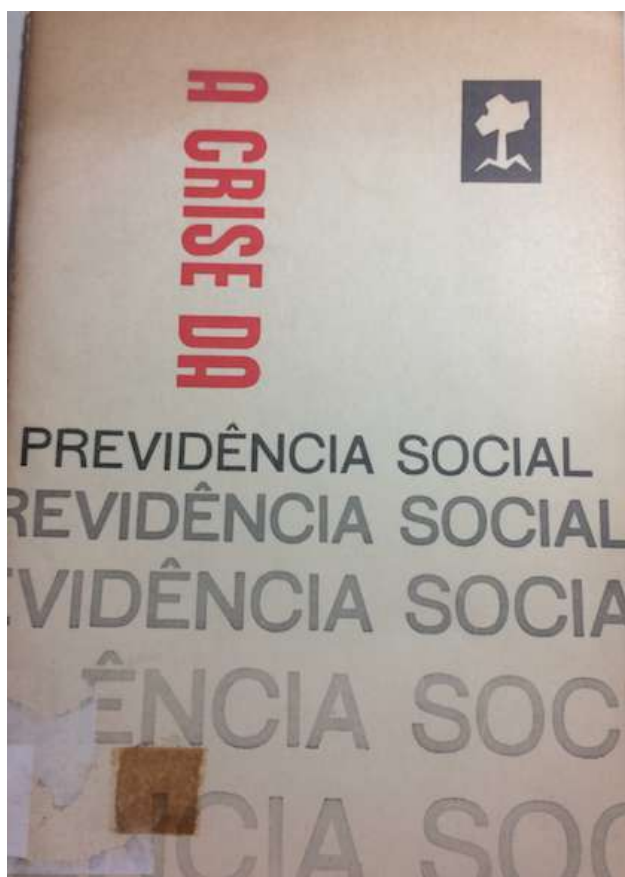
Preço: Cr\$ 80,00

Sobre o autor: Economista

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 5.000

Assuntos: Reformas de base; Reforma da Previdência Social

Imagem 59 - Capa de *A crise da previdência social*



Fonte: reprodução da autora

Título: Reforma tributária: considerações sobre

Autor: Mário Henrique Simonsen

Editora: IPÊS

Local de publicação: Rio de Janeiro

Ano de publicação: 1963

Impressão: Companhia Gráfica Lux (Rio de Janeiro/RJ)

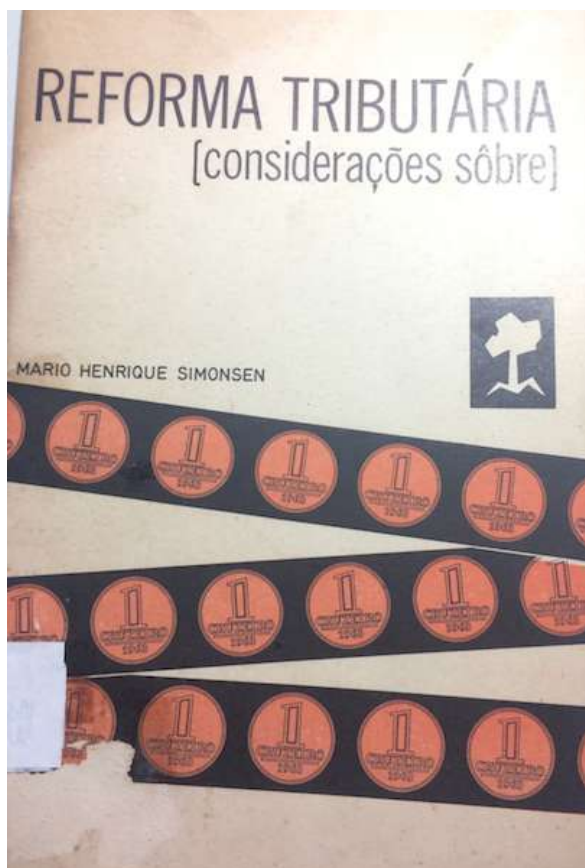
Preço: Cr\$ 95,00

Sobre o autor: [Rio de Janeiro, 1935 – 1997] Economista, engenheiro civil e banqueiro. Foi diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ministro da Fazenda (1974-1979) e ministro do Planejamento (1979), além de associado e colaborador do IPÊS.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 2.000

Assuntos: Reformas de base; Reforma tributária

Imagem 60 - Capa de *Reforma tributária*



Fonte: reprodução da autora

Título: A inflação, suas causas e consequências

Autor: Glauco M. Carneiro

Editora: IPÊS

Local de publicação: -

Ano de publicação: 1963

Preço: Cr\$ 100,00

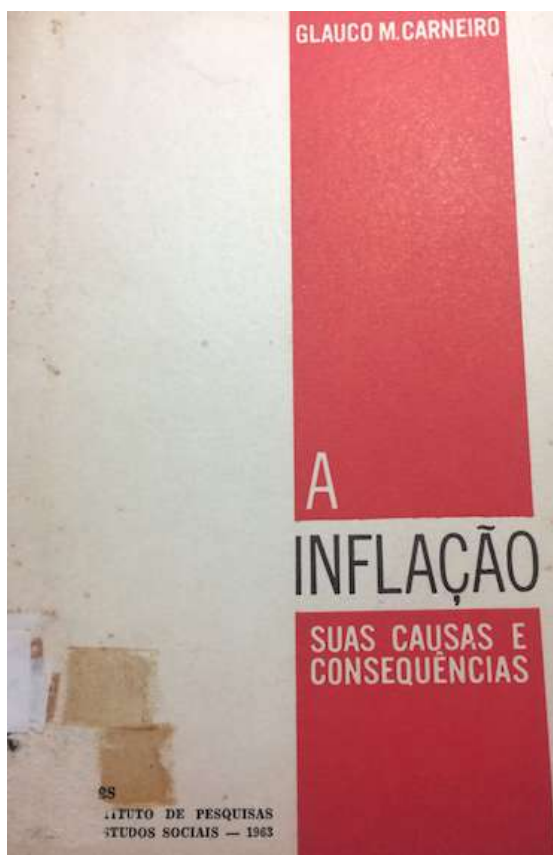
Sobre o autor: Repórter de "O Cruzeiro" e estudante da Faculdade Nacional de Direito.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 2.000

Assuntos: Reformas de base; Inflação

Observação: Trabalho vencedor do Concurso de Monografias do IPÊS, cujo prêmio consistia na realização de sua publicação.

Imagem 61 - Capa de *A inflação, suas causas e consequências*



Fonte: reprodução da autora

Título: Continuísmo e comunismo

Autor: Glycon de Paiva

Editora: IPÊS

Local de publicação: -

Ano de publicação: 1964

Impressão: -

Sobre o autor: Glycon de Paiva Teixeira (Uberaba, 1902 – Rio de Janeiro, 1993). Geólogo e engenheiro, diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em 1954. Atuou como executivo de diversas empresas multinacionais, como Mercedes Benz e Siemens. Pertenceu aos quadros da CONSULTEC e do IPÊS, do qual foi sócio-fundador e vice-presidente do Comitê Executivo. Foi presidente do BNDE (1955-1956) e membro do Conselho Nacional de Economia (1964-1967).

Exemplares em estoque do IPÊS: 450

Assuntos: Comunismo; Brasil; Conjuntura política nacional

Imagem 62 - Capa de *Continuísmo e comunismo*



Fonte: reprodução da autora

Título: Notas em função do "referendum": parlamentarismo e presidencialismo

Autor: José Luiz Mello

Editora: IPÊS

Local de publicação: -

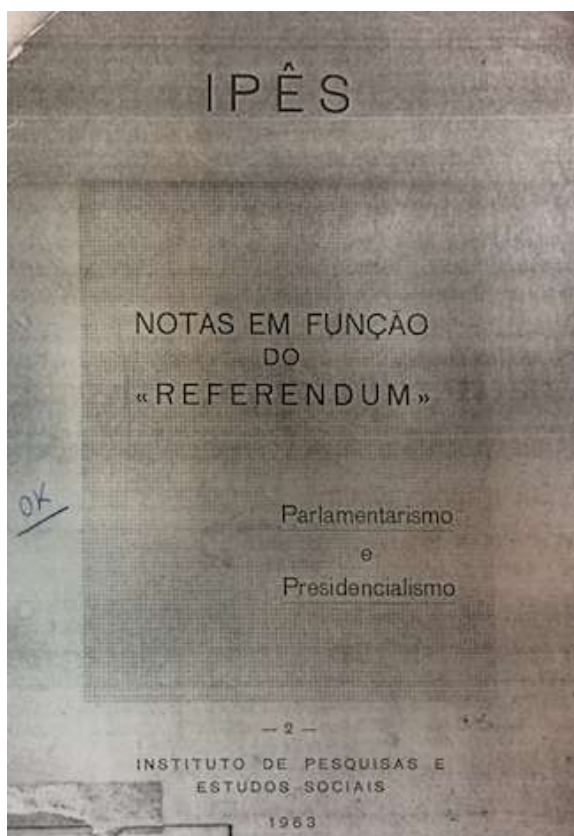
Ano de publicação: 1963

Sobre o autor: José Luiz de Anhaia Mello (São Paulo, 1927 – 1999). Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) por cinco vezes. Professor de direito constitucional da USP durante 30 anos e autor de diversos livros sobre o tema.

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 1.000

Assuntos: Conjuntura política nacional; Plebiscito parlamentarismo

Imagem 63 - Capa de *Notas em função do "referendum"*



Fonte: reprodução da autora

Título: The country that saved it self

Autor: Clarence W. Hall

Editora: The Reader's Digest

Local de publicação: -

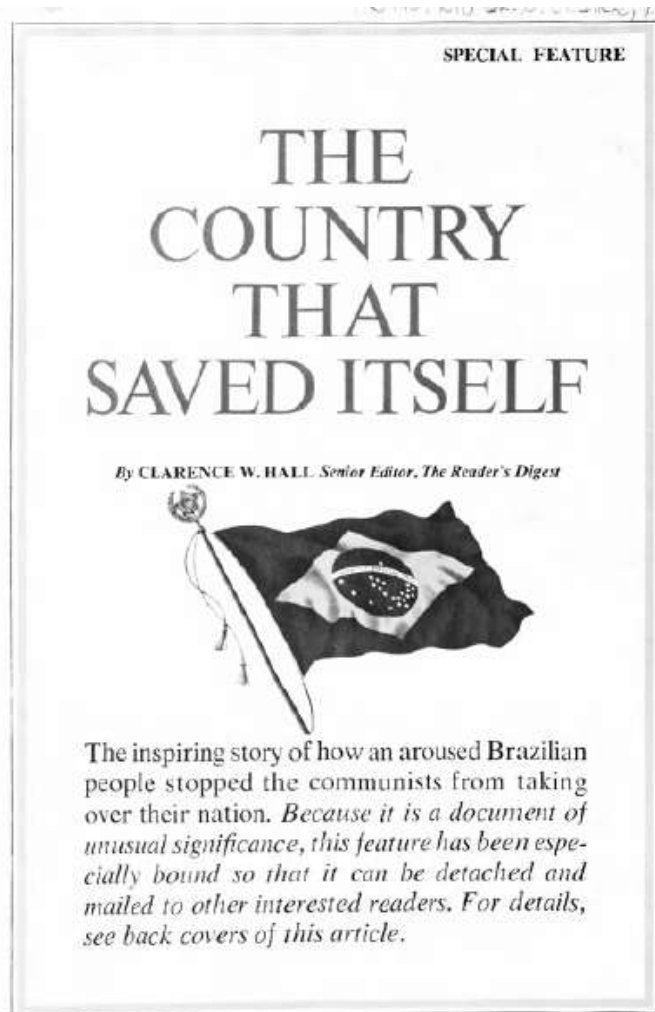
Ano de publicação: 1964

Sobre o autor: Editor da revista norte-americana Reader's Digest

Exemplares em estoque do IPÊS: 47

Assuntos: Comunismo; Brasil; Conjuntura política nacional; IPÊS

Imagem 64 - Capa de *The country that saved it self*



Fonte: Fundo IPÊS do Arquivo Nacional

Título: A ameaça vermelha

Autor: Danilo Nunes

Editora: -

Local de publicação: -

Ano de publicação: 1961

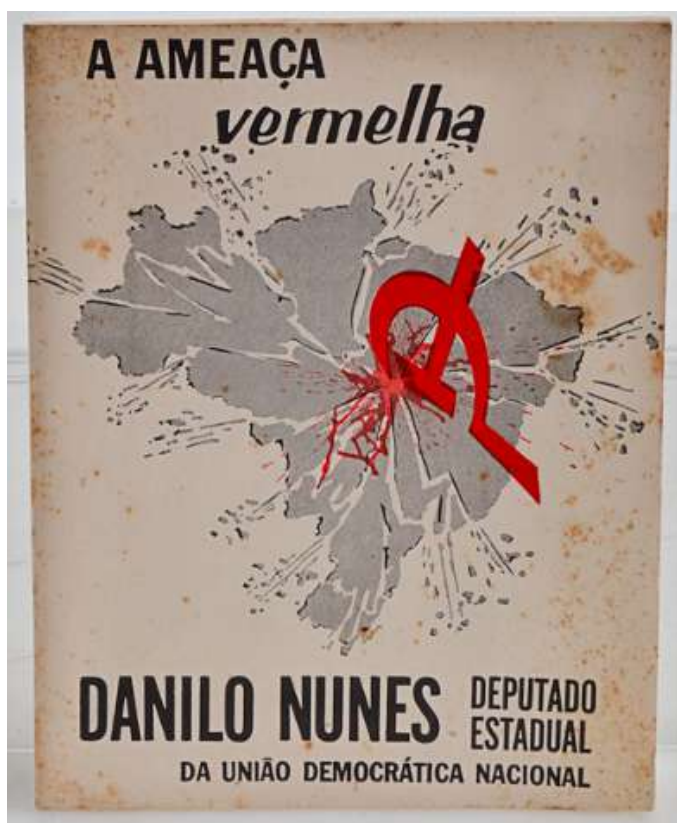
Sobre o autor: General reformado eleito deputado estadual pela Guanabara em 1962 pela União Democrática Nacional (UDN)

Exemplares distribuídos IPÊS: 500

Assuntos: Comunismo; Brasil

Observação: Trata-se de um panfleto da campanha de Danilo Nunes para deputado estadual pela UDN. O conteúdo é uma carta aberta ao então presidente Jânio Quadros sobre a infiltração comunista no Brasil, apontando todos os diplomatas e membros dos consulados soviéticos identificados como agentes subversivos.

Imagem 65 - Capa de *A ameaça vermelha*



Fonte: Levy Leiloeiro [online]

Título: Infiltração comunista no Brasil

Autor: -

Editora: IPÊS

Coleção: Cadernos Nacionalistas

Edição: Nº 1

Local de publicação: -

Ano de publicação: 1964

Sobre o autor: -

Exemplares em estoque do IPÊS: 160

Assuntos: Comunismo; Brasil

Observação: Conteúdo traduzido da revista *Este & Oeste*, uma publicação quinzenal editada em francês e espanhol pela Associação de Estudos e Informações Políticas Internacionais (AEIPI), sediada em Paris e com sucursal na Venezuela, de onde são produzidos os artigos com enfoque na América Latina.

Imagem 66 - Capa de *Infiltração comunista no Brasil*



Fonte: reprodução da autora

Título: Como lidar com os comunistas

Autor: Wilhelm Roepke

Editora: IPÊS

Coleção: Cadernos Nacionalistas

Edição: Nº 3

Local de publicação: -

Ano de publicação: 1964

Sobre o autor: [Alemanha, 1899 – 1966] Influente economista liberal, membro da Escola Austríaca de pensamento econômico e um dos idealizadores da chamada "economia social de mercado"

Assuntos: Comunismo

Imagem 67 - Capa de *Como lidar com os comunistas*



Fonte: reprodução da autora

Título: O árduo caminho da reforma agrária

Autor: José Setzer

Editora: IPÊS

Coleção: Cadernos Nacionalistas

Edição: Nº 4

Local de publicação: -

Ano de publicação: 1964

Sobre o autor: José Yoseph Setzer [Rússia, 1909 – São Paulo, 1983]. Agrônomo especialista em geologia do solo; professor de geologia da USP; responsável pela elaboração da proposta de reforma agrária defendida pelo IPÊS.

Exemplares em estoque do IPÊS: 6

Assuntos: Reformas de base; Reforma agrária

Imagem 68 - Capa de *O árduo caminho da reforma agrária*



Fonte: reprodução da autora

Título: Estatutos Sociais IPÊS

Autor: IPÊS

Editora: IPÊS

Ano de publicação: 1963

Exemplares em estoque do IPÊS: 30

Assuntos: Institucional IPÊS

Imagem 69 - Capa de *Estatutos Sociais IPÊS*



Fonte: Fundo IPÊS – Arquivo Nacional

Título: Estatutos Sociais IPÊS/GB

Autor: IPÊS/GB

Editora: IPÊS/GB

Ano de publicação: 1964

Exemplares em estoque do IPÊS: 416

Assuntos: Institucional IPÊS

Imagem 70 - Capa de *Estatutos Sociais IPÊS/GB*



Fonte: Fundo IPÊS – Arquivo Nacional

Título: O que é o IPÊS

Autor: IPÊS

Editora: IPÊS

Ano de publicação: -

Exemplares distribuídos pelo IPÊS: 1.000.000

Assuntos: Institucional IPÊS

Imagem 71 - Capas de *O que é o IPÊS*



Fonte: Fundo IPÊS – Arquivo Nacional

Título: Sua adesão ao IPÊS é indispensável

Autor: IPÊS

Editora: IPÊS

Ano de publicação: -

Exemplares em estoque do IPÊS: 2.600

Assuntos: Institucional IPÊS

Imagem 72 - Folheto *Sua adesão ao IPÊS é indispensável*

QUÊ É O IPÊS

★ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais é uma iniciativa de empresários brasileiros, com a participação de profissionais liberais, reunidos numa entidade apolítica pela vontade de encontrar, com a soma de suas experiências, soluções nacionais para os problemas brasileiros.

A finalidade do IPÊS é a estudo de soluções democráticas para os problemas colocados pelo desenvolvimento nacional, e a formação legítima de uma opinião pública esclarecida e participante, visando ao fortalecimento do regime e ao progresso econômico e social.

★ O lançamento da Aliança para o Progresso e da sociedade Mater et Magistra deu nova perspectiva aos empresários brasileiros, chamando-os ao cumprimento de seus deveres imediatos, a que não podem fugir, no sentido de uma participação permanente na vida pública do País.

Aos dirigentes de empresas e aos profissionais liberais cabe grande parcela de responsabilidade no equacionamento dos problemas de desenvolvimento econômico.

O IPÊS representa o amadurecimento da vontade de agir dentro de um programa capaz de mobilizar os talentos que conhecem, pela sua experiência na área de iniciativa particular, as dificuldades do País e que decidiram oferecer em conjunto soluções democráticas para os problemas brasileiros.

★ O programa de ação do IPÊS fundamenta-se na discussão, como passo preliminar para a recomendação de medidas aos órgãos executivos e legislativos. Entre seus objetivos figura o fortalecimento das liberdades democráticas, através de medidas que ampliem as conquistas sociais e a participação de maior número na estrutura econômica, na medida das exigências do progresso nacional.

★ A atuação do IPÊS na vida nacional faz-se sentir através da objetividade dos estudos que realiza e da clareza dos fins que se propõe alcançar.

Os empresários brasileiros estão confiantes em que podem contribuir de maneira eficiente para que o Brasil atinja, com sua colaboração no domínio das idéias e no plano das ações, resultados concretos na luta contra o subdesenvolvimento.

Desejam sinceramente oferecer ao povo participação maior nos frutos do progresso e nas oportunidades que devem ser abertas a todos — no campo da educação, da saúde pública, da propriedade, da segurança social e na elevação do nível de vida.

★ O IPÊS se afirma como força que renova sua confiança no regime democrático que considera o único legítimo, capaz de oferecer soluções correspondentes para os problemas brasileiros, livre das distorções propostas pela esquerda e pela direita.

Dentro da democracia, e com as novas perspectivas de progresso econômico e justiça social — estabelecidas na Aliança para o Progresso e na sociedade Mater et Magistra — os empresários e todos na corrente democrática e de opinião, que com eles queiram somar esforços, podem atuar em conjunto, encaminhar recomendações e participar do esforço que assegure ao Brasil romper definitivamente as barreiras que entravam seu progresso econômico e social.

★ As pessoas identificadas com os nossos princípios podem atuar de duas maneiras, no esforço realizado pelo IPÊS: através da contribuição em recursos financeiros e da participação em nossas atividades.

Os empresários e profissionais liberais podem dirigir-se ao I.P.E.S. para esclarecimentos mais pormenorizados sobre o funcionamento da entidade.

SUA ADESÃO AO IPÊS É INDISPENSÁVEL

como concretizá-la?

Este é o primeiro passo

IPÊS INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS
PROPOSTA DE ADMISSÃO

Nome do Sr. _____
Endereço _____
Profissão _____
Cidade _____ Estado _____
Assinatura _____

80

Fonte: Fundo IPÊS – Arquivo Nacional

ANEXO I - Listas de publicações distribuídas pelo IPÊS

el. v. CDI. 5, p. 5

RELAÇÃO DE LIVROS EM ESTOQUE:

A Rebelião da Juventude	250	livros
A Inflação Suas Causas e Consequências	250	"
Reformas de Base (bolso)	3.800	"
Reformas de Base (grande)	300	"
Reforma Tributária	220	"
Reforma Constitucional	172	"
O Presidencialismo Que Nos Convém	4.000	"
Anatomia do Comunismo	17	"
A Crise da Previdência Social	1.500	"
Duas Vidas	6.600	"
<i>Nossa males e s/remédios</i>	95	"
Kruschev e a Cultura	138	"
Às Vésperas da Quinta República	70	"
Mater Et Magistra	5	"
Une - Instrumento de Subversão	780	"
A Guerra Política	1.260	"

Fonte: Fundo IPÊS – Arquivo Nacional

LIVROS EDITADOS POR OUTROS E DISTRIBUIDOS PELO IPÊS

(nosso estoque esgotado)

- 1 - A Prova da Coexistência, de Willy Brandt
- 2 - Ideologia e Poder na Política Soviética, de Zbigniew K. Brzezinski
- 3 - Krushev e a Cultura, de Cadernos Brasileiros
- 4 - UNE, Instrumento de Subversão, de Sônia Seganfredo
- 5 - Teorias do Colonialismo (tradução de vários autores)
- 6 - As Condições de Trabalho em Cuba, de José R. Alvarez Díaz
- 7 - A Agricultura Sob o Comunismo, de George Benson
- 8 - Você Pode Confiar nos Comunistas (...eles são comunistas mesmo), de Fred Schwarz
- 9 - O Sindicato no Mundo Moderno, de Frank Tannebaum
- 10 - A China Comunista em Perspectiva, de A. Doak Barnett
- 11 - Começa o Julgamento, de Abtam Tertz
- 12 - A Revolução de Fidel Castro, Mitos e Realidades, de Theodore Draper
- 13 - Anatomia do Comunismo, (tradução de vários autores)
- 14 - A Rebelião da Juventude na URSS (tradução de Vários autores)
- 15 - O Nome Secreto, de Lin Yutang
- 16 - O Livro Branco sobre a Guerra Revolucionária no Brasil, de Pedro Brasil
- 17 - 1984, de George Orwell
- 18 - A Realidade era Outra, de Douglas Hyde
- 19 - A Iugoslávia de Tito, de Drago Ivanovic
- 20 - A Ameaça Vermelha, de Danilo Nunes
- 21 - Armas, Democracia & Algemas, de Teóphilo de Andrade
- 22 - A Revolução dos Bichos, de George Orwell
- 23 - A 7ª Questão, de Robert E. A. Lee
- 24 - O Grande Despertar, de John Strachey
- 25 - A Reforma Agrária, de Alfrânio de Carvalho
- 26 - Um Engenheiro Brasileiro na Rússia, de John R. Cotrim
- 27 - Cuba, Nação Independente ou Satélite?, de Michel Aubry
- 28 - As Vésperas da Quinta República, de Thomas Leonardos
- 29 - O Retrato, de Osvaldo Peralva
- 30 - Democracia e Comunismo, da Revista "A defesa Nacional"
- 31 - Você e a Democracia, folheto da Editôra Abril

PUBLICAÇÕES QUE O IPÊS DISTRIBUÍO

	<u>QUANTIDADE</u>
O Nome Secreto	-----
O Que Você Deve Saber Sobre o Comunismo	2.000 exemplares
Relatório Sobre o Comunismo	5.000 "
O Retrato	1.500 "
Revista Síntese	1.400 "
1984	1.000 "
Anatomia do Comunismo	5.000 "
Aliança para o Progresso	9.000 "
Notas em Função do Referendum	500 "
A Rebelião da Juventude na Urss	1.000 "
Um Engenheiro Brasileiro na Rússia	5.500 "
Às Vésperas da Quinta República	-----
Une- Instrumento de Subversão	-----
A Doak Barnett	500 exemplares
Comunismo (de Karl Marx ao Muro de Berlim)	1.000 "
O Discurso Secreto de Khrushchev	2.000 "
O Assalto ao Parlamento	3.000 "
Mater Et Magistra	500 "
A Rússia de Stalin	44 "
A Realidade Era Outra	120 "
Ameaça Vermelha	500 "
Guia do Eleitor	5.000 "
Cuba, Nação Independente ou Satélite ?	5.000 "
O Grande Dispertar	-----
Você e a Democracia	-----
Cadernos Brasileiros	-----
Armas Democracia & Algemas	-----
Assistência Social e A Alegria de Viver	-----
Discurso do Ministro Roberto Campos	-----
O Sindicato No Mundo Moderno	-----
Ideologia e Poder Na Política Soviética	-----
As Condições de Trabalho Em Cuba	-----

Fonte: Fundo IPÊS – Arquivo Nacional

ANEXO II - Lista de obras da biblioteca do IPÊS no Rio de Janeiro

66.4.5.1.5, p. 13

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS - IPÊS RIO

BIBLIOTECA DO IPÊS - RIO

- 34) Titulo: A Agricultura sob o Comunismo
Autor : George Benson
Titulo: A Alemanha
Autor : não tem
Titulo: A Aliança - Operário - Camponesa
Autor : Vladimir Ilitch Lênin
Titulo: A Aliança para o progresso
Autor : Varios - Milton S. Eisenhower, Raul Presbivh, José Figueiros
Teodo Moscoso e Dean Rusk
- 32) Titulo: A Ameça Vermelha
Autor : Danilo Nunes
Titulo: A China Comunista em perspectiva
Autor : A. Doak Barnett
Titulo: A Crise de Berlim
Autor : Deane e David Heller
Titulo: A crise Geral do capitalismo
Autor.: N. Draguilev
Titulo: Acusado
Autor : Alexandre Weisberg
Titulo: A Desastrosa política exterior do Presidente Jânio Quadros
Autor : Almirante Carlos Penna Botto
Titulo: A Economia Brasileira
Autor : Celso Furtado
Titulo: A Educação Comunista
Autor : N. I. Kalinin
Titulo: A Elite do poder
Autor : C. Wright Mills
Titulo: A Escola e o meio Estudantil
Autor : José de Almeida Rios e um grupo (Ministerio da Educação e
Cultura)
Titulo: A Experiência Histórica da Ditadura do Proletariado
Autor : Jiu-Min = Ji-Pao (Diario do povo de Pequim)
Titulo: A Foreign Policy for American Business
Autor : Thomas Aitken JR.
Titulo: A Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil.
Autor : Declaração de Utilidade Pública
Titulo: Agonia do Capitalismo
Autor : Fan Cheng Siang
Titulo: A guerra de Guerrilhas
Autor : Che Guevara (Ernesto)